

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Simone Gomes Costa

**A equidade na Educação Superior: uma análise das Políticas de Assistência
Estudantil**

Porto Alegre, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Simone Gomes Costa

**A equidade na Educação Superior: uma análise das Políticas de Assistência
Estudantil**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Clarissa Eckert Baeta Neves

Porto Alegre, 2010.

AGRADECIMENTOS

A conclusão dessa dissertação é um trabalho conjunto, por esta razão gostaria de agradecer a todos que colaboraram no decorrer dessa trajetória.

Um agradecimento especial à Profa. Dra. Clarissa Eckert Baeta Neves, minha orientadora, pela permanente disponibilidade, apoio, profissionalismo e respeito.

Aos professores, pesquisadores e alunos integrantes da Rede GEU, que me proporcionaram ao longo desses seis anos crescimento acadêmico e pessoal.

À Profa. Dra. Maria Estela Dal Pai Franco, que me orientou durante a graduação, pelos ensinamentos, que tem sido fundamentais na minha trajetória acadêmica.

Agradeço aos meus pais, irmãos e cunhada pelo apoio e pela compreensão.

Aos amigos que participaram desses momentos, sempre me ajudando e me incentivando: Alexandre Bainy, Bruno Morche, Cristina C. Alves, Fernanda Tussi, Leandro Raizer, Marcos André Conte, Neusa Scheibler e Rochele F. Fachinetto.

À UFRGS e à PUCRS pela colaboração durante a realização da minha pesquisa.

À CAPES e ao CNPq pela bolsa concedida durante os anos do curso.

Aos professores e colegas do Programa de Pós Graduação em Sociologia pelo aprendizado, sugestões, críticas, incentivo e colaboração.

RESUMO

Essa dissertação analisa as políticas de assistência estudantil na educação superior brasileira sob o prisma da equidade. Primeiramente, fez-se uma análise sobre a assistência estudantil no âmbito nacional e, posteriormente, investigou-se a temática no âmbito institucional, através de duas universidades, uma pública, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e uma privada Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). O método utilizado para compreensão da assistência estudantil foi a análise de conteúdos de documentos, legislações e entrevistas com atores envolvidos com essas políticas nas universidades. O referencial teórico assentou-se no modelo das políticas públicas *Multiple Streams*, de J. Kingdon (2003); e a concepção de equidade desenvolvida por J. Rawls (2008). Os resultados apontam duas fases distintas das políticas de assistência estudantil. A primeira fase compreende desde a criação da Casa do Estudante do Brasil até o período de redemocratização, caracterizada por ações pontuais, descontínuas e com escassez de recursos. Já a segunda fase tem como marco inicial a promulgação da Constituição Federal de 1988 e estende até os dias atuais. Nesse momento, no setor público, ampliam-se os debates e há maior investimento de recursos do governo federal, culminando na criação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), enquanto que no setor privado as universidades elaboram seus próprios programas, com o objetivo de apoiar os graduandos. No âmbito institucional percebe-se, que as duas universidades seguem a tendência nacional. Primeiramente, no período correspondente a primeira fase das políticas de assistência estudantil, no Brasil, haviam ações voltadas para as necessidades básicas dos alunos. Posteriormente, na segunda fase, verifica-se a implementação de programas institucionais, que visam atender de forma mais ampla as demandas para permanência dos estudantes de graduação, garantindo uma maior equidade na educação superior.

Palavras-chave: educação superior, assistência estudantil, equidade, políticas públicas

ABSTRACT

This dissertation studies the student assistance politics in higher education in Brazil, under the prism of equity. Firstly, an analysis on the student assistance at national was done and, subsequently, the issue within the institutional scope was investigated, through two universities, one public, Universidade Federal Rio Grande do Sul (UFRGS), and one private Pontifícia Universidade Rio Grande do Sul (PUCRS). The method used for understanding the student assistance was the analysis of the documents contents, laws and interviews with actors involved with these policies in universities. The theoretical reference was based on the public politics model called Multiple Streams, presented by J. Kingdon and the idea of equity developed by J. Rawls. The results showed two distinct phases of student assistance politics. The first stage involves since the creation of the Student's House in Brazil until the redemocratization period, characterized by specific actions, staple fibers and scarcity of resources. The second stage has as an initial milestone, the 1988 Federal Constitution enactment and extends to the present days. At that time, in the public sector, the debates are enlarged and there is greater investment of resources from the federal government, culminating in the creation of PNAES, while in the private sector programs are developed , in isolated institutions, with the objective of supporting the graduate students. Within the institutional scope, it's possible to understand that the two universities follow the national tendency. Firstly, in the period corresponding to the first phase of student assistance politics in Brazil, there were actions turned to the students basic necessities. Subsequently, in the second phase, institutional programs were implemented, which aim to attend the demands for the graduate students permanence, guaranteeing a bigger equity in the superior education.

Key words: higher education, student assistance, equity, public politics

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Instituições de Ensino Superior por Natureza Administrativa 1995 – 2008.....	49
Gráfico 2	Número de Bolsas PROUNI concedidas no período de 2005-2009.....	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Estrutura Organizacional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.....	75
Quadro 2:	Oficinas Concretizadas em 2009 e na Fase de Planejamento em 2010.....	112
Quadro 3:	Estrutura Organizacional da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.....	137
Quadro 4:	Modalidade de Bolsas Acadêmicas para Graduação no ano de 2009.....	158
Quadro 5:	Origem e Estrutura das Ações de Assistência Estudantil na UFRGS e PUCRS.....	173
Quadro 6:	Ações de Assistência Estudantil na UFRGS e na PUCRS.....	179

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Matrículas em Cursos Presenciais por Unidade da Federação de 1998 a 2008.....	51
Tabela 2: Projetos aprovados pelo PROGRAMA INCLUIR 2005-2009.....	68
Tabela 3: Casas de estudantes, apartamentos e moradores, alunos ingressantes e relação beneficiados/solicitantes. UFRGS, 2004.....	92
Tabela 4: Refeições mensais oferecidas nos Restaurantes Universitários no ano de 2009....	94
Tabela 5: Tipos de Bolsas e Alunos Contemplados.....	107
Tabela 6: Distribuição de Bolsas para alunos de graduação na PUCRS.....	142
Tabela7: Benefícios concedidos aos alunos na PUCRS, segundo a origem dos recursos....	149

LISTAS DE SIGLAS

AAII - Assessoria de Assuntos Internacionais e Interinstitucionais
ABMES - Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior
AMCEU - Associação dos Moradores da Casa do Estudante Universitário
AME - Auxílio Material de Ensino
ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CALC - Centro Acadêmico Leopoldo Cortês
CAP - Centro de Atenção Psicossocial
CEDETEC - Casa do Desenvolvimento Tecnológico
CEFAV - Casa dos Estudantes das Faculdades de Agronomia e Veterinária
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica
CEU - Casa do Estudante da Universidade
CEUACA - Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida
CEUFRGS - Casa do Estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
CLAA - Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação do PET
COMGRAD - Comissão de Graduação
CONSUN - Conselho Universitário
CONSUN/UFRGS - Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
COOPFAV - Cooperativa das Faculdades de Agronomia e Veterinária
CREDPUC – Crédito Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
DACOM - Divisão de Assuntos da Comunidade Acadêmica
DAE – Departamento de Assistência Estudantil
DALC - Diretório Acadêmico Leopoldo Cortês
DCE - Diretório Central dos Estudantes
DECORDI - Departamento de Controle e Registro Acadêmico
DEPEM - Departamento de Projetos Especiais de Modernização e Qualificação do Ensino Superior
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
ESEF - Escola de Educação Física
EVU - Estudo de Viabilidade Urbanística

FACED - Faculdade de Educação

FAMECOS - Faculdade de Comunicação

FAPERGS - Fundação de Amparo a Pesquisa no Rio Grande do Sul

FEUPA - Federação dos Estudantes de Porto Alegre

FEURGS - Federação dos Estudantes Universitários do Rio Grande do Sul

FIERGS/IEL - Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul/ Instituto Euvaldo Lodi

FIES - Financiamento ao Estudante de Ensino Superior

FIJO - Fundação Irmão José Otão

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento à Educação

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários

GEU - Grupo de Estudos sobre Universidade da UFRGS

IES - Instituições de Ensino Superior

IFES - Instituições Federais de Ensino Superior

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

LEPNEE - Laboratório Ensino Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

NAE - Núcleo de Apoio ao Estudante

NUPES - Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da USP

NESUB - Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de Brasília

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONU - Organização das Nações Unidas

PEC-G - Programa de Estudantes Convênio de Graduação

PET - Programa de Educação Tutorial

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PIBIC-AF - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil

PNE - Plano Nacional de Educação

PRAC - Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários

PREMESU - Programa de Expansão e Melhoramento das Instalações do Ensino Superior

PROCRED - Programa Estadual de Crédito Educativo

PROGESP - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação
PROPESQ- Pró-Reitoria de Pesquisa
PROPLAN - Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
PROEXT - Pró-Reitoria de Extensão
PROUNI - Programa Universidade para Todos
PRUNI - Pró-Reitoria de Assistência à Comunidade Universitária
PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PVQ - Programa Vida e Qualidade
RELINTER - Secretária de Relações Internacionais
REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RU - Restaurante Universitário
SABi - Sistema de Automação de Bibliotecas
SAE - Secretaria de Assistência Estudantil
SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEMESP - Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo
SOP - Serviço de Orientação Profissional
TECNO PUC - Parque Científico e Tecnológico da PUCRS
TIM - Taxa de Integralização Média
UBEA - União Brasileira de Educação e Assistência
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UnB - Universidade de Brasília
UNE - União Nacional dos Estudantes
URGS - Universidade do Rio Grande do Sul
USBEE - União Sul Brasileira de Educação e Ensino

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	Problema.....	19
1.2	Relevância do Tema.....	22
1.3	Objetivos.....	23
1.4	Hipóteses.....	24
1.5	Procedimentos e Considerações Metodológicas	24
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	31
2.1	Políticas Públicas.....	31
2.1.1	Modelo Teórico Multiple Streams.....	32
2.2	Equidade.....	36
2.2.1	Compreensão do Conceito de Equidade.....	37
3	A EDUCAÇÃO SUPERIOR E A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL.....	47
3.1	A Educação Superior no Brasil.....	47
3.2	Políticas e Programas de Inclusão Social.....	52
3.3	As Políticas de Assistência Estudantil nas Universidades Brasileiras.....	54
3.2.1	Perspectiva Sócio-Histórica.....	55
3.2.2	Políticas Atuais de Assistência Estudantil.....	60
4	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL.....	71
4.1	Panorama Histórico da Criação e Expansão Universidade Federal do Rio Grande do Sul.....	71
4.2	As principais iniciativas de Assistência à Comunidade Universitária.....	76
4.3	Políticas de Assistência Estudantil na UFRGS.....	79
4.3.1	A Secretária de Assistência Estudantil.....	80

4.3.2	Ações Assistenciais.....	82
4.3.2.1	<i>Apoio Financeiro</i>	82
4.3.2.2	<i>Apoio Psicológico</i>	109
4.3.2.3	<i>Apoio ao Aprendizado e Formação Universitária</i>	115
4.3.2.4	<i>Auxílio nas Necessidades Especiais</i>	120
4.3.2.5	<i>Apoio a Programas Especiais</i>	123
4.4	Assistência Estudantil na Percepção dos Atores	127
4.4.1	Pró-Reitores e Funcionários.....	127
4.4.2	Estudantes.....	130
5	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	132
5.1	Panorama Histórico da Criação e Expansão Universidade Federal do Rio Grande do Sul	132
5.2	As principais iniciativas de Assistência à Comunidade Universitária	134
5.3	Políticas de Assistência Estudantil na PUCRS	137
5.3.1	A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários.....	137
5.3.2	Ações Assistenciais.....	138
5.3.2.1	<i>Apoio Financeiro</i>	138
5.3.2.2	<i>Assistência Médico-Odontológica</i>	150
5.3.2.3	<i>Apoio Psicológico</i>	152
5.3.2.4	<i>Apoio ao Aprendizado e Formação Universitária</i>	156
5.3.2.5	<i>Auxílio nas Necessidades Especiais</i>	158
5.3.2.6	<i>Apoio as Programas Especiais</i>	160
5.4	Assistência Estudantil na Percepção dos Atores	165
5.4.1	Pró-Reitores e Funcionários.....	166
5.4.2	Estudantes.....	168
6	CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE ASSISTENCIA ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES ESTUDADAS	170

6.1	Estrutura e Organização das Políticas de Assistência Estudantil nas	
	Universidades.....	170
6.2	Concepções sobre o Conceito de Assistência Estudantil.....	174
6.3	Assistência Estudantil e Equidade.....	176
7	CONCLUSÃO.....	182
	REFERÊNCIAS.....	186
	ANEXOS.....	197
	ANEXO 1.....	198
	ANEXO 2.....	198
	ANEXO 3.....	199
	ANEXO 4.....	199
	ANEXO 5.....	200
	ANEXO 6.....	200
	ANEXO 7	201
	ANEXO 8.....	201
	ANEXO 9.....	202
	ANEXO 10.....	202
	ANEXO 11.....	203
	ANEXO 12.....	203

1. INTRODUÇÃO

Em uma sociedade em que o conhecimento e o aprimoramento de novas competências científicas e técnicas são fundamentais para o exercício de uma atividade laboral, a educação desempenha um papel de suma importância para o desenvolvimento sociocultural e econômico do indivíduo. Devido a essa dimensão atribuída à educação, praticamente, todos os países no mundo têm garantido, nas suas bases legais, o acesso para todos os cidadãos à educação básica.

O direito à educação básica tem caráter compulsório, gratuito e, acima de tudo, universal. No caso do Brasil, a Constituição Federal de 1988 assegura, no Artigo 205, que a educação é um direito de todos, dever do Estado e da família, e será promovida com a colaboração da sociedade, visando ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania, bem como, a sua qualificação para o trabalho. Se, por um lado, reconhece-se à educação básica como um direito universal, a educação superior é tida como um direito social.

Dessa forma, para ingressar na educação superior, o indivíduo deve ter concluído o ensino médio e ter sido aprovado em processos seletivos específicos para o ingresso em determinado estabelecimento de ensino superior.¹ Entretanto, o acesso à educação superior não é universalizado, uma vez que nem todos os alunos que gostariam de ingressar em um curso superior têm esse direito garantido.

Nos países com maiores índices de desenvolvimento da América do Norte, da Europa e da Ásia há uma maior preocupação em investimento do governo na educação superior, o que reflete em índices mais elevados de jovens; entre jovens de 18 a 24 anos, neste grau de ensino, chegando a atingir um percentual de 60% ou mais. Segundo dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no ano de 2006, esses percentuais, na mesma faixa etária, atingiram números muito expressivos em países como a Coreia do Sul 60%, Canadá 62%, Escandinávia 70% e Estados Unidos 60%. Na América Latina, os índices de acesso são bastante diversificados, devido às peculiaridades encontradas nos sistemas de ensino superior de cada país. Com isso, o número de matriculados é diferenciado em cada país como é possível constatar na Argentina 33,1% (2009), na Bolívia 18,2% (2005), no Chile 35,9% (2006), na Colômbia

¹ Atualmente o ingresso na educação superior, no Brasil, se dá por meio do concurso vestibular, do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e em alguns casos entrevistas e avaliação do currículo escolar.

22,7% (2006), na Costa Rica 17,8% (2009), na República Dominicana 16,8% (2007), no Equador 24,6% (2008), em El Salvador 13,4% (2007), na Guatemala 4,0% (2004).²

O Brasil se comparado com esses países apresenta uma situação bastante desfavorável, haja vista que, no ano de 2008, havia uma população de 23.242.000 de jovens com idade entre 18 e 24 anos. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)³, mostram que 30,9%, desses jovens, estavam estudando, desse percentual apenas 13,8% freqüentavam algum curso superior. De acordo com Schwartzman (2005, p.21), pode-se atribuir o número reduzido de matrículas no ensino superior brasileiro devido ao formato de acesso que se dá por meio de um sistema mais seletivo do que em outros países da América Latina. Outra explicação para situação é a existência de mais cursos tecnológicos e profissionalizantes em países como Argentina e Chile do que no Brasil, gerando uma maior demanda para ingressar na educação superior.

Na tentativa de atenuar essa realidade, o Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado pela Lei 10.172, de 2001, estabeleceu como meta para o ano de 2010, que o Brasil deveria abarcar 30% dos jovens na faixa etária de 18 e 24 anos, na educação superior, além de ampliar a oferta de ensino público e a criação de novos estabelecimentos de ensino superior. Contudo, através dos dados acima mencionados, é possível notar que o objetivo não foi alcançado., visto que para atingir a percentagem desejada, seria necessária a inclusão de 7,1 milhões estudantes e, atualmente, só estão matriculados cerca de 5 milhões.

Ao mesmo tempo em que há um número inexpressivo de alunos na educação superior, observa-se um grande número de vagas ociosas. Em 2008, o número de vagas oferecidas na educação superior foi de 2.985.137, ou seja, maior que o número de concluintes no ensino médio, que, no mesmo ano, correspondeu a 1.761.425 alunos⁴. Conforme apontam os dados do Censo da Educação Superior de 2008, houve um aumento do número de vagas ociosas em relação ao ano anterior, concentrando-se, principalmente, nos centros universitários (15,7%) e nas universidades (9,5%). Ainda de acordo com a pesquisa, a maior concentração de vagas ociosas está no setor privado. Nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, o percentual de vagas ociosas correspondeu a 1,7% nos centros universitários, 2,3% nas faculdades e 3% nas universidades.

De acordo com Franco e Morosini (2008, p. 5), uma das possíveis explicações para justificar esse paradoxo é a existência de um contingente considerável de pessoas pertencentes a

² Informações disponíveis em: <http://www.depeco.econo.unlp.edu.ar/sedlac/eng/index.php>. Acesso em: 25.07.2010

³ Dados disponíveis em: <http://www.ibge.gov.br> Acesso: 02.07.2010.

⁴ Dados disponíveis em: <http://www.inep.gov.br>

uma classe social que, mesmo se quisessem não teriam condições financeiras de ingressar na educação superior. Além disso, podem-se apontar outras razões para as vagas ociosas, como no setor público, a troca de curso e a reprovação no processo seletivo de ingresso. Já no setor privado, a não ocupação das vagas indica tanto uma estratégia de reserva de vagas caso haja aumento na concorrência, quanto denota a impossibilidade de acesso à inclusão de uma camada sócioeconômica menos privilegiada.

Segundo dados de 2008 da PNAD, observa-se que a distribuição de estudantes por nível socioeconômico, na educação superior, se apresenta de forma desigual, de modo que a maior parte destes encontram-se nos 4º e 5º quintos mais ricos da população. No 4º quinto destaca-se uma representação, de 23,3% nas instituições públicas e 26,1% nas instituições privadas. No caso do 5º quinto, a percentagem é de 52% matriculados em instituições públicas e 57,4% em instituições privadas. A mesma pesquisa revela que, 60,3% dos jovens, entre 18 e 24 anos, de cor branca que se encontram estudando estão na educação superior, para a mesma faixa etária, de cor negra e parda, apenas 28,7% frequentam o mesmo grau de ensino. Isso mostra que a situação é ainda mais desigual, quando são levados em consideração critérios étnicos.

Como forma de tornar o acesso à educação superior mais democrático, vem se adotando diversas políticas de inclusão. Nas universidades públicas, desde 2001, algumas instituições estão implementando políticas afirmativas de reserva de vagas, nos seus processos seletivos de ingresso, para negros, pardos e alunos oriundos de escolas públicas. Nas universidades privadas, o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES) auxiliam os alunos de baixa renda a cursar o ensino superior. O PROUNI destina bolsas integrais ou parciais em universidades privadas, para alunos, de baixa renda, oriundos de escolas do setor público. O FIES oferece crédito educativo para os alunos que estejam matriculados em instituições privadas e que não tenham condições de custear as mensalidades do curso.

Com relação ao processo de evasão nos cursos superiores, em termos gerais, a evasão média anual, entre 2000 e 2005, foi de 22%. A evasão é maior nas instituições privadas, em torno de 26%, do que nas públicas cerca de 15%, ocasionando prejuízos públicos ou para as receitas das instituições. Os dados ainda destacam que os cursos com maiores índices de evasão são: Matemática Bacharelado (30%), Marketing e Propaganda (35%) e Educação Física (34%). Os cursos com menores índices são: Medicina (4%), Matemática Licenciatura (7%) e Odontologia

(11%) (LOBO E SILVA et al., 2007). As possíveis causas para essa desistência estão associadas a fatores de ordem socioeconômicos, insatisfação do aluno com relação ao curso, dificuldades de aprendizagem e falta de informação sobre a profissão escolhida (SGANZERLA, 2001; AGUIAR, 2001; MENDES, 2002; PAREDES, 1994). Lobo e Silva et al. (2007) afirmam que, as universidades, na sua maioria, não investem em programas voltados ao combate da evasão e ao seu acompanhamento.

Para abarcar a demanda das camadas de baixa renda que pretendem ingressar na educação superior, seria necessário não só o financiamento das mensalidades dos estudantes, mas também as despesas e as necessidades no decorrer do curso superior. A democratização da educação requer políticas que possibilitem a expansão e o acesso, em todos os níveis de ensino; porém, necessitam também de políticas que sejam voltadas para a garantia da permanência dos estudantes (ZAGO, 2006, p. 3).

Em países como os Estados Unidos, a França e o Chile, há uma grande preocupação com a permanência dos estudantes nos cursos superiores, de modo que a maior parte deles recebe algum tipo de apoio para se manter nas universidades. No caso dos Estados Unidos, cerca de 95% dos estudantes de ensino superior recebem financiamento para custear seus estudos. O maior órgão de fomento é o governo, que abarca cerca de 50% dos auxílios destinados aos alunos de graduação e pós-graduação. A verba é oferecida diretamente ao aluno independente de sua renda. Há também agentes financeiros que disponibilizam empréstimos aos estudantes. Atualmente, o governo anunciou um investimento de U\$ 2,5 bilhões para apoiar ações que colaborem para a manutenção de alunos de baixa renda, negros e latinos na universidade. Existem ações isoladas realizadas por instituições que visam alterações no currículo, uso de mais tecnologia em disciplinas, redução no tempo de duração dos cursos e comunidades de aprendizado para estimular os alunos.⁵

Na França foi criado, em 1989, pelo Ministério da Educação, o *Observatoire National de la vie Etudiante*⁶ com o intuito de fornecer informações sobre a vida dos estudantes de todos os níveis de ensino e suas relações com o estudo. As pesquisas são realizadas periodicamente e servem para auxiliar o governo na elaboração de políticas voltadas para os estudantes. No caso da educação superior, o Observatório utiliza como critério para seus estudos dimensões bastante

⁵ Informações disponíveis em: <http://www.ed.gov/> 24.07.2010.

⁶ Informações disponíveis em: <http://www.ove-national.education.fr/> 24.07.2010.

detalhadas no que diz à vida acadêmica do estudante universitário: moradia, transporte, alimentação, saúde, financiamento dos estudos, aspectos psicológicos, relações com o ambiente acadêmico, cultura e esporte. Na *Université Paris Sorbonne*⁷ há diversos tipos de apoio ao estudante dentre eles um departamento sobre informações gerais relacionadas à vida universitária (organizações, equipamentos, habitação, trabalho, atividades de lazer, taxas, subsídios, empréstimos); aconselhamento sobre os problemas pessoais e familiares; serviços sobre bolsas de estudo, departamentos de medicina preventiva, assistência psicológica, planejamento familiar, médicos e serviços sociais.

No Chile, a assistência estudantil se intensificou na década de 1980, quando foi criado um pacote voltado para educação superior, o qual modificou o financiamento universitário. Primeiramente, o programa se voltou para concessão de crédito educativo, e, posteriormente, se priorizou a assistência estudantil como forma de auxiliar os estudantes de baixa renda. Segundo o *Ministerio da Educacion de Chile*, cerca de 68,5% dos estudantes matriculados no ensino superior recebem algum tipo de auxílio do governo chileno. Além disso, tem havido um crescimento nos investimentos do governo com relação ao financiamento destinado à assistência estudantil.⁸

Muitos estudos vêm sendo desenvolvidos para melhor discutir e analisar as políticas voltadas à educação superior. Os principais grupos de pesquisa especializados na temática, como por exemplo, o NUPES (Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da USP), o GEU (Grupo de Estudos sobre Universidade da UFRGS) e o NESUB (Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de Brasília) produzem estudos sobre acesso, expansão, formação docente, políticas de inclusão dentre outros. Todavia, ainda existe uma lacuna no que tange a estudos direcionados para melhor compreensão das políticas voltadas para a permanência do estudante na educação superior. Essa dissertação, portanto, estudará as políticas de assistência estudantil para melhor compreender o que vem sendo feito para tornar o ensino superior mais democrático, não só no que tange ao seu acesso, mas, principalmente na sua permanência.

⁷ <http://www.sorbonne.fr/Sorbonne-renovation.htm> 24.07.2010.

⁸ Informações disponíveis em: <http://www.mineduc.cl/> 24.07.2010.

1.1 Problema

A partir da década de 1990, vem ocorrendo um aumento significativo na demanda por ensino superior, no Brasil, passando de 1.905.293 inscritos no vestibular, em 1990, para 5.534.689, em 2008. Dentre as razões que explicam esse fenômeno encontram-se a universalização do ensino fundamental, o aumento de concluintes do ensino médio, a exigência do mercado de trabalho por profissionais mais especializados, e as vantagens sociais e econômicas proporcionadas pela obtenção de um diploma de curso superior (SOARES, 2002; SCHWARTZMAN, S., 2001).

Uma das alternativas encontradas para ampliar o acesso na educação superior, foi a expansão e a diversificação do setor privado, que atualmente compreende cerca de 75% do total das matrículas e 90% das instituições de ensino. Ao mesmo tempo em que a expansão, nesse setor, traz benefícios, na medida em que oportuniza maior acesso a esse grau de ensino, também pode provocar infortúnios, uma vez que limita o ingresso de indivíduos de baixa renda que não podem pagar os valores das mensalidades.

Nas instituições públicas, apesar do aumento do número de vagas oferecidas nos vestibulares, de 237.982, no ano de 2000, para 306.019, em 2008, ainda assim não são suficientes para atender a demanda de jovens que procuram esses estabelecimentos para cursar o ensino superior. A maioria dos candidatos por vagas encontra-se nas IES públicas estaduais e federais, com uma média de 8,8 candidatos por vagas nas primeiras e 8,1 nas segundas. Nas IES privadas essa média é de apenas 1,7 candidatos por vagas.

Como as IES públicas são estabelecimentos gratuitos e de alto nível excelência, há uma maior procura dos estudantes, tornando-as mais concorridas nos vestibulares que as instituições privadas. Por esta razão, em geral, os alunos aprovados costumam ser aqueles que a situação econômica familiar permite que sejam investidos mais recursos e tempo despendido em educação. A grande parte dos estudantes reprovados nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) migram para as instituições privadas que oferecem cada vez mais atrativos, no processo seletivo, na oferta de novos cursos e descontos, por exemplo, em cursos de licenciatura. Desse modo, pode-se inferir que a maior parte do alunado do setor privado é composta por uma população que não foi atendida na rede pública.

Como os índices de acesso ainda são baixos e concentrados em certas camadas sociais da população, são necessários mecanismos que tornem seu acesso mais equitativo. Por essa razão, como já foi mencionado anteriormente, foram desenvolvidas políticas de inclusão, voltadas ao acesso na educação superior. Tais políticas são direcionadas para o setor público e privado: no primeiro, destacam-se as políticas de ações afirmativas e no segundo o PROUNI e o FIES.

Do mesmo que a garantia do acesso na educação superior vem despertando o interesse de diversos pesquisadores sobre educação superior, a permanência nesse grau de ensino também deve ser estudada. Somente o ingresso na educação superior não garante o sucesso educacional do estudante, são necessários mecanismos que colaborem para sua permanência e conclusão do curso.

Os dados do Censo da Educação Superior no Brasil apontam que, em 2008, o percentual de concluintes em relação aos ingressantes, em 2005, foi de 57,3%. A taxa de conclusão entre os alunos de instituições públicas (65%) é maior que o de instituições privadas (55%). As maiores taxas de concluintes são encontradas nas universidades federais com (67%), seguidas pelas instituições estaduais e municipais (61,2%). A análise das taxas de concluintes nos cursos de graduação revela que grande parte dos alunos que ingressam na educação superior não concluem seus estudos no tempo determinado.

A permanência dos estudantes nos cursos de graduação está atrelada a diversos fatores como questões de ordem pedagógica, psicológica e econômica. Gaioso (2005, p. 4) destaca que a dinâmica das IES exige do aluno uma mudança nos seus hábitos, utilização de novas técnicas de aprendizagem, capacidade de interagir com os colegas e professores, provocando inseguranças, principalmente no que refere ao mercado de trabalho. O aluno passa a conviver com uma série de novas situações, que podem lhe trazer desconfortos e decepções quanto à metodologia utilizada no curso, o excesso de aulas teóricas nos primeiros semestres e em relação à própria vida acadêmica.

Nas universidades privadas, há um crescente índice de inadimplência, que varia conforme as regiões do Brasil e as instituições. Para muitos alunos o custo das mensalidades é muito oneroso e por vezes maior que o seu próprio salário. O Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP)⁹ verificou que, em

⁹ O Semesp realiza, anualmente, estudos para mensurar a taxa de inadimplência nas IES privadas sob sua responsabilidade.

2009, o índice chegou a 23,9%, taxa que vem se mantendo ao longo dos anos. Acredita-se que no restante do país o percentual esteja em torno de 20%. Ainda de acordo com o estudo, a inadimplência concentra-se em apenas 10% dos alunos que, na sua maioria corresponde à camada com menor poder aquisitivo. A legislação em vigor, no Brasil, permite que os alunos com dívida assistam aulas, façam provas e recebam documentos para transferência de instituição. Contudo, as IES podem cancelar o contrato no semestre seguinte e cobrar a dívida legalmente. Na maior parte dos casos, as instituições costumam renegociar com os estudantes as parcelas atrasadas.¹⁰

Nas universidades públicas, o estudo realizado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários (FONAPRACE, 2004) verificou que 65% dos estudantes são oriundos de famílias com renda média mensal entre R\$ 207,00 e R\$ 2.800,00. Ainda de acordo com o estudo, desse percentual, cerca de 40% possuem renda familiar de R\$ 927,00. O número de alunos que participam na vida econômica familiar é de 44%, destes 21,3% participam e dependem do apoio familiar para se manter, 14,3% é arrimo de família e 8,5% trabalham para o sustento. O estudo também revelou que apenas 40% do total dos estudantes possuem domínio de uma língua estrangeira. A maior parte dos alunos que vieram morar na cidade da Universidade não recebe apoio financeiro, dos pais e dos familiares, para moradia e alimentação. Por isso, muitos alunos recorrem à moradia estudantil e aos restaurantes universitários (27,7%). As bibliotecas são utilizadas pela maioria dos estudantes (82,6%) para complementação de seus estudos, lazer e cultura.

Tais observações nos remetem a refletir sobre quais condições são oferecidas aos alunos depois que ingressam na educação superior, para que eles possam permanecer e concluir seus estudos. Existe algum tipo de política de assistência estudantil que ofereça condições justas de apoio aos estudantes a permanecerem nas universidades? Como aconteceu o processo de implementação dessas políticas na educação superior? Há alguma diferença na organização dessas políticas no setor público e privado? Como as universidades estruturam e organizam essas políticas no âmbito institucional? Qual o papel das políticas de assistência estudantil na garantia das distribuições das oportunidades? As políticas de assistência estudantil estão contribuindo para equidade¹¹ na educação superior?

¹⁰ Informações disponíveis em: <http://www.semesp.org.br/rsoro.php> Acesso 26.07.10

¹¹ O termo equidade se fundamenta na teoria da Justiça como Equidade desenvolvida por John Rawls (2008).

Para tanto, faz-se necessário analisar, em um primeiro momento, a perspectiva histórica e atual das políticas de assistência estudantil. Posteriormente, cabe investigar como as universidades trabalham e organizam essas políticas no âmbito institucional. Para tanto, utiliza-se como base as seguintes dimensões: apoio financeiro (assistência à moradia, auxílio alimentação, assistência médica-odontológica, transporte, auxílio creche, benefício financeiro); apoio psicológico; apoio ao aprendizado e formação universitário; auxílio a necessidades especiais; e apoio a programas especiais. Por fim, cabe compreender como os alunos acessam e se beneficiam dessas políticas.

1.2 Relevância do Tema

Com a consolidação da democracia, no final da década de 1980, no Brasil, passou-se a debater mais intensamente sobre as desigualdades sociais e as suas conseqüências. Nesse período, como destaca Castro (2006, p. 132), houve uma forte pressão para a redemocratização do sistema de modo que as regras, até então vigentes, de inclusão e exclusão, de privilégios, das desigualdades, bem como a centralização de organização, gestão e decisão foram questionadas quanto a sua eficácia.

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 foi um marco importante, no que se refere às políticas sociais, na medida em que inaugurou um novo padrão de proteção social, com o intuito de superar as práticas assistenciais e clientelistas (LONARDONI et al., 2006). Dentre os direitos sociais que receberam atenção especial destaca-se a educação que passou a integrar a agenda de reformas institucionais, vislumbrando-se uma melhora na qualidade do ensino e na equidade no acesso. A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em 1996, representou uma grande contribuição para a educação brasileira, visto que reestruturou a educação, reformulando os diferentes níveis e modalidades de ensino (BITTAR et al., 2008, p.11). A partir de então, iniciou-se um processo de implementação de políticas e ações educacionais, que visavam a ampliação dos mecanismos de acesso aos cursos de ensino superior.

A inclusão na educação superior tornou-se objeto de reflexão nos governos, na sociedade civil e no meio acadêmico. O acesso ao ensino superior passou a ser considerado não apenas uma exigência econômica, mas também um indicador do desenvolvimento da democracia e da justiça social, muitas vezes garantido por medidas compensatórias. Muitos estudos (THEODORO, 2008;

LOPES, 2007; ALVES, 2002; ALLAK, 1998) relacionados ao acesso à educação superior, passaram a destacar também a importância de garantir condições equânimes de permanência nesse grau de ensino. A realidade que permeia a educação superior, no Brasil, é extremamente desigual. Desse modo, como forma de minimizar tal situação, vem-se afirmando a necessidade de implementar uma política de assistência estudantil, que seja pautada na garantia dos direitos sociais e da cidadania.

As políticas de assistência ao estudante necessitam ser mais bem estudadas para que possam ter maior eficácia. Para isso, é fundamental que se conheça de forma mais profunda sua estrutura e organização, tanto no plano nacional, quanto através das experiências institucionais já em curso ou em fase de implementação. No que tange ao espaço acadêmico, essa pesquisa poderá contribuir para discussões sobre o papel da teoria da equidade relacionada à educação superior.

1.3 Objetivos:

a) Objetivos Gerais

- Examinar, sob a perspectiva histórica e atual, o processo de criação e de organização das políticas de assistência estudantil, no Brasil;
- Analisar as políticas de assistência estudantil no âmbito da universidade e sua relação com a perspectiva da equidade.

b) Objetivos Específicos

- Investigar como duas instituições, uma pública a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e, outra privada Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), organizam as políticas de assistência estudantil;
- Identificar os alunos beneficiados com as políticas de assistência estudantil e averiguar qual o seu entendimento com relação ao termo.

1.4 Hipóteses

As hipóteses que nortearam essa dissertação foram:

Hipótese Geral

As políticas de assistência estudantil têm assumido nos últimos anos um importante papel na garantia da permanência e na equidade na educação superior.

Hipóteses Secundárias

- Numa perspectiva histórica, primeiramente, as políticas de assistência estudantil tinham um caráter descontínuo e informal. Somente, a partir da década de 1990, estas ganharam um caráter mais formal.
- O aumento da equidade na permanência dos estudantes nos cursos de graduação depende de maiores investimentos das instituições em políticas de assistência estudantil.
- As universidades privadas investem menos recursos em políticas de assistência estudantil que as públicas, mas isso não significa que estas garantam maiores condições de permanência que as primeiras.
- As ações voltadas a apoiar os alunos a permanecer na universidade não abrangem todas as suas necessidades acadêmicas.

1.5 Procedimentos e Considerações Metodológicas

A dissertação foi realizada tendo como referência três níveis de análise: no primeiro nível, foi abordada a perspectiva sócio-histórica das políticas de assistência estudantil na educação superior brasileira; no segundo nível, foi realizada uma análise dessas políticas no âmbito institucional; e no terceiro foi verificada a percepção do aluno frente às concepções e às ações de assistência ao estudante na Universidade.

(a) O primeiro nível analisou a perspectiva sócio-histórica das políticas de apoio ao estudante no Brasil. Igualmente, foi realizada, uma análise das políticas atuais de assistência estudantil com o intuito de observar suas definições e suas orientações.

Dado o caráter de abrangência nacional dessa etapa do estudo, estabeleceu-se como critério, para a coleta de dados, o uso de materiais como documentos, legislações e pesquisas relacionadas ao tema. Nesse nível, procurou-se compreender melhor como ocorreu, ao longo dos anos, a formação e a organização das políticas de assistência estudantil no Brasil.

(b) No segundo nível, investigou-se a estrutura e a organização das políticas de assistência estudantil no âmbito institucional. Para tanto, tomou-se como foco de análise duas instituições, uma pública, a UFRGS, e a outra, uma privada, a PUCRS. A escolha dessas instituições baseou-se na sua importância no que se refere à dimensão do ensino, da pesquisa e da extensão, configurando-as como instituições de extrema relevância social para o Estado do Rio Grande do Sul.

Para essa etapa, em primeiro lugar, foram investigadas as principais fases das políticas de assistência estudantil nas Universidades, bem como sua configuração atual, seu funcionamento, e as ações que congregam. Para tanto, foram coletadas, nas duas instituições, informações referentes à assistência estudantil como, por exemplo, documentos institucionais, materiais informativos disponíveis na página eletrônica da Universidade e materiais impressos de divulgação disponibilizados aos alunos.

Em um segundo momento, estabeleceu-se um contato com as Pró-Reitorias responsáveis pela assistência estudantil e com os coordenadores de Programas que são relacionados a auxiliar os alunos de graduação. Como mencionam Quivy e Campenhoudt (1995), o objetivo de um contato inicial é estabelecer um diálogo com os atores envolvidos na temática a ser trabalhada, para assim melhor definir os aspectos a serem explorados no decorrer da pesquisa de campo. Por esta razão também, convém estabelecer um certo grau de liberdade no diálogo.

Em ambas as universidades, a primeira abordagem feita com os profissionais foi muito satisfatória. Estes mostraram interesse pela pesquisa desenvolvida e disponibilidade em colaborar no fornecimento dos dados necessários. Por outro lado, os profissionais demonstraram hesitação em definir o termo assistência estudantil e as ações que a compreendem. Por isso, sugeriram que essas questões fossem delimitadas pelo próprio pesquisador e não pela universidade que representavam. Na maior parte dos casos, portanto, foi necessário indicar a esses profissionais o

teor das ações estudantis a serem abordadas. Desse modo, foram poucas aquelas que a instituição apontou, de forma espontânea, como uma ação voltada à assistência do estudante de graduação.

Na PUCRS, o primeiro contato, com a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC)¹² foi realizado através do Coordenador de Relacionamento Discente, que encaminhou junto à Pró-Reitora da PRAC a solicitação para a realização da pesquisa na Universidade. Além do mais, este atuou como intermediador de todas as observações e entrevistas realizadas no decorrer do estudo.

Ao longo da pesquisa, foram realizadas diversas reuniões com os Coordenadores de Programas ligados à PRAC, com o fim de conhecer melhor as ações destinadas à assistência estudantil realizada na Universidade. Nesses encontros, houve a explanação da dinâmica dos projetos e seu contexto no âmbito da realidade da instituição. A PRAC disponibilizou dados estatísticos da instituição, livros, folhetos e materiais específicos que são oferecidos aos graduandos da PUCRS, como por exemplo, o quite “Diplomado”. Também foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com professores e funcionários que atuam na PRAC, participaram dessas entrevistas quatro professores e uma funcionária.

Na UFRGS, o contato inicial se deu por meio de diferentes Programas direcionados ao apoio do estudante de graduação. Primeiramente, entrou-se em contato com a Secretaria de Assistência Estudantil (SAE), onde a interlocução aconteceu por meio de seu Coordenador. Esse profissional proporcionou o acesso a alguns dados quantitativos e qualitativos com relação à assistência estudantil na Universidade. Em um segundo momento, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com o Coordenador da SAE e dois assistentes sociais que trabalham no local.

Além desse órgão, entendeu-se ser pertinente investigar a atuação de outros Programas, que também são voltados para o estudante, dentre eles o Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) e o Programa Incluir¹³. A intenção foi compreender a dinâmica desses trabalhos, sua pertinência para os alunos e como eram tratados pela instituição. Desse modo, foram realizadas entrevistas com os Coordenadores dos respectivos Programas.

Cabe salientar que, no decorrer da coleta de dados, houve uma dificuldade em obter alguns dados estatísticos. Isso ocorreu somente no âmbito da universidade pública e por essa razão, algumas informações cruciais para a pesquisa não foram disponibilizadas. A UFRGS não

¹² Um fato curioso foi ao ingressar no Campus, foi necessário passar por vários prédios e órgãos, para que fosse informado corretamente o local onde se abrigava o espaço físico da PRAC. Alguns funcionários, alunos e professores desconheciam sua localização e até mesmo sua existência.

¹³ Cabe destacar que esses Programas não estão vinculados a SAE.

viabilizou o acesso as estatísticas referentes a ações afirmativas e ao número de alunos contemplados com benefícios de carência socioeconômica. Além disso, constatou-se que a base estatística da instituição não segue, a cada ano, um padrão único de coleta e de divulgação das informações. Tal situação dificultou uma análise temporal dos dados apresentados. Em contrapartida, é pertinente ressaltar, a disponibilidade de alguns setores na doação de obras e documentos relevantes para pesquisa. Já no caso da universidade privada, todos os dados solicitados foram disponibilizados pela instituição. Anualmente, a PUCRS divulga um relatório social com informações relacionadas à pesquisa, ao ensino e a extensão. Esse material foi fornecido pela PRAC para a realização dessa dissertação.

(c) No terceiro nível, a análise teve como foco o estudante de graduação das respectivas instituições estudadas. A finalidade desse enfoque foi verificar quem são os alunos beneficiados, o tipo de atendimento que lhes é destinado e a sua percepção quanto às políticas de assistência estudantil. Com os alunos, a aproximação aconteceu por meio de um contato preliminar com seus professores, seus orientadores e através da consulta aos currículos dos graduandos, no qual estavam disponíveis seus endereços eletrônicos. No total, foram entrevistados trinta alunos, sendo quinze da UFRGS e quinze da PUCRS. No processo de escolha dos alunos, teve-se o cuidado de não entrevistar indivíduos que tivessem qualquer contato pessoal com o pesquisador. Além do mais, a escolha foi aleatória buscando contemplar as diversas realidades que compõe a universidade. No conjunto dos alunos abordados encontram-se sujeitos de origens, habilidades e características diferentes entre si.

A seguir buscar-se-á explicitar as técnicas utilizadas para coletas e análises de dados.

(1) Técnica de Análise Documental

Para examinar os dados coletados, nos dois primeiros níveis de análise, foi utilizada a análise de documentos. Segundo Mason (2002), esta é uma das mais importantes técnicas utilizadas na pesquisa social, podendo ser empregada de diferentes maneiras, como por exemplo, através da averiguação de documentos históricos, do uso da internet e da verificação de diversos formatos de documentos. Além do mais, May (2004) aponta sua pertinência visto que os documentos podem ser uma forma de expressar a realidade, constituindo-se como um modo pelo qual o pesquisador faz uma interface sobre aquilo que está descrevendo e os eventos que está se referindo.

(2) Técnica de Observação

Como forma de compreender melhor o cotidiano e as dinâmicas desenvolvidas nos Programas institucionais optou-se pela utilização da técnica de observação. Isso faz com que o pesquisador tenha um contato direto com os acontecimentos, permitindo que a informação obtida no momento exato de seu acontecimento (DENScombe, 2003). Através da observação o pesquisador participa da vida cotidiana das pessoas em estudo, analisando como as situações se desenvolvem e os comportamentos dos envolvidos no espaço observado (BECKER, H. e GEER, B., 1957; MASON, 2002). Nesse estudo, realizaram-se duas formas de observação, para melhor entender as ações vinculadas à assistência estudantil na universidade: a) visitas aos laboratórios de informática e de pesquisa, às bibliotecas e às sedes dos Programas; e b) participação em eventos específicos relacionados à permanência dos estudantes na instituição, como eventos culturais, artísticos, encontros de estudantes, palestras realizadas pelas universidades sobre assistência estudantil e encontros destinados a inclusão de determinados grupos de alunos na vida acadêmica. Nas observações foram elaborados diários de campo com o intuito de retratar os diálogos, descrever o espaço físico, relatar acontecimentos particulares, descrever as atividades e comportamento dos sujeitos participantes.

(3) Entrevista

A entrevista é uma técnica de pesquisa que possibilita compreensões ricas das biografias, experiências, opiniões, valores e atitudes dos indivíduos (MAY, 2004, p.146). Nesse estudo, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas¹⁴, na qual as perguntas seguem uma ordem específica, mas o pesquisador tem autonomia para pedir esclarecimentos sobre determinadas respostas dadas. Além do mais, há a possibilidade de registrar informações qualitativas e aprofundar certos assuntos que pareçam interessantes para a pesquisa. As entrevistas realizadas, nesse estudo, foram registradas através de gravação em áudio, transcritas na íntegra e autorizadas pelos participantes. Os textos se mantiveram fieis aos depoimentos dos entrevistados de modo a salientar o caráter espontâneo das falas.

¹⁴ De um modo geral, é possível verificar a existência de quatro tipos de entrevista: a) estruturada, b) semi-estruturada, c) não estruturada e focalizada, e d) entrevistas em grupos focais.

(4) Mapa de Associação de ideias e o uso do Software NVIVO

Com o intuito de garantir maior rigor e visibilidade para interpretações e apresentações de resultados foram utilizados, nesse estudo, mapas de associações de ideias. Esta é uma técnica de análise de dados apresentada por de Spink e Lima (2000, p.107), que é entendida como um processo interativo entre a análise de conteúdo e a formação de categorias. Nas palavras das autoras:

Os mapas têm o objetivo de sistematizar o processo de análise das práticas discursivas em busca dos aspectos formais da construção linguística, dos repertórios utilizados nessa construção e da dialogia implícita na produção de sentidos. Constituem instrumentos de visualização que têm duplo objetivo: dar subsídios ao processo de interpretação e facilitar a comunicação dos passos subjacentes ao processo interpretativos (SPINK e LIMA, 2000 p. 107).

Esta técnica permite que se visualize e sistematize as práticas discursivas. Nessa pesquisa, os mapas foram construídos a partir do auxílio do *software* Nvivo. Para tanto, as entrevistas foram interpretadas, tendo por base o discurso do entrevistado tomado como um todo, ao passo que as partes extraídas desse discurso fazem referência ao todo correspondente.

Em um primeiro momento, a construção do mapa se deu com a definição de categorias pré-estabelecidas a priori. As categorias estabelecidas para a entrevista com os funcionários e alunos foram: dados socioeconômicos (somente no caso dos estudantes), percepção sobre o termo políticas de assistência estudantil, apoio social (transporte, alimentação, saúde, moradia, creche, deficientes físicos), desempenho acadêmico (inclusão digital, bibliotecas, ensino de línguas, participação político-acadêmico, bolsas e estágios remunerados), acompanhamento psicopedagógico, materiais e equipamentos, acesso à cultura e lazer (manifestações artísticas, esporte e informações do cotidiano) e assuntos da juventude (prevenção de risco). Assim, as entrevistas foram organizadas no *software*, a partir dessas categorias, onde se mantiveram a seqüência e o conteúdo das falas. Num segundo momento, fez-se necessário, reorganizar as categorias pré-estabelecidas pela pesquisa, de maneira a atender os padrões revelados no decorrer das entrevistas.

O *software* NVivo foi desenvolvido especificamente com o intuito de auxiliar no tratamento de dados qualitativos. Através de categorias pré-estabelecidas pelo pesquisador, o programa permite organizar, codificar e filtrar os dados, para melhor elucidar os questionamentos da pesquisa. O Nvivo é um recurso que permite ao pesquisador a melhor visualização dos mapas de associação de ideias. Dembrowski e Lloyd (1995) apontam que o diferencial desse aplicativo é o armazenamento dos dados em etapas conforme o andamento da realização da análise. Cabe ainda salientar que a análise de conteúdo permitiu captar informações dos atores envolvidos na pesquisa de modo a entender a realidade das políticas de assistência estudantil em um aspecto mais amplo nas universidades.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para analisar as políticas de assistência estudantil na educação superior, fez-se necessário utilizar dois pressupostos teóricos que permitam entender o seu processo de formulação e de implementação. Num primeiro momento, a partir do Modelo dos Múltiplos Fluxos (*Multiple Streams Model*), o qual mostra como uma questão é inserida na agenda política governamental, analisar-se-á como essas políticas foram formuladas. Em segundo momento, com o intento de investigar o processo de implementação dessas políticas será utilizado o conceito de equidade, buscando compreender em que medida ela contribui para a igualdade de oportunidade na permanência na graduação.

2.1 Políticas Públicas

O pesquisador francês, Pierre Muller (2004), acredita que políticas públicas vão ocorrer a partir do momento em que as autoridades locais ou nacionais busquem modificar, através de um programa, uma dada realidade, seja de ordem cultural, social ou econômica. Nessas condições ele define o conceito de políticas públicas: “Les politiques publiques servent à la fois à construire des interprétations du réel (pourquoi y a-t-il persistance du chômage?) et à définir des modèles normatifs d’action (il faut rendre le travail plus flexible)” (MULLER, P. 2000, p.8 Apud. CARVALHO, L.2007).¹⁵

As *policy analysis* fazem parte de um conjunto de estudos das ciências sociais aplicadas, que utilizam métodos de pesquisa e argumentos para analisar as inter-relações entre instituições políticas, processos políticos e conteúdos da política (DUNN, 1981 apud FISCHER, 2007; FREY, 2000). De acordo com Frey (2000), as *policy analysis* possuem três dimensões que devem ser levadas em conta: *polity*, *policy* e *politics*. O termo *polity* se refere às instituições políticas delineadas pelo sistema judiciário e os sistemas políticos administrativos; *politics* está associada aos processos políticos, permeados por conflitos e disputas de poder; e *policy* refere-se aos

¹⁵ As políticas públicas servem tanto para construir interpretações do real (porque o desemprego persiste?) quanto para definir modelos normativos da ação (deve tornar o trabalho mais flexível). Muller, P. 2000, p.8 Apud. (CARVALHO, L.2007).

conteúdos concretos da política. O autor salienta que, na teoria esses conceitos podem ser categorizados de forma separada, mas na prática essas dimensões são entrelaçadas e tem influência mútua (FREY, 2000, p.217).

2.1.1 Modelo Teórico Multiple Streams

O processo de formação das políticas de assistência estudantil no Brasil, será analisado nesse trabalho, a partir do Modelo dos Múltiplos Fluxos (*Multiple Streams Model*), no qual se enfatiza como determinados problemas sociais compõe as agendas governamentais para posteriormente se tornarem uma política pública. Esse modelo teórico de análise das políticas públicas foi primeiramente apresentado por John Kingdon (2003) e vem servindo de base para diversos estudos sobre a temática. Apesar de reconhecermos algumas limitações da teoria proposta por Kingdon, acreditamos ser a mais adequada para analisar o processo de formulação das políticas públicas para a permanência dos estudantes na graduação, pois proporciona vislumbrar os mecanismos que permitem a criação de uma política pública.

John Kingdon (2003) desenvolveu o Modelo dos Múltiplos Fluxos (*Multiple Streams Model*), no qual afirma que as políticas públicas são formadas por quatro processos, sendo eles: (1) a escolha de uma agenda (*agenda-setting*), (2) as alternativas para sua formulação (*policy formulation*), (3) a escolha de um conjunto de alternativas (*specified alternatives*) e (4) a implementação (*implementation of the decision*). No modelo proposto, entretanto, o autor enfoca apenas os dois primeiros processos, realizando uma análise baseada nos processos pré-decisórios, ou seja, as condições que fazem um problema social tornar-se um aspecto nos debates das políticas públicas.

Ao analisar o processo de escolha de uma agenda (*agenda-setting*), o autor procura compreender a configuração das agendas no governo federal. A agenda é um espaço onde todos os envolvidos no processo de construção de uma política pública, colocam em pauta os problemas que lhes pareçam mais pertinentes. Para tanto, ele concebe dois tipos de agendas: a governamental e a decisional. A agenda de tipo governamental é definida como aqueles assuntos nos quais os governos e todos os indivíduos ligados a estes dão atenção ao assunto em um momento específico. Os assuntos que irão compor a agenda das políticas, entretanto, precisam anteriormente despertar o interesse dos gestores das políticas. Nesse sentido, em meio a

diversas questões, somente algumas delas vão compor aquilo que se denomina agenda decisional (*decision agenda*), isto é, os assuntos que serão discutidos com o objetivo de se tornar uma política pública. Segundo Kingdon (2003), a formação da agenda (*agenda-setting*) é um processo que escolhe um problema em detrimento de outro para se tornar uma prioridade do governo para entrar nas agendas. So the agenda-setting process narrows this set of conceivable subjects to the set that actually becomes the focus of attention (KINGDON, 2003, p.3).¹⁶

Kingdon também demonstrou interesse em investigar as alternativas para formulação de uma política (*policy formulation*), buscando compreender a causa que leva alguns problemas a serem considerados mais relevantes que outros na composição das agendas. A partir de uma série de alternativas, os funcionários escolhem as alternativas que pareçam mais adequadas no momento.

Cabe destacar que a formação da agenda (*agenda-setting*) e as alternativas para formulação de uma política (*policy formulation*) seguem suas próprias dinâmicas e sem uma sequência específica. O desenvolvimento de uma política pública não segue uma dinâmica crescente na qual inicialmente o problema seria identificado e, numa etapa posterior, se encontrariam suas soluções. As políticas públicas são construídas em meio a disputas de poder para definir as temáticas abordadas e suas respectivas soluções (KINGDON, 2003; ZAHARIADIS, 2007).

É nesse momento que o autor passa a definir melhor o modelo dos múltiplos fluxos (*multiple streams*), visto que ambos os processos de formulação de políticas são afetados por três fluxos decisórios que atuam de forma independente: problemas (*problems*), soluções ou alternativas (*policies alternatives*) e política (*politics*). Quando há algum tipo de problema, esses fluxos convergem, ocasionando a mudança na agenda que pode culminar na criação de uma política pública (CAPELLA, 2007, p. 89).

No primeiro fluxo, denominado de problema (*problems*), os cidadãos e os formuladores de políticas procuram compreender como uma questão específica é reconhecida como problema e é incorporada nas agendas governamentais. Muitos problemas são deixados de lado porque nem todas as questões podem ser analisadas ao mesmo tempo, com isso há um interesse em entender o que leva algumas questões a comporem a formação da agenda (*agenda-setting*).

¹⁶ Assim, o processo de formação da agenda, restringe esse conjunto de temas possíveis para o conjunto que realmente se torna o foco de atenção. (Tradução Livre)

É importante frisar que não basta simplesmente reconhecer um problema para que esse entre na agenda das formulações de políticas. O seu reconhecimento nem sempre indica que propostas serão feitas para solucioná-lo. As soluções para esses infortúnios fazem parte de iniciativas de técnicos ou de cientistas que se especializam nos problemas e assim buscam encontrar propostas com vistas a buscar alternativas necessárias para resolvê-los (Gomide, 2008). Kingdon (2003) percebe três condições que fazem com que uma situação se transforme em um problema: os indicadores; os eventos, crises e símbolos; e o feedback das ações governamentais. Entretanto, para que esses elementos se transformem em problema, é necessário acima de tudo que ele seja entendido socialmente como algo que necessite de uma intervenção da sociedade.

No segundo fluxo, (*policies alternatives*) trata das soluções e as alternativas apontadas para o problema. As soluções nem sempre são pensadas para atender a casos específicos, sendo movidas principalmente por iniciativas intelectuais. As soluções são criadas através do empenho de comunidades especializadas. Os principais participantes são, nesse caso, denominados de *policy actor*, representados, na maior parte das vezes, por pesquisadores, assessores parlamentares, acadêmicos, funcionários públicos, analistas pertencentes a grupos de interesses e consultores (KINGDON, 2003). O fato de congregarem preocupações semelhantes colabora para que consigam difundir suas propostas de forma eficaz. No momento da escolha, também prevalecem os critérios de custos, aceitação e a receptividade dos formuladores dessas políticas.

Capella (2007) salienta que para tornar as ideias aceitáveis por uma parcela mais significativa da sociedade, esses indivíduos usam estratégias como a participação em fóruns e congressos que propiciem a divulgação de suas sugestões para pensar um dado problema. A partir de então, a adesão é cada vez maior por parte da sociedade, isso colabora para a aprovação no processo de seleção até que venham a ser aceitas. Nas palavras do autor:

In addition to starting discussions of their proposals, they [advocates] push their ideas in many different forums. These entrepreneurs attempt to “soften up” both policy communities which tend to be inertia-bound and resistant to major changes, and larger publics, getting them used to new ideas and building acceptances for their proposals (KINGDON, 2003, p. 127-128).¹⁷

¹⁷ Além de iniciar as discussões de suas propostas, eles [os defensores] promovem suas idéias em muitos fóruns diferentes. Esses empresários tentam de "amolecer" as duas comunidades políticas que tendem a estar vinculadas a inércia e a resistência das mudanças importantes, e públicos maiores, levando-os a utilizar novas idéias e aceitação da construção de suas propostas (Tradução Livre).

No terceiro fluxo chamado de política (*politics*), as coalizões ocorrem por meio de barganha. Nesse fluxo, verificam-se três elementos que influenciam na agenda governamental. O primeiro deles é o humor nacional (*national mood*) no qual diversas pessoas compartilham das mesmas questões em um determinado espaço de tempo. Isso permite que algumas questões passem a compor a agenda das políticas públicas, enquanto outras são descartadas. O segundo é o fluxo político, representado por forças políticas organizadas. A atitude tomada pelos chamados grupos de pressão pode ser responsável pela inclusão de um tema na pauta das discussões. Os movimentos realizados por esses grupos podem modificar os rumos tomados na formação de políticas públicas. O terceiro elemento são as mudanças dentro do próprio governo. As modificações dentro do próprio governo (*turnover*), ou seja, a rotatividade das chefias em cargos nos governos, algo que é próprio desses espaços. Então, logo nos primeiros momentos da troca de governo, há maiores possibilidades de modificações e inclusões de novos temas nas agendas.

A mudança nas agendas ocorre, quando esses três fluxos convergem no processo denominado de junção dos fluxos (*coupling*). Desse modo, a partir do momento em que o problema é reconhecido, tem-se uma solução disponível e as condições são favoráveis para compor a agenda, então se cria o que o autor chama de janelas de oportunidades (*policy windows*). Esse termo é usado para se referir a propícias oportunidades para a discussão de um problema, buscando suas possíveis soluções. Esses ditos ensejos surgem através da realização de congressos e eventos para identificar as propostas de políticas ou de problemas a serem pensados. Essas janelas funcionam como um espaço para trazer à tona outros problemas que não haviam sido identificados, bem como soluções que as permitam combatê-los. Além disso, podem contribuir para trazer novas soluções aos problemas já existentes. Para Kingdon (2003), a janela de oportunidades (*policy windows*) pode ser compreendida em duas etapas, ou seja, a produção da agenda e a produção de política. Essas oportunidades servem como uma forma de guiar os três fluxos visando a solução para um problema.

Como já foi mencionado, Kingdon (2003) acredita que a difusão das ideias é uma das estratégias mais importantes para que um problema seja inserido nas agendas das políticas, destacando o papel dos atores envolvidos. Esses exercem diferentes papéis, alguns interferem no processo de definição das agendas governamentais, enquanto outros se ocupam da definição das alternativas. O autor ainda categoriza os atores como visíveis, que são representados por aqueles

indivíduos que recebem mais atenção para si próprio, pois estão dentro das instâncias de poder; e os invisíveis que são os que atuam nas suas comunidades, no meio acadêmico, mas que também são responsáveis por disseminar as ideias e os problemas mais relevantes do seu ponto de vista.

Assim, pode-se afirmar que do Modelo dos Múltiplos Fluxos (*Multiple Streams Model*) os problemas devem ser definidos de forma bastante clara para que os formuladores entendam como essa questão possa ser discutida na agenda das políticas públicas. Outro ponto a destacar na abordagem desse modelo, é o papel exercido pela estrutura do governo e dos atores sociais na formulação de uma agenda governamental das políticas públicas.

2.2 Equidade

Quando se trata do tema igualdade na educação superior, muitos estudos vêm se sendo realizados, tendo como embasamento perspectivas filosóficas a respeito do conceito de igualdade para justificar a ampliação das condições de acesso e permanência de um maior número de pessoas nesse grau de ensino. O termo, geralmente, vem associado como um contraponto à desigualdade, buscando minimizar as diferenças sociais.

Nesse sentido, Bellintani (2006) destaca no seu estudo sobre ações afirmativas na educação superior brasileira, três concepções filosóficas para conceber o termo igualdade. No primeiro caso, o conceito está associado à igualdade formal, na qual as pessoas seriam iguais e permaneceriam assim ao longo da vida. A igualdade seria uma forma de garantir que não houvesse discriminações e privilégios para uma determinada classe social. No segundo caso, o termo se refere a igualdade material, na qual os iguais devem ser tratados como iguais e os diferentes como diferentes, levando em conta as suas desigualdades. Por fim, no terceiro caso, no qual nos deteremos, o termo está associado à igualdade de oportunidades e de resultados que atenta para o fato de que todos os cidadãos devem ter acesso equitativo aos bens escassos e limitados da vida. Como não há condições de oferecer esses bens a todos os indivíduos que assim o desejam, é preciso que haja uma igualdade de oportunidades para amenizar tais carências.

É reconhecida a relevância do termo igualdade para entender os aspectos do acesso e da permanência na universidade. Contudo, nessa dissertação nos propomos a refletir de forma mais profunda a cerca do termo equidade, em torno da ideia de igualdade de oportunidades. Para tanto, utilizar-se-á a Teoria de Justiça como equidade de John Rawls (2008), baseada nos preceitos de uma sociedade democrática. Em linhas gerais, o autor vislumbra uma perspectiva teórica sobre o

termo no qual todos tenham um tratamento equitativo, ou seja, que as diferenças sejam respeitadas. Os benefícios devem ser repartidos de forma proporcional às necessidades de cada um. Além do mais, no Brasil, há uma diversidade muito expressiva dos estudantes que frequentam a educação superior, e por isso entende-se que a alternativa mais adequada é sustentar a análise no ponto de vista da equidade, dando margem para pensar a realidade sob diversos matizes.

Ao fazer essa opção, não se está buscando estabelecer um contraponto entre igualdade e equidade, nem tão pouco tentar demonstrar que uma seja mais eficaz do que a outra. A alternativa proposta consiste em buscar uma complementação dessas duas concepções. Para que a educação superior garanta igualdade de direitos a todos, é preciso que antes mantenha um nível de equidade. Assim, a equidade seria, nesse caso, entendida como uma maneira de se alcançar à igualdade, como um fim último. Por esta razão, dar-se-á um enfoque maior a perspectiva da equidade.

2.2.1 Compreensão do Conceito de Equidade

A equidade há muito está presente nas discussões filosóficas, tendo sido estudada, primeiramente, de forma mais profunda por Aristóteles, que tratou da relevância da concepção do termo em dois momentos de sua obra na “A Retórica” e na “Ética a Nicômaco”. O pensador grego propunha estabelecer uma relação entre justiça e equidade

[...] justiça e equidade não são nem absolutamente idênticas nem genericamente diferentes. [...] Eis aí as considerações, em caráter aproximativo, que fazem nascer a dificuldade no que tange ao equitativo, mas que, ainda assim, são todas, de uma certa forma, corretas e não realmente incoerentes; pois a equidade, embora superior a uma espécie de justiça, é, ela mesma, justa: não é superior à justiça ao ser genericamente distinta dela. Justiça e equidade são, portanto, a mesma coisa, sendo ambas boas, ainda que a equidade seja a melhor.

A origem da dificuldade é que a equidade, embora justa, não é justiça legal, porém retificação desta. A razão para isso é que a lei é sempre geral; entretanto, há casos que não são abrangidos pelo texto geral da lei. Em matérias, portanto, nas quais embora seja necessário discursar em termos gerais, não é possível fazê-lo corretamente, a lei toma em consideração a maioria dos casos, embora não esteja insciente do erro que tal coisa acarreta. E isso não faz dela uma lei errada, pois o erro não se encontra na lei e nem no legislador, mas na natureza do caso, uma vez

que o estofo das questões práticas é essencialmente irregular (ARISTÓTELES, 2007. V, 10,1137 b 15).

Aristóteles destacava que as normas e as leis eram genéricas e estanques, sendo necessário o uso de uma correção do justo legal, através da equidade, levando-se em conta noções de causalidade e fatores extrínsecos, de modo a harmonizar a norma ao caso específico (LEITE, 2005). Nas palavras de Aristóteles "Esta é a natureza essencial do equitativo, ou seja, uma retificação da lei onde a lei é lacunar em função de sua generalidade" (ARISTÓTELES, 2007. V, 10,1137 b 25). Como as leis são universais, nem sempre elas atuam de forma igual sobre todos os casos. Aristóteles entende que a equidade é superior a um tipo de justiça, mas jamais da justiça de um modo geral. A equidade serve como contribuição para que os direitos sejam garantidos, independentemente da universalidade da lei.

A equidade serve como uma correção da lei, quando esta não é suficiente para abranger todos os casos. Aristóteles (2004) cita o exemplo da régua de chumbo, na tentativa de elucidar melhor seu entendimento sobre o termo. Este artefato era usado por construtores em Lesbos para ajustar molduras, como não tinha uma estrutura rígida, se adaptava ao formato da pedra. Da mesma forma, a justiça deveria se adaptar aos fatos reais, de modo que a equidade é a forma de suprir as deficiências causadas pela generalidade da lei e, com isso, corrigir possíveis injustiças.

Na obra "A Retórica" o filósofo salienta que equidade é uma forma de justiça que vai além do que está escrito, tendo a função de operar no momento de sua aplicação ao caso concreto. Aristóteles acredita que é possível definir equitativos como aqueles atos que não serão julgados da mesma forma que os demais. É importante destacar que, nesta obra, Aristóteles entende equidade, partindo do ponto de vista do discurso retórico, de modo que a intenção do autor é organizar o pensamento através de metáforas e figuras de linguagem e, a partir daí enfatizar o caráter argumentativo desse discurso. O objetivo não é provar ou demonstrar a eficácia da equidade, mas convencer da importância da sua utilização.

Höffe (2008) aponta que os casos que necessitam ser tratados de forma equitativa são, em verdade, formas de testar a justiça de um modo geral. A partir do pensamento de Aristóteles, esse autor ainda enfatiza que o direito precisa de regras gerais que garantam a igualdade, mas ao mesmo tempo é fundamental atribuir a devida atenção ao caso particular (HÖFFE, 2008, p. 206).

A obra de Aristóteles, assim como tudo o que foi produzido pelos antigos filósofos, devem ser usadas com certo critério, nas análises da realidade atual, pois o sentido atribuído hoje

a certos termos não era usado da mesma forma naquela época. Todavia, suas reflexões servem de base para o entendimento que se procura atribuir aos termos igualdade e equidade. Por essa razão, embora a concepção da justiça baseada nos princípios da equidade, compreendida como uma forma de compensação da justiça igualitária tenha sido desenvolvida por Aristóteles, atualmente, a teoria da justiça como equidade mais utilizada foi elaborada, no início da década de 1970, pelo filósofo político norte americano, John Rawls. Desse modo, para compreender melhor como se configuram as políticas de assistência estudantil nas universidades, é pertinente analisar alguns pressupostos desenvolvidos por este filósofo. Não cabe aqui a apropriação da teoria do autor como um todo, mas sim refletir, em especial, como o termo equidade por ele desenvolvido pode contribuir para pensar as questões relacionadas à assistência ao estudante universitário.

Rawls afirma que seu objetivo com relação à formulação de uma Teoria da Justiça é desenvolver uma alternativa ao pensamento utilitarista, que, em linhas gerais, acredita que o sacrifício de alguns indivíduos seria o bastante para recompensar o bem-estar da maioria. Além disso, busca generalizar e elevar o nível de abstração da teoria do contrato social de filósofos como Locke, Rousseau e Kant (RAWLS, 2008, p. 13). Segundo Cruz Jr. (2004), a principal diferença entre as demais teorias contratualistas e a elaborada de Rawls, é uso do termo razoabilidade das partes atrelada a idéia de racionalidade de Hobbes e Locke.

Kersting (2001) salienta a importância da teoria contratualista moderna como um modo de interpretar a sociedade com todas as suas estruturas e acordos institucionais fundamentados a partir de uma relação que se estabelece por um contrato. Com isso, as instituições políticas e a constituição são respeitadas por todos os membros da sociedade, uma vez que integram esse acordo universal. O termo contrato é importante na teoria de Rawls, pois, dessa forma os princípios de justiça são concebidos por pessoas racionais, tornando possível a sua justificação de concepção de justiça. Nas palavras do autor:

[...] A palavra “contrato” indica essa pluralidade, bem como a condição de que a divisão apropriada das vantagens esteja de acordo com princípios aceitáveis por todas as partes. A condição de publicidade dos princípios da justiça também é uma conotação da fraseologia contratualista. Assim, se esses princípios resultam de um acordo, os cidadãos têm conhecimento dos princípios que outros adotam. É característico das teorias contratualistas salientar a natureza pública dos princípios políticos.[...] (RAWLS, 2008, p. 20).

A partir da teoria do contrato social, Rawls simula uma situação original, na qual os indivíduos livres e racionais, buscando o favorecimento de interesses mútuos, escolheriam os princípios de justiça que norteariam a sociedade. Dentro dessas condições, estes seriam capazes de definir os termos do contrato de forma equitativa. Como os indivíduos desconheceriam a posição que iriam ocupar na sociedade, escolheriam os princípios que proporcionassem mais vantagens, mesmo que viessem a ocupar uma posição desfavorável.

Essa posição original seria o *status quo* apropriado que garante a um grupo de homens racionais decidirem sobre o que é justo ou injusto, uma vez que o véu de ignorância permite que os princípios sejam pensados através de um consenso equitativo. Ainda com relação à posição original o autor define:

Entre as características essenciais dessa situação está o fato de que ninguém conhece o seu lugar na sociedade, a posição de sua classe, o status social e também ninguém conhece a sua sorte na distribuição de recursos e das habilidades naturais, sua inteligência, força, e coisas do gênero. Presumirei até mesmo que as partes não conheçam suas concepções do bem nem suas propensões psicológicas especiais. Os princípios da justiça são escolhidos por de trás de um véu de ignorância (RAWLS, 2008, p. 15).

Rawls (2003) destaca que a principal função do véu de ignorância, na posição original, é acabar com qualquer tipo de vantagem que venha a interferir nas negociações. Esta seria uma forma de garantir equidade na escolha dos princípios, pois, com isso, os indivíduos não teriam como desviar as regras gerais em prol de contingências específicas ou em benefício próprio. Na posição original Rawls afirma que os indivíduos escolheriam dois princípios de justiça.

Primeiro: cada pessoa deve ter um direito igual ao sistema mais extenso de iguais liberdades fundamentais que seja compatível com um sistema similar de liberdades para as outras pessoas.

Segundo: as desigualdades sociais e econômicas devem estar dispostas de tal modo que tanto (a) se possa razoavelmente esperar que se estabeleçam em benefício de todos como (b) estejam vinculadas a cargos e posições acessíveis a todos (RAWLS, 2008, p. 73).

De acordo com Rawls, o primeiro princípio se refere às liberdades políticas, individuais e coletivas, já o segundo diz respeito à distribuição de renda e de riqueza e à estruturação de organizações que fazem uso da autoridade e da responsabilidade (RAWLS, 2008, p. 74). A disposição da ordem desses princípios é fundamental para que a justiça tenha um caráter equitativo. Tal ordenação garante que a violação das liberdades não seja justificada por vantagens de ordem social ou econômica.

Na tentativa de atenuar as desigualdades, Rawls explicita que estas devem ser equilibradas de tal forma que os benefícios sejam distribuídos para todos. Nesse caso, o autor corrobora a ideia de que a justiça nem sempre é igualdade, mas pode ser entendida como a igualdade na diferença, de modo que as distribuições não igualitárias nem sempre são injustas (Rawls, 2008, p. 71). As desigualdades sociais serão admitidas, a partir do momento em que haja a garantia de acesso a determinados cargos e posições sociais para todos. Esse pressuposto permite que seja formada uma sociedade com base na justiça como equidade.

Nas instituições ideais, mesmo que as condições iniciais não sejam as mesmas para todas as pessoas, os parâmetros a serem definidos serão estipulados de modo que todos sempre tenham as mesmas condições de justiça. Na perspectiva teórica do autor, a justiça é entendida como equidade, na medida em que a sociedade só será justa, quando todos tiverem igualdade de oportunidades e os benefícios forem distribuídos também para os menos privilegiados. Em uma sociedade baseada na justiça como equidade, portanto, todos os bens primários¹⁸ devem ser repartidos de forma igual, a menos que as desigualdades possam trazer algum tipo de favorecimento aos mais necessitados. Somente após essa fase, de escolha dos princípios de justiça, haverá a elaboração das leis que irão reger a sociedade. Rawls está preocupado que a sociedade seja permeada por princípios igualitários; porém, para isso ele acredita que um dos fatores essenciais é a manutenção da liberdade. É importante frisar que os indivíduos que estabelecem o contrato original são pensados, pelo autor, através dos critérios próprios da sociedade democrática, ou seja, a justiça como equidade só acontece com indivíduos dotados de liberdade e igualdade, algo que é próprio da democracia.

¹⁸ Rawls define como bens primários os direitos e liberdades básicos; a liberdade de circulação e livre escolha; os poderes e prerrogativas de cargos e posições de responsabilidade nas instituições políticas e econômicas da estrutura básica; o rendimento e riquezas.

Na sociedade democrática, as decisões políticas são tomadas pelos cidadãos em uma situação de igualdade. O filósofo entende que as pessoas serão iguais, à medida que possuem faculdades como o senso de justiça, que permita compreender a aplicação da equidade em sociedade com bases democráticas. Além de serem capazes de assimilar uma concepção do bem, buscando critérios que permitam reconhecer fatores que levem a uma vida digna. Através da passagem, a seguir, Cohen mostra que a justiça como equidade, de Rawls, na posição inicial, é pensada principalmente por questões de ordem democrática:

The constraints on arguments that are captured by the veil of ignorance are not founded on the concept of morality or the concept of justice but on the democratic conception of persons as free and equal. So the model of justification associated with justice as fairness – unanimous agreement in the original position – expresses a form of normative reflection suited to a democratic society (COHEN, 2003, p. 101)²⁰.

A vida política na democracia, só acontece quando há cooperação social, empenho público e participação política, visando um reconhecimento da vida comunitária. De modo que, assim o indivíduo tem obrigações éticas com sua comunidade. Como as partes que participam do acordo são livres, racionais e estão em uma situação de igualdade, quando tomarem uma decisão levarão em conta todos os envolvidos no processo, até mesmo aqueles que forem menos favorecidos. De modo que se vierem a favorecer um determinado grupo, este poderá não ser aquele do qual farão parte e, assim serão prejudicados. Tal situação faz com que a escolha seja equitativa. Os indivíduos desconhecem seus planos pessoais, na posição original, e como a escolha tomada, nesse momento, resulta na eficácia ou não da execução dos planos, os acordantes devem tomar suas decisões baseadas na equidade para que em uma situação posterior seus planos não sejam comprometidos.

²⁰ As restrições sobre os argumentos que são capturados pelo véu da ignorância não são fundadas sobre o conceito de moralidade ou o conceito de justiça, mas na concepção democrática de pessoas como livres e iguais. Assim, o modelo de justificação associada com a justiça como equidade - um acordo unânime na posição original - exprime uma forma de reflexão normativo adequado para uma sociedade democrática (Tradução Livre).

Para esse autor, a correção das injustiças sociais só ocorrerá através da adoção dos pressupostos de uma política baseada na equidade. Através dessa perspectiva, é possível afirmar que a sociedade vai criar mecanismos para que os mais desfavorecidos tenham suas necessidades atendidas, podendo desfrutar da justiça social. Isso acontecerá a partir de uma estrutura inicial equânime, a partir da qual todos os participantes expõem suas opiniões, delimitando os princípios de justiça e finalmente definindo quais serão parte integrante do estado inicial e as instituições que irão ser responsáveis pelos direitos e deveres. Nas palavras do autor:

[...] Assim, embora o papel característico das concepções de justiça seja especificar direitos e os deveres fundamentais, e definir as parcelas distributivas apropriadas, o modo como determinada concepção o faz fatalmente influi nos problemas da eficiência, da coordenação e da estabilidade. Não podemos em geral, avaliar a concepção de justiça unicamente por seu papel distributivo, por mais útil que seja esse papel na identificação do conceito de justiça. Precisamos levar em conta suas relações mais amplas, pois, embora a justiça tenha certa prioridade por ser a mais importante virtude das instituições, ainda assim é verdade, que permanecendo constante as demais condições uma concepção de justiça é preferível a outra quando suas conseqüências mais amplas são mais desejáveis (RAWLS, 2008, p. 7 e 8).

Na teoria rawlsiana, o termo equidade rege todo o arcabouço que compõe as principais reflexões do autor acerca de justiça. A equidade começa a partir da definição de princípios que irão compor as estruturas que servem como base para a sociedade. Através da passagem abaixo, Rawls define a importância de equidade para garantia de uma justiça social.

[...] A ideia mais fundamental nessa concepção de justiça é a ideia de sociedade como um sistema eqüitativo de cooperação social que se perpetua de uma geração para a outra (Teoria, & 1). Esta é a ideia organizadora central que utilizamos para tentar desenvolver uma concepção política de justiça para um regime democrático. Essa ideia central é elaborada em conjunto com duas outras ideias fundamentais a ela associadas que são: a ideia de cidadãos (os que cooperam) como pessoas livres e iguais (&7); e a ideia de uma sociedade bem-ordenada, ou seja, uma sociedade efetivamente regulada por uma concepção pública de justiça (&3) (RAWLS, 2003, p.7).

Apesar de John Rawls não realizar estudos específicos sobre a educação; é válido mencionar alguns de seus comentários a respeito do tema. Em linhas gerais, educação é entendida pelo autor como um modo de aperfeiçoar certas habilidades e aptidões no indivíduo. É

uma maneira de estimular o senso de cooperação e de cidadania associada aos bens primários. Para melhor explicitar o seu entendimento de educação, o autor parte do conceito de sociedade bem-ordenada, na qual esta é tida como um modelo de democracia e se vale de todos os princípios de justiça.

Dizer que uma sociedade que a política é bem ordenada significa três coisas: primeiro, é implícito na idéia de uma concepção pública de justiça, trata-se de uma sociedade na qual cada um aceita, e sabe que os demais aceitam, a mesma concepção política de justiça (e portanto os mesmos princípios de justiça política). [...] Segundo, e implícito na ideia, ou por bons motivos acreditam, que a estrutura básica da sociedade [...] respeita esses princípios de justiça. Terceiro, e também implícito na idéia de regulação efetiva, os cidadãos têm um senso normalmente efetivo de justiça (RAWLS, 2008, p. 38).

A partir disso, os indivíduos desenvolvem suas capacidades de expressão, liberdade e pensamento o que possibilita um melhor desempenho na vida em sociedade. A educação exerce a função de garantir autonomia e entendimento sobre os princípios dos quais a sociedade estabelece.

Cabe salientar que essa concepção teórica, proposta por este autor, é entendida apenas como uma situação de cunho hipotético e, por isso não se enquadra em uma situação histórica real. O principal objetivo é pensar como as partes acordariam se estivessem nessa circunstância. Também não se imagina que a sociedade estivesse numa situação cultural primitiva, pois a posição original é atemporal e pode ser utilizada em qualquer momento. Segundo Rawls, ela acontece “por meio do raciocínio, respeitando as restrições do modelo citando apenas razões admitidas por essas restrições” (RAWLS, 2003, p.122).

A teoria da Justiça como equidade pretende minimizar as diferenças entre os indivíduos, através de ações que propiciem às pessoas menos favorecidas a inserção em espaços sociais até então não ocupados. Esse é um dos pontos, que contribui para análise das políticas de assistência estudantil, pois é possível entender o papel destas para a garantia da equidade na permanência dos alunos na educação superior. Ainda é necessário destacar que a teoria de Rawls colabora para este caso empírico, na medida que não se detém com tanto afincamento na perspectiva do indivíduo, ou seja, nas diferenças de ordem intelectual, social ou física, e sim numa justiça como equidade no âmbito institucional.

Mccowan (2007) preocupado em adaptar a teoria de Rawls para o campo da educação, faz uma abordagem da situação da educação superior no Brasil, através do ponto de vista do termo equidade. Para tanto, entende ser necessário haver condições que viabilizem oportunidades justas de acesso na educação superior.

O autor aponta um aumento significativo de matrículas no ensino superior, no decorrer das últimas décadas, entretanto isso não provocou, como se esperava, a democratização do ensino, tanto dentro das instituições, quanto da sociedade como um todo. Com o intuito de atenuar essa realidade, o governo vem desenvolvendo políticas para o setor, visando um crescimento equitativo. Entretanto, o autor ressalta que para atenuar a desigualdade no ensino superior, é preciso que a educação seja repensada como um todo (MCCOWAN, 2007, p. 581).

Mccowan faz algumas reflexões sobre os conceitos de igualdade e equidade, sendo assim, ao mesmo tempo em que se assemelham, também se diferenciam. Os termos se tornam próximos quando se referem a uma distribuição justa, benefício de um benefício. Todavia, não significa a igualdade de tratamento, porque um tratamento igual para pessoas com características e aptidões diferentes seria injusto. Também não visa uma igualdade de resultados, pois o esforço e a capacidade pessoal nem sempre levam a resultados iguais. Equidade, então, pode ser associada à igualdade de oportunidades e no campo educacional pode ser visto como um dos componentes que garantam a justiça.

Outro ponto a destacar nos estudos de Mccowan, trata-se do tratamento dado ao princípio da equidade, através de um ponto de vista próximo ao adotado por Rawls, no qual vislumbra que todos tenham onde cursar seus estudos no nível superior e que o ingresso não seja dificultado por motivos injustos. Nesse caso, é importante mencionar um aspecto do qual o autor não se apropria, mas é relevante para essa pesquisa, isto é, a educação superior deve garantir condições justas não só de acesso, mas também de permanência dos indivíduos nesses espaços. “An equitable system, therefore, will not only have sufficient places, but also an entry system that does not discriminate on unfair grounds” (MCCOWAN, 2007, p.582).

O autor ainda aponta que o termo equidade não é facilmente associado a sociedades como a brasileira, em que as desigualdades de distribuição de renda são percebidas de forma muito intensa; porém, quando se trata do sistema educacional, os índices são ainda mais acentuados. O ensino superior é marcado por grandes diferenças nas oportunidades educacionais, no qual grande parte das pessoas não tem acesso.

O principal ponto da discussão proposta por Mccowan (2007) está direcionado ao acesso e a expansão, e a partir disso, conclui que o sistema público não é equitativo. O acesso de grupos menos favorecidos economicamente é restrito. Por último, ele destaca que a expansão no sistema público deve ser acompanhada por reformas no ensino de um modo geral, com medidas que venham a compensar as desigualdades.

Através dessas reflexões, baseadas em alguns pontos da teoria desenvolvida por Rawls e corroborada por Mccowan, percebe-se a pertinência desses pressupostos para estudar a cerca da assistência ao estudante. John Rawls é utilizado, nessa dissertação, como principal embasamento teórico, pois constrói uma teoria da justiça como equidade, tendo como critérios, para seu desenvolvimento uma sociedade de cunho democrático, permitindo que se pense a realidade da educação superior brasileira, permeada por uma extrema desigualdade.

Essa perspectiva permite que se vislumbre um caráter mais plural da realidade, na medida em que se entende a equidade na universidade como uma forma de tornar justa a permanência do aluno na instituição através de benefícios e de oportunidades que garantam o abrandamento das desigualdades sociais. É possível afirmar a partir dessas constatações que a correção de injustiças sociais, só ocorrerá a partir da formação de políticas focadas e caráter pontual e que, acima de tudo, conduzam a equidade. Além disso, os mecanismos compensatórios, consentidos por todos os envolvidos, tornam-se necessários para que as injustiças sejam abrandadas. Na seção seguinte serão apresentados alguns aspectos sobre o debate teórico a respeito das políticas públicas.

3 A EDUCAÇÃO SUPERIOR E A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

Nesse capítulo, primeiramente far-se-á um panorama da trajetória da educação superior, no Brasil, visando subsidiar o debate em torno da formulação e implementação das políticas públicas voltadas para a assistência estudantil. Em um segundo momento, torna-se pertinente analisar como essas políticas se estruturaram ao longo do tempo.

3.1 A Educação Superior no Brasil

Em 1808, com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, foi instituído o ensino superior no país. Atendendo a solicitação da população local, criou-se a Faculdade de Medicina da Bahia. A partir daí, foram criadas as Faculdades de Direito de São Paulo e Recife, e a Escola de Engenharia de Minas Gerais. Esses estabelecimentos eram instituições isoladas e localizavam-se em cidades importantes, tendo como objetivo principal o ensino em detrimento da pesquisa (OLIVEN, 2002, p. 32).

A Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, foi a primeira universidade brasileira em decorrência da fusão entre a Escola Politécnica, a Faculdade de Direito e a Faculdade de Medicina. No ano de 1931, a Reforma Francisco Campos, através do Estatuto das Universidades Brasileiras, que vigorou até o ano 1961, estabeleceu que as universidades poderiam ser públicas ou privadas e deveriam possuir os cursos de Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras, no mínimo três deles. As IES tinham por função exclusiva a formação de profissionais, conforme o modelo napoleônico de instituição (SGUISSARDI, 2003).

No período populista, entre 1947 e 1964, houve um processo de integração do ensino superior, no qual ocorreu a criação de universidades e a federalização de algumas já existentes. No ano de 1961, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases que acabou reproduzindo o modelo de ensino superior vigente. Desse modo, continuou o modelo de cátedras vitalícias, faculdades isoladas e as universidades seriam apenas uma composição de cursos isolados. Ainda nessa proposta se enfatizou a importância de um estabelecimento voltado exclusivamente para o ensino.

Na década de 1960, a população passou a declarar a sua insatisfação com relação à educação superior, no país, assim o governo resolveu abrir um espaço de discussão para uma Reforma Universitária. Para tanto, com o decreto 62.937, foi instituído um grupo de trabalho para

elaborar uma proposta de Reforma Universitária, com o fim de garantir eficiência, flexibilidade administrativa e modernização a esse grau de ensino. A Lei de n. 5540, de 28 de novembro de 1968, que corresponde a Lei da Reforma Universitária, representa até o momento atual, a grande modificação feita na educação superior. Segundo Morhy (2004), a Reforma trouxe mudanças significativas para a estrutura da universidade como, por exemplo, o vestibular classificatório; a criação de institutos básicos e departamentos; cursos de curta duração; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; regimes de tempo integral e dedicação exclusiva de professores; institucionalização da pesquisa; e extinção das cátedras.

Na década de 1970, o setor público teve um crescimento limitado, enquanto que o setor privado passou por uma expansão através da criação de faculdades isoladas, em regiões próximas às periferias das grandes metrópoles e em cidades de médio e pequeno porte (OLIVEN, 2002, p. 39). A partir de então, passaram a predominar, no ensino superior, as pequenas instituições isoladas dedicadas exclusivamente ao ensino e com um padrão de qualidade heterogêneo. A década de 1980 foi caracterizada por um processo de estagnação do ensino superior. Naquele momento, o Brasil contava com 65 universidades, das quais 43 públicas e 22 privadas, além de um grande número de estabelecimentos isolados. Já no caso das universidades, havia uma preocupação com consolidação da pesquisa, da expansão e da formação da pós-graduação.

A Constituição Federal de 1988 trouxe alguns benefícios para educação superior como a aplicação de 18% da receita anual de impostos federais para o desenvolvimento da educação; a consolidação da gratuidade da educação pública; indissociabilidade do ensino, pesquisa e da extensão e autonomia das universidades; e um regime jurídico único (OLIVEN, 2002, p. 42). Do mesmo modo, em 1996, a Nova Lei de Diretrizes e Bases, propiciou a igualdade, liberdade e pluralismo da educação pública, garantia da qualidade do ensino, qualificação docente e avaliação sistemática.

No Artigo 207, da Constituição Federal, atribui-se às universidades autonomia didático-científica, administrativa, gestão financeira e patrimonial, todavia, essa ainda é uma discussão que gera uma série de debates. Para Simon Schwartzman:

A autonomia universitária é uma dentre outras disposições constitucionais sobre a educação, que inclui também os preceitos de garantia da qualidade do ensino, gestão democrática, regime jurídico único e plano de carreira para o magistério público, gratuidade do ensino público, acesso universal, e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; e, acima de tudo, o da prioridade ao ensino fundamental. É fácil ver que nem todos estes princípios são facilmente

compatíveis entre si, ou podem ser atendidos ao mesmo tempo; e que, por isto, necessitam ser hierarquizados de alguma forma (SCHWARTZMAN, 1988, p.1)²¹.

Após, a aprovação da LDB, houve maior heterogeneidade e diversificação nesse grau de ensino. No Artigo 45 dessa Legislação, está previsto que educação superior deve ser ministrada em instituições, de cunho público e privado, com graus de abrangência e especialização. No Brasil, a maior parte das instituições privadas é voltada, exclusivamente, para o ensino de graduação, não havendo preocupação com o enfoque na pesquisa e na extensão. O Decreto de n. 2.306 estabeleceu que as instituições devem ser classificadas em universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, institutos superiores e escolas superiores. Sendo que, as universidades são os únicos espaços onde há indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

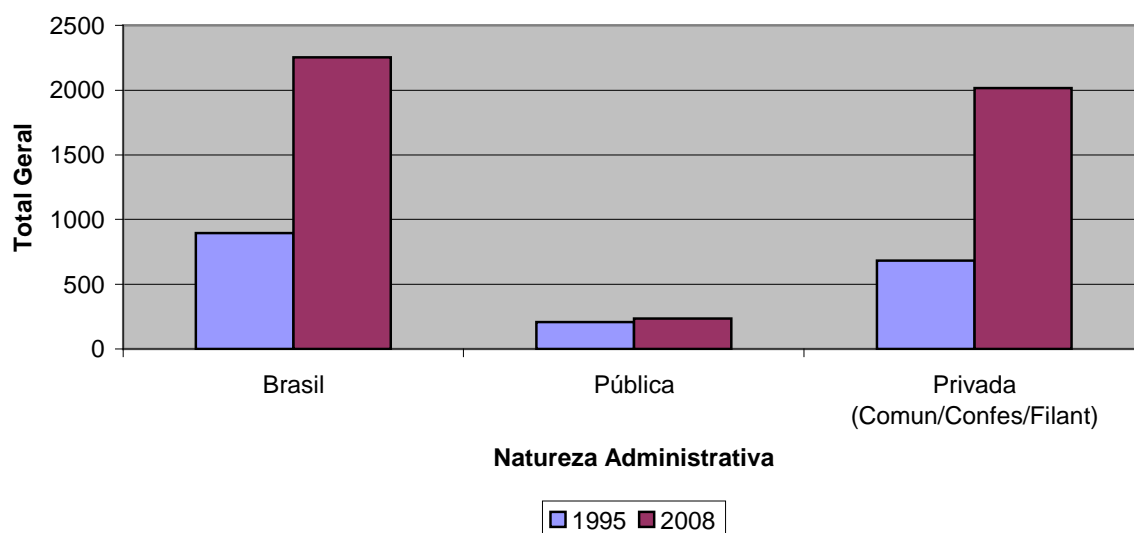
Nos anos de 1990, o ensino superior privado voltou a crescer como revelam os dados do Censo das Instituições de Ensino Superior de 1995, no qual havia um total de 894 instituições de educação superior, dessas 684 privadas e 210 públicas (incluindo as municipais, estaduais e federais). Algumas instituições isoladas privadas transformaram-se em universidades, expandindo seu espaço físico, dando origem a uma multiplicação dos Campi e na diversificação da oferta de cursos de graduação.

O aumento da oferta de vagas no setor privado foi maior do que a demanda de modo que a relação candidato/vaga caiu de 2,9 em 1995 para 1,17 em 2008. Ao mesmo tempo em que, o percentual de vagas não preenchidas, nestas instituições, que era de 20% nos anos 90, atualmente encontra-se em torno de 50%. Do mesmo modo, percebe-se uma elevação no número de alunos inadimplentes e dos índices de evasão.

No ano de 2008, o Censo da Educação Superior revelou que no Brasil há 2.252 instituições de educação superior, sendo dessas 183 universidades, 124 centros universitários, 1911 faculdades, 34 CEFET e IFET. A partir do gráfico 1, é possível constatar, que entre 1995 e 2008, o número de instituições públicas de educação superior no país não sofreu alterações. Em contrapartida, o sistema privado cresceu três vezes mais que o público.

²¹ Informações disponíveis em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/cont88.htm> Acesso em: 17.03.2010.

Gráfico 1: Instituições de Ensino Superior por Natureza Administrativa 1995 – 2008



Fonte: www.inep.gov.br

O número de alunos matriculados em cursos de graduação presencial, como mostra a tabela 1, em 1995, era de 1.759.703 estudantes e em 2008 passou para 5.080.056, representando um percentual de crescimento de 188,68%. As regiões Sudeste e Sul possuem o maior número de alunos matriculados, na educação superior, revelando a disparidade econômica e social do país.

Tabela 1: Matrículas em Cursos Presenciais por Unidade da Federação de 1998 a 2008

Matrícula em Cursos de Graduação Presenciais						
Unidades da Federação /Ano	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
1995	269.454	64.192	973.448	330.056	122.553	1.759.703
1996	279.428	77.035	1.028.431	349.193	134.442	1.868.529
1997	289.625	77.735	1.053.281	378.566	146.408	1.945.615
1998	310.159	85.077	1.148.004	419.133	163.585	2.125.928
1999	357.835	94.411	1.257.562	473.136	187.001	2.369.945
2000	413.709	115.058	1.398.039	542.435	225.004	2.694.245
2001	460.315	141.892	1.566.610	601.588	260.349	3.030.754
2002	542.409	190.111	1.746.277	677.655	323.461	3.479.913
2003	624.692	230.227	1.918.033	745.164	368.906	3.887.022
2004	680.029	250.676	2.055.200	793.298	384.530	4.163.733
2005	738.262	261.147	2.209.633	845.341	398.773	4.453.156
2006	796.140	280.554	2.333.514	854.831	411.607	4.676.646
2007	853.319	303.984	2.431.715	864.264	345.029	4.880.381
2008	912.693	323.190	2.512.560	887.182	444.431	5.080.056

Fonte: <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>

Na pós-graduação também houve um considerável aumento nas matrículas. Segundo dados divulgados pela Assessoria de Imprensa da CAPES, acredita-se que até o final de 2010 serão titulados 62.300 mestres e doutores no país²². Os mesmos dados revelam que entre 1976 e 2003, os cursos de passaram de 673 cursos para 2.993, representando um aumento de 5,6% ao ano. Há um forte investimento na formação de pessoal qualificado, sendo assim, a CAPES aumentou o número de bolsas concedidas aos alunos de pós-graduação. No ano de 1996, eram 11.946 bolsas de mestrado e 6.588 de doutorado, já no ano de 2008, esse número aumento para 23.665 bolsistas de mestrado e 16.227 de doutorado. No ano de 2003, foi criada a Bolsa Recém-Doutor, do CNPq, oferecendo no ano de 2008, um total de 1147 benefícios. O país vem se

²² Informações disponíveis em: <http://www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/1282> Acesso em 20.03.2010.

destacando no que se refere à produção científica, ficando, em 2008, na décima terceira colocação dos 20 países que mais produzem artigos, somando um total de 30.415 artigos.

3.2 Políticas e Programas de Inclusão Social

Para que o Brasil aumente as possibilidades de acesso e permanência na educação superior, de modo a garantir um sistema de ensino mais equitativo, vem se implementando, nos últimos anos, algumas políticas públicas que permitam a inclusão de uma camada de indivíduos de baixa renda que não possuíam condições de frequentar um curso superior. Nesse momento, destacar-se-á as principais políticas de acesso e inclusão na educação superior, ou seja, o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES), o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

O primeiro programa a ser destacado é o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES) que financia os cursos de graduação, no ensino superior privado, para estudantes que estejam regularmente matriculados e não possuam condições financeiras de arcar com os custos de sua formação. Para ter acesso ao auxílio, a instituição deve estar cadastrada no Programa e ter uma avaliação positiva no MEC.

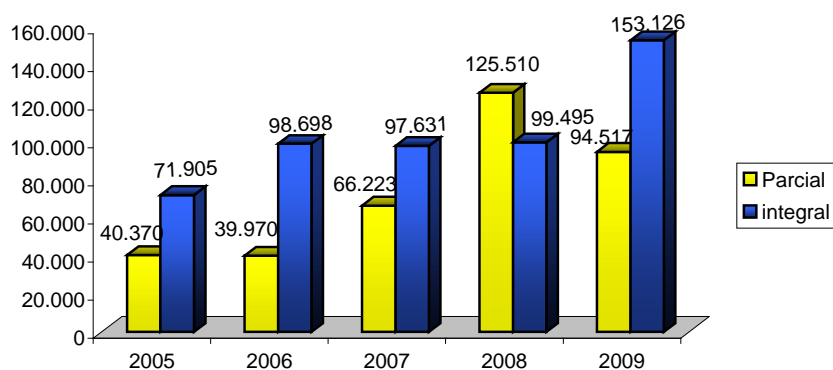
O FIES foi criado, em 1999, através da Medida Provisória nº. 1.827, para substituir o Programa de Crédito Educativo, sendo modificado, em 2007. Com as novas regras, possibilitaram-se a fiança solidária, na qual os alunos atuam como fiadores uns dos outros em pequenos grupos. Já o prazo para quitar a dívida passa a ser de duas vezes a duração do curso, com prazo de seis meses de carência para o início do pagamento do empréstimo.

A partir do ano de 2005, passou-se a conceder financiamento para bolsistas parciais, beneficiados com a bolsa de 50% do PROUNI. Atualmente, também se concede crédito para alunos que se encontram na situação de bolsistas complementares, isto é, alunos do PROUNI que tem benefício de 25% na mensalidade. A Caixa Econômica Federal atua como órgão financiador do FIES. Atualmente, o grande problema dos alunos que utilizam esse benefício é a inadimplência, uma vez que muitos jovens deixam de quitar suas dívidas no prazo acordado. De acordo com Caixa Econômica Federal, em 2009, cerca de 25% dos contratos em fase final de pagamento estavam em situação inadimplente. No ano de 2010, o governo realizou algumas modificações para facilitar o pagamento das dívidas, passando a ser renegociada no Fundo

Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e aumentando ainda mais o prazo para o pagamento.

O segundo programa é o Programa Universidade para Todos (PROUNI) que foi criado em 2004 e concede bolsas para estudos parciais e integrais em cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior. O programa oferece isenção de tributos para as instituições privadas que aderirem ao Programa. O processo de seleção se dá por meio da nota obtida no ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio e é destinado aos egressos da rede pública. Há também um incentivo à permanência nas instituições dos estudantes, com menor poder aquisitivo, através da Bolsa Permanência. Além do mais, o estudante pode financiar através da Caixa Econômica Federal e o FIES a mensalidade que não for coberta pela bolsa do programa. No gráfico abaixo, observa-se que o número de bolsas, de um modo geral, vem aumentando desde a criação do PROUNI, dando destaque para o aumento de bolsas integrais.

Gráfico 2: Número de Bolsas PROUNI concedidas no período de 2005-2009



Fonte: <http://prouniportal.mec.gov.br>

No primeiro semestre de 2010, foram oferecidas 165 mil bolsas de estudo, sendo 86 mil integrais e 79 mil parciais. Com isso, constata-se um equilíbrio na relação entre bolsas integrais (52%) e participais (48%), fenômeno diferente do identificado dos anos anteriores. Segundo dados do MEC, constata-se que 43% das vagas ofertadas, no ano de 2009, não foram preenchidas

pelos candidatos. Segundo Neves et al. (2009), as razões podem estar associadas ao baixo rendimento no ENEM, ao limite de renda e a falta de vagas no curso de interesse.

O terceiro programa é o Reuni que foi instituído pelo decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e tem como objetivo dar condições para que as universidades federais ampliem o acesso e garantam a permanência de estudantes na educação superior. O plano tem previsão de duração de cinco anos e pretende distribuir R\$ 2 bilhões de reais para as universidades federais para que essas melhorem os cursos de graduação, a infra-estrutura física e os recursos humanos. O programa também enfatiza questões como a criação de cursos noturnos e as licenciaturas como meio de formar professores aptos para lecionar na educação básica. O Reuni atua como subsídio para que uma série de ações que possibilitem auxiliar os alunos possam ser viabilizadas.

O quarto programa a destacar é a política de ação afirmativa implementada, em 2001, no âmbito das IES públicas. Estas reservam vagas nos seus processos seletivos para negros, pardos, indígenas e alunos oriundos de escolas públicas. Segundo Morche (2009), tais políticas seguem quatro modelos distintos: as cotas raciais (afrodescendentes e/ou indígenas), as cotas sociais para alunos oriundos de escolas públicas ou de baixa renda, as cotas sociais e raciais (conjugam os dois critérios anteriores) e o modelo de acréscimo de bônus no vestibular. Nas ações afirmativas não há o acréscimo de vagas, mas sim o redirecionamento dos candidatos que teriam direito às vagas por mérito, para outras Instituições de Ensino Superior (IES) (NEVES, C. et al.; 2009, p. 16).

Além das políticas e dos programas que viabilizam um acesso democrático à educação superior, observa-se a pertinência da elaboração de estratégias que permitam a permanência do aluno da educação superior. Nesse sentido a seguir será realizada uma análise a respeito da estrutura e organização da assistência estudantil no Brasil.

3.3 As Políticas de Assistência Estudantil nas Universidades Brasileiras

As políticas de assistência estudantil, no Brasil, voltadas para alunos da graduação das universidades, podem ser entendidas em dois momentos distintos. A primeira fase compreende o período em que foi criada a Casa do Estudante Brasileiro, em 1928, até o final da década de 1980. A segunda fase abrange desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 até os dias atuais. Cabe analisar de forma mais detalhada cada um desses momentos.

3.2.1 Perspectiva Sócio-Histórica

A assistência estudantil, no Brasil, de algum modo sempre esteve associada às questões políticas que permeiam a realidade social do país. A primeira manifestação com o intuito de apoiar os estudantes universitários, ocorreu em 1928, com a inauguração da Casa do Estudante Brasileiro. O estabelecimento se localizava em Paris e era destinado a auxiliar estudantes brasileiros que estudavam na capital francesa e tinham dificuldades em fixar residência. O governo de Washington Luís era responsável pelo repasse integral das verbas da construção e da manutenção da residência (ARAÚJO, 2007).

No ano de 1931, foi aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras, o qual definia que a universidade deveria ter um modelo único de organização didático administrativa, podendo variar conforme a região do país. Nesse estatuto, o estudante deveria fazer parte do poder decisório da instituição através de seus representantes do Diretório Central dos Estudantes. Além do mais, cada instituto deveria se organizar em diretórios acadêmicos com prévia aprovação do conselho técnico administrativo da instituição. Esses diretórios ficariam responsáveis pelas reivindicações do corpo discente e criariam um ambiente acadêmico agradável para o convívio dos estudantes (Cunha, 2007).

Em 1931, com a Reforma Francisco Campos, houve a primeira tentativa de regulamentação da política da assistência estudantil, no Brasil. Esta lei foi incorporada na Constituição Federal de 1934, no artigo 157, que estabelecia o repasse de verbas para auxiliar os alunos necessitados através do fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar e dentária (LIMA, 2002).

Como naquele momento o ensino superior estava se organizando, a assistência estudantil ocorria principalmente através de investimentos nas instituições, na tentativa de integrar a comunidade acadêmica e acomodar os estudantes de forma satisfatória. Por essa razão, as principais ações foram às construções de cidades universitárias. No ano de 1934, quando Gustavo Capanema ocupava o cargo de Ministro da Educação e da Saúde, se vislumbrou a necessidade concreta da criação da primeira cidade universitária no Brasil, caracterizando um espaço próprio para abrigar os diferentes prédios da Universidade do Rio de Janeiro. Essa iniciativa, na Universidade do Rio de Janeiro, buscava centralizar fontes bibliográficas, facilitar a ligação entre

pesquisa e ensino, maior intercâmbio dos estudantes e materiais didáticos, acabar com o trabalho duplicado, centralizar o esporte, e maior controle por parte da reitoria (CAMPOS, 1940).

O termo cidade universitária está associado à *Cité Internationale Universitaire de Paris*, que foi construída a partir da união da iniciativa privada, através do industrial Emile Deutsch de la Meurthe, o então reitor da Universidade de Paris, Paul Apell e o Ministro da Educação André Honorat. Essa instituição não abrigava prédios de faculdades ou centros administrativos seu objetivo era somente a moradia estudantil. Em 1937, foi concluída a primeira fase da construção abrangendo dezenove moradias, incluindo a *International House*. Esta era composta de um restaurante, uma biblioteca, uma piscina, salões e uma série de atividades para os estudantes e professores. Ao longo dos anos, foram construídos mais dezessete novos prédios e houve a doação da ilha de Brehat para que os alunos pudessem descansar.²³

Segundo Oliveira (2006), somente em 1953 o primeiro prédio foi ocupado na Baía de Guanabara. No ano de 1973, foi inaugurada a cidade universitária, abrigando a maior parte dos seus prédios da Universidade. As autoridades políticas e acadêmicas da época julgavam ser indispensável a criação de um espaço físico de modo a congregar centros, faculdades e institutos, dando um caráter de vida acadêmica que faltava no país. Além disso, a Universidade precisava de espaço apropriado com prédios adequados à realização das aulas e laboratórios que dispusessem de equipamento para o desenvolvimento das pesquisas. Ainda conforme aponta o autor, a Cidade Universitária era fundamental para o desenvolvimento da produção de conhecimento e tecnologias, necessários ao país naquele momento.

Nessa mesma perspectiva, outras instituições foram criando suas cidades universitárias. Entretanto, a aproximação da concepção de educação superior, no Brasil, baseada no modelo norte americano só aconteceu nos anos de 1960. Por esta razão, a Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira instituição a utilizar o espaço baseado nesse formato. A partir daí, passa-se por um processo de mudança de nomenclatura de cidade universitária para campus universitário. De acordo com Luís Antônio Cunha:

Com efeito, a UnB foi a primeira universidade brasileira que surgiu fora do modelo de agregação de faculdades profissionais preexistentes... Mais do que isso, a Universidade de Brasília foi a primeira que, em nosso país, aliou a concepção de sua estrutura com a concepção da morfologia de seu campus. Destaca-se no

²³ Ver informações em: <http://www.ciup.fr/> Acesso em: 20.03.2009

conjunto um longo edifício, que reúne os institutos centrais das diversas áreas do conhecimento, rodeado pelos prédios das faculdades profissionais. Aliás, pela primeira vez, a diferença entre institutos e faculdades, numa universidade brasileira, foi traçada de maneira racional (CUNHA, 2003, p.229).

Segundo Araújo (2007), outra manifestação importante de assistência estudantil, no Brasil, foi à Casa do Estudante do Brasil, que começou a funcionar, no Rio de Janeiro, no início dos anos de 1930, com o objetivo de auxiliar os estudantes mais carentes. Esse espaço correspondia a um casarão com três andares, um restaurante popular, que era freqüentado por estudantes carentes e membros da comunidade que se faziam passar por estudantes para utilizar o benefício. Porém, foi durante o governo de Getúlio Vargas que a casa passou a receber grandes doações do governo federal.

Naquela época, o governo queria o apoio político dos jovens estudantes universitários. Então, no ano de 1937, o Ministério da Educação apoiou a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), mediante a reunião do Conselho Nacional dos Estudantes. Essa foi talvez uma estratégia do governo de construir uma instituição despolitizada (CUNHA, 2007; ARAÚJO, 2007). A Casa do Estudante do Brasil seria responsável pela sede administrativa da UNE, organizando a biblioteca, o serviço de saúde e a residência estudantil; promovendo a assistência jurídica, a concessão de bolsas e a distribuição de cargos empregatícios.

No ano de 1938, durante o II Congresso Nacional dos Estudantes, ocorreu o rompimento entre a Casa do Estudante do Brasil e os membros da UNE, por divergência de opiniões. A partir daí, a UNE se torna uma instituição de cunho mais politizado. No mesmo ano, foi criado o Teatro do Estudante do Brasil, com inspiração em grandes teatros universitários europeus, o qual permitiu a participação de muitos estudantes na vida cultural acadêmica.

Do ponto de vista legislativo, a década de 1940 consolidou o direito do cidadão de acessar a educação. A Constituição de 1946 apresentava, no artigo 166, a educação como um direito de todos e deveria ser ministrada no lar e na escola, e acrescentava que esta deveria inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. No artigo 172, cada sistema de ensino deveria ter o serviço de assistência estudantil educacional de modo a garantir o sucesso escolar dos alunos necessitados. O Decreto 20.302, de 1946, estabelecia que a Seção de Prédios, Instalações e Estudos dos estabelecimentos de Ensino Superior deveriam pensar alternativas para os problemas relacionados com a assistência médico-social destinados a alunos.

Durante os anos de 1960, período de ditadura militar, o movimento estudantil promoveu diversas reuniões com o objetivo de discutir a Reforma Universitária e os direitos dos estudantes. Em 1961, a UNE realizou em Salvador, o Seminário Nacional de Reforma Universitária, com intuito de debater o conteúdo sancionado por essa lei, resultando na Declaração da Bahia. Esse último documento solicitava que as universidades fossem um espaço de todos, através da criação de cursos acessíveis a todos. Ainda no mesmo ano, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que estabelecia no artigo 90, a assistência social, médico odontológico e de enfermagem aos alunos; e no artigo 91 constava que os educandos teriam direito a bolsas gratuitas para custeio total ou parcial dos estudos, financiamento para reembolso no prazo de quinze anos. A LDB colocava que a assistência estudantil deveria ser um direito igual para todos os estudantes.

No ano seguinte, as questões relacionadas à assistência estudantil voltaram a ser debatidas pela UNE. O Conselho da União Nacional de Estudantes, juntamente com suas respectivas comissões, dentre elas a Comissão de Política de Assistência Cultural e Material ao Estudante, realizou o II Seminário Nacional de Reforma Universitária, em Curitiba. Nesse evento, foi emitida a Carta do Paraná, que reiterava os assuntos discutidos no encontro anterior e debatia a objetivação da Reforma Universitária. Essa reunião levantou pontos como a criação de gráficas universitárias para impressão de jornais, revistas, apostilhas e livros; assistência médica; assistência habitacional, com a construção de casas de estudantes; e o aumento do número de restaurantes universitários (FÁVERO, 1995).²⁴

No que se refere à legislação é importante ressaltar que na Constituição Federal de 1967, no artigo 168, a educação continua sendo um direito de todos, ministrada no lar e na escola; porém, pela primeira vez se acrescenta o direito à igualdade de oportunidade. Na emenda constitucional de 1969, estabelecia, no artigo 176, inciso segundo que o ensino seria livre para iniciativa particular e merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive mediante bolsa de estudos. O inciso terceiro atribuía que o ensino seria gratuito, no ensino médio e no superior, para aqueles que demonstrassem aproveitamento e não tivessem recursos suficientes para supri-los. O inciso quarto admitia que o poder público também substituísse a gratuidade do ensino por meio de concessão de bolsas de estudos mediante restituição. Durante o

²⁴ Esses eventos foram as últimas reuniões públicas de debate da UNE antes de entrar de entrar para ilegalidade, através da Lei Suplicy de Lacerda. Em 1964, a sede da UNE foi incendiada. Nesse momento, todas as representações estudantis ficaram submetidas ao MEC. Somente no ano de 1994, no governo do Presidente Itamar Franco, a UNE retoma a sua sede e na mesma época, sob responsabilidade da UNE inicia-se a confecção das carteiras de meia-entrada em eventos culturais.

governo militar de 1964-68, houve um forte incentivo na criação de novas universidades federais e estaduais, investimento em laboratórios e aperfeiçoamento do corpo docente, buscando o desenvolvimento no ensino superior.

A Lei 5.540 de 1968 promulgou a Reforma Universitária, estabelecendo que o corpo discente tivesse direito a representação, através de voto, nos colegiados das universidades e estabelecimentos isolados e nas comissões dos estatutos e dos regimentos. O artigo 40 estabelecia que as atividades de extensão proporcionassem aos estudantes uma maior participação no desenvolvimento da vida da comunidade. Segundo Meneghel (2002), esta Reforma constitui-se como um fator importante na construção de políticas voltadas para educação superior, uma vez que o Estado assumiu o controle de várias instituições; orientou gastos; e buscou estreitar as relações entre academia, setor privado e sociedade. Ainda segundo a autora, através da intervenção do Estado as Instituições de Ensino Superior (IES) sofreram um processo de expansão, através do aumento de instituições privadas; e de modernização com maior incentivo estatal na pesquisa e na pós-graduação.

No ano de 1970, o governo federal criou o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), este órgão estava vinculado ao MEC, que pretendia manter uma política de assistência estudantil para graduação em nível nacional, dando ênfase para os programas de alimentação, moradia, assistência médico-odontológico, contudo extinto nos governos subsequentes (FONAPRACE, 1995).

A UNE passou treze anos na ilegalidade, o que levou a diminuição dos debates estudantis sobre assistência aos graduandos. De acordo com Lima (1999), as reivindicações sobre moradia estudantil foram retomadas, quando a UNE voltou à legalidade. Nas palavras da autora:

Somente após a reativação da União Nacional Estudantil - UNE e o fim do Decreto-Lei nº 477 de 26 de fevereiro de 1969, a luta Pró-Moradia Estudantil foi retomada, tendo como marco representativo à realização do 1 Encontro de Casas de Estudante, em 1976, no Rio de Janeiro.

Em 1985, o então Ministro da Educação, Marco Maciel, constituiu a "Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior Brasileira" que propôs "uma Nova Política para a Educação Superior" e recomendou a re-alocação de recursos suficientes para o custeio de um plano nacional de recuperação e conservação de prédios de refeitórios e residências estudantis e criação desses serviços em instituições de Ensino Superior - IES públicas que ainda não os possuísem (LIMA, 1999, p.3).

Nessa primeira fase, observou-se que a assistência estudantil foi marcada pela informalidade. Desde as suas primeiras manifestações, verificou-se um caráter pontual, descontínuo e marcado pela escassez de recursos. As ações eram focadas para auxiliar as dimensões econômicas da assistência estudantil. Havia uma preocupação em sanar os problemas básicos e emergenciais dos estudantes, como a moradia e a alimentação. Além do mais, foi um período marcado pela construção de cidades universitárias, com o objetivo de acomodar a comunidade universitária e criar uma identidade física para a instituição. Entretanto, não se vislumbrou uma política pública voltada para apoiar os estudantes.

3.2.2 Políticas Atuais de Assistência Estudantil

A partir do final da década de 1970, o Brasil passou por um processo de redemocratização, que foi decorrente, principalmente, de uma forte crise econômica que se estabeleceu no governo militar (KINZO, 2001). Desde então, verifica-se que a assistência estudantil entra em uma segunda fase na qual há um processo de formulação de políticas públicas com o intuito de tratar da temática. Para melhor entender como isto ocorreu, utilizar-se-á o *Multiple Streams Model*, o qual permite averiguar de forma mais adequada o contexto que permeou a criação dessas políticas. De acordo com esse modelo teórico, os processos de formulação de políticas são permeados por três fluxos decisórios, que atuam de forma independente: 1) problemas (*problems*), 2) soluções ou alternativas (*policies alternatives*) e 3) política (*politics*). Quando a sociedade passa por um momento crítico, nesse caso os altos índices de desigualdade na educação superior decorrentes das dificuldades de acesso e permanência na educação superior, esses fluxos se convergem, de modo a provocar uma mudança na agenda, que, em geral, culmina na criação de uma política pública.

É possível verificar a convergência desses fluxos ao analisarmos o processo de implementação das políticas de assistência estudantil nas IES federais. Os fluxos decisórios não acontecem em ordem crescente, em momentos diferentes e nem tão pouco são estanques. Entretanto, para fins elucidativos, estes serão dispostos em etapas, que em verdade ocorrem no mesmo tempo.

Primeiramente, examinaremos o primeiro fluxo no qual procuraremos entender como a questão da permanência dos estudantes de graduação passou a ser entendido, como um problema (*problem*) de cunho emergencial que deveria incorporado na agenda governamental das políticas públicas. Como foi possível constatar, até então, a adversidades que comprometiam a permanência dos graduandos em cursos superiores não era um problema tido como emergencial para o governo, de modo que a assistência estudantil era composta apenas por ações isoladas e com poucos recursos financeiros. Com a nova conjuntura política que se instaurou devido a redemocratização do país, abriu-se espaço para uma série de debates que visavam garantir os direitos sociais dos cidadãos. A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi o marco da garantia da efetividade dos direitos fundamentais e da prevalência dos princípios democráticos. No âmbito da educação, a Constituição salienta que:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
 - III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 - IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 - V - valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
 - VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
 - VII - garantia de padrão de qualidade.
- (Constituição Federal, 1988)

Observa-se que na Carta Magna, a educação é tratada como uns dos elementos responsáveis para a construção de uma sociedade livre e justa. Para tanto, a Constituição prevê o oferecimento de condições educacionais básicas que encaminhem os indivíduos para o acesso a bens primários como recursos econômicos, sociais e culturais. Do mesmo modo, a Lei de Diretriz e Bases (LDB) de 1996 reforçou a pertinência do princípio da igualdade na educação, sendo esse um dos seus fins. No texto da LDB, também é possível perceber que há um encaminhamento para se pensar a educação voltada para as necessidades de determinados grupos e situações específicas. Dessa forma, a educação passa a ser pensada sob um viés mais equitativo.

No plano internacional, a garantia da educação superior, como um direito de todos, foi abordada pela UNESCO, no ano de 1998, na Declaração Mundial sobre Educação Superior no

Século XXI. A perspectiva de tornar este grau de ensino mais democrático, está associada a concepção da formação de uma sociedade com mais igualdade social e maior equidade de oportunidades. Nessa perspectiva, a Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI afirma que:

[...] Sem uma educação superior e sem instituições de pesquisa adequadas que formem a massa crítica de pessoas qualificadas e cultas, nenhum país pode assegurar um desenvolvimento endógeno genuíno e sustentável e nem reduzir a disparidade que separa os países pobres e em desenvolvimento dos países desenvolvidos. O compartilhar do conhecimento, a cooperação internacional e as novas tecnologias podem oferecer oportunidades novas para reduzir esta disparidade (UNESCO, 1998; p12).

Dentre os desdobramentos da Constituição Federal de 1988, é possível verificar que no artigo 214, estabeleceu-se a criação do Plano Nacional de Educação (PNE), o qual seria elaborado pela União com a colaboração dos Estados, Distrito Federal e Municípios. O PNE foi regulamentado pela Lei 10.172, em 9 de janeiro de 2001, tendo por objetivos a melhoria da qualidade do ensino, a redução da desigualdade social no acesso e na permanência na escola. O PNE define as diretrizes com o objetivo de articulação, de desenvolvimento de todos os níveis de ensino, e da integração das ações do Poder Público.²⁵

Esse cenário permeado por discussões e elaborações de leis que visam à democratização dos direitos sociais fez emergir o problema da desigualdade na educação superior de modo que, no Brasil, as condições de acesso a esse grau de ensino passaram a ser tema de intensos debates. Os governantes e a sociedade civil passaram a entender que tais dificuldades estavam se tornando um grande empecilho para o desenvolvimento da educação no país. Portanto, tais questões passaram a ser examinadas com mais cautela.

No início, verificou-se que o acesso era o principal problema que limitava a inclusão na educação superior, entretanto, na medida em que as discussões foram avançando, constatou-se que não bastava apenas garantir o ingresso dos estudantes em um curso superior, mas também era necessário oferecer condições de permanência, aventando-se, assim, a possibilidade de se investir na assistência estudantil. Dessa maneira, a permanência na educação superior passou a ser entendida como um problema que deveria compor a agenda das políticas públicas.

²⁵ Portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_constituicao.pdf -

Contudo, é importante salientar que a formulação de uma política pública é um processo longo e permeado por disputas de interesses. Isso fez com que, apesar dos debates em torno do assunto, na década de 1990, houvesse poucos recursos para custear a assistência estudantil nas universidades. Nesse sentido, Rocha (1997) aponta que, naquela época, os programas dirigidos com o fim de apoiar os estudantes eram fragmentados devido à escassez de recursos das IES. As ações que prevaleciam eram destinadas a sanar as necessidades básicas dos alunos de baixa renda como moradias estudantis e restaurantes universitários.

O segundo fluxo destaca as alternativas (*policies alternatives*), isto é, quando o problema da permanência na educação superior passou a ser discutido pelo meio acadêmico, funcionários públicos, analistas em congressos, pesquisas e etc. As primeiras discussões com relação ao tema começaram em meados da década de 1980 nos encontros dos Encontros Nacionais de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis e nas Reuniões realizadas pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES).

No ano de 1987, foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE)²⁶, o qual congregava Pró-Reitores, Sub-Reitores, Decanos, Coordenadores e Responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantes das IFES no Brasil. O objetivo do Fórum era promover o debate sobre a assistência estudantil, procurando articular as IES públicas na busca do estabelecimento de políticas nacionais voltadas para o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos, principalmente, de alunos oriundos de camadas sociais de baixa renda.

Os membros do FONAPRACE, como dirigentes de universidades públicas constataavam as dificuldades que as IES encontravam para manter os alunos nas instituições, por esta razão sempre salientaram a importância da assistência estudantil. O argumento ainda era corroborado pelo pressuposto de que para a universidade pública passar por um processo de democratização do ensino, seria necessário acima de tudo incorporar, estudantes de baixa renda. Entretanto, segundo eles, não bastava apenas a garantia das condições de acesso, mas era necessário sobretudo a criação de possibilidades concretas de permanência desses estudantes na universidade.

²⁶ O FONAPRACE atua no âmbito da ANDIFES, como o objetivo de assessorá-la nas questões relacionadas à comunidade acadêmica e os discentes.

Com o objetivo de dar consistência para a implementação de políticas voltadas para a assistência estudantil, o FONAPRACE decidiu realizar pesquisas de caráter sistemático que mapeasse a realidade nacional e local das universidades federais. Foram divulgados dois estudos intitulados: Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras, respectivamente, nos anos de 1998 e 2004. As pesquisas constataram que uma parcela significativa dos estudantes era oriunda de camadas sociais de baixa renda, o que ocasionava dificuldades para se manter na universidade. O FONAPRACE procurou através, desses estudos, salientar que o ensino superior público vem atendendo a uma demanda significativa das camadas sociais menos privilegiadas, mas que isso não é suficiente para que os alunos permaneçam na universidade.

A ANDIFES (2008), gestão 2007/2008, através do FONAPRACE, demonstrou preocupação com os resultados de tais pesquisas e propuseram a realização de ações assistenciais que visem à permanência e a conclusão dos cursos de graduação. O FONAPRACE entende que as políticas de assistência estudantil:

... como parte do processo educativo, deverá articular-se ao ensino, à pesquisa e à extensão. Permeiar essas três dimensões do fazer acadêmico significa viabilizar o caráter transformador da relação universidade e sociedade. Inserir-na na práxis acadêmica e entendê-la como direito social é romper com a ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor e das concessões do Estado (ANDIFES, 2001, p.5).

O Movimento Estudantil também vem realizando eventos, debates e mobilizações em torno do tema da assistência estudantil. Ao longo das últimas décadas, este vem defendendo a adoção de melhores condições de permanência, principalmente para jovens de baixa renda. De acordo com a União dos Estudantes (UNE), principal representante do Movimento Estudantil no país, de nada adianta a inclusão de alunos de baixa renda, se não houver garantia para que possam participar da vida acadêmica e concluir com sucesso os cursos de graduação e pós-graduação. Nesse sentido, segundo esta a assistência estudantil deveria abranger as mais variadas dimensões da formação do aluno na educação superior.²⁷

²⁷ Dados disponíveis em: <http://www.une.org.br/> Acesso em: 20. 08.10

Observa-se também a realização de estudos de cunho acadêmico, nas áreas de educação, serviço social e economia²⁸, os quais pretendem mostrar a realidade da assistência estudantil em algumas instituições específicas. Estes vêm sendo publicados em revistas, apresentados em congressos científicos e debatidos em grupos de pesquisas. Além de apontar alguns problemas referentes à assistência estudantil, no Brasil, tais pesquisas, mostram encaminhamentos e alternativa para pensar as questões de forma adequada. Desse modo, é possível perceber que a formação de um consenso com relação às alternativas propostas, nesse fluxo, ocorre, principalmente, através da persuasão e difusão das ideias.

O terceiro fluxo corresponde à política propriamente dita (*politics*), esta segue suas próprias regras e dinâmicas independentemente do reconhecimento de um problema ou das alternativas pensadas para resolvê-lo. Segundo Kingdon (2003), esse fluxo é caracterizado por um humor nacional (*national mood*), no qual os indivíduos de uma dada sociedade compactuam de ideias semelhantes; consenso e divergência entre grupos de interesse e; mudanças nos cargos ocupados no governo.

Dentre os elementos que compõe esse fluxo, pode-se verificar que os mais evidentes, na formulação de uma política de assistência estudantil, são o humor nacional e o consenso de grupos de interesse. Nos últimos anos, vem se percebendo um consenso de interesses entre a sociedade civil e os membros do governo, no que se refere ao tratamento questões relacionadas a inclusão na educação superior. Esse humor nacional (*national mood*) vem permitindo que muitos problemas antes não considerados emergenciais passassem a ser entrar na pauta das discussões. Do mesmo modo, percebe-se um consenso de interesse entre os grupos de pressão que vem entendendo a pertinência de viabilizar mecanismos para garantir a inclusão na educação superior. Isso fez com que os três fluxos acima mencionados convergissem, formando uma janela de oportunidades para que as questões relacionadas à inclusão na educação superior entrassem na agenda governamental (*agenda setting*) das políticas públicas.

A partir de então, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) elaborado, em 2007, pelo FONAPRACE, passou a ser adotado, pelo MEC, como uma política que visa a permanência dos estudantes, nas IFES. Para melhor compreender, como se estrutura e se organiza essa política, torna-se interessante examinar alguns pontos do projeto que deu origem ao PNAES.

²⁸ Destacam-se alguns estudos sobre assistência estudantil: FINATTI, B. et al, 2007; ALVES, J., 2002; SOUZA, S. 2008; PACHECO, R. e AMADO, L., 2007; BARRETO, P. 2006; ZAGO, N. 2006.

As justificativas, para a elaboração deste, foram baseadas em pesquisas realizadas pelo FONAPRACE sobre o perfil socioeconômico dos discentes (FONAPRACE, 1997; 2004). Esses estudos apontaram cinco fatores que seriam fundamentais para a garantia das condições justas de permanência na graduação como: a) permanência; b) desempenho acadêmico; c) cultura, lazer e esporte; e) assuntos da juventude.

O projeto do PNAES dá destaque para o fator da permanência, mostrando uma série de dados que salientam a importância em investir em indicadores como: moradia, alimentação, saúde, transporte e creche. Ainda de acordo com o projeto, as casas de estudante são importantes, na composição de uma política de assistência estudantil, uma vez que cerca de 30% dos jovens que ingressam em uma universidade federal se deslocam do seu contexto familiar, destes 12% pertencem as classes C, D e E. As moradias estudantis, entretanto, só atendem a 2,4% desse público. Os restaurantes universitários são freqüentados por cerca de 25% dos discentes, grande parte deles de baixa renda. O transporte coletivo é utilizado por cerca de 60% desses jovens. Os estudantes de baixa renda são os que mais freqüentam serviços públicos de saúde.

O fator de desempenho acadêmico pode ser aperfeiçoado com a promoção de bolsas, estágios remunerados, ensino de línguas, inclusão digital, fomento à participação político-acadêmica, acompanhamento psicopedagógico. Já o fator cultura, lazer e esportes podem ser viabilizados por meio de acesso à informação e difusão das manifestações artísticas e culturais, acesso a ações de educação esportiva, recreativa e de lazer. Por fim, o projeto destaca os assuntos da juventude, que agrega ações destinadas à orientação profissional, sobre o mercado de trabalho, prevenção a fatores de risco, meio ambiente, política, ética e cidadania, sexualidade e dependência química (FONAPRACE, 1997; 2004).

O projeto entende que esses fatores devem fazer parte de uma política de assistência estudantil para que a universidade consiga formar cidadãos qualificados e comprometidos com a sociedade, cabendo também a instituição se comprometer com as questões sociais. O PNAES está em vigor, desde 2008, como Portaria Normativa do MEC, repassando verbas diretamente ao orçamento das instituições, contudo no dia 19 de julho de 2010, foi implementado pelo Decreto nº 7.234.

O PNAES visa estabelecer uma ligação entre as atividades de pesquisa, ensino, extensão e apoio ao estudante. Além disso, tem como objetivo dar subsídios para permanência nos cursos de graduação de alunos de baixa renda, com renda *per capita* de até um salário mínimo e meio. Tal

medida visa diminuir a desigualdade social e possibilitar a democratização do acesso e da permanência dos estudantes no ensino superior federal. Segundo o Plano, isso será feito por meio de auxílio à moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital e atividades de cultura, esportes, creche e apoio pedagógico (ANDIFES, 2008). Em 2008, o PNAES responsável por um investimento de R\$ 125,3 milhões, em ações voltadas para assistência estudantil, no ano de 2009, o recurso foi de R\$203,8 milhões; e a previsão para o ano de 2010 é de R\$304 milhões.

Apesar de o PNAES ser um programa de âmbito nacional, cada universidade tem a autonomia de utilizar os recursos disponibilizados, conforme as suas necessidades e especificidades locais. O foco é contribuir de forma eficaz para que haja melhoria no desempenho acadêmico do estudante, preferencialmente de baixa renda, para evitar a repetência e a evasão, uma vez que tal situação gera um alto custo para o governo e para a instituição. Na tentativa de avaliar e acompanhar as ações desenvolvidas, no âmbito do PNAES, o FONAPRACE vem incentivando as instituições a preencherem formulários sobre as ações desenvolvidas com os recursos do Plano.

O governo federal também possui uma política de inclusão voltada a atender os alunos com necessidades especiais denominada Programa de Acessibilidade na Educação Superior - Incluir. Essa modalidade de auxílio não é entendida pelo governo e pelo FONAPRACE como uma forma de assistência estudantil, uma vez que, segundo eles, trata-se de uma colaboração pedagógica. Entretanto, cabe ser destacado, nesse trabalho, pois é um mecanismo que se destina a ajudar na permanência desse público na educação superior.

O Programa de Acessibilidade na Educação Superior - Incluir foi instituído, em 2005, e repassa verbas as IFES com vistas a criar espaços de acessibilidades, diminuir as dificuldades de acesso ao ambiente físico, promovendo a melhor integração pedagógica. A partir de 2009, além das instituições federais foram incluídas no Programa também as universidades estaduais. Para receberem os investimentos, as instituições devem inscrever projetos, que visem aquisição de equipamentos e reformas. Conforme é possível perceber na tabela 2, desde sua criação, o número de projetos aprovados vem aumentando a cada ano e atendem na sua maior parte as universidades federais. No ano de 2009, foram investidos R\$ 5 milhões nos projetos aprovados e, em 2010, a previsão é de cerca R\$6,2 milhões.

Tabela 2: Projetos aprovados pelo PROGRAMA INCLUIR 2005-2009

Instituições por Categoria Administrativa	2005	2006	2007	2008*	2009
Universidades Federais	13	25	31	31	30
Universidades Estaduais	-	-	-	-	5
Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET)	-	3	7	5	-
Instituto Federal de Ciência e Tecnologia	-	-	-	-	6
TOTAL	13	28	38	36	41

Fonte: www.mec.gov.br

É importante destacar que o Modelo de Múltiplos Fluxos (*Multiple Streams Model*) só pode ser aplicado, nessa dissertação, no que se refere à formulação de políticas públicas de assistência estudantil voltada para as IFES. As instituições estaduais, municipais e privadas de ensino superior não podem ser pensadas sob esse prisma, pois não há uma política nacional que ofereça diretrizes e recursos para implementação desse tipo de política.

No caso do setor privado, as principais associações, como a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) e Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) que representam as instituições privadas de educação superior, não demonstram uma preocupação em elaborar políticas e projetos que visem à assistência estudantil. De um modo geral, suas atas e seus documentos são voltados para questões da gestão e da estrutura das instituições. Entretanto, é possível verificar em universidades privadas a existência de uma série de programas e ações institucionais com o objetivo de apoiar o estudante na graduação.

Através do acesso em 50 *sites* de universidades privadas, no Brasil, foi possível realizar um mapeamento da assistência estudantil, constatando que esta varia conforme o tamanho da instituição e da região do país onde se localizam. As universidades privadas de grande porte são as que mais possuem programas de assistência estudantil. Em geral, as ações visam o auxílio à alimentação (restaurantes universitários) o atendimento psicológico e pedagógico, as atividades culturais; e a disponibilização de laboratórios de informática e bibliotecas. Há também o oferecimento de bolsas de pesquisas, financiamento de matrículas e mensalidades, que em grande parte são oriundos de recursos do governo federal.

As universidades de médio e pequeno porte, na sua maioria, não adotam políticas e ações voltadas à assistência estudantil, entretanto, quando o fazem se apropriam de bolsas e recursos do governo para compor seus programas. Isso possibilita afirmar que em grande parte o governo é o

responsável pelo financiamento de recursos voltados para apoiar o estudante de universidades privadas. Além disso, o estudo observou que as regiões Sul e Sudeste são as localidades onde há o maior número de universidades que adotam programas de assistência ao estudante, na maioria das vezes com ações mais diversificadas.

No decorrer desse capítulo, foi possível perceber que a permanência na educação superior está amplamente relacionada com a assistência estudantil. Durante todo o processo de desenvolvimento da educação superior, verificou-se a presença de ações, legislações e debates a respeito da temática. No entanto, em alguns momentos isso ocorreu de modo mais sólido do que em outros. Na primeira fase, das políticas de assistência estudantil, no Brasil, que vai desde a criação da Casa do Estudante Brasileiro, em 1928, e estendeu-se até o final da década de 1980, o panorama sócio-histórico aponta que a inexistência de uma política pública sobre a temática. Na maior parte das vezes eram ações isoladas, com dificuldades de recursos para sua manutenção e acima de tudo com uma grande aproximação no processo de consolidação da estrutura física das instituições. A assistência ao estudante vislumbrava atender as necessidades básicas do aluno para se manter na universidade, associadas basicamente a moradia estudantil e restaurante universitário, desconsiderando a existência de problemas de outra natureza que pudessem impedir o aluno de prosseguir seus estudos.

Na segunda fase das políticas de assistência estudantil, que compreende o período da promulgação da Constituição Federal de 1988 e se estende até os dias atuais observa-se outra realidade. As discussões a respeito do tema passam cada vez mais a fazer parte nas pautas dos debates governamentais sobre educação. No início dessa segunda fase, o Brasil inicia o processo de redemocratização e, com isso, cada vez mais, se buscava a garantia dos direitos sociais. No panorama internacional, diversos organismos como a UNESCO reconhecem a relevância da educação superior, baseada em pressupostos equitativos, para o desenvolvimento de um país, sugerindo que o assunto deve ser tratado em caráter emergencial pelos governantes. Os dirigentes de universidades, pesquisadores, movimentos sociais e membros do governo também passaram a dar mais importância para a inclusão na educação, através da democratização do acesso e da permanência. É dentro desse contexto que, o Brasil começa a discutir a adoção de políticas públicas para educação superior. A partir de então, há a formulação de uma política pública para IFES, que vai ser implementada através do PNAES. Nas universidades privadas não se verifica a adoção de um plano nacional que encaminhe diretrizes para implementação de políticas nas

instituições. No entanto, no setor privado e nas universidades estaduais e municipais, há programas e ações realizadas em instituições isoladas, abarcando alguns aspectos da vida acadêmica do estudante universitário.

Nos capítulos 4 e 5, será realizada uma análise das políticas de assistência estudantil em duas universidades, a UFRGS e a PUCRS uma pública e outra privada, respectivamente. Através dessa amostra qualitativa será possível entender de forma mais apropriada como duas instituições, a partir desse contexto nacional, concebem e organizam seus programas institucionais de assistência estudantil.

4 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Nesse capítulo e no próximo, far-se-á uma descrição analítica das principais ações voltadas para a assistência estudantil. O objetivo é mostrar como duas instituições com status administrativos distintos, ou seja, público e privado, respectivamente, organizam suas ações e como estas são percebidas pelos atores envolvidos.

Para melhor compreender essas dinâmicas, é pertinente traçar, um breve panorama histórico da universidade para mostrar a sua relevância, enquanto instituição de educação superior, destacando como esta foi concebida, construída e organizada ao longo de sua trajetória, no que diz respeito, preferencialmente, às políticas de assistência ao estudante. Num segundo momento, serão abordados os principais programas e ações que, atualmente, visam apoiar a permanência dos graduandos nessa universidade. Por fim, será avaliada a percepção dos atores envolvidos com os programas institucionais de assistência estudantil.

Cabe salientar que esses programas nem sempre são considerados pela instituição como políticas voltadas à assistência estudantil. Para fins de análise, contudo, utilizaram-se as categorias pré-estabelecidas de análise, que procuram abranger tudo aquilo que é oferecido ao aluno para se manter na Universidade. Dentre as ações direcionadas a colaborar para que o graduando permaneça e conclua seus estudos universitários, esse trabalho destaca: o apoio nas mais diversas áreas, dentre elas financeira, pedagógica, necessidades especiais, incentivo ao aprendizado e a criação de programas especiais.

4.1 Panorama Histórico da Criação e Expansão Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é a mais antiga universidade pública do Estado. Esta iniciou seu processo de formação, a partir do ano de 1895, através da criação de instituições isoladas. Primeiramente, em 1895, foi criada a Escola Livre de Farmácia e de Química Industrial, logo depois, em 1896, foi fundada a Escola de Engenharia de Porto Alegre. Segundo Weber (1999), em 1898, os membros da Escola Livre de Farmácia juntamente com o corpo docente do Curso de Partos, uniram-se com o intuito de fundar a Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, composta pelos cursos de medicina, farmácia, odontologia,

obstetrícia e química industrial. Já em 1900, foi criada a Faculdade de Direito, sendo este o primeiro curso no Estado do Rio Grande do Sul relacionado a Ciências Humanísticas (SOARES e SILVA, 1992).

Em 1930, foi aprovado o Programa da Federação Acadêmica de Porto Alegre, com o intuito de criar uma Universidade, visto que os institutos isolados não tinham condições de atender as demandas e as necessidades que a sociedade buscava em cursos de ensino superior²⁹. Os institutos não tinham autonomia didática e administrativa, nem mesmo a participação do corpo docente nos processos decisórios, e, principalmente, não se estruturavam nos moldes de uma universidade. Nesse Programa, reivindicava-se que o ensino fosse gratuito e que houvesse assistência ao estudante, na forma de moradia para aqueles que não tivessem condições de se manter na capital. Sendo assim, é possível observar que, desde aquele momento, já havia uma preocupação em oferecer auxílio ao estudante universitário.

Contudo, apenas em 28 de novembro de 1934, foi criada a Universidade de Porto Alegre³⁰, integrando a Escola de Engenharia, com os Institutos de Astronomia, Eletrotécnica e Química Industrial; a Faculdade de Medicina, unindo as Escolas de Odontologia e Farmácia; a Faculdade de Direito, com a Escola de Comércio; a Faculdade de Agronomia e Veterinária; a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e o Instituto de Belas Artes (UFRGS, 2009). Entretanto, a Universidade não atendia todas as expectativas do momento.

... Viram-na criada pelo Governo quatro anos mais tarde, com autonomia didática e administrativa somente no papel, sem representação estudantil no Conselho direcional, conservando a vitaliciedade de cátedra, que eles condenavam, sem ampliação e aperfeiçoamento do quadro docente que pregavam, sem equipamento para ensinar de acordo com as conquistas contemporâneas da Ciência e sem mudanças nos métodos de ensino (SOARES, M. P.; SILVA, P.P. D. Da, 1992, p.35).

O ano de 1947 foi marcante para Universidade, visto que passou a ser denominada Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), com vistas a incluir as Faculdades de Direito e de

²⁹Havia uma forte pressão da sociedade local, através de entidades renomadas e de suas lideranças para criação de uma universidade com o intuito de proporcionar o aprimoramento dos conhecimentos dos jovens da elite rio-grandense, além de um maior dinamismo no ensino.

³⁰ A Universidade de Porto Alegre era formada por uma Faculdade Federal e outras estaduais, ou seja, uma sob a administração do governo federal e as demais pelo governo do Estado. No Decreto em que foram criadas as universidades no país, não havia menção sob a existência de um estabelecimento que fosse regido por instâncias diferentes do governo.

Odontologia de Pelotas, além da Faculdade de Farmácia de Santa Maria.³¹ Em seguida, em 1950, a Universidade foi federalizada através da Lei nº 1.254, passando a ser chamada de Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Segundo Neves (1992), tal medida foi apoiada por unidades importantes da instituição, como a Medicina, o Direito e a Engenharia, uma vez que esses cursos enfrentavam uma crise financeira, em suas estruturas, após a incorporação dos institutos das instituições do interior do estado à Universidade.

Na década de 1960, destacam-se as medidas adotadas pela reitoria da UFRGS para unificar a instituição. O Reitor Elyseu Paglioli entendeu que era necessário criar institutos especializados que objetivassem agrupar as faculdades e diferentes núcleos que até o momento estavam organizados de forma isolada. Essa foi a primeira medida tomada pela universidade para unificar a instituição, visando uma maior interdisciplinaridade e comunicação entre os pesquisadores.

No plano institucional, o final da década de 1960, foi crucial para UFRGS, devido a Reforma Universitária de 1968. Esse fato determinou que a Universidade passasse por modificações estruturais, didáticas e administrativas, de modo que os departamentos passaram a assumir um papel importante, como parte atuante nas Faculdades e nos Institutos. Franco e Morosini (2006) ressaltam a importância desse momento para a instituição, pois marca a busca da consolidação do seu modelo de pesquisa, principalmente através dos programas de pós-graduação. Na visão das autoras, construiu-se um modelo de universidade híbrido, mantendo e assimilando o formato de transmissão de conhecimento e da produção de pesquisa.

No que se refere à década de 1980, a UFRGS se caracteriza por fóruns e movimentos de articulação e associação dos segmentos, bem como um sistema de avaliação mais participativo (FRANCO e MOROSINI, 2006, p. 119). Ainda, no fim dos anos de 1980, o processo de redemocratização provocou modificação em algumas dinâmicas da Universidade, como, por exemplo, a escolha da lista tríplice a ocupar a posição de Reitor, que passou a ser executada por meio de voto de estudantes, funcionários e professores.

Nos anos de 1990, houve aumento dos grupos de pesquisa e das atividades de extensão. A instituição passou a expandir suas relações com instituições de educação superior internacional, através de convênios e intercâmbios de professores e de alunos em Universidades da Europa,

³¹ Com a criação da Universidade Federal de Pelotas (1969) e a Universidade Federal de Santa Maria (1960) tais faculdades foram desvinculadas da Universidade do Rio Grande do Sul.

Estados Unidos, América Latina, Oriente Médio, Ásia e África. Nessa década, a UFRGS deu seus primeiros passos no desenvolvimento e na capacitação na área da computação, o que permitiu um grande avanço tanto nas pesquisas, quanto na parte administrativa da Universidade (UFRGS, 1992).

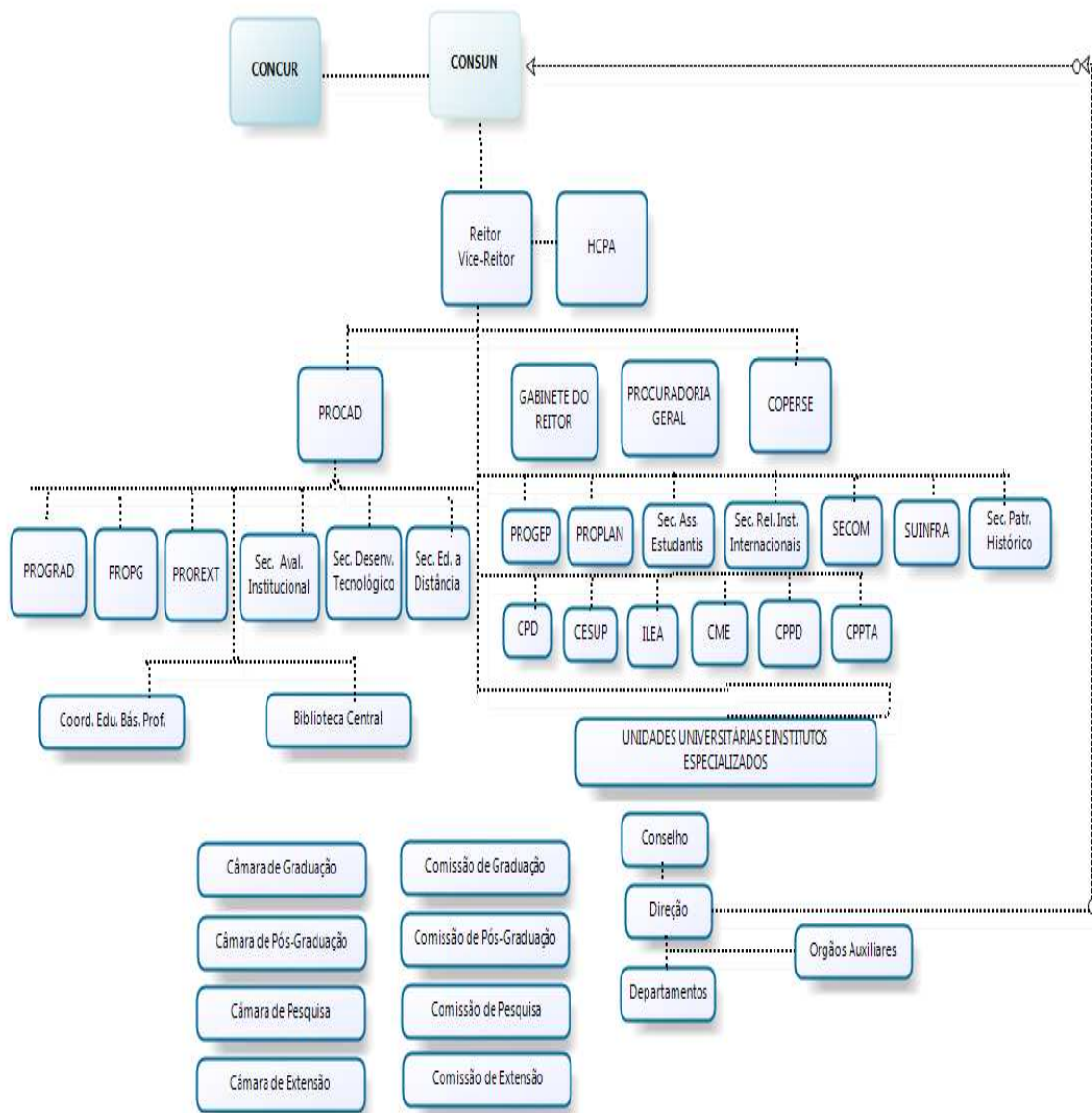
Um dos principais comprometimentos da UFRGS, nos anos 2000, foi o enfoque em questões relacionadas à tecnologia e aos mecanismos de comunicação, através da informatização das bibliotecas, da educação à distância, da criação da Casa do Desenvolvimento Tecnológico (CEDETEC) e da inauguração do estúdio de televisão da Universidade. Cada vez mais a instituição vem investindo em recursos para projetos que incentivem a valorização da pesquisa, da extensão e do ensino.³²

Em 2010, a Universidade conta com 75 cursos de graduação presencial e 8 cursos de graduação à distância e 71 programas de pós-graduação. O corpo discente é formado por 23.525 alunos na graduação presencial e 2.479 na graduação à distância. O corpo docente é composto de 2364 docentes de Ensino Superior, sendo 1940 do quadro permanente e 424 substitutos. Para melhor compreender como funciona a dinâmica da Universidade, apresenta-se, logo abaixo, o quadro 1 da sua estrutura organizacional, onde é possível visualizar as hierarquias e as interligações das Unidades e demais órgãos da Universidade.³³

³² Informações disponíveis em: http://www.ufrgs.br/ufrgs/index_a_ufrgs.htm Acesso em 20.03.2010

³³ Informações disponíveis em: http://www.ufrgs.br/ufrgs/index_a_ufrgs.htm Acesso em: 25.08.2010

Quadro 1: Estrutura Organizacional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul



4.2 As principais iniciativas de Assistência à Comunidade Universitária

Desde a criação da UFRGS, vislumbrou-se a construção de uma cidade universitária. A primeira iniciativa, segundo Soares e Silva (1992), ocorreu no ano de 1939. O então Reitor Ary de Abreu Lima uniu-se ao arquiteto Arnaldo Gladosch e alguns engenheiros da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, com a finalidade de construir um projeto para criação de uma cidade universitária, um jardim botânico, um horto florestal e um bosque municipal. A ideia do Reitor era que esse projeto não fosse construído de imediato, mas sim que uma área fosse reservada para tal objetivo.³⁴ Nesse mesmo período, foi enfatizada a preocupação em destinar recursos para a Casa do Estudante da Federação Acadêmica e a gratuidade do ensino.

Como os recursos da instituição eram escassos para serem destinados à assistência estudantil, outras medidas foram pensadas nesse sentido. Então, em 1943, uma orientação oriunda da Federação dos Estudantes Universitários de Porto Alegre foi aprovada em assembléia geral, propondo que todos os estudantes³⁵ passassem a contribuir com uma taxa anual destinada a construção da “Casa do Estudante”. Depois de dois anos, com o Decreto 758, foi definido que a contribuição deveria colaborar não só com a Casa do Estudante, mas também auxiliar a Federação dos Estudantes Universitários e os Centros Acadêmicos. Na ocasião, também foi acordado que outras taxas seriam para o custeio de bolsas de estudos, com fins de aperfeiçoamento dos estudantes Soares e Silva (1992).

Além disso, no que tange a assistência estudantil, este reitor dedicou um tempo especial para tratar da temática. Em um capítulo do Estatuto da Universidade o Reitor afirmou a sua preocupação com ações voltadas à assistência estudantil. Assim, ao longo de sua gestão, foram construídas sedes para todos os centros acadêmicos estudantis, a fim de facilitar o convívio dos estudantes no ambiente acadêmico. Do mesmo modo foi inaugurado, em 1953, o Restaurante Universitário para servir de refeitório aos estudantes. O prédio localizado na Rua da Azenha foi cedido pelo Estado com todos os equipamentos necessários para a sua utilização. Esse foi administrado pela Federação dos Estudantes de Porto Alegre (FEUPA), pois no mesmo

³⁴ A área correspondente ao então projeto situava-se junto as Avenidas Protásio Alves e Bento Gonçalves, frente ao Beco do Salso, e próximo ao imóvel da Universidade no Morro Santana. O território contava com aproximadamente 400 hectares.

³⁵ Os alunos carentes de recursos ficariam isentos do pagamento da taxa, mediante a apresentação do comprovante de baixos recursos.

estabelecimento abrigou-se a sede do órgão central dos estudantes e a assistência médica e odontológica (Soraes e Silva,1992).

Em seguida, foi inaugurado o Restaurante da Faculdade de Farmácia junto à sede social do Centro Acadêmico, na respectiva Faculdade. Em Pelotas, foi criada uma casa de estudantes, com capacidade para 80 alunos e um restaurante universitário, ambos encontravam-se no mesmo prédio. Segundo Silva (2004), no ano de 1954, começou a construção de uma sede para os estudantes na Escola de Agronomia e Veterinária, um prédio com dois andares, composto de um restaurante, uma biblioteca, uma cozinha, uma sede social, além do Centro Acadêmico Leopoldo Cortez. A construção demoraria três anos para ser concluída. Nesse mesmo ano, a Reitoria daria início à construção de uma casa para os estudantes ao lado dessa sede.³⁶ Em 1958, foi doado, pela Prefeitura de Osório, um espaço para Colônia de Férias em Tramandaí, para ser usada por professores, funcionários e estudantes.

Como a Universidade não possuía recursos suficientes para acomodar todos os alunos carentes, outros estabelecimentos independentes foram criados, e representaram um papel importante na trajetória acadêmica de uma grande parte de estudantes com dificuldades econômicas. Um dos mais importantes foi a Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida (CEUACA), localizada na Rua Riachuelo, com intuito de acomodar os alunos de baixa renda. Essa casa nunca pertenceu de fato a UFRGS, entretanto, durante algum tempo, foi mantida por verbas do governo estadual e federal para sua manutenção (ver anexo 1, página 198) O prédio foi doado, aos estudantes, em 1944, pelos pais de Aparício Cora de Almeida³⁷, numa tentativa de tornar realidade o desejo do filho. O local passou por um processo de reformas dos dormitórios, da biblioteca e do gabinete dentário, além da incorporação de mais um andar, onde se instalou a cozinha (ver anexo 2, página 198). Durante a ditadura militar, houve uma intervenção federal e a casa passou a ser regida por um interventor militar. Nos anos de 1980, as mulheres passaram a ser aceitas como residentes na casa. Ainda hoje funciona nesse mesmo local a CEUACA, todavia ela é mantida pelos alunos moradores, uma vez que na década de 1990, a casa deixou de receber subsídios do governo (Silva, 2004),³⁸

³⁶ A Reitoria demonstrou forte preocupação com os alunos que moravam nos arredores do Campus, pois os prédios eram muito precários e não apresentam boas condições de higiene.

³⁷ Aparício Cora de Almeida foi um estudante da Faculdade de Direito e um dos grandes nomes do movimento estudantil, que reivindicou direitos aos estudantes carentes. Entretanto, logo após colar grau, foi assassinado.

³⁸ Dados retirados da página da internet: <http://www.ceuaca.com.br/index.htm>

No final da década de 1960, a Universidade começou a se expandir e, portanto, era necessária a construção de acomodações que se adequassem a essa nova realidade. Dessa forma, começou a ser estudada, de forma mais sistemática, a possibilidade de concretização da cidade universitária³⁹. No ano de 1966, o Reitor José Carlos Fonseca Milano instaurou através da portaria 1105 um grupo de trabalho para esse fim. Dentre as sete regiões da cidade⁴⁰ que poderiam abrigar o projeto, optou-se pelo Morro Santana. Segundo aponta Espíndola (1979), este local estava apto para essa finalidade, pois tinha um belo valor paisagístico; condições apropriadas para implementação de uma cidade universitária; capacidade de integração dos espaços circundantes e garantia de condições, para que o projeto pudesse ser desenvolvido, em função da sua localização; além de contar com uma vasta vegetação e um lago onde poderia se instalar o Instituto de Pesquisa Hidráulica; contando ainda com a proximidade do Parque Saint-Hilaire.

A Reforma Universitária de 1968 estabeleceu uma nova concepção de universidade, na qual os diferentes institutos e departamentos ficaram interligados. Surge um novo modelo organizacional da cidade universitária. A importância desses fatos pode ser percebida no posicionamento adotado pelo então Reitor Eduardo Faraco, que teve a preocupação de estabelecer um propósito e uma ação eficaz, à medida que construiu este espaço, como forma de integrar a nova realidade da instituição. “Na concepção de Faraco mais do que construir prédios, importava saber para quem eles estavam sendo construídos, e que funções desempenhariam no contexto da vida acadêmica” (ESPÍNDOLA, 1979, p. 90).

Depois de diversas reuniões com alguns ministros, foi aprovada, no ano de 1975, em caráter emergencial a construção do Campus do Vale, com recursos liberados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento à Educação (FNDE) e do Programa de Expansão e Melhoramento das Instalações do Ensino Superior (PREMESU), totalizando cerca de Cr\$ 460.100.000,00 (quatrocentos e sessenta milhões e cem mil cruzeiros). A obra deveria ficar pronta no ano de 1979 e todos os cursos seriam deslocados para o novo Campus. O espaço proporcionaria acomodações adequadas para o corpo discente de 24 mil alunos, além de atender às funções de ensino, pesquisa, extensão e administração alocadas em um só ambiente. Uma das características

³⁹ Em 1951, foi aprovada a desapropriação do terreno na Av. Bento Gonçalves para criação da cidade universitária.

⁴⁰ Foram analisadas as seguintes regiões: Praia de Belas (42 hectares); Bela Vista (50 hectares); Country Club e Arroio da Areia (135 hectares); Jardim Botânico, Mato Sampaio e Cidade Intercap (317 hectares); Passo da Mangueira (245 hectares); Várzea do Gravataí (262 hectares); Morro Santana, Vale da Agronomia, Patronato Agrícola e Lomba do Pinheiro (814 hectares).

geográficas do espaço onde se encontra o Campus é a abundância da mata e da vegetação, motivo pelo qual os prédios foram construídos de modo a preservá-la e, ao mesmo tempo, estabelecer uma interação entre a comunidade acadêmica e a natureza.

Para atender a proposta inicial da cidade universitária, a UFRGS procurou instalar primeiramente, aqueles cursos que pudessem conferir uma identidade própria para o local, transformando-a em uma comunidade com interesses em comum. Todavia a preocupação maior era relacionada a infraestrutura, pois o Campus do Vale tinha problemas sérios de acesso, segurança, transporte, alimentação, comunicação e horário de funcionamento. Estes infortúnios ocasionavam a impossibilidade da transferência efetiva de muitos cursos para o local. Como o Campus não tinha acesso no período noturno, diversos cursos que funcionavam nesse turno não puderam ser deslocados do centro. A primeira transferência foi do Instituto de Ciência e Tecnologia dos Alimentos, que tinha problemas de acomodação no Campus do Centro, seguido pelo Instituto de Letras. A reitoria pretendia deslocar, primeiramente as estruturas menores para mais tarde levar os cursos que ocupavam acomodações maiores.

Os estudantes, na época, promoveram grandes reivindicações devido à possibilidade de mudança para o Campus do Vale, pois as condições do local ainda eram precárias. A reitoria passou a investir em serviços que pudessem atender às demandas dos estudantes. Para tanto, foram solicitadas duas linhas de ônibus até o local, sendo que uma delas deveria ligar diretamente o Campus do Centro ao Campus do Vale; criou-se uma lancheria para cerca de cem pessoas; instaurou-se o serviço de intercâmbio com outras bibliotecas setoriais; e a realização de uma licitação para segurança. Tais medidas possibilitaram que, em agosto de 1977, o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas se deslocasse para o novo Campus. Entretanto, até os dias atuais todos os cursos ainda não foram deslocados para o Campus do Vale. Em algumas gestões, tem se levantado à questão para concretizar essa possibilidade.

4.3 Políticas de Assistência Estudantil na UFRGS

Ao longo dos últimos anos, observa-se que a Universidade passou a se preocupar com as adversidades existentes em decorrência das desigualdades sociais, que impedem muitos estudantes de ingressar e permanecer em um curso superior. Esse posicionamento; porém, não é uma atitude isolada, mas sim parte de um movimento maior reivindicado por várias instâncias da

sociedade, que exigem medidas eficazes para incluir os indivíduos nos mais diversos campos de atuação. Nesse sentido, a UFRGS vem desenvolvendo e aprimorando diversos programas que permitem a inclusão no meio universitário.

Então, tendo por base a abordagem sócio-histórica sobre a UFRGS, realizada acima, foi possível observar que desde a sua criação, houve uma preocupação em apoiar os estudantes através de ações e de condições de infraestrutura, que garantisse permanência nos cursos. Todavia, ao mesmo tempo, constatou-se que essas medidas eram isoladas e, muitas vezes, careciam de recursos. Sendo assim, não se configuravam enquanto política sólida, voltada para a assistência estudantil.

Dado esse panorama, a partir desse momento, cabe analisar de forma mais aprofundada a política atual de assistência estudantil na UFRGS. Para tanto, a análise valeu-se, tanto de documentos históricos como atuais que permitiram vislumbrar de forma mais adequada como refletem no funcionamento das ações em vigor atualmente. Também foi empregado o uso de entrevistas com os sujeitos envolvidos nessas ações, ou seja, Pró-Reitores, professores, funcionários e alunos.

4.3.1 A Secretária de Assistência Estudantil

Atualmente, a UFRGS passa por um processo de implementação e consolidação de algumas ações voltadas a atender demandas relacionadas à assistência estudantil. A partir do que é entendido, nesse estudo, como primordial para o auxílio ao estudante em cursos de graduação, será desenvolvida uma análise dos procedimentos em andamento, observando seus aspectos.

A Superintendência de Assuntos da Comunidade Universitária era responsável, dentre outros assuntos, pelas questões relacionadas ao corpo discente. Entretanto, por questões de ordem administrativa, foi extinta em 2000. Em substituição, foi criada uma Secretaria, cuja responsabilidade é zelar, exclusivamente, pela assistência estudantil. Sua criação data do ano de 2001, como consequência de uma necessidade de dispor de um órgão responsável por organizar as questões relacionadas aos seus discentes. Inicialmente esta Secretaria recebeu o nome de Secretaria de Assuntos Estudantis, mas na atual administração passou a ser denominada de Secretaria de Assistência Estudantil (SAE). Essa medida foi adotada em 2008, com a posse do atual Coordenador, que explica o motivo da decisão: “Eu alterei o nome. Era Secretaria de

Assuntos Estudantis e eu agora coloquei Secretaria de Assistência Estudantil. Então, a troca de assuntos para assistência não é apenas uma troca de nomenclaturas, mas é uma troca de conceitos” (Coordenador da SAE). Ainda segundo a atual administração, tal opção foi feita como forma de focar determinadas ações e torná-las executáveis, de uma forma mais adequada. Para ela, o acúmulo de temas e de projetos pode comprometer a eficácia e o tratamento oferecido na assistência proposta pela Universidade.

Além disso, na atual gestão, a Secretaria passou por uma reestruturação administrativa, sendo dividida em departamentos com definições de funções e de competências específicas. Sendo assim, seu objetivo é desenvolver projetos para integrar os estudantes num convívio dentro da Universidade, com o objetivo de um melhor desempenho acadêmico. Entretanto, observa-se que a preocupação da Secretaria centra-se, na maior parte das vezes, nas necessidades de ordem econômica, porque acreditam que esse é o fator predominante que impede os estudantes de prosseguirem seus estudos. Por esta razão, através desse órgão, há um intuito de promover uma política assistencial, por meio de auxílio à moradia, alimentação, saúde, cultura, lazer e ao transporte, como forma efetiva de garantir a permanência dos alunos na instituição.

Por conseguinte, a SAE tem a responsabilidade de selecionar os alunos com maiores dificuldades econômicas e, assim, ajuda-los com bolsas ou com auxílio carência. De acordo com o Coordenador da SAE, a partir do momento em que, os alunos são selecionados pela Secretaria, passam a fazer parte do Programa de Benefícios da UFRGS, que consiste numa série de vantagens para que permaneçam e exerçam suas atividades cotidianas na instituição. O Programa garante ao aluno a utilização dos Restaurantes Universitários por um preço diferenciado; o acesso ao auxílio saúde e; além disso, a oportunidade de concorrer a bolsas específicas. Para tanto, os graduandos interessados devem se inscrever através do *site* da Universidade e, posteriormente, comprovar as informações solicitadas mediante a entrega dos documentos necessários. Um dos critérios imprescindíveis para a aprovação no Programa é ter uma Taxa de Integralização Média (TIM)⁴¹, ou seja, o cálculo de aproveitamento do aluno no curso de graduação. Os alunos que pretendam realizar qualquer tipo de estágio também devem ter a sua TIM de no mínimo 50% para poderem concorrer a uma vaga. O Coordenador da SAE afirma que, dos 25.000 alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da UFRGS, cerca de 1.800 são assistidos pela Secretaria como carentes de recursos econômicos.

⁴¹ A TIM é a divisão do número total de créditos pelo número de semestres.

A Secretaria também desempenha um papel importante, na medida em que promove o diálogo com as lideranças estudantis presentes na Universidade. Isso ocorre por meio da participação em reuniões e eventos estudantis, promovendo o diálogo entre os estudantes e a Universidade. Além disso, também é responsável por organizar a assistência estudantil, como por exemplo, a coordenação de estágios não obrigatórios e obrigatórios; a concessão de bolsa aos estudantes desprovidos de recursos sócio-econômicos; a administração da Casas dos Estudantes, Restaurantes Universitários, Colônia de Férias de Tramandaí e Centro de Lazer de Capão Novo, propiciando ainda o apoio financeiro e logístico para os Diretórios e os Centros Acadêmicos, no desenvolvimento de atividades direcionadas aos alunos.

Além desse Órgão, a UFRGS conta com diversos programas e ações relacionadas à assistência estudantil. Abaixo serão destacadas as principais ações voltadas ao apoio do estudante.

4.3.2 Ações Assistenciais

4.3.2.1 Apoio Financeiro

(a) Assistência à Moradia

A Casa do Estudante é uma alternativa de moradia para os jovens com dificuldades de custear uma residência na cidade de Porto Alegre. O diferencial das Casas, ligadas a Universidade, é o fato de serem gratuitas e, por esta razão utilizam como critério de seleção, preferencialmente, o aspecto sócio-econômico. A UFRGS dispõe de três Casas de Estudantes destinadas a alunos de ambos os sexos que sejam oriundos do interior do Estado ou de outras regiões do país. Nesses espaços os serviços básicos, como: energia elétrica, água e cozinha comunitária com gás são gratuitos.

As casas são supervisionadas pela Divisão de Moradia Estudantil e cada uma delas tem regimento próprio, bem como processo de seleção específico. Verifica-se em todas as casas a existência de locais para lavar roupas, salas de leitura ou biblioteca, laboratório de informática, sala de convivência, cozinha e banheiros comunitários. É possível afirmar que, além de uma forma de alojamento, esses estabelecimentos se tornam núcleos residenciais de fundamental

importância para acomodar os estudantes com necessidades de caráter básico. Devido ao desgaste do tempo, as casas já passaram por algumas reformas; porém, ainda observa-se que são necessários maiores reparos.

De acordo com o Coordenador da SAE, atualmente, a UFRGS abriga um total de 590 alunos nas Casas dos Estudantes. Para melhor compreender como funcionam esses espaços, a seguir será feita a descrição de cada Casa, isto é, a Casa do Estudante da Universidade (CEU); a Casa dos Estudantes das Faculdades de Agronomia e Veterinária (CEFAV) e; a Casa do Estudante da Universidade Federal do Rio Grande (CEUFRGS).

A primeira delas é denominada de Casa do Estudante da Universidade (CEU), localizada no logradouro Avenida João Pessoa, 41. Esta é a moradia mais antiga e a maior da instituição, possuindo seis andares, com capacidade para 393 moradores, totalizando 204 dormitórios. Os alunos se dividem em dois residentes por quarto. Já os quartos individuais são sorteados entre os moradores mais antigos (ver anexo 3, página 199).

O nono andar possui uma cozinha e uma lavanderia e; no segundo encontra-se uma sala de estudos e uma sala de atividades múltiplas, denominada de Sala X. Ainda hoje, há um serviço de vigilância na portaria, na qual é possível deixar recados pessoalmente, ou por meio de ligação telefônica. Os moradores podem efetuar ligações, apenas através de telefones públicos, que estão localizados dentro da Casa. Além disso, cada aluno dispõe de um escaninho para correspondência. Os moradores criaram a Associação dos Moradores da Casa do Estudante Universitário (AMCEU), na qual a adesão é facultativa. O objetivo dessa é tornar a participação dos moradores mais significativa, além de garantir um espaço para o debate.

Segundo o Regimento Interno da Casa, criado em 1971, a administração deve ser realizada por um Conselho Administrativo, composto por sete titulares, três deles designados pelo Reitor. O administrador da Casa deve ser membro nato da instituição, e outros três moradores da Casa. Atualmente, há uma Diretora de Divisão de Moradia Estudantil, que tem como funções, visitar o estabelecimento para avaliar problemas e verificar as demandas dos alunos.

Compete também aos alunos contribuírem para organização do espaço. Conforme estabelecido, em Regimento, os moradores elegem, anualmente, um diretor para cada andar, que tem por tarefa realizar uma mediação entre os alunos e a coordenação da Casa. Há também um acordo interno entre os moradores, no qual as festas e as confraternizações devem seguir alguns

critérios para não atrapalhar as tarefas acadêmicas dos demais estudantes. Essas atividades são controladas pelos diretores.

O prédio onde hoje está alocada a CEU pertencia anteriormente à Santa Casa de Misericórdia e foi comprado pela instituição, exclusivamente, com o fim de construir uma residência para os estudantes. Todavia o espaço era menor que o necessário para acomodar todos os alunos. Na tentativa de sanar o problema, a Prefeitura fez uma troca com a Universidade, permitindo que o terreno da Avenida André da Rocha fosse utilizado para tal construção. Devido aos cortes de verbas destinadas à obra, a CEU demorou algum tempo para ficar pronta. A estrutura havia ficado pronta, mas não havia recursos para a instalação da parte hidráulica, sanitária, elétrica e, tão pouco, para elevadores e móveis. Na época, atribuiu-se a responsabilidade do atraso à Reitoria. O Diretório Acadêmico apontava que prioridade para a Universidade era o término do Hospital de Clínicas e, por isso, não sobravam recursos para a Casa do Estudante (SILVA, 2004).

A Casa foi inaugurada, no ano de 1971, e contava com uma boa infra-estrutura física. Os moradores passaram a se autodenominar *ceuanos*. Esses jovens elaboravam e escreviam jornais para se comunicarem entre si e com a Reitoria. No ano de 1975, foi lançado o primeiro exemplar que, naquele momento, não passou da primeira edição; porém, no ano de 1978, outro jornal foi criado e chamado de *O Cortiço*, com diversos exemplares e procurava tratar de problemas emergenciais da CEU.

De acordo com Silva (2004), ao analisar alguns documentos daquela época, percebe-se que era corriqueira a mobilização dos estudantes para reivindicar seus direitos. Alguns dos exemplos marcantes foram a tomada de um bar que funcionava dentro da Casa, que era terceirizado. Como os preços eram altos, os alunos passaram a administrá-lo e cobrar preços mais razoáveis. Outro problema que levou à interferência dos alunos foi o funcionamento do R.U. Como a alimentação era de má qualidade, os jovens invadiram o espaço, por uma semana, e lá permaneceram preparando as refeições. Por último, havia também uma preocupação com a cultura e, com isso, os estudantes da Casa elegiam comissões com o objetivo de organizar mostras de Arte, encontros musicais dentre outras atividades.

Na década de 1970, a CEU não permitia acomodações para moradoras mulheres⁴² e isso era fiscalizado de forma rigorosa pela segurança na portaria da residência. No ano de 1980, através de um movimento que surgiu em prol da moradia mista, foi aprovada, em assembleia geral dos estudantes, a entrada das moças na Casa. A Reitoria se manifestou através do corte de 40 bolsas aos moradores. Com isso, os jovens decidiram fazer uma invasão feminina. Esse ato foi considerado ilegal pela Reitoria. Depois de muitos debates e reivindicações, no ano de 1982, a CEU passou a ser mista.

Ainda hoje, os moradores continuam fazendo manifestações solicitando melhorias para o local. Desse modo, no ano de 2009, os moradores se reuniram para solicitar reparos na instalação hidráulica, devido à constante falta de água. (NAGELSTEIN, 2009) Segundo relatos dos próprios moradores, o problema não mais se repetiu. Agora, os principais problemas, por eles apontados, são as precárias condições na rede elétrica, armários em más conservações e ampliação das salas de estudos (ver anexo 4, página 199).

A segunda residência, da UFRGS, é a Casa dos Estudantes das Faculdades de Agronomia e Veterinária (CEFAV) que teve sua obra concluída no ano de 1960, com fins de oferecer residência digna e, ao mesmo tempo, próxima as Faculdades de Agronomia e Veterinária para os estudantes desses cursos.⁴³ Inicialmente, o local era chamado de Centro Residencial de Agronomia e Veterinária.

A casa tinha um estatuto que havia sido elaborado por um professor da Faculdade de Veterinária e recebia recursos da Reitoria ou dos Centros Acadêmicos.⁴⁴ O Presidente da CEFAV era indicado pelo Presidente do Centro Acadêmico Leopoldo Cortês (CALC), já a administração do Restaurante Universitário da Faculdade era feita pela Cooperativa das Faculdades de Agronomia e Veterinária (COOPFAV). Somente, no ano de 1968, os moradores da CEFAV passaram a assumir de forma integral a responsabilidade pelo R.U.⁴⁵. No ano de 1971, os moradores propuseram ao Conselho Universitário (CONSUN) um novo regimento, que foi

⁴² As estudantes de baixa renda eram obrigadas a se instalar em outras acomodações, que não pertenciam a Universidade. A principal delas era a Casa da Estudante localizada na Rua Riachuelo. Essa servia como moradia de estudantes do sexo feminino e de baixa renda.

⁴³ Como já foi anteriormente mencionado, no local, onde hoje se encontra a CEFAV, havia uma residência, exclusivamente, destinada a alunos desses cursos. O estabelecimento era basicamente composto por um restaurante universitário que fazia às vezes de refeitório, espaço social e domiciliar dos alunos.

⁴⁴ O Centro Acadêmico dos alunos da Faculdade de Agronomia, primeiramente, chamava-se Centro Acadêmico Leopoldo Cortês (CALC) e com o tempo passou por algumas modificações e, atualmente, denomina-se Diretório Acadêmico Leopoldo Cortês (DALC)

⁴⁵ Entretanto, ainda havia uma participação na COOPFAV no R.U..

aprovado, mas sofreu com algumas alterações. Foi nesse documento que, pela primeira vez, apareceu o nome CEFAV, devido à separação das duas faculdades (SILVA, 2004).

Nesse regimento havia uma proibição quanto à entrada e a permanência de indivíduos do sexo feminino na Casa, que não fossem familiares dos moradores, sem prévia autorização. Nem mesmo diálogos com as empregadas que frequentavam a Casa eram bem vistos. Em 1979, a Pró-Reitoria de Assistência à Comunidade Universitária (PRUNI) recebeu denúncia de que a estudante Kátia Salvi estaria residindo ilegalmente no local. Com isso, houve uma disputa entre os moradores e a PRUNI, que tentou intervir na Casa. Contudo, no ano de 1982, juntamente com a CEU, a CEFAV passou a ser uma moradia mista.

No mesmo ano, outra denúncia de irregularidades na administração levou a PRUNI a intervir no R.U. e tomar para si a sua administração. Os alunos permaneceram com o direito de acessar o salão, administra-lo e sugerir o cardápio das refeições. Em 1983, parte da CEFAV foi destruída em decorrência de um incêndio, devido a um curto circuito, ocasionado pela má conservação da instalação elétrica. Segundo Silva (2004), o incidente ocasionou a inutilidade de dez quartos, do andar superior e de parte do térreo, tornando metade do prédio inabitável. Além disso, muitos estudantes perderam todos os seus pertences. Esse autor ainda resgata em seu livro um depoimento de um jovem, que encaminhou à Reitoria, mensagem relativa à perda de seus bens pessoais no incidente.

Fui morador no quarto 31 da Casa do Estudante da(s) Faculdade(s) de Agronomia e Veterinária – CEFAV, o qual foi totalmente destruído pelo incêndio ocorrido no dia 08 de julho. Minhas perdas foram praticamente totais, restando-me no momento somente a roupa que vestia e uma bolsa leva-tudo. Meus pertences queimados foram roupas, calçados, agasalhos e objetos de uso pessoal. Os pertences de maior valor que perdi foram meu computador de bolso SHARP PC 1211/RP no valor de Cr\$236 mil, o qual foi financiado em parcelas e eu só havia liquidado uma delas; um Frezzer Cônsul 1201 no valor de Cr\$95 mil, utilizado para armazenamento de alimentos e que foi adquirido no Supermercado Carrefour pelo crediário em 15 parcelas tendo sido pagas 3 destas; uma máquina de escrever Olivetti Dora no valor de Cr\$90 mil; um rádio relógio National no valor de Cr\$60 mil; um gravador Cce [sic] no valor de Cr\$35 mil; uma furadeira Bleck [sic] & Decker no valor de Cr\$15 mil e uma seladeira Lorenzetti no valor de Cr\$12mil. O que mais lamento é a perda irrecuperável de anotações de aula como cadernos, apostilas, apontamentos e outros. Porém, a perda irremediável de dados da minha tese está causando transtornos, devido ao grande esforço e de desempenho empreendido na execução e coleta destes resultados de trabalhos. Até o momento ainda não temos soluções plausíveis para contornar tamanha situação. Creio que devo ter perdido cerca de 5000 cópias de xérox, relativos à fotocópias de trabalhos científicos para servir de referências bibliográficas para Pesquisa Orientada e Dissertação, cópias de outras teses, periódicos, folhetos,

abstrats [sic] e outros. Vinha há muito tempo poupando e investindo em livros os quais me auxiliavam nos estudos e eram responsáveis pelo meu excelente desempenho acadêmico e que futuramente iriam compor minha biblioteca pessoal, mas impiedosamente em poucos minutos cerca de 50 livros muito [sic] estimados foram reduzidos à [sic] cinzas.

Minha situação ficou tão desastrosa que se não fosse pela ajuda dos colegas e professores, especialmente meu Orientador o prof. Ênio Rosa Prates, eu jamais conseguiria recomençar meus estudos novamente e sobreviver a este terrível acidente. Recebi doações de roupas, agasalhos, calçados, cobertores e outros objetos que me fazem falta, mas tenho certeza que sem a ajuda da Pró-Reitoria de Assistência à Comunidade Universitária, jamais conseguiria terminar meus estudos apesar de faltar tão pouco (SILVA, E. SILVA, E. D. da., 2004, p. 69 e 70).⁴⁶

Através dessa declaração, é possível constatar a representatividade da moradia estudantil no cotidiano acadêmico de alguns alunos, sendo em muitos casos, fundamental para o apoio e a permanência do estudante na Universidade. Outros documentos ainda revelam que alguns alunos não puderam deixar o local, pois não tinham condições financeiras para se manter em outro lugar. Como a infraestrutura estava em condições precárias, a PRUNI solicitava a desocupação integral da Casa. Houve uma disputa, pois os estudantes, por sua vez, não aceitaram a orientação com receio de que a casa não fosse mais reaberta.

A PRUNI assumiu que realizaria um projeto de reconstrução do espaço, mas o problema era a falta de verbas da própria instituição para realização da obra. Sendo assim, era necessário recorrer ao MEC solicitando uma liberação de recursos extras. Somente no ano de 1985, a casa foi reaberta com boas condições de habitação. Desde então, a residência passou a receber recursos somente para atender as necessidades básicas de manutenção.

Atualmente, segundo dados disponibilizados pela SAE, a CEFVAV tem capacidade para 104 estudantes e funciona em regime de cooperação com a UFRGS, ou seja, possui autonomia administrativa. A eleição dos representantes que irão coordenar a Casa, nos seus diversos aspectos, ocorre em assembleia composta por todos os alunos que moram no local. O voto é facultativo e a permanência de cada gestão no cargo é anual. Os alunos que se candidatam a assumir cargos na Casa podem ocupar posições como: Coordenadores Gerais, três vagas; Coordenadores de Comissões, para assuntos específicos do cotidiano da Casa; Secretaria e;

⁴⁶ Esse trecho faz parte de uma correspondência encaminhada ao Pró-Reitor de Assistência à Comunidade Universitária da UFRGS João Carlos Athayde Dias, em 18 ago. 1983.

Tesouraria. A Direção da Casa tem por responsabilidade reunir os moradores em torno de objetivos determinados nas Assembleias Gerais.

O processo seletivo na CEFAV é feito pelos próprios alunos, seguindo critérios próximos àqueles estipulados pela Universidade na CEU. Em Assembleia Geral, os alunos definem quem serão os responsáveis pelo processo seletivo, formando-se, assim, uma Comissão de Seleção. Este processo ocorre semestralmente, havendo rotatividade nos indivíduos envolvidos. A CEFAV tem um processo de seleção diferenciado da CEU, uma vez que não há interferência da Reitoria no processo seletivo. Outra especificidade, da CEFAV, é a permissão de estudantes estrangeiros da UFRGS residirem na Casa. Anualmente, também é formada uma Comissão de Retriagem, com o intuito de averiguar se os moradores continuam atendendo os pré-requisitos para continuarem morando no espaço.

A CEFAV possui um ambiente diferenciado das demais Casas de Estudantes da UFRGS. Esta se encontra dentro do Campus Agronomia e Veterinária em um espaço amplo, arborizado e isolado dos demais prédios de aula do Campus. No interior da Casa, é possível encontrar uma sala de televisão, uma biblioteca, um laboratório de informática, uma lavanderia e uma cozinha. Também há a instalação de um telefone público no interior da Casa. Assim, como na CEU, ao lado funciona o R.U. do Campus, que serve café da manhã, para os moradores, além de almoço e de janta para todos os alunos.

Na década de 1990, como aponta Silva (2004) a CEFAV garantiu a presença de uma guarita de segurança 24 horas próxima a Casa. Com isso, é comum perceber nos arredores da moradia a presença de algum segurança da Universidade. Em frente à Casa, há um espaço arborizado, onde, nos momentos de lazer, os jovens se reúnem para fazer suas confraternizações. No local, há uma estrutura simples feita de madeira rústica, na qual abriga um salão cercado por mesas e bancos de concreto, onde os jovens cozinham e se reúnem nos fins de semanas.

Nas Assembléias, além das habituais eleições de coordenadores, há um espaço significativo para discussão das questões, dos dilemas internos da Casa e de como administrar os fatores econômicos que interferem no cotidiano da entidade. Os alunos se reúnem e acordam que todos os moradores paguem mensalmente uma taxa simbólica de manutenção da casa e outra para utilizar a máquina de lavar roupas.⁴⁷

⁴⁷ No segundo semestre de 2009, a taxa de manutenção era de R\$1,50 e a utilização da máquina de lavar roupas era de R\$0,50, por lavagem.

Por último, a menor das residências vinculada a UFRGS, é a Casa do Estudante da Universidade Federal do Rio Grande (CEUFRGS) e encontra-se no Campus da Saúde, no logradouro Rua São Manoel, n.573 no bairro Santa Cecília. Seu processo de formação começou nos anos de 1950, quando havia uma Casa dos Estudantes da Universidade do Rio Grande do Sul, exclusiva para os estudantes homens, e uma Casa para as mulheres estudantes do curso de enfermagem. Na época, as moças de baixa renda que vinham de outras regiões, para estudar nos demais cursos da Universidade, não encontravam acomodações disponíveis para residirem. Segundo Silva (2004), as estudantes Dirce Caputo, Henriqueta Moraes e Cecy Schmitz organizaram um movimento para a construção de um espaço em que pudessem morar. Já no ano de 1956, foi fundada a Casa da Estudante da Universidade do Rio Grande do Sul (CEURGS), mesmo sem sede própria realizavam suas reuniões e assembléias na Casa do Estudante.

Durante as Assembléias, optou-se por alugar um apartamento térreo, na Rua Riachuelo, próximo a Casa do Estudante. No contrato de locação, utilizou-se como fiadora a Federação dos Estudantes Universitários do Rio Grande do Sul (FEURGS). O mobiliário foi doado ou emprestado pela Casa do Estudante. Entretanto, a maior dificuldade encontrada pela Casa foi à quitação mensal do aluguel e do pagamento de algumas dívidas. A Reitoria da UFRGS colaborava com a residência, através de apoio financeiro, manutenção do estabelecimento e concessão de algumas bolsas para as jovens. Eram oferecidos jantares anuais para o Reitor em respeito a sua atitude perante a Casa. Entretanto, como os recursos ainda não eram suficientes, a sociedade porto alegreense, sempre que possível, colaborava com a organização de eventos beneficentes, cujos recursos finais eram repassados à administração da Casa. Para complementar, as jovens também realizavam reuniões dançantes com o apoio da CEURGS. A Casa servia também de dormitório para as vestibulandas que vinham do interior.

A exemplo de como ocorria na CEFAP, com relação à presença de mulheres, nesta residência, indivíduos do sexo masculino eram proibidos. Não era permitido, nem mesmo parar em frente ao prédio da Casa. Silva (2004) ressalta a importância da residência numa época em que as mulheres tinham mais dificuldade de impor sua autonomia. Naquela ocasião, cursar o ensino superior, em uma cidade distante e residir em uma casa de estudante chamava a atenção da sociedade. As reportagens da época apontavam que apesar das jovens morarem em casas de estudantes, essas preservavam os valores e os costumes próprios da sociedade da época. Isso é muito bem retratado em uma notícia de jornal daquele momento, resgatada por Silva (2004):

No número 1263 da Riachuelo fomos atendidos por uma moça simpática e sorridente, Edithe Ferreira, estudante de Odontologia. Identificamo-nos e fomos convidados a entrar. Esperávamos algo bom, mas não tanto. Uma salinha de recepção atapetada, com poltronas distribuídas por toda parte. Uma eletrola. E um ar de cuidado feminino ressaltando nas capas de matéria plástica inclusive os tapetes.

O carinho que sentem as estudantes pela sua casa tornou-se logo evidente nas palavras da nossa recepcionista, ajeitando as capas das poltronas e insistindo em que esperássemos para fotografar depois que ela houvesse arrumado. Nós, porém, não concordamos que em que [sic] houvesse qualquer coisa a arrumar e a foto saiu assim mesmo. Depois de termos visto o que víamos, a entrada em tal lugar, limpo, claro, ordenado, reconfortou o espírito.

Moram ali 22 moças. Todas universitárias [sic] da URGs. Ocupam o térreo e o terceiro piso. Organizaram a Casa nos moldes de uma vizinhança, a do Estudante. Os quartos são para duas e dispõem de colchões de mola. Há passadeiras nos corredores e o chão é um espelho. Cortinas nos banheiros. [...] no térreo há uma cozinha pequena, onde elas preparam seus lanches. Um armário subdividido em compartimentos guarda os pequenos utensílios de cada duas colegas.

No terceiro pavimento a cozinha maior e a salinha de refeições, bem pequena, mas ordenada.

(Casa da Estudante Universitária Coruja. apud SILVA, E. 2004 p. 52-53)

No ano de 1958, o Reitor Elyseu Paglioli anunciou a construção de uma casa para os estudantes da Universidade na Avenida João Pessoa, nessa sede, as acomodações seriam mistas, mas o acesso às dependências se daria de forma separada. No imóvel alugado as jovens sofriam pressão da proprietária para desocuparem o local devido à inadimplência. Sendo assim, depois de vários pedidos de colaboração frustrados no Ministério e na Universidade, que passava por serias dificuldades financeiras, as jovens mudaram-se para a Rua Getúlio Vargas. As meninas permaneceram no local até 1977, quando as más condições da residência e o pedido de devolução do imóvel pelo dono as fizeram desocupar o espaço.

As estudantes foram deslocadas para a antiga casa das estudantes do curso de enfermagem na Rua São Manoel, sede que ainda hoje abriga a CEUFRGS. Na outra residência havia capacidade para 29 moradoras, e na nova sede aumentariam para 42 o número de vagas. Nesse momento, a Casa passou a ser oficialmente de responsabilidade da UFRGS. Ainda hoje, a CEUFRGS comporta o mesmo número de vagas daquela época. Entretanto, atualmente, é permitida a moradia de alunos do sexo masculino na Casa. Essa foi à última casa a ter aprovado no seu estatuto a entrada de meninos, quase uma década depois das outras casas de estudante da UFRGS. Um dos fatores que levou a isto foi a sua concepção que estava inteiramente ligada a

moradia de moças e o seu regimento, que deixou seus resquícios. As moradoras resistiram muito, até que houvesse a permissão da moradia mista.

A CEUFRGS, assim como a CEFAV, também tem autonomia administrativa. A eleição da Diretoria é feita em meio a Assembléia Geral com os moradores. Nesse caso, os alunos concorrem aos cargos de presidente, vice-presidente, dois tesoueiros e dois secretários. A Casa é dividida em departamentos (saúde, limpeza, manutenção, cultura e seleção de novos moradores, setor de informática) e alguns estudantes se responsabilizam por sua administração. Os critérios de seleção são os mesmos estabelecidos pela SAE na concessão de benefícios.

Atualmente, ao se adentrar na CEUFRGS, é possível perceber que a organização e a limpeza são muito semelhantes às características descritas na obra de Silva (2004) com relação à higiene e organização do espaço. As salas e os vários quartos são extremamente limpos. O mobiliário, como nas demais casas de estudantes, ainda precisa de reparos. A Universidade fez uma reforma na cozinha e em alguns banheiros da residência. Nos cômodos de uso comunitário, é comum, uma funcionária da UFRGS realizar a limpeza diariamente. Algum responsável da SAE sempre que possível passa pela Casa para fazer uma visita e averiguar as necessidades do local.

De com o relato do estudante responsável pela coordenação da residência, durante muito tempo era comum, entre os moradores, a arrecadação de uma quantia para manter algumas necessidades básicas da moradia. Na “caixinha”, como os alunos chamavam a prática, deveria ser depositado R\$5,00 ou R\$10,00. Esse dinheiro servia, basicamente, para comprar sabão em pó ou cobrir gastos emergenciais da Casa sem ter que recorrer à SAE. No segundo semestre de 2009, essa prática estava em desuso, pois nem todos vinham colaborando, então, resolveu-se de imediato não mais utilizá-la.

Ao visitar a CEUFRGS, é possível constatar que muitos alunos adquiriram computadores e os colocaram nos quartos. Para facilitar o uso da internet nesse espaço, foi solicitada à SAE a instalação de cabos de internet nos quartos, diminuindo assim, a demanda pelo laboratório de informática que possui poucas máquinas. Como a SAE ainda não conseguiu atender a reivindicação, os alunos improvisaram fios de acesso à internet, formando uma rede para toda a casa.

De acordo com o Coordenador da SAE, de um modo geral, o número de vagas nas Casas tem se mantido, ao longo dos anos, uma vez que não houve aumento nas dependências das residências. Recentemente, a UFRGS vem tomando algumas medidas para colaborar com os

jovens que têm dificuldades para pagar aluguéis em residências na cidade. Os alunos com perfil socioeconômico adequado para ingressarem nas Casas, mas que não são contemplados, no processo seletivo, por falta de vagas, tem a possibilidade de recorrer a um Auxílio Moradia. Conforme consta no Edital 2010/1 da SAE⁴⁸, esse benefício é pago, enquanto não houver vaga na CEU. Para tanto, o estudante deverá apresentar mensalmente o comprovante de pagamento da locação de imóvel. A SAE tem previsão de concessão de até dez benefícios, no valor de R\$300,00 depositados em conta corrente no Banco do Brasil. Os moradores das Casas têm uma cota de 500 fotocópias. Além disso, o Coordenador da SAE destaca que, em 2010, está prevista a aquisição de computadores novos para os laboratórios de informática das Casas de Estudantes, devido aos recursos oriundos do PNAES. A tabela 3 mostra a distribuição dos moradores nas Casas de Estudantes da Universidade.

Tabela 3 Casas de estudantes, apartamentos e moradores, alunos ingressantes e relação beneficiados/solicitantes. UFRGS, 2004

Casas	Apartamentos	Moradores
CEU	198	396
CEUFRGS	21	42
CEFAV	52	104
TOTAL	271	542

Fonte: Secretaria de Assuntos Estudantis, 2005.

Cabe destacar que, foi aprovada a construção de uma Casa do Estudante no Campus do Vale e em janeiro de 2010, o Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU), da Secretaria de Planejamento Urbano de Porto Alegre, aprovou plenamente a construção da Casa. O projeto prevê uma residência com 5000 metros quadrados e ficará próxima a entrada do Campus. Entretanto, não há previsão para o início da obra.

Anualmente, ocorre o Encontro Regional das Casas dos Estudantes. No ano de 2009, o local escolhido para o evento foi a UFRGS. Durante quatro dias, os alunos moradores das Casas de Estudantes do Rio Grande do Sul se reuniram para compartilhar experiências e buscar encaminhamentos para assuntos importantes, a fim de garantir a qualidade de moradia. Na tentativa, de melhor compreender os objetivos e a proposta dessa reunião, foi realizada uma observação no Fórum sobre Assistência Estudantil, que aconteceu em um dos dias do Encontro.

⁴⁸ Informações disponíveis em: <http://www.ufrgs.br/sae/editais/editalceu012010.pdf> Acesso em 20.01.2010

Na data marcada para ocorrer o Fórum era feriado nacional. O evento começou pela manhã e os participantes prepararam seu próprio almoço; porém, grande parte deles não se encontrava no local. Estes haviam se dirigido para o centro da cidade a fim de participarem de outras atividades culturais. No local havia cerca de 20 alunos e a única autoridade da UFRGS presente era o Secretário da SAE.

No decorrer do encontro foi possível notar que, o Secretário da SAE procurou manter uma relação de proximidade com os alunos, interagindo na sua confraternização. Além disso, o debate foi conduzido de modo informal e tratou de questões relacionadas à forma como a Universidade vem administrando as verbas para assistência estudantil e os aspectos que os pontos a serem aprimorados, na opinião de ambas as partes.

(b) Auxílio à Alimentação

Os restaurantes universitários representam um elemento importante para a permanência dos alunos na universidade, pois permite que esses possam realizar as principais refeições com baixo custo. Nesse item examinaremos os principais Restaurantes Universitários (R.U.) da UFRGS.

A UFRGS possui cinco R. U.s, administrados pela SAE, que podem ser utilizados, não apenas por estudantes, mas também por funcionários e professores. Estes são reconhecidos institucionalmente por uma numeração, ou seja, o RU1- Campus Centro, o RU2 – Campus Saúde, o RU3 – Campus do Vale, o RU4 – Faculdade de Agronomia e o RU5 – Faculdade de Educação Física⁴⁹. As refeições custam R\$1,30, entretanto, os alunos que possuem benefício da SAE, pagam o valor de R\$0,50.⁵⁰ Esses valores estão sendo mantidos desde 1995 e as refeições são elaboradas por nutricionistas, que buscam atender as necessidades nutricionais de seus usuários. Há um cardápio comum para todos os Restaurantes, que é planejado semanalmente e fica disponível no *site* da Universidade (ver anexo 5, página 200). Todos os Restaurantes oferecem refeições diárias de almoço e, apenas, o RU1 e o RU3, têm janta.

⁴⁹ Os R.U.s localizam-se respectivamente nos seguintes endereços: RU1 - Av. João Pessoa, 41; RU2 - Rua Ramiro Barcelos, 2600; RU3 Av. Bento Gonçalves, 9500; RU4 Av. Bento Gonçalves, 7412; RU5 Rua Felizardo, 750.

⁵⁰ Nos Restaurantes há a possibilidade de comprar suco, mediante o pagamento de mais R\$ 0,30 acrescido ao valor da refeição.

A entrada nos R.U.s é permitida mediante o cartão de identificação da UFRGS, disponível para todos alunos, funcionários e professores. Diariamente, os Restaurantes funcionam das 11:00 até as 13:30 e aqueles que servem janta ficam abertos das 17:30 às 19:15. A dinâmica para realizar uma refeição no Restaurante consiste em ingressar em uma fila, realizar a identificação, efetuar o pagamento e passar até o *buffet*. A comida é servida livremente. Apenas a carne e a sobremesa são oferecidas em porções controladas pelas funcionárias do local. Conforme se verifica na tabela 4, os Restaurantes são responsáveis por uma grande quantidade de refeições, de modo que atendem um contingente considerável de alunos. Os R.U. 1, R.U. 2 e R.U. 3 servem mais refeições que os outros, pois estão localizados em Campi com maior concentração de estudantes.

Tabela 4 Refeições mensais oferecidas nos Restaurantes Universitários no ano de 2009

	RU-01	RU-02	RU-03	RU-04	RU-05
Jan	-	10.836	-	7.138	-
Fev	4.912	5.045	11.568	-	-
Mar	54.980	33.743	66.755	13.108	7.833
Abr	49.120	30.488	58.318	10.787	7.147
Mai	47.213	29.775	57.037	11.310	6.918
Jun	48.735	29.959	56.016	11.552	7.066
Jul	23.183	20.537	31.429	7.671	4.192
Ago	40.678	24.128	45.035	9.550	5.649
Set	51.161	34.383	62.758	12.610	8.265
Out	48.593	32.487	58.485	11.895	7.876
Nov	45.161	30.528	56.600	10.901	7.652
Dez	29.430	18.591	34.097	7.325	4.473
Total	443.166	300.500	538.098	113.847	67.071

Fonte: Dados disponibilizados pela SAE

No que diz respeito a cada um dos Restaurantes cabe ressaltar alguns de seus pontos característicos no processo de construção e de planejamento. O R.U. 1 foi o primeiro restaurante construído pela Universidade e seu planejamento estava diretamente ligado ao prédio destinado a CEU. Durante a construção do referido prédio, a primeira parte concluída foi o Restaurante. Na ocasião, começou a operar com capacidade para 1.800 refeições. Contudo, no ano de 2009, este passou por reformas e ampliou para cerca de 150 lugares no salão. Já o R.U. 2 localiza-se no

Campus da Saúde e atende aos alunos de cursos dessa área e dos de Comunicação (SILVA, 2004).

O R.U. 3, localizado no Campus Vale, foi projetado para compor a estrutura do novo Campus que estava se formando na década de 1970. O prédio foi inaugurado, no dia 29 de novembro de 1978, com a presença do Ministro da Educação e Cultura. A obra demorou dois anos para ficar pronta, totalizando uma área de cerca de 2000 m², com capacidade para 2.500 refeições por turno. O restaurante era uma forma de tornar o Campus do Vale mais funcional para a comunidade acadêmica que naquele momento contava com cerca de 1200 alunos (SOARES e SILVA, 1992). Atualmente, este vem passando por um processo de ampliação que iniciou no ano de 2006 e ainda não foi concluída. Segundo a Reitoria, o atraso está relacionado a problemas de licitação da obra. A previsão é um aumento significativo no número de lugares passando de 550 para 1100. Com o aumento do número de alunos no Campus⁵¹, houve também crescimento na quantidade de refeições diárias, chegando a totalizar 3000, um aumento de 300 em apenas um ano. Há uma proposta da atual Reitoria para construção de um novo RU no Campus do Vale, este ficaria próximo ao Instituto de Informática, e teria a mesma capacidade que o atual terá após a reforma.⁵²

O R.U.4 encontra-se no Campus da Agronomia e é destinado a Comunidade Acadêmica de cursos como Veterinária e Agronomia. É um restaurante de pequeno porte, entretanto é o único local onde é possível realizar refeições na localidade. Por fim, o R.U. 5 é o mais recente construído pela Universidade, tendo sido inaugurado no dia 13 de novembro de 2008, com diversas comemorações no local. Este se localiza no Campus Olímpico e fica aberto, para refeições, somente durante o ano letivo. É importante destacar que a construção desse espaço foi permeada por intensas reivindicações dos estudantes junto à Universidade.

Para melhor compreender a relevância dessas manifestações é pertinente mencionar que o Campus Olímpico, onde se encontra a Faculdade de Educação Física, é cercado por uma zona residencial com escassez de comércio. Conforme relatos dos alunos isso dificultava as refeições, pois os únicos estabelecimentos próximos à região ficavam há alguns metros de distância do Campus e cobravam preços elevados. O deslocamento até esses locais acarretavam atrasos, dos

⁵¹ A partir de 2007, começou um processo de transferência de alguns cursos para o Campus do Vale, além da criação de outros.

⁵² Informações disponíveis em: <http://www.ufrgs.br/comunicacaosocial/jornaldauniversidade/117/pagina7.htm>
Acesso em: 17.01.2010.

alunos, no início das aulas. Dessa forma, muitos deixavam de almoçar para cumprir seus horários.⁵³ Como destaca esse graduando:

Eu estou me formando agora e durante todo o curso não tinha onde eu pudesse comer direito, porque eu, muitas vezes, tinha aula de manhã e à tarde. Tu vê tem uma padaria que fica quase na outra quadra e um ou outro bar. Fora o fato de ser caro, para um estagiário como eu, é muito longe. Só no deslocamento, eu já me atrasava para aula. Eu tinha que escolher entre trazer comida de casa, ou me atrasar (Aluno do Curso de Educação Física, 26 anos).

Dessa forma, desde o início da década de 1980, os estudantes do curso de Educação Física, juntamente, com o apoio do Diretório Central dos Estudantes (DCE), organizavam mobilizações em prol de um RU. Entretanto, estas tomaram caráter mais efetivo, a partir de 2006, através da “Campanha pelo Restaurante Universitário na Escola de Educação Física (ESEF) – RU na ESEF já!”. Durante as reivindicações, a administração da Universidade questionava a demanda de alunos para as refeições e os problemas relacionados aos custos da obra. Na tentativa de comprovar suas necessidades, os próprios estudantes elaboraram e, posteriormente, divulgaram pesquisas que comprovavam uma circulação significativa de pessoas no Campus durante o dia. Segundo Canabarro et al. (2008), a Reitoria propôs algumas alternativas para atenuar os problemas da alimentação na ESEF, sem ter de construir um Restaurante.

...Uma das propostas foi utilizar um Galpão 4 da escola como refeitório, sendo a comida transportada de outro RU, o que acarretaria a perda desse espaço para outras atividades, e inviáveis para higienização do espaço; outra proposta era disponibilizar um ônibus que levassem os estudantes ao RU do Campus Saúde, o que também traria problemas, uma vez que nem todos os estudantes estudam e fazem suas refeições nos mesmos horários; e ainda uma terceira proposta: contratar um restaurante e subsidiar através dele as refeições, proposta esta a mais dissonante das reivindicações e que mais ataca o caráter público da universidade, além de desresponsabilizá-la de seu papel (CANABARRO, C. et al., 2008, p.9).

Dentre os problemas que comprometem o bom desempenho dos serviços prestados no R.U., o mais apontado pelos alunos entrevistados foi o das enormes filas para ingressar nos

⁵³ No interior do Campus da ESEF, durante o período da campanha, existia um bar terceirizado. Este foi fechado e, atualmente, foi aberto outro estabelecimento.

estabelecimentos no horário das refeições. Os restaurantes que mais sofrem com esse problema são o RU1 e o RU3, pois estão localizados nos Campi com maior número de estudantes. Alguns alunos apontam que a demora nas filas lhes acarreta em atrasos nas aulas ou na mudança habitual no horário de almoço do estudante. Muitos alunos acabam realizando suas refeições mais cedo do que de fato o fariam para não correr riscos de atraso. Como é possível constatar no depoimento abaixo:

Eu almoço no R.U. do [Campus] Vale, três vezes por semana, porque tenho aula o dia todo. É muito bom, sabe? Tipo, a comida é bem feita, o preço é bem em conta. Acho que o grande problema mesmo é a fila. Às vezes chego a ficar deprimida, quando vejo toda a aquela gente [risos]. Não tenho como ir para lá mais cedo ou mais tarde. De manhã, o professor só libera ao meio dia e se eu for mais tarde para fila eu me atraso para cadeira [disciplina] da tarde. Acho o cúmulo eu ter que mudar a minha rotina por causa do R.U.[pausa] Ah, e tem mais eu estou na UFRGS, desde o início do ano, mas os veteranos vivem dizendo que esse problema é antigo (Aluna do Curso de Química, 18 anos).

Segundo informações da SAE, medidas vêm sendo tomadas para minimizar as filas no R.U. e melhorar seu funcionamento. Em todos os restaurantes foram implementadas máquinas leitoras do cartão de identificação e este passou a ser uma exigência, permitindo que o tempo de espera diminua. É comum, os alunos realizarem campanhas de conscientização com o intuito de melhorar as práticas no ambiente do R.U. Dessa forma, no início do primeiro semestre de 2009, estes afixaram placas, no caminho para o Restaurante, solicitando que as pessoas obedecessem a seus lugares na fila, uma vez que se tornou prática comum, a entrada de alunos de forma irregular na fila. O objetivo é que tal medida seja expandida para todos os R.U.s. (ver anexo 6, página 200). Outra ação também proposta pelos alunos está relacionada ao desperdício de alimentos nas refeições.

Entretanto, de um modo geral, os alunos fazem boas referências quanto às atividades prestadas pelo R.U. Estes apontam que o R.U. é um facilitador, na medida em que garante refeições de boa qualidade por preços baixos. Como é possível através depoimento dessa aluna:

Eu já fui no R.U., algumas vezes. Não vou mais, com tanta frequência, porque tenho aula de natação depois do almoço e não convém a gente comer e ficar se jogando dentro da água, mas antes eu ia mais. Acho muito legal. O atendimento é

muito legal é bem higiênico. Antes de entrar na UFRGS, eu tinha uma visão diferente a respeito do R.U. (Aluna do Curso de Educação Física, 35 anos).

O Restaurante também se mostrou como um diferencial para os alunos oriundos de outras cidades ou Estados, uma vez que dependem, preferencialmente, desse mecanismo para ter uma refeição de qualidade.

Quando eu vim para Porto Alegre [cidade natal: São Borja] e fui morar com meus irmãos tinha problemas com a comida, porque não tinha quem fizesse. Era só lanche mesmo. Meus irmãos trabalham o dia todo e acho que nem sabem cozinhar, mas logo que começou as aulas e já fui direto para o R.U. e nunca mais parei. Até nos dias que não tenho aula eu como no R.U., porque moro ali do lado, né [fazendo referência ao R.U. 2]. Além de gostar da comida, eu acho que vale muito a pena pelo preço. Pensa bem, vem tudo que a gente precisa para se manter bem durante o dia e ainda por cima é bem gostoso (Aluno do Curso de Agronomia, 20 anos).

Outro ponto a destacar sobre os R.U.s refere-se ao fato desses espaços, servirem de cenário para reivindicações e protestos dos estudantes. Um dos fatos mais marcantes, nesse sentido, ocorreu no R.U. 1, no segundo semestre do ano de 1981, quando a Reitoria decidiu dividir os alunos em carentes e não carentes. Cada estudante teria em sua identificação um desses *status*. Isso, contudo, gerou indignação por parte dos alunos, porque acreditavam que essa medida tinha um cunho arbitrário. Como forma de protesto, invadiram o R.U., fazendo com que a Reitoria solicitasse a seus funcionários que deixassem o local. Os alunos, em sua maioria, pertencentes a movimentos estudantis, passaram a gerir o funcionamento do Restaurante. No período diurno, o funcionamento ocorria normalmente e à noite os alunos montavam comitês de segurança. O movimento perdeu força devido ao pouco envolvimento dos alunos e a Reitoria acabou retomando suas atividades.⁵⁴

Através das constatações acima, nota-se a importância de um restaurante com as características dos R.U.s da UFRGS para o desenvolvimento das atividades diárias dos alunos. Muitos deles dependem exclusivamente desse apoio para se alimentar de forma saudável. Em outros casos, é o único espaço para realizar refeições de baixo custo dentro ou próximo ao

⁵⁴ Informações disponíveis em: <http://sindivarios-sarandi.blogspot.com/2009/06/greve-do-ru-ufrgs-19812.html>
Acesso em: 17.01.2010.

Campus. Observa-se que os R.U.s exercem um papel importante na permanência do estudante no espaço de aulas, pois não necessitarão se ausentar para se alimentar. Isso contribui, mesmo que indiretamente, para seu desempenho acadêmico e a conclusão de seus estudos em tempo hábil.

(c) Assistência Médico-Odontológica

Dentro do Programa de Benefícios, proposto pela SAE, há uma preocupação com o atendimento médico odontológico. Segundo edital lançado pela UFRGS, em 2009, esse tipo de assistência utiliza os mesmos critérios de seleção das demais ações do Programa. Os estudantes beneficiados podem marcar consultas ambulatoriais, nas especialidades de dermatologia e endocrinologia, com médicos do hospital da Universidade. Essas, todavia, devem ser encaminhadas através de uma consulta anterior realizada por um clínico geral, salientando que o serviço não dispõe de exames complementares. O atendimento nutricional ocorre nas seguintes modalidades: anamnese alimentar, avaliação ponderal, dietoterapia, orientações específicas, com encaminhamento do usuário a atendimento especializado. Já o atendimento odontológico compreende os seguintes atendimentos: anamnese, prevenção e educação para a saúde, restauração, periodontia, eventuais extrações, odontopediatria, Raio X odontológico, registro do atendimento em odontograma, prescrição de terapêutica medicamentosa, indicação de atendimento especializado⁵⁵.

As consultas odontológicas, nutricionais e dermatológicas devem ser agendadas previamente, no primeiro dia útil de cada mês, no Departamento de Atenção à Saúde⁵⁶ da Universidade. Em caso de mal súbito, nas dependências da Universidade, todos os estudantes podem recorrer ao Ambulatório do Campus do Vale. É comum, em épocas específicas, a concessão aos estudantes, de um modo geral, a aplicação de vacinas para prevenir doenças de fácil contato e disseminação.

No decorrer do estudo, verificou-se que os estudantes desconhecem a possibilidade de utilizar esses benefícios. Todos os alunos entrevistados acreditam que a Universidade não

⁵⁵ http://www.ufrgs.br/sae/editais/edital_02_09.htm Acesso em: 12.01.2010

⁵⁶ Esse departamento localiza-se na Av. Protásio Alves e encontra-se sob a responsabilidade Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGESP). Esse atende funcionários, docentes e seus dependentes, além dos estudantes com benefício saúde. É preciso comprovar o vínculo institucional mediante documentação. (informações disponíveis em: http://www.ufrgs.br/prorh/conteudo/servidor/manual/con_nut.htm)

disponibiliza esse tipo de recurso. A realidade é a mesma, com os alunos moradores da Casa do Estudante, que estão inseridos no Programa de Benefícios da SAE.

Olha, eu to na UFRGS há 8 anos e nunca fiquei sabendo disso. Logo que eu entrei na Veterinária já fui morar na Casa [do Estudante], os benefícios desde aquela época aumentaram bastante, mas esse não. Até mesmo porque eu tenho rinite e tenho crises fortes, quando isso ocorre eu vou no Posto de Saúde modelo que fica do lado de casa [referindo-se a Casa do Estudante]. O atendimento é bem bom, mas não tem nada a ver com a UFRGS. Se tiver esse benefício não me informaram (Aluna do Curso de Veterinária, 26 anos).

Outra ação, de cunho preventivo, promovida na Universidade é o Programa Qualidade de Vida de cunho interdisciplinar, tendo como iniciativa da Divisão de Assuntos da Comunidade Acadêmica (DACOM) através do Núcleo de Saúde. O Programa existe há cerca de oito anos e periodicamente ocorrem reuniões para debates, desenvolvimento de ações e eventos que visem conscientizar sobre a importância de uma vida saudável.

O Programa Qualidade de Vida (UFRGS/PROPLAN, 2009) iniciou suas atividades por volta de 2002 oferecendo atendimento multidisciplinar para dependentes de tabaco, além de desenvolver atividades na comunidade acadêmica que reforçam a importância do não consumo de fumo dentro da Universidade. Depois o Programa colaborou para a orientação de cunho nutricional e dependência de álcool e de outras drogas. Atualmente, ainda oferece esse tipo de colaboração, abordando também outros temas como violência, utilização saudável dos espaços de convívio na Universidade e os mais diversos assuntos relacionados à saúde. Cabe salientar que o Programa não é exclusivo no atendimento de alunos, mas tem a preocupação em abranger a comunidade acadêmica em geral, pois as suas ações visam o bem estar de todos os indivíduos que frequentam os espaços da Universidade.

Os estudantes entrevistados, apesar de acreditarem na relevância desse tipo de medida, desconhecem que a instituição ofereça programas nesse sentido. Os alunos ainda apontaram a necessidade de um trabalho mais efetivo para tratar problemas como dependência de álcool, uso de drogas e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Estes ainda destacam que a prevenção é a forma mais eficaz de tratar esses infortúnios. Como se percebe no depoimento a seguir:

Lá na casa [referência à Casa do Estudante] tem muito disso [uso de drogas e álcool]. Eu procuro ficar bem longe, porque não quero me envolver. Não tenho nada contra. Só quero ficar longe. O que eu acho que acontece é que quando o pessoal vem do interior fica meio perdido, sabe como é, né? Você deixa a família, os amigos, tua casa. Tudo isso fica para trás. Aí, vem para Porto Alegre com várias coisas para fazer. Tem cinema, bar, festa e tudo mais. É o mundo! Não tem como não sentir a diferença. Mistura a saudade e com coisa boa. Só que uns acabam achando a droga no meio disso tudo [pausa] ou já gostavam né, e usam isso como desculpa, sei lá. Não dá pra julgar, né? Acho que a UFRGS não se preocupa muito com isso, não. Aqui é mais cada um por si, mesmo. Quando o pessoal da UFRGS vai na Casa é mais para tratar das coisas da casa [infraestrutura] e vai embora. Nunca vi nada de diferente disso. Mas se for para fazer alguma coisa para ajudar mesmo, essa gente, tem que fazer antes deles se envolverem nessa coisa toda, porque depois eu acho difícil. Não deve ser fácil sair (Aluno do Curso de Filosofia, 18 anos).

Dessa forma, portanto, percebe-se que o auxílio médico e odontológico na Universidade ainda é parco, porque é oferecido de forma pontual, e para poucos alunos, além disso, é pouco divulgado. Entretanto, a situação não é tão prejudicial para os alunos, uma vez que é possível buscar esse serviço em outros estabelecimentos de saúde da cidade. Outro ponto observado, ao longo do estudo, é a falta de diálogo e de ações voltadas para tratar problemas com dependência química. Alguns dos alunos entrevistados, principalmente aqueles com menor idade, demonstraram preocupação em lidar com esse tipo de situação dentro da universidade e acreditam ser pertinente o desenvolvimento de programas sobre a questão.

(d) Transporte

Segundo o Coordenador da SAE, no ano de 2008, através das verbas do PNAES, começou a ser oferecido, em caráter experimental, um auxílio transporte para os moradores das Casas de Estudantes. No primeiro semestre de 2009, esse benefício foi implementado de forma efetiva através do edital da SAE (UFRGS/PROPLAN, 2010). Os critérios para aqueles que quisessem utilizar a ajuda eram, primeiramente, possuir o benefício de aluno de baixa renda, ser morador das casas de estudantes ou, ainda, estudante da graduação, de cursos presenciais, moradores da região metropolitana de Porto Alegre, com exceção da capital. Segundo o Coordenador da SAE, a avaliação dos pedidos foi feita de forma rigorosa para que de fato todos os que necessitassem do recurso fossem contemplados. A renovação dos pedidos deve ocorrer semestralmente, através de um cadastramento dos alunos.

No final do ano de 2009, a SAE contabilizou 581 alunos com auxílio transporte de R\$57,50 reais mensais. No edital de 2010, referente ao primeiro semestre do ano, a Universidade vem adotando critérios um pouco diferenciados dos anteriores, restringindo o benefício a apenas moradores das casas de estudantes que tenham atividades acadêmicas regulares em Campi, diferente de onde reside. Além disso, o benefício foi expandido para os alunos que possuem bolsa permanência ativa. O depósito do valor é feito, em agências do Banco do Brasil, no mês subsequente ao deferimento do pedido.⁵⁷

A partir das entrevistas realizadas com os alunos, verificou-se que somente os alunos de baixa renda conhecem o benefício transporte, os demais afirmam que a Universidade não disponibiliza esse tipo de recurso. Dentre os alunos que possuem o recurso, alguns ressaltam o diferencial de possuir o benefício.

Eu pego três conduções para vir para cá, são dois ônibus e o trem. Agora, há um semestre eu tenho o auxílio transporte da Universidade, que eu consegui e de resto é aquilo tu pega um pouco da bolsa e aí sobra quase nada da bolsa porque aí tudo vai para passagem. Mas minha mãe ajuda também quando pode. O auxílio me ajuda porque aí eu não preciso pegar da bolsa [referindo-se a bolsa PIBIC]. Antes tinha vezes que eu não tinha dinheiro para passagem. Eu e minhas amigas já deixamos de ir para aula. Se aula não fosse importante ou fosse das 6:30 as 8:30 e não fosse até as 10:00, eu não ia, porque é caro para caramba. No fim das contas, é duro tu ter que escolher qual aula vai faltar porque não tem como ir. Nunca falei para nenhum professor. Sabe, eu sempre achei que isso era problema meu e tinha que resolver. Nós, nos revezávamos para ver uma pegar a matéria para outra (Aluna do Curso de História, 23 anos).

Através dos depoimentos dos alunos, nota-se a diversidade social e econômica que compõe a espaço da Universidade. Ao mesmo tempo em que, existem alunos com o perfil anteriormente citado, que necessita de algum tipo de bolsa para suprir as necessidades básicas para permanecer na Universidade, há outro tipo de alunado que não entende essas questões como uma problemática no seu cotidiano.

Olha, eu até sei que tem a carteirinha de meia passagem para estudante, mas nunca me interessei em tirar. Sempre andei de carro. No colégio meu pai e minha mãe me levavam e me buscavam de carro. Andei uma vez ou outra de ônibus mais

⁵⁷ As informações encontram-se disponíveis em: <http://www.ufrgs.br/sae> Acesso em 18.01.2010

para fazer folia com meus amigos. Depois, quando fiz 18 anos, tirei carteira e ganhei o carro. Esses tempos até cheguei a pensar na possibilidade de começar a usar transporte público, mais como uma questão ecológica, mas depois desisti. Cheguei a conclusão, que ficaria muito preso em horários. Gosto de acordar mais tarde e o carro me proporciona isso (Aluno do Curso de Ciências Sociais e Jurídicas, 23 anos).

(e) Auxílio Creche

Através do auxílio do PNAES, a UFRGS vem concedendo auxílio creche para alunos da graduação, nos meses de setembro a dezembro de 2009. Neste ano, o benefício ocorreu em caráter experimental, mas no ano de 2010 passou a ser lançado, oficialmente, no edital da SAE. Conforme apontado pela Secretaria, em 2009, cerca de 10 alunos procuraram a ajuda.

O edital de 2010⁵⁸, correspondente ao primeiro semestre, propõe auxílio financeiro de R\$75,00 para um dos responsáveis legais, que obtiver a guarda legal, de crianças de 0 a 3 anos de idade. Para tanto, é necessário estar cursando a primeira graduação e que essa seja na instituição. O pagamento é feito mensalmente em agências do Banco do Brasil. O aluno perde o direito ao benefício, quando a criança completar 4 anos ou em caso de óbito do dependente.

Os alunos entrevistados demonstraram saber da existência de uma creche na Universidade para funcionários e professores da UFRGS. Além disso, a existência de um espaço ou uma verba destinada para os alunos com filhos, foi considerada pelos entrevistados como uma necessidade não tão imediata, se comparada a outras relacionadas à assistência estudantil.

(f) Benefício Financeiro

A UFRGS possui um conjunto de bolsas que proporcionam aos alunos da graduação, especialmente de baixa renda, exercer uma atividade na Universidade. Existem alguns tipos de bolsas com essa função são elas: a Bolsa Permanência, a Bolsa Reuni e a Bolsa Treinamento. As duas primeiras modalidades são mantidas pela Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAN), já a última recebe recursos oriundos do REUNI.

A primeira modalidade de bolsa que será analisada é a Bolsa Permanência (UFRGS/PROPLAN, 2010) tem como objetivo auxiliar o aluno no custeio da vida estudantil. Para tanto, este terá de trabalhar em atividades, dentro de setores da UFRGS, em funções técnicas

⁵⁸ http://www.ufrgs.br/sae/Editais/EdItal_Beneficios_02-10_final.pdf Acesso em 18.01.2010 Acesso em: 10.03.2010

e administrativas. A Universidade ainda sugere que, além da remuneração recebida, a bolsa proporcionará uma experiência profissional ao aluno. Esta bolsa é destinada a todos os alunos matriculados nos cursos de graduação ou da Escola Técnica. É importante destacar que, além dos quesitos socioeconômicos exigidos para concorrer à bolsa, os alunos ainda têm que demonstrar um bom desempenho acadêmico.

A segunda modalidade é a Bolsa REUNI (UFRGS/PROPLAN, 2010), que foi estabelecida junto com a criação do Programa REUNI, em abril de 2007. Os objetivos dessas bolsas são estipulados pelo próprio Programa que visa, prioritariamente, a assistência estudantil como forma de colaboração para diminuir com a evasão nos cursos de graduação. Na UFRGS, considera-se como critério de aptidão para recebimento, desse benefício, o aluno que tiver a Bolsa Permanência.

Para concorrer a essas duas modalidades de bolsas, o aluno deve fazer um cadastro socioeconômico, juntamente com a entrega da documentação que comprove os rendimentos familiares. Somente após a aprovação da condição de aluno de baixa renda, torna-se possível efetuar a candidatura a uma bolsa, com duração de 20 horas por semana e o valor mensal é de R\$300,00. A oferta de bolsas está disponível no Mural de Bolsas do Portal do Aluno.

Segundo o Coordenador da SAE, a PROPLAN concedeu no ano de 2009, 400 bolsas permanência, sendo que apenas 340 foram ocupadas⁵⁹. A Bolsa REUNI teve uma concessão de 402 bolsas e foram utilizadas 371. Conforme aponta a Assistente Social da SAE, responsável pelas bolsas, um dos motivos para não a utilização de todas as bolsas se deve ao fato de que nem todos os alunos se enquadram nos critérios adotados para seleção. Esses alunos que não se enquadram nos requisitos estipulados pela SAE, para concorrerem as Bolsas com benefícios, são indicados para a chamada Bolsa Treinamento, na qual a seleção não ocorre por meio de critério socioeconômico. Torna-se pertinente mencionar que, os alunos interessados em bolsas na modalidade de treinamento são, muitas vezes, de baixa renda, mas não atendem os critérios para se tornarem beneficiários do programa de apoio ao estudante da SAE.

Outro fator apontado pela SAE, para não utilização da bolsa é a constante mobilidade dos bolsistas, uma vez que os critérios para usufruir dessas bolsas são bom rendimento acadêmico e estar matriculado entre o primeiro e o último semestre do curso. De acordo com a funcionária técnica administrativa da SAE, conforme o aluno vai avançando no curso, esse prefere se dirigir

⁵⁹ Esses números são aproximados, pois há uma variação no público que utiliza esse tipo de fomento.

para outro tipo de bolsa. Além disso, quando conclui o curso o aluno se retira da bolsa. Por esta razão, as características dos alunos que procuram a SAE são apontadas como uma das razões para uma maior evasão no decorrer do período da bolsa. A SAE entende que não há problemas no anúncio dessas bolsas, pois elas são amplamente divulgadas nos murais e no site da Universidade, através do Portal do Aluno.

A terceira modalidade é a Bolsa Treinamento que, como já foi mencionado acima, não exige que o aluno tenha o benefício da SAE. Entretanto, o estudante deve ter um bom rendimento acadêmico e estar regularmente matriculado em um curso de graduação. As Bolsas de Treinamento utilizam parte do recurso oriundo da PROPLAN e o outro do REUNI. As bolsas são concedidas às Unidades da instituição, que selecionam os alunos com as condições necessárias para a vaga.

A Universidade ainda possui um Programa de Estágios não obrigatórios que é coordenado pela SAE. Esse foi regulamentado pela Resolução nº 27/2003 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. O estágio é dirigido para os alunos de graduação, como uma forma de complementar no processo de aprendizagem e proporcionar uma experiência no mercado de trabalho. Para se candidatar, o aluno deve ter concluído a primeira etapa do curso de graduação e ter bom rendimento acadêmico.

O aluno deve, primeiramente, procurar uma empresa conveniada com a UFRGS, depois de sua aprovação, este vai até a SAE, para requerer a documentação necessária que será assinada pela Comissão de Graduação (COMGRAD) de seu curso. Na última etapa, o termo de Compromisso do Estágio é assinado na SAE. Isso possibilita que a Universidade tenha um controle das atividades que os alunos estão exercendo nas empresas.

Dentre as ações acima descritas, na opinião da maioria dos alunos, os estágios são a forma mais impactante de auxílio. Daqueles que fazem algum estágio em empresas ou escritórios, descrevem que foi a primeira forma de contato com a profissão, além de configurar-se como um encaminhamento para o mercado de trabalho. Como aponta o aluno de educação física:

Eu faço estágio desde o quinto semestre e para mim foi muito importante. Faço no horário das 06h30min [18:30] as 10:00 [22:00]. Foi um diferencial, porque passei a compreender melhor aquilo que eu via em aula. Trabalho com turmas de diferentes idades, apesar de que nesse horário é mais a pessoa que trabalha ou estuda. Agora quando eu me formar estou com a ideia de continuar nessa academia mesmo, se der, claro. Mas também tem a possibilidade de ir para uma

escolinha. Não sei ainda, mas o que importa que é abriu novas possibilidades.
(Aluno do Curso de Educação Física, 26 anos)

Já as demais bolsas, oferecidas através da SAE, são vistas pelos estudantes como uma situação temporária, enquanto não encontram outra oportunidade. Além disso, os alunos entrevistados matriculados na metade ou no final do curso afirmam que desistiam da bolsa devido à baixa remuneração. Cabe destacar que a remuneração da bolsa foi reajustada.

Logo que eu entrei na UFRGS, as minhas veteranas disseram que dava para pegar uma bolsa. Aí, eu vi que tinha alguns cartazes pedindo bolsista para pesquisa, mas precisava tá [estar] no segundo semestre. Falei então com uma colega e ela me falou que conhecia uma guria que trabalhava numa dessas bolsas da SAE. Ela me deu o celular dela e a guria me deu as dicas. Não lembro bem de todo o processo de seleção. Mas consegui a bolsa na biblioteca. Até que fiquei bastante, quase 2 semestre. Eles pagavam muito mal. Agora parece que as bolsas estão com o mesmo valor que a de iniciação científica, mas antes era R\$180,00. Eu praticamente pagava para trabalhar, não recompensava. Aí quando deu eu fui para uma de iniciação científica, que pagava mais e era uma coisa que me interessava
(Aluna do Curso de Engenharia de Alimentos, 27 anos).

Ao analisar o número de bolsas, nos últimos anos, percebe-se que não houve um aumento significativo nas modalidades Bolsa Permanência, Bolsa Treinamento e Bolsa Reuni. Entretanto, os Estágios não-obrigatórios passaram por um crescimento representativo (ver tabela 5). Segundo Oliveira (2009), tal fenômeno segue uma tendência nacional, uma vez que dos estágios os que mais crescem são os não-obrigatórios. Como estes não são fundamentais para a conclusão do curso, o autor aponta que os principais fatores para esse aumento são a flexibilização da mão de obra e a inserção profissionalizante. Por parte dos alunos, a procura se deve à busca por independência financeira, custeio de estudos e aperfeiçoamento.

Ainda com relação aos dados, a tabela também permite verificar que a Universidade não possui uma metodologia contínua de coleta de dados estatísticos, no que diz respeito às bolsas e aos estágios, de modo que os dados apresentados são oriundos de fontes e formato de coleta diferenciada.

Tabela 5: Tipos de Bolsas e Alunos Contemplados

	Modalidades de Bolsa e Número de Alunos Contemplados			
	Bolsa Permanência	Bolsa Treinamento	Bolsa Reuni	Estágios não obrigatório
2000	546	168	-	1914
2001	143	198	-	-
2002	298	-	-	-
2003	317	-	-	-
2004*	252	158	-	3139
2005	-	-	-	-
2006**	-	-	-	-
2007	311	273	-	4335
2008***	262	224	141	4500
2009	340	-	371	-

* Até 2004, os dados foram retirados do Balanço Social da UFRGS.

** A partir de 2006, dados retirados do Relatório de Gestão da UFRGS.

*** A Bolsa Reuni passou a ser implementada no ano de 2008.

Fonte: www.ufrgs.br

Além das modalidades de bolsas citadas acima, cabe mencionar que as bolsas de iniciação científica, extensão e monitoria, também representam um papel importante enquanto benefício financeiro, visto que a remuneração, por elas oferecida, garante a dedicação exclusiva do aluno em atividades voltadas ao aperfeiçoamento de seus estudos. Elas também promovem um retorno financeiro. Essa realidade colabora para que o aluno possa custear algumas atividades no cotidiano acadêmico. Nessa dissertação, contudo entende-se que tais bolsas têm a função preferencial de apoiar no aprendizado e na formação acadêmica, por esta razão serão apresentadas de forma mais ampla, quando tratarmos dessa temática.

A UFRGS ainda vem auxiliando os alunos com materiais didáticos. Para tanto, está sendo disponibilizado um quite pedagógico, que consiste em um material básico para que os alunos possam exercer suas atividades. O modelo adotado pela UFRGS é baseado na proposta da Universidade Federal do Vale do São Francisco, que disponibiliza material para o curso de enfermagem e medicina. Segundo o Coordenador da SAE, trata-se de um investimento para disponibilizar recursos para determinadas áreas que utilizam de dinâmicas experimentais. O auxílio permite que os alunos adquiram equipamentos imprescindíveis para essas atividades.

Dentro dessa perspectiva, já no ano de 2010⁶⁰, a SAE está implementando a ajuda destinada a alunos de graduação carentes, que não tem possibilidade de adquirir seus materiais para cursar a graduação. A UFRGS vai custear parte do valor desse equipamento pedagógico no valor de R\$120,00 através do Auxílio Material de Ensino (AME). Cabe a COMGRAD de cada curso, manifestar interesse junto a Secretaria para que esta forneça um conjunto de materiais úteis no decorrer do curso. A colaboração é dada a alunos que estejam na primeira graduação e só será dada uma vez durante o curso. O aluno deverá passar por uma entrevista e assinar um termo de compromisso. Segundo o Coordenador da SAE, pretende-se disponibilizar cerca de 500 quites pedagógicos.

4.3.2.2 Apoio Psicológico

Para melhor compreender como a Universidade vem tratando, junto aos alunos, de questões de âmbito psicológico, faz-se necessário analisar o Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE), projeto de extensão que foi criado, no ano de 2005, no Departamento de Psicologia do Desenvolvimento e da Personalidade do Instituto de Psicologia da UFRGS. O Núcleo é composto por dois professores da Psicologia, duas psicólogas, uma pedagoga e um técnico administrativo. Todos os profissionais fazem parte do quadro efetivo de profissionais da instituição. A análise a seguir será baseada, principalmente, no relato do Coordenador Responsável pelo Núcleo a respeito da criação e ações desenvolvidas pelo NAE.

O NAE se derivou de outro projeto chamado Centro de Avaliação Psicológica, Seleção e Orientação Profissional, que é uma atividade voltada para a extensão. O Serviço de Orientação Profissional (SOP) foi lançado, em 1991, visando um atendimento focado na comunidade externa, principalmente jovens vestibulandos no processo de escolha de um curso. Ao longo das atividades desenvolvidas pelo SOP, percebeu-se que havia uma grande procura de alunos da Universidade, buscando uma orientação para trocar de curso, se ajustar ao seu curso ou até mesmo auxílio para transição no mercado de trabalho. Dentro dessa nova perspectiva, onde o foco passou a ser o público interno, o NAE se constituiu.

⁶⁰ http://www.ufrgs.br/sae/Editais/EdItal_Beneficios_02-10_final.pdf Acesso em 18.01.2010 Acesso em: 10.03.2010

O NAE pretende proporcionar ao aluno a reflexão sobre a sua carreira em formação. Sendo assim, busca focar em alguns objetivos que considera indispensável para sua atuação frente aos alunos como o incentivo ao desenvolvimento psicossocial; oferecer auxílio à vivência acadêmica como parte da construção de um projeto profissional; integrar o aluno na vida acadêmica; adesão à instituição e ao curso, contribuindo assim para a prevenção da evasão; servir de espaço de formação e capacitação para estudantes e profissionais na área de aconselhamento de carreira; oferecer recursos para professores e servidores que estejam interessados na temática da adaptação do aluno à universidade; produzir conhecimentos nas áreas de desenvolvimento de carreira, adaptação à universidade e aconselhamento de carreira.⁶¹

O NAE entende como aconselhamento de carreira não só a transição do aluno para o mercado de trabalho, mas também o processo de adaptação do mesmo no curso de graduação. Através desse espaço, deseja-se que o aluno possa refletir sobre suas escolhas e dúvidas com relação ao curso que está fazendo, bem como buscar o auxílio para melhor explorar as possibilidades que o curso oferece no mercado de trabalho. De acordo com o coordenador do Núcleo, os alunos nem sempre procuram o NAE por estarem insatisfeitos com o curso, mas também como um espaço de reflexão e de construção de estratégias para pensar melhor sua própria formação. Ele ainda destaca que, os fatores de adaptação do aluno na Universidade são permeados por diversas questões e que, muitas vezes, está imbricada em situações de cunho pessoal. Nesses casos, o Núcleo atende esses alunos e procura, se necessário, fazer o encaminhamento para a Clínica da Universidade.

Atualmente, o NAE possui dois serviços que considera de maior volume, isto é, as oficinas e o atendimento individual. As oficinas são encontros que duram um turno com temáticas focadas em temas como gestão do tempo, aconselhamento de carreira e aprendizado em métodos de estudos. O perfil do público que procura o NAE é muito variado porque depende da forma como é divulgada a atividade. Segundo a equipe do Núcleo, em certos casos faz-se uma divulgação maior em uma determinada COMGRAD ou instituto e isso acarreta maior procura dos alunos vinculados a esses lugares. O Coordenador salienta que a demanda dos alunos é muito variável e está relacionada, em grande parte, a uma insatisfação cada vez mais relacionada a dificuldades de atender as exigências da Universidade, isso relacionado à falta de pré-requisitos do jovem que vem do ensino médio e ingressa na Universidade sem subsídios necessários para

⁶¹ Informações retiradas da página: <http://www.ufrgs.br/nae/menu.htm> Acesso em: 12.01.2010.

alcançar o rendimento satisfatório, ou ainda a falta de organização do tempo destinado aos estudos.

Através dessa demanda de alunos nessa situação, o NAE recebeu o reforço na sua equipe de uma pedagoga que vem realizando oficinas destinadas a discussão de técnicas de aprendizagem para colaborar com os alunos com dificuldades acadêmicas. Essa profissional, no ano de 2009, trabalhou diversas oficinas visando desenvolver técnicas de aprendizagem para servir de apoio no processo de aprendizagem. Ao trabalhar com questões relacionadas a aprendizagem o NAE passa a efetuar uma atividade baseada em novos elementos e com o uso de recursos que anteriormente não utilizava, como relata o seu coordenador.

Nós na área de orientação profissional, tendo todo o percurso que a gente já tem, enfim a gente já tem todo o material do atendimento individual, modelos e informação para isso. Essas outras áreas de como intervir nas questões de aprendizagem com o estudante universitário e outras demandas que vão surgindo, a gente está começando né. Ao mesmo tempo, que estamos conhecendo a demanda que vem chegando a gente também está pensando alternativas do que a gente pode oferecer de diferente em termos de atendimento ao aluno (Coordenador do NAE).

O processo de divulgação das atividades do Núcleo é feito preferencialmente pela página da internet, onde os alunos verificam as oficinas disponíveis e efetuam sua inscrição. No ano de 2009, com o aumento da equipe foi possível fazer uma divulgação junto a algumas COMGRADs. Essa medida pode aumentar a procura pelas oficinas. A equipe destaca que cada unidade tem uma receptividade para a divulgação do trabalho, o que na opinião deles, muitas vezes, interfere na procura dos alunos pelas atividades proposta pelo NAE.

Ao analisar os documentos que deram origem ao Projeto de Extensão, é possível verificar que o NAE pretende abranger ações ainda maiores daquelas que vem executando nos últimos anos. O Coordenador aponta que o Núcleo enfrenta dificuldades de espaço e de equipe para concretizar todos os seus objetivos. Por esta razão, segundo ele, as ações desenvolvidas pelo NAE não eram muito divulgadas, porque havia um receio de não conseguir atender uma demanda muito expressiva de alunos. Tal decisão pode ter ocasionado o fato de grande parte dos alunos ainda hoje desconhecerem os serviços prestados pelo Núcleo. A maioria dos estudantes abordados, nesse estudo, afirmaram não conhecer nenhum local na Universidade que proporcione

um atendimento psicológico e um encaminhamento para as questões relacionadas ao mercado de trabalho. Apenas uma estudante citou a existência do NAE como um espaço voltado para tratamento de questões psicológicas, mas ao mesmo tempo demonstrou ignorar a existência de um espaço próprio para trabalhar assuntos práticos de ordem profissional, ou seja, outra atividade desempenhada pelo órgão. Além disso, a graduanda afirma ter se informado do assunto por meio de mensagem eletrônica divulgada pela COMGRAD, mecanismo que o órgão mais utiliza para divulgar as ações do Núcleo.

Com relação às questões psicológicas eu sei que tem o NAE, Núcleo de Apoio ao Estudante, que é da psicologia eu quase fiz um curso lá uma vez, mas eu peguei o ônibus errado e acabei não chegando. Eu recebi email da COMGRAD. Eu me inscrevi, consegui a inscrição, consegui entrar, que eram vagas limitadas, mas acabei não fazendo. Eu sei que existe sim. O curso era sobre motivação e estratégias de estudo. Agora, um lugar que encaminhe para o mercado de trabalho ou ajude nesse sentido, que eu saiba não existe (Aluna do Curso de Letras, 20 anos).

Apesar da pouca divulgação do órgão, verifica-se que quando esta é realizada há uma grande procura. Conforme afirma um membro da equipe, no ano de 2008, as oficinas lançadas e, em pouco tempo, atingiram o limite máximo de vagas, deixando muitos dos alunos inscritos, na lista de espera por novas atividades. Isso pode revelar uma carência, por parte dos alunos, de espaços e de um acompanhamento específico sobre esses temas. Cabe destacar que, as oficinas visam sensibilizar o aluno para que este se preocupe em cuidar da sua carreira, enfatizando que esta começa desde o início do curso de graduação. O quadro 2 apresenta algumas das oficinas oferecidas pelo NAE.

Quadro 2: Oficinas Concretizadas em 2009 e na Fase de Planejamento em 2010.

Ano	Temática da Oficina
2009	Planejamento de carreira
	Elaboração de currículo
	Dinâmica de grupo em processos seletivos
	Motivação e Estratégias de estudo
	Estratégias de busca de trabalho / emprego
	Networking: construção e manutenção de rede de contatos
	Gestão do tempo
2010	Planejamento de carreira
	Elaboração de currículo
	Dinâmica de grupo em processos seletivos
	Motivação e Estratégias de estudo
	Estratégias de busca de trabalho / emprego
	Networking: construção e manutenção de rede de contatos
	Gestão do tempo

Fonte: Elaboração Própria

Essas oficinas são ministradas principalmente pela psicóloga da equipe e por alguns alunos bolsistas da graduação do Curso de Psicologia. A equipe salienta que, as oficinas podem se tornar para alguns alunos o primeiro contato para um acompanhamento contínuo, de modo que ao participarem de uma atividade, esta desperta o interesse e eles retornam para participar de outros projetos. O NAE acredita que as oficinas surtem maior efeito do que um atendimento individualizado, pois o aluno pode desenvolver competências para melhor administrar suas tarefas acadêmicas. Sendo assim, o atendimento individualizado passaria a servir apenas como uma forma de aprofundamento de algo que ainda precisa ser melhorado.

O Núcleo vem estudando a possibilidade de incluir nas suas atividades uma oficina específica para alunos ingressantes no curso, pois tem notado que no primeiro ano de curso os estudantes, devido a sua pouca idade, cursam as disciplinas como se ainda estivessem no ensino médio. Segundo eles, os calouros não conseguem desenvolver o entendimento de que estão fazendo um curso que lhes encaminhará para uma profissão. A preocupação do Núcleo está associada ao fato de que os professores também têm certa dificuldade de lidar com essa situação e, muitas vezes, não a percebem claramente. Todavia acreditam que a dificuldade de montar uma oficina com esses fins, é a linguagem a ser adotada, de forma que sensibilize o jovem a lidar da melhor forma possível com essa nova realidade.

Para tanto, no ano de 2009, foi realizada uma oficina no curso de Pedagogia, com a participação dos calouros. Como a atividade foi isolada e realizada recentemente ainda não é

possível afirmar qual seria o impacto dessa ação na trajetória acadêmica dos estudantes. O impacto de ações, nesse sentido, poderia ser mais significativo, na medida em que perpassassem toda a trajetória acadêmica do indivíduo. Isso possibilitaria um melhor entendimento do estudante com relação à importância de sua escolha profissional, juntamente, com seus futuros desdobramentos. Como aponta o coordenador do Projeto:

O que em geral acontece que é que o aluno chega lá no final do curso e se dá conta que ele vai se tornar um profissional. Essa é a média, um ou outro curso que tenha a cultura de formação profissional, mas em geral não. A maior parte se dá conta que tem que entrar no mercado profissional no final do curso e aí começa a pensar que deveria ter aproveitado mais isso ou aquilo. Então, a nossa ideia na verdade é através do NAE, enfim de outras ações, que a gente possa fazer é talvez criar essa cultura. Quando a gente entra na universidade, tudo bem, existe a coisa da idealização inicial. Isso vai continuar existindo, mas o que a gente quer é que as pessoas se dêem conta disso e ao mesmo tempo oferecer um serviço que ajude a pensar a carreira. Construir redes é importante, o que é construir redes, como eu sou, isso tem a ver com o estilo de cada um é importante para eu me conhecer para aprender a potencializar aquilo que a gente tem e desenvolver algumas habilidades que julgamos importante, mas que não temos (Coordenador do NAE).

A maior parte dos cursos na Universidade vem construindo novas diretrizes para pensar a formação acadêmica como um espaço de formação do aluno de um modo mais amplo e não apenas numa sequência de disciplinas sem um sentido global para o aprendizado. Entretanto, os profissionais que trabalham no NAE, afirmam que ainda há uma necessidade maior de trabalhar a capacitação profissional para além do desenvolvimento de técnicas e do aprendizado de pressupostos teóricos. Para tantos, o Núcleo sugere um maior envolvimento da Universidade em preparar o aluno para a realidade do mercado do trabalho e da profissão, pois isso, segundo eles, proporciona maior envolvimento do aluno na academia, resultando num melhor rendimento e na conclusão do curso em tempo hábil.

Cabe destacar que no âmbito institucional, o NAE não é entendido como uma forma de assistência estudantil e desse modo não possui nenhum tipo de vínculo institucional formal com a SAE. Contudo em algumas atividades isoladas, os dois órgãos estabelecem algum tipo de comunicação. Nos últimos tempos, por exemplo, o NAE estabeleceu um contato com esta Secretaria para fazer um levantamento com alunos das casas de estudantes e, assim, atende-los em questões específicas e focadas para necessidades.

Um dos problemas apontados, pelo Coordenador do NAE, é a falta de espaço físico do NAE, que possuía até 2009 apenas duas salas para o atendimento dos alunos e ainda era dividida com outros projetos. Além disso, a dependência de estagiários e a vinculação de horário atuam como um fator limitador, pois em alguns momentos o espaço atinge a sua capacidade máxima de atendimento e em outros a sala fica fechada. O NAE não possui nenhum tipo de fomento para o desenvolvimento de suas atividades, entretanto, eventualmente, utiliza verbas de outros projetos dos professores envolvidos no Núcleo, para aquisição de material de escritório, visto que todos os projetos partilham da mesma estrutura operacional⁶².

Na época de transição da antiga administração da Reitoria para a atual, entendeu-se como interessante e legítima a proposta deste Núcleo, portanto o incluiu dentro do conjunto de ações que compõe do projeto institucional do REUNI. As unidades têm demonstrado um certo apoio, mas que difere de um curso para o outro, como no caso de alguns técnicos de assuntos educacionais das COMGRADs, que vêm procurando o NAE para pedir aconselhamentos e discutir sobre assuntos específicos.

A equipe do NAE entende que ainda precisam ser feitas algumas modificações no trabalho desenvolvido. Para eles, essa nova demanda necessita de um maior cuidado, seja através da ampliação dos serviços como da qualificação dos mesmos, para poder abarcar um maior número de alunos e ter uma eficácia em curto prazo. Há uma proposta do NAE, de servir como uma central de trabalho, tendo um banco de currículos; porém, para isso é preciso ter uma estrutura física adequada. Como explica o Coordenador do órgão:

O nosso serviço aqui se inspirou em alguns modelos talvez de algumas universidades norte-americanas e canadenses, ou ao menos a gente gostaria que fosse, em que eles têm um centro de apoio ao estudante onde tu tens uma assistência social propriamente dita no que se assemelha ao que a própria SAE faz hoje. Tem o que eles chamam de *career services* que seriam como o nosso interesse especificamente que é atender a demanda do aluno que quer planejar carreira e eles têm também outros tipos de serviços voltados ao estudante que perpassam as questões de psicoterapia, eventualmente, um apoio psicológico mais para questões que também acabam chegando para gente porque como somos do ramo da psicologia as pessoas procuram por esse viés, mas não é porque a gente não tem nem estrutura porque tem também outras responsabilidades que a gente não tem condições de dar conta. O meu sonho pessoalmente é que todas as universidades tivessem um centro de apoio ao estudante, onde eu me ocuparia de

⁶² A principal fonte de arrecadação de verbas do NAE é feita através de uma taxa sugerida pelo CAPSOP aos seus usuários. A maior parte dos projetos de extensão da Psicologia, não recebe recursos institucionais.

um espaço de serviços de carreira que é realmente o nosso foco, mas a gente até tem aberto mais um pouco abrindo mais um pouco. Dentro de questões psicológicas até poderia haver serviços mais voltados a questões específicas como consumo de álcool e drogas (Coordenador do NAE).

4.3.2.3 Apoio ao Aprendizado e Formação Universitária

A assistência estudantil abarca diversas ações relacionadas às atividades diárias dos estudantes na Universidade, por essa razão é necessário analisar os recursos pedagógicos oferecidos pela UFRGS para auxiliar no bom desempenho dos graduandos, como a biblioteca e os laboratórios de informática. Além disso, cabe destacar as bolsas acadêmicas que estimulam na construção do conhecimento.

A UFRGS possui um dos maiores acervos dentre as bibliotecas universitárias brasileiras, é composta de uma Biblioteca Central, 29 Bibliotecas Setoriais, 01 Biblioteca da Depositária da Documentação da Organização das Nações Unidas ONU. Atualmente, estima-se que o acervo é de 900.000 itens. Os alunos podem retirar livros através do Sistema de Automação de Bibliotecas (SABi), recurso totalmente informatizado.

A universidade também possui laboratório de informática em todas as sedes de cursos, o aluno só pode utilizar o equipamento, se estiver matriculado em alguma disciplina do curso que corresponde ao laboratório. Através dos recursos oriundos do REUNI, há previsão para construção de mais laboratórios e aquisição de equipamentos. Cada curso dispõe de laboratórios para realização das pesquisas necessárias para o desenvolvimento do conhecimento.

Outra forma de assistência estudantil compreendida, nesse estudo, são as bolsas de cunho acadêmico, que permitem inserção do aluno em dinâmicas de ensino, pesquisa e extensão da Universidade. Para tanto, é interessante analisar cada uma dessas modalidades de bolsa, isto é, aquelas relacionadas à pesquisa, monitoria e extensão.

A primeira modalidade de bolsas está incluída no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) no qual pretende inserir alunos de graduação com bons rendimentos acadêmicos nas atividades de pesquisa acadêmica (UFRGS/PROPLAN, 2009). O professor orientador é responsável por acompanhar o trabalho individual de cada aluno e incentivá-lo a desenvolver trabalhos para apresentações em congresso científicos. Isso proporciona ao graduando maior aprendizado sobre os métodos científicos, além de estimular a criatividade no

exercício da pesquisa. Tal proposta pode contribuir para que o estudante se aproxime mais da dinâmica no curso, podendo melhorar seu desempenho. Como se verifica na afirmação da aluna abaixo:

Ah, eu já tive várias situações que eu quase larguei o curso, desde coisa mais pessoal, com o curso [frase incompleta]. Eu tinha uma bolsa da SAE, que eu tinha conseguido, porque tinha um monte de gente do curso lá. O pessoal me indicou e aí eu entrei. Fiquei um ano na bolsa. Nessa época, eu fazia bem poucas cadeiras [disciplinas]. Não suportava mais. Fazia mesmo pra manter o vínculo. Fiquei sabendo de uma vaga em uma bolsa do CNPq [PIBIC], com o bolsista que estava saindo. Eu me candidatei, aliás, só eu me candidatei, e consegui a bolsa. Eu acho que a bolsa foi boa, porque eu procurava coisas na internet, lia umas coisas legais. Era bom porque no fundo era uma coisa mais prática. Depois de um tempo, começou a bater aquela dúvida de novo, se era isso mesmo que eu queria e me afastei bastante. Mas a professora foi bem legal. Ela começou a botar pilha [incentivar] para eu continuar. Falava: Ah, falta tão pouco! Não desiste! Só faltava mesmo ir me buscar em casa. Aí eu acabei continuando e olha só to me formando (Aluna do Curso de Ciências Sociais, 24 anos).

Ainda com relação às bolsas PIBICs, destaca-se que, o período de vigência da bolsa é de um ano e o aluno deve ter dedicação exclusiva de 20 horas semanais para o cumprimento das atividades de bolsista, além disso, recebe R\$300,00 mensais. A UFRGS realiza anualmente um evento denominado Salão de Iniciação Científica, no qual premia os melhores bolsistas de cada área do conhecimento. A Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ) também costuma incentivar a participação dos alunos em eventos científicos com o ressarcimento das despesas de deslocamento e estadia do aluno em outra cidade, Estado ou país do Mercado Comum do Sul (Mercosul). No ano de 2008, a UFRGS contava com 1061 bolsas de iniciação científica, sendo que foram acrescentadas mais 30 bolsas devido ao repasse de verbas do REUNI (UFRGS/PROPLAN, 2009).⁶³

Como forma de inclusão dos alunos oriundos de reserva de vagas raciais e sociais, a UFRGS incorporou a modalidade de bolsas de iniciação científica o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC-AF). Este foi proposto pelo Governo Federal e tem por objetivo apoiar e complementar as ações afirmativas na UFRGS. No ano de 2009, foi distribuído um total de 20 bolsas para professores orientadores de diferentes áreas de ensino. Através dessa oportunidade, acredita-se que os alunos terão a possibilidade de

⁶³ Nesse total, inclui-se as bolsas PIBIC, Bolsas de Iniciação Científicas e Voluntários.

participar de atividades de pesquisa de iniciação científica o que poderá proporcionar maior integração e identificação com seus cursos.

Outra modalidade de bolsa está vinculada ao Programa de Monitoria Acadêmica, supervisionado pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), no qual os alunos podem exercer atividade junto com o professor em sala de aula. Atualmente, o Programa disponibiliza bolsa para os alunos atuarem nos cursos presenciais e à distância da UFRGS. Cabe aos monitores acompanhar atividade do professor em uma sala de aula, auxiliar os alunos das disciplinas em horários pré-determinados e apresentar sugestões ao professor. Assim, como nas bolsas PIBIC, o regime é de dedicação exclusiva de 20 horas semanais e o valor da bolsa é de R\$300,00 mensais. Em 2009, eram 903 alunos monitores, sendo que 240 estavam na condição de voluntário. Através de alguns depoimentos dos alunos entrevistados, observa-se que as monitorias atuam de modo diferente em cada curso (UFRGS/PROPLAN, 2009).

Os monitores são muito importantes em algumas disciplinas, por exemplo, Lógica não sei como seria se não tivesse monitora. A professora não pode atender todo mundo e nem pode ficar na sala depois da aula. Ela ajuda bastante faz os exercícios em aula (Aluno Curso de Filosofia, 18 anos).

Eu nunca pedi ajuda para nenhum monitor. Nas disciplinas que tem, eles ficam mais encarregados de mexer em equipamentos e xerox. Quando eu tenho dúvidas, eu pergunto para os meus colegas (Aluna do Curso de História, 23 anos).

A minha relação com os monitores é muito boa. Eles me dão dicas até de outras cadeiras. Em algumas disciplinas eles participam junto com os professores (Aluna do Curso de Educação Física, 20 anos).

Outra modalidade de bolsa, oferecida na Universidade é feita através do Programa de Bolsas de Extensão. A atividade de extensão proporciona ao aluno desenvolver o aprendizado em atividades profissionais junto à comunidade interna e externa a Universidade. Os critérios estabelecidos para ser aluno bolsista seguem o mesmo formato das bolsas anteriores, apenas com o diferencial dos valores, nesse caso, variando conforme o projeto. A Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) também realiza um evento anual, denominado Salão de Extensão, onde os alunos apresentam as atividades por eles desenvolvidas ao longo dos respectivos projetos (UFRGS/PROPLAN, 2009).

Neste mesmo sentido destaca-se outro tipo de bolsa que está no âmbito do Programa Conexões de Saberes: diálogo entre a universidade e as comunidades populares/UFRGS, que faz parte da proposta maior estabelecida pelo MEC, denominada Programa Conexões de Saberes da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC). Na UFRGS, o Programa está ligado a PROEXT e é desenvolvido desde 2005⁶⁴. A principal característica, desse projeto, é busca da interação entre a Universidade e populações de baixa renda. Isso é feito, principalmente, através do bolsista, que deve ser oriundo de camadas populares. Esse serve como mediador que viabiliza a troca de conhecimento entre a Universidade e seu território de origem. O projeto tem procurado contribuir para a reflexão sobre a permanência dos jovens de baixa renda na educação superior, com o diferencial de estabelecer um diálogo com os grupos de origem populares, a fim de entender e conhecer as suas necessidades primordiais dessas pessoas dentro da Universidade. O valor da bolsa é de R\$300,00 mensais. O discurso abaixo expressa a pertinência de um projeto com as características do Conexões de Saberes para esse grupo de alunos.

Primeiro, eu peguei o Conexões. Aí, o Conexões é aquela coisa bem voltada para o aluno de baixa renda, o aluno que veio [frase incompleta] sabe? É para aquele aluno que a Universidade geralmente exclui. Daí eu peguei a bolsa do Conexões e lá dentro eu me senti profundamente a vontade. Lá a gente discutia muita coisa. Eu só senti um pouquinho de dificuldade para colocar as questões dos deficientes na mesa, por causa que eles já tinham outros temas sempre preparados como o racismo, o preconceito social. Não é que não seja legal discutir isso, é sempre importante. Também tinha um colega meu que era homossexual, conexista, falou que estava vendo dificuldades de colocar esse tipo de discussão na roda.[...] Mas era muito interessante. Eu acho que eu cresci bastante no Conexões, apesar dos pesares o saldo foi muito positivo. Eu entrei para o Conexões porque eu queria ganhar dinheiro, pois estava me sentindo um peso para minha família. Eu fiquei um semestre e cheguei a ser oficineira. Agora saí porque fui chamada para o PET (Aluna do Curso de Letras, 20 anos, deficiente visual).

Por fim cabe destacar o Programa de Educação Tutorial (PET) UFRGS, que procura seguir, no âmbito da instituição, os objetivos estipulados pelo MEC. Atualmente, a UFRGS possui 9 grupos em diferentes cursos de graduação e 72 alunos bolsistas. Cada grupo é orientado por um professor tutor, que desenvolve as atividades baseadas num planejamento institucional anual, que posteriormente é enviado ao Departamento de Projetos Especiais de Modernização e

⁶⁴ Informações Disponíveis em: <<http://www.proext.ufrgs.br/deds/>> Acesso em: 10.03.2010,

Qualificação do Ensino Superior (DEPEM/MEC/SESU). Como o PET prevê a formação de um grupo permanente, procura-se selecionar alunos que fiquem durante pelo menos dois anos no grupo, tempo mínimo para emissão de certificado. No ano de 2002, a UFRGS criou o Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação do PET (CLAA) formado pelos tutores, bolsistas e representantes das Pró-Reitorias de Graduação, Extensão e Pesquisa, para acompanhar o andamento das atividades dos grupos. O Comitê já visitou as Unidades onde os grupos estão alocados para conhecer a realidade de cada grupo. Segundo a Reitoria, a partir de então, aumentou o envolvimento destas no trabalho desenvolvido pelos grupos.

Para um aprimoramento das atividades desenvolvidas no PET, o Comitê tem reuniões mensais com a finalidade de discutir novas propostas, avaliar as atividades e pensar novos rumos para o Programa. Os alunos do PET-UFRGS participam de eventos científicos promovidos pela instituição como o Salão de Extensão e o Salão de Iniciação Científica. É comum também a participação dos bolsistas nos encontros nacionais proporcionados pelo PET.

A função dessas bolsas é colaborar para a formação de indivíduos qualificados seja para atuarem em pesquisas, em ações na comunidade e em questões relacionadas ao aprendizado em sala de aula. A diversidade de atividade desenvolvida no Programa é relatada, abaixo, pela estudante de educação física.

Nós do PET trabalhamos 20 horas por semana e fazemos ensino, pesquisa e extensão. Ela [a bolsa] acrescenta por causa do aprendizado e do conhecimento da profissão que a gente pretende seguir, né. Antes, eu só sabia da Educação Física do colégio, que era muito ruim por sinal, né? Chegando aqui é totalmente diferente. É uma outra coisa. O aprendizado que eu to tendo é muito grande. A gente se envolve em várias atividades e isso dá uma visão bem ampla de como é atuar na área (Aluna do Curso de Educação Física, 20 anos).

Os estágios além de atuarem como um apoio de ordem financeira para a colaboração dos alunos na suas atividades diárias ao longo da graduação também atuam como uma ferramenta de apoio a formação profissional. O aluno passa a vivenciar experiências profissionais específicas do mercado de trabalho, estabelecendo uma relação entre a teoria e a prática.

No ano de 2005, a Universidade, buscando amenizar os problemas de atrasos na conclusão dos cursos e de evasão relacionados a repetências nas disciplinas de Cálculo, criou o Programa de Extensão Pró-Cálculo oferecido pelo Departamento de Matemática Pura e Aplicada

do Instituto de Matemática. A cada semestre, os alunos calouros com disciplinas de Cálculo em seus cursos podem se inscrever no Programa. Há uma preferência para o atendimento de alunos, que obtiveram menos de 16 acertos na Prova de Matemática do Concurso Vestibular da UFRGS, pois esses têm maior probabilidade de reprovação nas disciplinas. O aluno deve adquirir um livro adotado para trabalhar durante as aulas. A avaliação se dá por meio de testes, frequência e trabalhos. O Programa além de avaliar o rendimento do aluno, possibilita o recebimento de um certificado de participação no final do curso.

Além desse Programa, a PROGRAD lançou no ano de 2010 o Programa de Apoio a Graduação que tem o objetivo de apoiar os estudantes com necessidade de reforço nas disciplinas que envolvam conteúdos como cálculo, física, química, português, inglês e produção de textos acadêmicos e científicos. As atividades são gratuitas e ocorrem aos sábados com o desenvolvimento de oficinas, aulas, palestras, atividades culturais e etc. De acordo com a PROGRAD, as atividades visam proporcionar o aprimoramento do ensino-aprendizagem para além do âmbito de sala de aula. As atividades são elaboradas e executadas por equipes de cada unidade responsável pelos conteúdos acima citados. Cada equipe é formada por alunos de graduação, mestrandos, doutorandos e pós-doutorandos, coordenados por um professor da área.

4.3.2.4 Auxílio nas Necessidades Especiais

A preocupação da Universidade com alunos portadores de necessidades especiais começou, no ano de 2003, com um projeto de pesquisa, desenvolvido na Faculdade de Educação (FACED). Este era voltado, inicialmente, para alunos de escolas de ensino médio, mas com o tempo passou também a abarcar os alunos da UFRGS.

No ano de 2005, um grupo de representantes de entidades de pessoas com deficiência visual procurou a Reitoria para pedir auxílio para os alunos nessas condições que estudavam na Universidade. Nesse mesmo ano, o MEC publicou um edital para primeira seleção de projetos do Programa Incluir e a UFRGS apresentou uma proposta intitulada “Possibilitando o Acesso e Permanência dos alunos com deficiências visuais”. A proposta foi uma das 13 aprovadas pelo Programa Incluir Nacional, que na época dispunha de R\$1.000.000,00 para ser dividido entre os projetos aprovados.

Naquele momento, a UFRGS contava com dez alunos portadores de deficiência visual e a ideia era utilizar o recurso para atender alunos, técnicos e professores. De acordo com a Coordenadora do Programa Incluir, o Projeto visava integrar esses indivíduos nos mais diversos aspectos da vida acadêmica.

As ações propostas ao edital foram voltadas à acessibilidade digital a informação e comunicação (aquisição e instalação de software leitor, lupas eletrônicas, televisão, gravadores, e computadores a fim de promover acesso a material didático-pedagógico adequado e/ou adaptado, bem como acesso a informação, digitação e correção de trabalhos acadêmico, em igualdade de condições) e acessibilidade social através do esporte (oferecer disciplina para capacitação de docentes no atendimento a pessoas portadoras de necessidades especiais, angariar mão de obra para construção de rampas e trilhas de concreto, para passagem de cadeirantes e circulação de cegos, dentre outras ações relacionadas à acessibilidade física e atitudinal), e acessibilidade didático-pedagógica (oferecimento da disciplina Introdução a Educação Especial, em caráter obrigatório, pra os alunos do curso de Pedagogia, instalação de software leitor de tela na Biblioteca da Faculdade de Educação) (Coordenadora do Programa Incluir UFRGS).

O projeto foi implementado, naquele momento, mas retomou as atividades de modo efetivo apenas no ano de 2008, sob a atual coordenação. Naquele ano, cinco unidades da Universidade receberam recursos para atender essas pessoas, ou seja, a Biblioteca Setorial da Faculdade de Educação, a Escola Superior de Educação Física, a Escola Técnica, Faculdade de Letras e a Biblioteca Setorial das Ciências Humanas.

Além dessas unidades, todos os laboratórios de informática da UFRGS possuem o Software Ledor de Tela. No segundo semestre, de 2008, o projeto contava com cinco bolsistas e um serviço de intérpretes para os alunos em sala de aula. Para melhor capacitar a equipe, foi realizado um curso de Braille para os bolsistas e os funcionários. No primeiro semestre de 2009, expandiu-se o aperfeiçoamento da equipe através de cursos de capacitação, ministrados pelo professores do Projeto, em Libras Básico e Avançado, através da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGESP), para um total 25 técnicos administrativos.

Atualmente, o Programa Incluir na UFRGS conta com uma equipe formada por duas professoras da área de educação especial, do Departamento de Estudos Especializados da FACED; uma técnica em assuntos educacionais, um técnico administrativo e alunos de graduação bolsistas. O Projeto estava vinculado institucionalmente a SAE, mas com a troca de gestão, o

atual secretário da SAE entendeu que esse assunto compete a Pró-Reitoria de Graduação, por tratar-se de uma questão de cunho acadêmico e não assistencial. A posição da atual administração da SAE, conforme relata seu Coordenador reflete a posição de vários membros do FONAPRACE, que julgam um retrocesso ao PNAES incluir esse tipo de ação, pois ambos os projetos têm fins e objetivos diferentes.

Até o final do ano de 2009, o Projeto não tinha uma sede física. Entretanto, havia uma concentração dos trabalhos na FACED por ser o local onde o Departamento está vinculado. O ponto de atendimento nesta Faculdade ocorria na Biblioteca, em uma sala específica, onde trabalhavam alguns dos membros da equipe. Os alunos procuram o Projeto, principalmente, porque possuem dificuldades do manuseio do material disponibilizado na disciplina, por esta razão, este adapta o material através da ampliação ou em braille, conforme a necessidade do aluno, além da interpretação em libras, para aqueles que tem deficiência auditiva. A dinâmica do Projeto permite que os alunos tenham autonomia para escolher fazer uso dos serviços prestados. O Projeto tem informações sobre a sua existência para todos os alunos que solicitaram no Concurso Vestibular um atendimento diferenciado. A Coordenadora salienta que a lista, desses alunos, vem sendo fornecida nos últimos anos pelo Departamento de Controle e Registro Acadêmico (Decordi). Ela ainda aponta as principais ações do Projeto no cotidiano dos alunos.

O Programa faz digitalização de textos e impressão em braille, ampliação de textos para alunos com baixa visão, disponibilização de lupas e outros recursos, como computadores com softwares leitores e organiza o horário e encaminhamento de intérpretes de libras para os alunos surdos que temos na Universidade (Coordenadora do Programa Incluir UFRGS).

O Projeto atualmente faz o atendimento de 23 alunos, dentre eles, indivíduos cegos, com baixa visão ou surdos. A Coordenadora salienta que essas ações são fundamentais para promover a acessibilidade não só de espaços físicos da Universidade, mas também do conhecimento. Segundo ela, o Programa Incluir ainda precisa de uma estrutura física e de um maior número de funcionários aptos no processo de desenvolvimento das ações.

4.3.2.5 Apoio a Programas Especiais

Atualmente, a Universidade vem adotando medidas especiais para a inclusão de diferentes grupos sociais. Essas ações podem ser um diferencial entre o aluno que conclui o curso e aquele que evade.

Desse modo, é pertinente salientar alguns desses projetos, que desempenham papel importante para esse fim. Primeiramente, destaca-se que, no ano de 2007, devido a uma forte pressão de um grupo de alunos, professores, funcionários e representantes de movimentos sociais, a Universidade optou por aderir à reserva de vagas, no concurso vestibular, para estudantes negros, indígenas ou oriundos de escolas públicas. Essa medida não foi isolada, visto que outras instituições de educação superior no país, do mesmo modo, vêm adotando ao longo dos últimos anos reserva de vagas (NETTO e SÁ, 2004; NEVES et al, 2009; MOEHLECKE, 2004). A aprovação das políticas de cotas raciais ocorreu, através da Decisão 134/07, pelo Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CONSUN/UFRGS)⁶⁵, sendo implementadas no ano seguinte. As vagas são destinadas para candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio, candidatos auto declarados negros egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio e candidatos indígenas. Há a reserva de 30% das vagas em todos os cursos de graduação para egressos do ensino público. Dentro desse percentual, metade é destinada a estudantes que se declararem negros. A UFRGS entende como aluno proveniente de escola pública aquele indivíduo que cursou pelo menos metade do ensino fundamental e todo o ensino médio em escolas do setor público.⁶⁶

Já no caso da reserva de vagas para indígenas, residentes no Brasil, há o direito a 10 vagas anuais, para cursos de graduação previamente selecionados, conforme a necessidade da comunidade indígena à qual pertença o candidato. O processo seletivo é específico e ocorre depois do resultado do concurso vestibular destinado aos demais candidatos, pois trata-se de uma oferta de vagas suplementares a esse concurso. O candidato, neste caso, será submetido a uma

⁶⁵ Conselho Universitário é o órgão máximo de função normativa, deliberativa e de planejamento da Universidade nos âmbitos acadêmico, administrativo, financeiro, patrimonial e disciplinar. É parte integrante do CONSUN o Reitor; Vice-Reitor; os Diretores de Unidades; o Diretor de Ensino Técnico e Fundamental (Colégio de Aplicação); os Presidentes da Câmara de Extensão, Pós-Graduação, Graduação e Pesquisa; Representantes Discentes (membros do Diretório Central dos Estudantes da UFRGS); Representantes Docentes; Representantes Técnico-Administrativo; Representantes do Hospital de Clínicas; Representante da Associação dos Antigos Alunos; Representantes da Comunidade (Entidades Culturais, Entidades de Trabalhadores, Setor de Ciência e Tecnologia).

⁶⁶ Informações disponíveis em: <http://www.acoesafirmativas.ufrgs.br/> Acesso em: 20.01.2010

prova de língua portuguesa e outra de redação. Há o acompanhamento específico feito pela Comissão de Acesso e Permanência do Estudante Indígena da UFRGS.

A política de reserva de vagas ficará em vigor por um período de cinco anos, sendo avaliada anualmente e, poderá ser prorrogada através da avaliação conclusiva que será realizada no ano de 2012. Para tanto, foi instaurada uma comissão de acompanhamento, nomeada pelo Reitor, que será responsável por essas avaliações anuais, além do mais, se dispõe a promover condições para que os alunos possam permanecer e concluir os cursos nos quais ingressaram. A Comissão também deve contar com o apoio das COMGRADs locais, que devem acompanhar os alunos cotistas e, assim, lançar sugestões.

Os indígenas correspondem a um desses grupos, que estão tendo a oportunidade de acessar a educação superior. Com a Decisão nº 134/2007, do CONSUN, procurou-se efetivar medidas que garantam a permanência desses indivíduos, no ambiente acadêmico. Segundo a Reitoria da Universidade, o ingresso dos indígenas pretende não só proporcionar uma formação profissional, mas também que sirva como um espaço de debate diferentes hábitos culturais e valores. A UFRGS vem buscando garantir condições apropriadas para que isso ocorra, com isso, desde a implantação da reserva de vagas, criou-se a Comissão de Acesso e Permanência do Estudante Indígena da UFRGS formada por profissionais de diversas áreas da instituição. Esta vem desenvolvendo um trabalho com fins de oportunizar a constituição de um espaço com vistas a discutir o assunto e elaborar ações para colaborar com o bom desempenho dos alunos indígenas nos seus cursos. Conforme aponta o Coordenador da SAE, em entrevista ao Jornal da Universidade, os indígenas devem ter medidas compensatórias especiais, em respeito à legislação brasileira, que propõe uma proteção a esses sujeitos (UFRGS, 2009).

A Universidade oferece diversas formas de assistência aos alunos indígenas através do Benefício da SAE. Esses estudantes recebem a bolsa permanência, no valor de R\$ 430,00, ou seja, valor maior que as bolsas permanência para alunos carentes (UFRGS/PROPLAN, 2010). Além disso, não há o cumprimento da carga horária de trabalho como ocorre com o restante dos estudantes. Há uma preocupação com o apoio pedagógico para aquisição de livros e equipamentos instrumentais. A SAE entende que o tratamento deve ser especial, pois as condições de permanência deles é mais difícil do que do restante dos alunos. Os alunos evadidos foram procurados, por funcionários da Universidade, nas suas aldeias para retornarem a seus cursos.

Os alunos indígenas que ingressaram em cursos de graduação da UFRGS têm o acompanhamento de um professor tutor de seu curso e um colega monitor. Este último recebe uma bolsa para realizar o trabalho e sua função é auxiliar os indígenas com conteúdos e adaptação na academia. Para esse fim, foram destinadas, em 2009, 10 bolsas monitorias para alunos dos diferentes cursos. Periodicamente, ocorrem reuniões com debates para acompanhamento do trabalho. Essas atividades envolvem todos os participantes da ação, sendo que em alguns momentos os encontros são separados.

A Comissão de Acompanhamento das Ações Afirmativa, que também acompanha os cotistas negros e os oriundos de escolas públicas, vem se reunindo, periodicamente, para discutir assuntos relacionados ao tema. Um dos principais objetivos é debater como as ações afirmativas devem ser tratadas dentro do ambiente acadêmico. Os alunos oriundos da reserva de vagas para ações afirmativas, entrevistados nessa pesquisa, afirmaram não receber nenhum tipo de tratamento diferenciado pela Universidade, nem tão pouco acompanhamento específico. Isso é corroborado pelo Coordenador da SAE que afirma ser essa decisão da Universidade para não identificar esses alunos e causar algum tipo de estigma ou rótulo perante os demais colegas e os professores.

Em um segundo momento, é também interessante salientar o Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G), que foi implementado desde a década de 1960 e exerce a função de cooperação com outros países, visando a formação de recursos humanos. O PEC-G permite aos alunos estrangeiros, de países em desenvolvimento, realizarem seus cursos universitários no país, além de proporcionar uma interação cultural e educacional com cidadãos de outros países. Atualmente, a UFRGS recebe alunos da América Latina e da África. Segundo dados da PROGRAD, desde o início, já passaram pelo Programa mais de 1000 alunos. No ano de 2009, a instituição teve 89 estudantes estrangeiros matriculados, desses 26 estavam ingressando no programa naquele ano. Como um dos critérios de aceitação na Universidade, os alunos selecionados devem comprovar a possibilidade de se manter financeiramente no país, nos quesitos moradia, alimentação, transporte, compra de livros e materiais didáticos. A UFRGS se exime de qualquer responsabilidade desse fim (UFRGS/PROGRAD, 2010).

No que se refere aos alunos estrangeiros, a UFRGS vem buscando maneiras de acolhê-los por meio do Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G). Segundo a Reitoria, há uma preocupação em facilitar sua adaptação no país, na cidade e, principalmente, na academia.

Com vistas a melhorar seu desempenho, criou-se a Monitoria PEC-G, permitindo uma interação entre o aluno estrangeiro e o aluno brasileiro. Essa ação é conjunta entre a Secretária de Relações Internacionais (Relinter) e a SAE, totalizando 17 monitores no ano de 2009. O monitor deve ser do mesmo curso do aluno PEC-G, ter cursado as disciplinas do primeiro ano do curso, não ter outra atividade acadêmica remunerada e em alguns casos dominar a língua materna do aluno visitante.

Cabe destacar também uma ação desenvolvida no âmbito da Relinter, na qual os estudantes estrangeiros são recepcionados pelo Reitor e pela Secretária de Relações Internacionais. Há preocupação em mostrar a importância do processo de intercâmbio, o aprendizado no meio acadêmico e a inserção na cultura do país.

4.4 Assistência Estudantil na Percepção dos Atores

As representações sobre a assistência estudantil são tratadas a partir de dois enfoques: primeiramente, a partir do posicionamento dos Pró-Reitores ou funcionários responsáveis sobre a temática; em segundo, com base na descrição dos alunos sobre seu entendimento com relação a assistência estudantil e o que a Universidade vem lhes oferecendo.

4.4.1 Pró-Reitores e Funcionários

Nesse momento, serão analisados apenas os discursos dos profissionais envolvidos com assistência estudantil, conforme critérios estabelecidos pela Universidade. Para tanto, utilizar-se-á entrevistas com os representantes da equipe da SAE, órgão oficialmente responsável pela assistência ao estudante, e alguns depoimentos de Reitores disponíveis em jornais locais.

É possível observar que a Universidade não tem uma definição precisa com relação à assistência estudantil, todavia percebe-se que o seu entendimento atual com relação à assistência estudantil está intimamente ligado à orientação proposta pelo FONAPRACE. A partir de 2008, o governo federal viabilizou o repasse de uma verba específica que é destinada a concessão de benefícios aos alunos, através do PNAES. Nesse sentido, a posição adotada pela atual administração da Universidade na Reitoria tem sido, cada vez mais, o de assimilar o conceito de

assistência estudantil dentro dos critérios estabelecidos pelo Programa. Além disso, é possível observar que a postura da Universidade é desenvolver a assistência estudantil, de modo se distancia do princípio do assistencialismo, no qual prevalece a ideia de doação e de prestação de serviço a alguém. Como destaca o Coordenador da SAE:

A assistência estudantil é uma política garantidora de condições de permanência e expansão. Daí eu digo, por exemplo, que no Restaurante Universitário eu trabalho com o conceito de auxílio de benefícios alimentação que é o seguinte o restaurante universitário não é um restaurante público. As IFES não têm responsabilidade de estar fazendo política social que é do encargo de outros entes do Estado. Ah, mas sempre há uma pressão que é responsabilidade social da universidade no âmbito da educação. Então, eu reduzi de clandestinidade e de gratuidade que tem desvio de finalidade. O RU é feito para isso. A moradia estudantil é feita pra isso. Nós conseguimos colocar, esse ano, todas as demandas de moradia estudantil porque eu apertei o cerco a situação irregular de aluno. Tinha aluno com trancamento de matrícula que estava ali há um ano. Tem que sair. E diplomado tem mais 6 meses, depois tem que sair, porque isso que vai oxigenar a entrada. Isso não é política habitacional, essas políticas são outros entes que fazem. Nós damos o benefício de uma moradia estudantil. Esse é o pressuposto da política de assistência. Isso está no plano de gestão, o Reitor delega para mim a execução dessa política. Então, todas as ações é da administração e do o processo de execução é da Secretaria (Coordenador da SAE).

Pode-se perceber que a dificuldade em determinar as ações e as diretrizes que norteiam a assistência estudantil acaba interferindo na tomada de decisões quanto ao destino das verbas para esse fim. Além do mais denota que a assistência estudantil não é vista como prioridade no conjunto de ações desenvolvida na instituição. De acordo com o Coordenador da SAE:

Isso é o grande debate dentro do FONAPRACE, qual o limite da autonomia das universidades, quer dizer que no fundo as verbas são feitas para isso e são carimbadas para isso. Há um problema em todas as universidades com maior ou menor grau nós aqui felizmente estamos superando, que é a disputa interna com outras Pró-Reitorias de Planejamento. Como o caixa é único se a assistência estudantil não ficar vigilante que aqueles recursos sejam usados para aquelas finalidades, eles podem utilizar para outras coisas. Portanto nós temos a autonomia de escolher qual a modalidade de assistência que se vai fazer dentro das necessidades que tua instituição tem, por exemplo, nós temos vagas para moradia estudantil, mas tem algumas universidades que não tem estruturas físicas, o que eles estão adotando? Auxílio moradia. Então, tu estipula qual é o caráter da execução orçamentária do PNAES para aquelas ações que são estratégicas para identidade da tua execução (Coordenador da SAE).

Ainda com relação à relevância da assistência estudantil para a UFRGS, constata-se que nos seus diversos órgãos há dificuldade para lidar com o assunto, não conseguindo incorporar determinadas ações nas suas dinâmicas. O atual Coordenador da SAE afirma que ainda há dificuldade de encontrar espaço fértil para o debate com outros órgãos e institutos na Universidade.

Eu estou construindo um diálogo com as COMGRADS. A cultura institucional da Universidade não percebeu o valor que a assistência estudantil tem. O governo entendeu e tanto é que os recursos para assistência estudantil que iniciaram em 2008 com R\$126 milhões global, em 2009, foi para R\$180 milhões e agora está em R\$300 milhões (Coordenador da SAE).

Ao longo dos últimos anos, a SAE tem procurado limitar algumas de suas ações para fins mais específicos. Esta não mais se apropria dos assuntos estudantis de forma abrangente, pois acredita que ao se focar em atividades que julga ser estritamente voltadas para a assistência estudantil, delimitará melhor o conceito. Além do mais, é possível notar que com a limitação das ações relacionadas à assistência estudantil a Universidade deixa de ter um órgão que se responsabilize por fazer a interlocução entre a instituição e o corpo discente.

Ainda que eu não desfiz aquela cultura, que ainda vai levar um tempo para desfazer, que tudo que corre em aluno é assistência e é da SAE. Não, né. A SAE, Secretaria de Assistência Estudantil, política de assistência estudantil é o órgão institucional responsável para execução da política de assistência estudantil. Essa política de assistência estudantil está normatizada pelo PNAES, Programa Nacional de Assistência Estudantil, que é uma Portaria de dezembro de 2007, que começou a encaminhar recursos específicos para as universidades para as políticas de assistência estudantil. Estabeleceu nove ações que compõem a assistência estudantil, com o pressuposto de que investir em assistência estudantil é mais barato que arcar com o custo da evasão e da repetência. Então a assistência estudantil tem métodos e objetivos bem claro que é promover a garantia de permanência do aluno, não apenas o aluno carente, mas fazer ações que conduzam a estabilidade na trajetória escolar, na materialidade da sobrevivência. Então são ferramentas de equipar humana e subjetiva do aluno para que ele possa desenvolver a sua trajetória escolar naquele tempo ideal, o tempo adequado para o investimento público escolar requer. Então, nós estamos atuando fortemente no aumento da cobertura na assistência estudantil com esse tipo de consequência. Eu tenho dito que, se foi o tempo, aliás faz pouco tempo ainda, que havia duas vertentes principais da assistência estudantil em quase todas as universidades quase que era a moradia e a alimentação. Com o PNAES outras ações também foram incorporadas (Coordenador da SAE).

A SAE procura estabelecer diálogos com outros órgãos da Universidade para discutir problemas e demandas dos estudantes, mas esbarra em entraves acadêmicos que perpassam uma visão institucional que não compreendem de forma abrangente a importância de estabelecer discussões para tratar desse tipo de assunto. Dessa forma, esses diálogos nem sempre são fáceis de ser estabelecidos. Como aponta o Coordenador da Secretaria:

Nós estamos trabalhando com uma meta compartilhada com graduação, porque o que eu estou entendendo aqui é que nós estamos emprestando a ação de assistência para o acadêmico. Como não é mais casa e comida agora, nós temos que estar diagnosticando junto com a PROGRAD, nós já temos uma agenda de reunião, para produzir um diagnóstico de quais os pontos de gargalo que estão levando a retenção e o que a assistência estudantil pode estar promovendo para diminuir (Coordenador da SAE).

4.4.2 Estudantes

De acordo com a opinião dos alunos entrevistados, nesse estudo, é possível perceber que estes não têm uma ideia clara sobre o que é assistência estudantil. A maior parte deles reproduz como conceito de assistência estudantil de acordo com ações e princípios que vivenciam no seu cotidiano na instituição. A maior parte dos alunos entrevistados afirmou que a assistência estudantil deve ser voltada, preferencialmente, para alunos de baixa renda, privilegiando ações que atendam questões de ordem econômica.

Assistência estudantil seriam as políticas que a Universidade faria para auxiliar os estudantes tanto em termo de moradia, alimentação, R.U., mais barato, casa do estudante enfim... Em termos de bolsas de pesquisa e extensão (Aluna do Curso de Educação Física, 20 anos).

Bom, a assistência estudantil visa complementar, ajudar os estudantes a permanecer na universidade, não só permanecer de poder vir para as aulas, mas que o aluno possa aproveitar da melhor forma possível e consistente o meio acadêmico. A princípio, o que a gente vê mais é estar voltado para a parte econômica como casa do estudante e restaurante universitário (Aluno do Curso de Educação Física, 20 anos).

Eu acho que a assistência estudantil deve ser para aqueles que têm baixa renda. Eu acho que por enquanto do jeito que está o ensino público é uma das saídas. Esse

auxílio deve ser para quem vem do ensino público, baixa renda, sei lá (Aluno do Curso de Agronomia 20 anos).

Assistência estudantil na minha compreensão é uma forma de subsidiar o estudante no tempo que ele está cursando, no nosso caso, a Universidade. Eles dão a possibilidade de que o aluno possa se dedicar mais a faculdade e ao curso né. Tendo a assistência de casas para quem não é residente de Porto Alegre, como é o nosso caso. Tem também o R.U., que no nosso caso tem 50% de desconto e a assistência ao transporte. Os benefícios de um tempo para cá melhoraram bastante (Aluna do Curso de Ciências Sociais, 29 anos).

O único entendimento diferenciado com relação ao termo, no qual a assistência estudantil assume um caráter mais universalizado partiu de aluno integrante do movimento estudantil.

A assistência estudantil é um direito de todo aluno, os alunos com mais dificuldades devem ser privilegiados, mas todos têm que ter seus direitos garantidos. Não é um favor do governo ou da UFRGS é direito garantido. A gente conseguiu vitórias importantes com relação à assistência estudantil. Nós estávamos envolvidos diretamente na luta pela aprovação do PNAES. Integrantes nossos iam em reuniões do FONAPRACE por toda a parte do Brasil onde tivesse a gente ia e ainda vamos sempre que dá. Nós realizamos muitos encontros de estudantes para tratar de temas relacionados a assistência estudantil. O grande problema é que é uma luta silenciosa dentro da universidade, porque a grande maioria das pessoas não participam. Participa e se interessa quem precisa (Aluno do Curso de Ciências Sociais, 35 anos).

A Universidade é responsável por agregar uma diversidade muito expressiva de alunos, muitos destes necessitam de um atendimento especializado. Um dos pontos destacados pelos alunos com relação à assistência estudantil, é a dificuldade dos professores lidarem com o público que necessita de um atendimento mais especializado.

O meu primeiro ano na Universidade foi terrível. Eu não sei nem como eu fiquei [na Universidade]. Eu venho de longe. Pegava três conduções. Aí tu chega na Universidade, principalmente, no primeiro semestre tem uma enorme distinção entre o aluno que vem da escola pública e não sabe quase nada e aquele que vem do colégio particular as vezes dominando uma ou duas línguas estrangeiras. Porque pode parecer bobo, mas causas alguns problemas. Aí eu chegava lá e os professores nivelavam todo mundo por cima. Isso foi muito complicado, no sentido de adaptação. Na primeira semana te dão uma carga de leitura que as vezes tu não consegue vencer, tendo várias discussões teóricas e tu não acompanhando nem metade daquilo, porque não tinha base. Não que a Universidade tenha que nivelar por baixo, mas eu acho que falta muito aquela coisa do humano do professor saber que ali tem todo tipo de aluno. Eu entrei ali

com 18 anos, tinha colegas com 17. É um pouco aquela coisa de tato de saber com que público está lidando (Aluna do Curso de História, 23 anos).

Os alunos com necessidades especiais de aprendizado, que também precisam de um atendimento diferenciado por parte dos professores, muitas vezes encontram barreiras pela falta de informação e interlocuções com os órgãos que desenvolvem ações relacionada ao apoio estudantil e os departamentos e os institutos. O relato abaixo descreve uma dessas situações:

Eu tranquei o curso em 2005 porque tive problemas com alguns professores. Claro não vou ser injusta esse não foi o único fator, mas de certa forma interferiu. Tinha situação como, por exemplo, a professora chegava na aula e todo mundo tinha que escrever um texto e depois trocar os cadernos e ler o texto do colega em voz alta. Eu já mal consigo ler o meu quanto mais o do outro. Aí o professor dizia: a avaliação tem que ser igual para todas as pessoas e eu não tenho nada a ver com isso, tu tens que ler igual senão tu vai ser prejudicada. De fato, eu não consigo ler. Então, preciso que faça no computador e me traga grande. Aí o professor dizia: Ah, então tu negocia com algum colega que esteja a fim de fazer isso e me traz um atestado médico porque eu não posso te avaliar de forma diferente. Na aula de latim, era tudo escrito no quadro como é que eu vou aprender latim dessa forma. Os dicionários de latim, com letras minúsculas e não tinha ninguém para adaptar. Como eu vou aprender latim assim. Então, era muito difícil e esses fatores meio que desmotivaram. Eu tenho menos de 10% da visão. É um problema congênito mas é estável. Então tinham alguns professores que não me entendiam. Eu acho até que é uma falta de informação. Acho que isso era antes e agora também, apesar do Incluir estar tentando reverter essa situação (Aluna do Curso de Letras, 23 anos, deficiente visual).

Nesse capítulo, constatou-se que a UFRGS vem passando por um processo de reestruturação nas suas orientações com relação à implementação de um programa de assistência estudantil para os alunos da graduação. Há uma expansão no teor e na oferta do número de ações voltadas a apoiar os estudantes, dando preferência para os alunos de baixa renda. Entretanto, a Universidade possui diversos programas que apesar de não serem entendidos oficialmente como ações dessa ordem, assumem um papel crucial para permanência dos estudantes nos seus cursos.

5 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

A partir das mesmas orientações analíticas apresentadas no capítulo anterior, analisar-se-á nesse momento a assistência estudantil no âmbito da PUCRS.

5.1 Panorama Histórico da Criação e Expansão Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) está vinculada a Congregação dos Irmãos Maristas, fundada por Marcelino Champagnat, que chegaram no Brasil, no ano de 1817. Já no ano de 1904, abriram a Escola Nossa Senhora do Rosário, nas dependências da Igreja Nossa Senhora do Rosário. Esta Escola foi transferida, no ano de 1927, para a Praça Dom Sebastião, na Avenida Independência. A partir de então, passou a funcionar também a Escola Superior de Comércio (RAUCH, 1994, p.7).

Como muitos alunos que se formavam contadores, queriam continuar o estudo universitário foi fundada, em 1931, o Curso Superior de Administração e finanças que mais tarde seria incorporado à Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, com uma turma de nove alunos. Nos anos de 1930, foi formada uma comissão para criação da Universidade de Porto Alegre, várias faculdades e escolas pediram para ser integradas à Universidade que estava sendo formada. A PUCRS ofereceu a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas e a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, que acabaram não sendo aceitas (CLEMENTE e JOÃO, 1999).

Em 1940, foi fundada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no ano de 1945, Escola de Serviço Social, e pela Faculdade de Direito, em 1947. Tais medidas visavam garantir não só a formação dos jovens para o mercado de trabalho, mas também proporcionar a educação dos irmãos maristas, que futuramente seriam encaminhados para lecionar no ensino superior (CLEMENTE e JOÃO, 2002).

Cabe ressaltar que até o ano de 1946, 59 religiosos tinham recebido o grau de bacharéis e 34 o de licenciados. Alguns documentos daquela época apontam que a instituição dispunha de boas condições de infra-estrutura pedagógica com laboratórios, biblioteca e auditórios. O sistema de ensino se estruturava de modo que os cursos de bacharelado duravam três anos, havendo

possibilidade de permanência para conclusão da licenciatura, caso fosse desejável. Como havia muitos alunos oriundos do interior do Estado, a instituição optou por tornar a frequência dos alunos, em sala de aula, não obrigatória, sendo assim estes poderiam apenas realizar os testes finais. Havia rigidez nas regras de comportamento na instituição, de modo que em sala de aula devia-se ter um tratamento bastante respeitoso entre colegas e professores.

Outro ponto característico da formação da instituição foi o incentivo em atividades culturais. Em 1944, com a fundação do Centro Acadêmico Santo Thomas de Aquino, pertencente à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o local foi destinado à realização de conferências, concursos literários e festas. No que diz respeito às organizações estudantis cabe ainda destacar o Centro Acadêmico Maurício Cardoso, ligado à faculdade de Direito, fundado no ano 1948, que teve grande importância para área em todo o país. Em 1949, os centros acadêmicos se uniram para dar origem ao Diretório Central dos Estudantes (CLEMENTE e JOÃO, 2002).

Com essa organização que a instituição marista vinha formando ao longo desses anos sentiu-se necessidade de transformá-la em uma Universidade. Dessa forma, a União Sul Brasileira de Educação e Ensino (USBEE), entidade civil dos Irmãos Maristas, requereu ao Ministério da Educação a equiparação de universidade. Portanto, em 9 novembro de 1948, o Presidente da República Eurico Gaspar Dutra assinou o decreto de aprovação da criação da Universidade Católica do Rio Grande do Sul. No mesmo ano, os cargos de Reitor e Vice foram assumidos, respectivamente, pelo professor Armando Pereira da Câmara e pelo Ir. José Otão (CLEMENTE e JOÃO, 1997).

Depois de alguns meses da assinatura do Decreto, que instituía a Universidade houve uma visita do Superior-Geral dos Maristas, que pretendia seguir carta encíclica *Divini illius Magistri*, na qual afirmava que o ensino, nas escolas católicas, deveria ser ministrado de forma separada para homens e para mulheres. Depois de muita discussão, não foram efetivadas as medidas sugeridas por ele, porque o número de mulheres era muito inferior ao de homens o que não justificava tal separação.

Em 1950, recebeu o título de Pontifícia, pelo Papa Pio XII, estabelecendo relação direta com a Santa Sé. A Universidade possui vínculo direto com sua mantenedora, a União Brasileira de Educação e Assistência (UBEA), entidade jurídica de direito privado. A partir da década de 1970, a Universidade passou a investir na consolidação de mecanismos como a pós-graduação, pesquisa, extensão e projetos especiais como o Parque Científico e Tecnológico da PUCRS

(Tecnopuc), a PUCRS Virtual, o Parque Esportivo e o Museu de Ciências e Tecnologia. Atualmente, a instituição possui o Campus Central, com sede na Av. Ipiranga em Porto Alegre; o Campus Uruguaiana, na cidade de Uruguaiana; e pelo Campus Viamão, na cidade de Viamão (RAUCH, 1994). No Campus Central da Universidade há uma estrutura física de 328 mil metros quadrados de área construída para poder acomodar a comunidade acadêmica que conta com cerca de 30 mil alunos, 2 mil professores e 1,6 mil funcionários.

5.2 As principais iniciativas de Assistência à Comunidade Universitária

Com relação às ações voltadas a apoiar e promover uma melhor estrutura para o desenvolvimento do ensino, de forma a contribuir para a permanência dos alunos na universidade, é possível destacar as primeiras iniciativas realizadas na PUCRS. Primeiramente, destaca-se que, na década de 1950, a Universidade passou por problemas de infra-estrutura no espaço físico e de qualificação dos professores. Isso fez com que, a Universidade sentisse a necessidade de construir um espaço maior com dependências adequadas para atender os novos cursos que estavam surgindo na Universidade. Além do mais, atrelado a tais medidas foi criado um programa de capacitação docente, para melhoria da pesquisa e do ensino. Dessa forma, o então Reitor Ir. José Otão decidiu transferir o estabelecimento para outro local mais amplo. A primeira tentativa vislumbrava a construção de um Campus em uma região mais central da cidade, onde já havia dependências da instituição, ou seja, na Av. Oswaldo Aranha. O propósito era construir um enorme prédio para acomodar todas as faculdades, no entanto, isso não foi aprovado, pois não havia espaço suficiente para abrigar todas as faculdades e o estacionamento.

A opção foi então a construção de uma cidade universitária, seguindo o modelo internacional de estrutura de espaço destinado a instituições de educação superior. O local escolhido foi o terreno onde se situava o Instituto Champagnat, na Avenida Ipiranga. Na época, a construção de uma cidade universitária, naquela propriedade, causou uma série de discussões e posições contrárias, pois não havia condições de infraestrutura na cidade que assegurasse a instalação de uma obra naquelas proporções no local. O então prefeito, Leonel Brizola, apoiou e estimulou a realização do projeto. Como era uma obra de grande porte eram necessários muitos recursos que deveriam ser arrecadados (VICILI, 2008).

O primeiro prédio a ficar pronto foi o da Faculdade de Odontologia, no ano de 1957. Em seguida, foram construídas as Faculdades de Letras, Filosofia, Ciências Humanas e Teologia, a Pós-Graduação em História e a Reitoria. Foi necessário instituir uma Comissão de Obras, para construção do novo Campus, para assim focar e concretizar as obras propostas. Cabe salientar que, o projeto da cidade universitária propunha a construção de um Restaurante Universitário com refeições a baixo custo. Segundo a Universidade, o espaço seria uma forma de garantir alimentação para comunidade acadêmica, dentro das dependências do Campus, haja vista as dificuldades de acesso ao local.

A Reforma Universitária de 1968, também provocou modificações na estrutura acadêmica da PUCRS, repercutindo na formação dos espaços físicos do Campus. Até 1967, a Universidade funcionou parcialmente na sede antiga e na cidade universitária, que estava sendo construída. Apenas em 1968, o Campus foi totalmente transferido para sede atual, com a ampliação e construção de novos prédios. A cerimônia de inauguração da cidade universitária contou com a presença do presidente da República General Costa e Silva. Através de algumas ações desenvolvidas pela Universidade, como o processo de arborização, a criação de um Salão de Atos, a construção da Igreja Universitária Cristo Mestre, a instalação de um banco, a inauguração da Prefeitura Universitária e da Biblioteca Ir. José Otão é possível perceber que a Universidade teve a intenção de manter a ideia de cidade universitária como um espaço onde todos fossem integrados ao espaço acadêmico. A década de 1970 foi o período no qual a cidade universitária teve sua estrutura física consolidada (ver anexo 7, página 201). O acesso ao Campus ocorria apenas pela Avenida Bento Gonçalves, uma vez que a Avenida Ipiranga, outra entrada da Universidade ainda não existia (CLEMENTE e JOAO, 1997).

Outro ponto a destacar era a existência de poucas universidades federais, o governo destinava verbas específicas para colaborar com as universidades privadas; porém, com o tempo apenas 25% destas eram destinadas a PUCRS. Desse modo, para arrecadar os fundos que viabilizassem a construção do Campus, a Universidade criou o “Cheque Mútuo”, que era um pagamento antecipado das mensalidades, oportunizando o término da obra (VICILLI, 2008). Os custos eram ainda reduzidos pelas marcenarias da congregação, que fabricavam janelas e portas. Segundo Clemente (1999), no ano de 1996, muitas obras importantes para a Cidade Universitária foram concluídas como o complexo Farmácia, Biociências e Química, o Centro de Eventos, a passarela sobre a Avenida Ipiranga e o Riacho Dilúvio.

No Campus Central funcionam 22 faculdades, com 55 cursos de graduação, oito institutos, oito órgãos suplementares e uma Biblioteca. Assim como, a maioria dos Campi, das grandes universidades no Brasil, há uma infraestrutura preparada para que as pessoas, que utilizam este espaço, possam passar um longo tempo dentro de suas dependências. Por esta razão, há locais para alimentação, compras, bancos e etc.

A Universidade também possui um Centro de Eventos para promover o debate científico tanto do prisma nacional como internacional. Junto ao Campus Central, encontra-se o Hospital São Lucas e o Parque Científico e Tecnológico (Tecnopuc). Ambos servem como instrumento de aproximação por meio de conhecimentos científicos entre a universidade e sociedade. O Tecnopuc participa do Projeto Porto Alegre Tecnópole⁶⁷, além disso, possui a Agência de Gestão Tecnológica e de Propriedade Intelectual na qual viabiliza os convênios com entidades públicas e privadas (AUDY, 2002).

Por fim, cabe mencionar os demais Campi da instituição: o Campus Uruguaiana e o Campus Viamão. O primeiro encontra-se na cidade de Uruguaiana e foi inaugurado no ano de 1987, apesar da PUCRS de já ter instalações, anteriormente, na região devido à criação do primeiro curso de Zootecnia do país. O local possui quatro faculdades, totalizando 13 cursos com 17 habilitações. A comunidade acadêmica é composta de aproximadamente 1,4 mil estudantes, 100 professores e 80 funcionários. Há uma área construída de 24 mil metros quadrados, uma biblioteca, uma fazenda escola com 200 hectares, 26 laboratórios e um hospital veterinário. Assim como no Campus Central, há um Ginásio Poliesportivo/Centro de Eventos para receber eventos científicos. Outro espaço importante é o Centro de Modernização Tecnológica, que foi criado em conjunto com o Governo do Estado e Conselho Regional de Desenvolvimento. Já o segundo Campus, que se encontra na cidade de Viamão, foi criado no ano de 2004, tem uma área construída de 32 mil metros quadrados composta de salas de aula, laboratório de informática, biblioteca, auditório e salão de atos.⁶⁸

⁶⁷ Projeto desenvolvido, a partir de 1995, na capital do Estado do Rio Grande do Sul com fins de aprimorar as condições locais de inserção competitiva no âmbito da produção de bens e serviços, através do desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

⁶⁸ Informações disponíveis em: <http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/pucrs/Capa/AUniversidade/OsCampi> Acesso em: 10.02.2010.

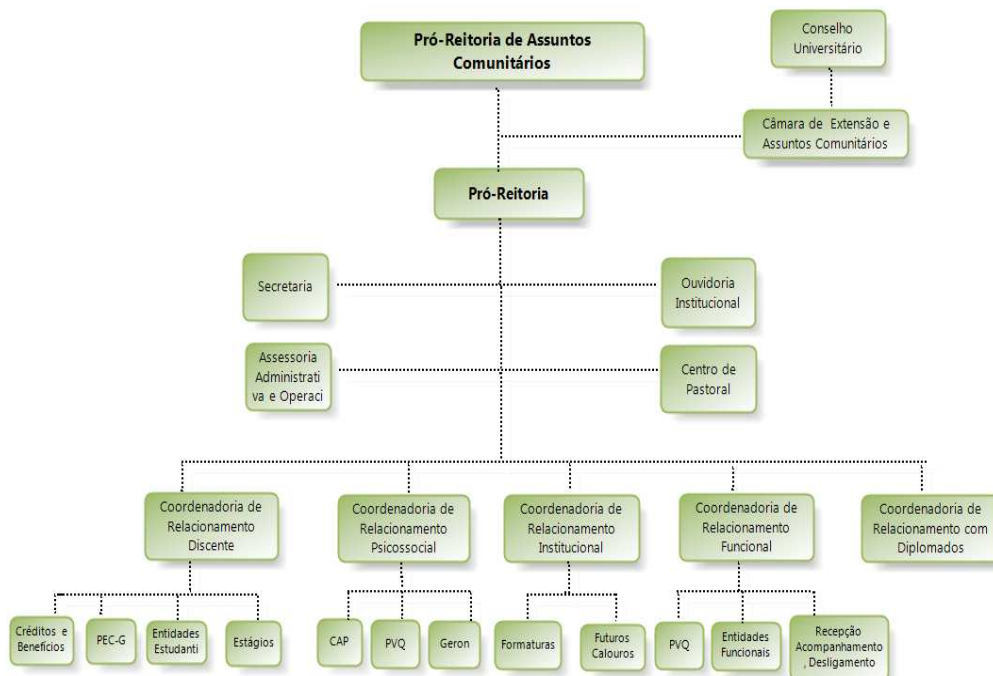
5.3 Políticas de Assistência Estudantil na PUCRS

5.3.1 A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários

Ao analisar a política institucional de assistência estudantil na PUCRS, é possível identificar que o órgão responsável por gerir esse assunto é a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC). Esta tem como função coordenar toda e qualquer atividade com fins comunitários da Universidade.

Desse modo, a PRAC desenvolve um trabalho, no âmbito institucional, que abrange os corpos discente e docente. Como o objeto dessa dissertação é os estudantes, será dado destaque para as ações desenvolvidas para esse público. Com isso, observa-se que os principais programas, nesse sentido, desenvolvidos pela PRAC são voltados para o relacionamento psicossocial e a relação institucional. Para melhor compreender como a PRAC se organiza estruturalmente, é interessante verificar o quadro 3:

Quadro 3: Estrutura Organizacional da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul



5.3.2 Ações Assistenciais

A seguir serão destacadas as principais ações destinadas à assistência estudantil, na Universidade.

5.3.2.1 Apoio Financeiro

(a) Assistência à Moradia

Durante os anos de 1964 a 1967, a PUCRS instalou, no prédio 3, do Campus Central uma Casa para estudantes. Junto à residência, havia um restaurante universitário, que ainda funciona na instituição. O espaço correspondente a Casa era formado pelo segundo e terceiro andares do prédio. No local, havia quartos individuais com lavatórios para 50 alunos, alguns banheiros com chuveiro elétrico e quartos para os irmãos maristas que administravam a casa e o restaurante (ver anexo 8, página 201).

No mesmo prédio, próximo ao RU, onde hoje abriga uma lanchonete, funcionava uma sala de jogos, com mesas para xadrez e tênis. A Casa era destinada para estudantes do sexo masculino que vinham do interior do Estado do Rio Grande do Sul ou de outras regiões do país. Estes eram, na sua maior parte, jovens sem condições financeiras para alugar outro tipo de residência. Segundo informações disponibilizadas pela Universidade, os alunos pagavam mensalmente uma quantia simbólica, referente à estadia no estabelecimento.

Na Casa do Estudante moravam, principalmente, acadêmicos das Faculdades de Engenharia, Odontologia e Jornalismo, além daqueles vindos de outros países da América Latina como bolivianos, paraguaios e uruguaios. A residência era dirigida pelo Irmão Jacob Ignácio Kuhn e era caracterizada por rotina rígida, na qual os moradores deveriam se submeter. Dentre os conselhos dados aos alunos, observou-se que o responsável costumava orientá-los a ter manter uma rotina regrada, com dedicação para os estudos, para as atividades de lazer e, para que não dormissem até tarde.

As refeições no RU eram servidas em bandejas de inox e oferecia-se tanto janta como almoço. No domingo, o estabelecimento não funcionava, então para compensar, os moradores

preparavam churrascos e convidavam as alunas da PUCRS para participar da confraternização. Outro aspecto importante na dinâmica da Casa era a associação de moradores, na qual o presidente era escolhido por meio de um processo eleitoral. Segundo relatos de funcionários da Universidade, as campanhas ocorriam de forma acirrada entre os candidatos ao cargo.

É possível notar que, a Casa do Estudante teve um papel importante, naquele momento, pois colaborou para a permanência de um grupo de alunos com dificuldades financeiras. Muitos moradores, com frequência, não tinham dinheiro para pagar a hospedagem e as refeições realizadas no RU. Assim, criou-se um sistema de crédito informal, no qual os alunos podiam realizar suas atividades diárias. Como é possível perceber no relato do estudante:

Pagávamos pela hospedagem quando podíamos. Pendurar a conta no RU era comum e sempre um ajudava o outro, ninguém era rico ali. Foi uma época muito agradável, de descoberta profissional e de grandes amizades. Devo muito à PUCRS pelos anos que passei ali (Revista da PUCRS, 2004, p.34).

A Universidade atribuiu o fechamento da Casa a uma série de fatores, dentre eles o mais relevante foi a falta de rigor nos critérios de permanência dos alunos, uma vez que muitos se instalavam na residência por longo tempo e não dando espaço para novas seleções de moradores. Além do mais, a residência era pequena se comparada a demanda de vagas. Além disso, a instituição afirma que havia necessidade de disponibilidade de prédios para acomodar as novas faculdades que estavam sendo criadas, como os recursos eram escassos optou-se por utilizar os prédios já existentes e que não eram prioritários para a dinâmica da Universidade.

Sendo assim, é possível constatar que a instituição optou por não manter aquele tipo de assistência ao estudante, pois julgou que, naquele momento, seria mais interessante desenvolver outras prioridades voltadas à expansão do ensino na Universidade. Desde então, não há mais residências com esse fim na instituição. Através das entrevistas realizadas com os profissionais responsáveis pela temática, foi mencionado que a PUCRS não pretende construir outra residência estudantil, visto que a instituição não possui condições de manutenção de um ambiente com essa finalidade.

(b) Auxílio à Alimentação

Conforme foi mencionado acima, o Restaurante Universitário foi criado na mesma época da Casa do Estudante. Entretanto, diferentemente da Casa do Estudante, o RU ainda continua funcionando. A principal modificação aconteceu em 1994, quando o estabelecimento foi terceirizado. A estrutura física é cedida pela Universidade, mas quem o administra é uma empresa privada que não recebe nenhum tipo de recurso da instituição para subsidiar preços dos alimentos oferecidos no estabelecimento. Cabe destacar que, os alunos abordados, nesse estudo, demonstraram desconhecer o fato do R.U. ser terceirizado. Todos os estudantes acreditavam que o principal responsável pelo restaurante era a própria instituição.

O valor de cada refeição, no ano de 2009, era de R\$ 4,75 e não acompanha nenhum tipo de bebida (PUCRS/RELATÓRIO SOCIAL, 2008). O cardápio era disponibilizado em um *site* que saiu de circulação no início do ano de 2010. A maior parte dos alunos entrevistados, que frequentam o Restaurante identificaram como sendo o principal problema do estabelecimento o elevado custo das refeições. Como é possível perceber no discurso abaixo:

Como eu tenho estágio de manhã, no Centro, e à tarde tenho a bolsa [de pesquisa] aqui [PUCRS], teoricamente eu almoçaria quatro vezes por semana no R.U., mas isso geralmente não acontece simplesmente porque não tenho grana. Apesar de ser mais barato que muito restaurante por aí, ainda assim é caro se tu pensar que é um restaurante universitário. A minha alternativa é trazer comida de casa, ou fazer um lanche por aqui, que seja mais barato (Aluna do Curso de Psicologia, 23 anos).

Ainda no que se refere ao preço, no decorrer das entrevistas, foi frequente os alunos utilizarem como base de comparação o Restaurante da UFRGS. Muitos afirmaram que o valor deste é mais adequado à realidade de um estudante universitário. Tal fenômeno pode denotar que em determinados casos, como na assistência à alimentação, os alunos têm conhecimento do que é oferecido em outras instituições e sabem da importância disso para sua realidade.

Para minha realidade o R.U é caro. Eu moro em Viamão e gasto quase R\$6,00 com passagem por dia, mais a passagem daqui [Porto Alegre]. Ainda ajudo nas despesas de casa e pago mensalidade da PUC. Como faço estágio sou obrigada a fazer praticamente todas as refeições na rua. Comer no R.U. para mim é caro. Só

que para muitos dos meus colegas isso não pesa muito [o preço do R.U.]. Eu já vi o pessoal reclamando da comida. Dizem que não vão por isso. Acho até que é desculpa para não ir mesmo. Eu discordo, porque acho que além de ser boa é tudo bem higiênico. Mas também é uma questão de ponto de vista, o problema para mim é o preço e para outro a qualidade e assim vai. Nunca vai agradar todo mundo. Agora acho que eles podiam pensar que tem estudante que sem condições de pagar. Por exemplo, eu vejo na UFRGS e, já vi também em outras universidades federais, que os preços são bem mais baratos. Por que a PUC não pode diminuir um pouquinho? Isso faria uma boa diferença no fim do mês (Aluna do Curso de Ciências Jurídicas e Sociais, 21 anos).

No Restaurante trabalha uma equipe de 16 funcionários entre cozinheiros, atendentes e profissionais de limpeza, além de nutricionistas responsáveis pela preparação dos cardápios. No ano de 2000, o refeitório e a cantina passaram por uma reforma e ganharam novos equipamentos e mobiliário. As condições de higiene do local são supervisionadas por uma nutricionista e por um técnico especializado no assunto. A variedade na distribuição dos alimentos respeita aos padrões nutricionais.

Segundo informações da PRAC são servidas cerca de 400 refeições diárias. Para usufruir o espaço é necessário o uso da carteira que comprove o vínculo institucional. Como o Restaurante fica no segundo pavimento, as pessoas que não conseguem acessar o espaço têm as refeições servidas em outro restaurante no térreo. Essa foi a alternativa encontrada pela PUCRS para se adaptar a nova legislação referente à inclusão de alunos com necessidades especiais (ver anexo 9, página 202).

(c) Benefício Financeiro

Na PUCRS são oferecidos aos alunos dois tipos de benefícios financeiros. O primeiro deles pretende servir de facilitador para que os discentes possam estudar na graduação com redução ou isenção de custos na matrícula e nas mensalidades das disciplinas e; outro que oferece bolsas acadêmicas e estágios para que os alunos tenham dedicação exclusiva para desenvolver atividades relacionadas a sua área de atuação.

Primeiramente, serão apresentados os benefícios destinados a auxiliar os alunos a custear as despesas com a matrícula e as mensalidades dos cursos. Nesse sentido, é possível constatar que os benefícios voltados ao crédito educativo são anunciados no Programa de Apoio Especial ao Estudante desenvolvido pela Universidade. Segundo a PRAC esses créditos constituem uma

forma de assistência ao graduando. Na PUCRS, esses benefícios se dividem em duas modalidades de programas: 1) programas que dependem de recursos oriundos de parcerias e; 2) programas com recursos próprios da instituição. A seguir a tabela 6 que mostra o número e as modalidades de bolsas voltadas a atender os alunos da graduação.

Tabela 6: Distribuição de Bolsas para alunos de graduação na PUCRS

MODALIDADES DE BOLSAS	2004	2005	2006	2007	2008
PROGRAMAS PRÓPRIOS DA UNIVERSIDADE					
Bolsa Familiar	-	2.903	2.890	3.009	3.125
Bolsa Funcionários e dependentes	1.155	411	1.189	1.195	1.784
Bolsa Licenciatura	-	4.445	4.689	5.707	9.426
Bolsa Professor e dependentes	734	-	353	423	452
Bolsa Professor EAD	-	136	46	-	-
CredPUC	3.751	3.467	3.365	3.206	5.329
Convênio Estrangeiro	-	53	57	65	81
Programa de Benefício	-	5.659	3.855	2.432	1.931
Bolsa Mérito	-	-	53	62	140
PROGRAMAS EM CONVÊNIO					
Crédito Educativo Federal	-	21	7	3	-
Crédito Educativo Estadual	-	12	10	6	1
FIES	-	846	801	772	1.257
PROUNI	-	907	2.647	4.034	8.885
TOTAL DE BOLSAS	5.640*	18.877	19.976	20.930	32.411

* No ano de 2004, a PUCRS divulgou a concessão de 24.621 bolsas. Além dos dados divulgados na tabela, 10.542 são destinadas a bolsas em programas da PUCRS e 8.439 pelo Programa de Benefícios PUCRS com 8.439 bolsas. Esses valores não foram divulgados discriminadamente como nos outros anos.

Fonte: PUC/PRAC

A primeira modalidade de crédito diz respeito aos programas que dependem de parcerias para serem implementados. Estas são provenientes de recursos do governo federal ou estadual destinados para instituições de ensino superior, em todo país. Destacam-se, nesse caso o PROUNI e o Programa Estadual de Crédito Educativo (PROCRED).

O PROUNI segue os mesmos critérios de seleção do Programa em âmbito nacional. A PUCRS aderiu a este Programa em janeiro de 2005, desde lá a concessão de bolsas vêm crescendo de forma significativa (tabela 6). Como é possível constatar na tabela acima, atualmente, é o programa que mais concede bolsas aos alunos com recursos externos a Universidade. Na Universidade, há dois tipos de bolsas PROUNI, isto é, as obrigatórias e as adicionais. As bolsas obrigatórias seguem o cálculo do sistema do Programa, que para cada nove

alunos pagantes tem-se uma bolsa. Já as adicionais são definidas semestralmente em reunião conjunta da Pró-Reitoria de Graduação e da Pró-Reitoria de Administração e Finanças da Universidade, devido ao limite de valores que a Universidade destinada a Filantropia. No ano de 2008, os primeiros 200 alunos PROUNI concluíram seus cursos de graduação na PUCRS.

Neste mesmo ano, a PUCRS divulgou ser a instituição de educação superior no Rio Grande do Sul com maior número de alunos bolsistas do Programa. Os mesmos dados afirmam que o curso mais procurado, para obter uma bolsa, foi o de Jornalismo, com 2.894 candidatos, seguido pelos cursos de Direito, Administração, Ciências Contábeis e Educação Física. Segundo informações da PRAC, os alunos aprovados pelo Programa costumam ter um rendimento muito bom, tal fenômeno é atribuído pela Universidade a grande concorrência no processo seletivo que acaba aprovando as pessoas com melhor qualificação.

Segundo a Universidade, o motivo de apoiar a implementação do PROUNI no seu processo seletivo, se deve ao fato deste exigir dos candidatos critérios de ingresso similares àqueles adotados pela instituição. Outro ponto destacado pela PUCRS, para justificar a manutenção do vínculo com o Programa é o bom desempenho e a facilidade de adaptação dos alunos na academia. Como aponta a Pró-Reitora de Graduação em entrevista a Revista da PUCRS, com relação aos bolsistas PROUNI:

Com enorme satisfação ouvimos depoimentos de diretores ou coordenadores expressando o esforço de alguns estudantes para superar os desafios que envolvem a trajetória acadêmica. Não há evidência de qualquer sorte de exclusão. Ao contrário, são acolhidos e auxiliados pelos colegas. A Universidade se orgulha de ter a possibilidade de incluir em seu corpo discente uma população que, talvez, três anos atrás não teria a chance de viver o mundo PUCRS (Revista PUCRS, 2008, p.6).

Apesar de a Universidade afirmar através de seus principais canais de comunicação, com a comunidade acadêmica, que não há nenhum tipo de exclusão em relação aos alunos PROUNI, conversando com alguns bolsistas do Programa é possível perceber que a realidade é um pouco distinta, quando se trata da convivência com os demais colegas. Segundo relatos de alunos PROUNI, a Universidade os acolhe sem fazer nenhuma distinção com relação aos demais alunos, visando à integração dentro no espaço acadêmico. Todavia, há diferenciações nas relações estabelecidas entre os próprios alunos, nas quais nota-se a existência de algum tipo de

discriminação ou mesmo formas de exclusão, que, na maior parte das vezes, acontece de modo velado. Isso é possível, também perceber nas redes de amizade estabelecida pelos alunos, nas quais a segregação é mais perceptível. Tal realidade pode ser melhor compreendida através de alguns discursos de bolsistas PROUNI:

Os colegas reclamam que há uma discriminação dos colegas que fazem [parte do PROUNI] para os colegas que não fazem. Há uma separação. Porque realmente é injusto. Tem pessoas que tem um nível financeiro baixo e que pagam [as mensalidades]. Daí é uma questão das pessoas lutarem pelos seus direitos. Eu soube da oportunidade e aproveitei. ... Eu sou uma pessoa mais fácil de lidar. Eu não me importo com esse tipo de coisa e finjo que nem vejo. Mas tem rixas bem fortes. Há uma separação, a panelinha. O pessoal [alunos pagantes] não se mistura muito. Eu não me sinto diferente, eu consigo conviver com eles tranquilamente. Os professores tratam a gente igualmente, é incrível. Não também aquele favorecimento de “ah” os alunos do PROUNI são mais estudiosos. Não existe também isso. É todos iguais. É isso que eu vejo. É um tratamento justo. Eu acho que é porque o curso é de Assistência Social então eles ensinam a fazer assim. Eles são exemplo. É uma turma bem problemática. Eles se tornaram tão críticos que perderam a noção. Eu não entendo porque eles ensinam certinho, a conversar, a dialogar, no argumento. E não na briga, na discussão. Isso não é crítica, isso é briga. Mas os professores eles são bem paciosos, dão valor para o aluno que se esforça em relação à matéria (Aluna do Curso de Serviço Social, 32 anos).

A relação com os colegas é normal. Nunca tive nenhum tipo de preconceito. Normalmente acham um programa legal, acham que é importante. Mas, logo no início do curso, quando a gente discutia ações afirmativas, cotas raciais, houve quem dissesse, com argumentos corriqueiros, que eventualmente pode fazer com que o ensino decaia. Diziam também que o ENEM facilitava o ingresso de aluno que talvez não tivessem o preparo adequado. Eu respeito a opinião deles. Eu não concordo, mas acho que eles têm o direito de pensar assim e eu não vejo nenhum tipo de preconceito contra a minha pessoa. Até agora eu acho que tenho condições de prova. Eu via isso até como um desafio (Aluno do Curso de Ciências Jurídicas e Sociais, 22 anos).

Eu percebo a diferença no sentido de que os alunos PROUNI são de origem mais humilde e também porque é um pessoal mais comprometido com os estudos. A gente estuda mais, e é por isso que se formou esse grupo, e os outros, os não bolsistas, acredito que pelo fato de o pai estar pagando não estudam tanto assim, e não levam tão a sério. E é por isso que essa distinção acontece que não é de propósito, mas acaba acontecendo. No início, tinha bastante discriminação, inclusive, como era o primeiro ano do PROUNI, teve manifestações do DCE pela extinção do PROUNI, dizendo que o programa tirava a possibilidade de concessão de bolsa que a Universidade possibilitava, e também teve o argumento de que a faculdade ficou mais cara por causa dos alunos PROUNI, o que eu acredito não seja verdade. Porém foi só no início, depois não houve mais preconceitos.... Não,

de maneira nenhuma discriminação dos professores. Até pelo fato de que poucos professores não sabem quais são os alunos bolsistas. Somente aqueles professores que tem uma relação mais próxima sabem se o aluno é bolsista ou não, mas somente na relação aluno-professor os professores geralmente não ficam sabendo (Aluna do Curso de Ciências Jurídicas e Sociais, 23 anos).

Cabe salientar que a PUCRS, vem buscando desenvolver mecanismos que venham a servir como facilitadores para a inclusão dos estudantes na Universidade, levando em conta os elementos da realidade de cada graduando. Nesse sentido, destaca-se o caso de uma estudante do curso de Serviço Social, que possui como orientação religiosa à religião adventista. Ela afirma que a Universidade está procurando ser flexível com sua situação, uma vez que de acordo com os seus preceitos religiosos não é possível realizar determinadas atividades, como ter aula, em certos horários. Isso poderia atrasar a conclusão do seu curso, visto que algumas disciplinas acontecem nos momentos em que ela não poderia comparecer as aulas.

Esse semestre eu tive uma crise de bater a prática com a teoria. Eu senti isso, porque termina a gente entrando na conversa dos outros. [colegas comentavam] Ah, tu não vai te formar com a gente. Ah, tu não está fazendo a mesma carga horária que a gente e aí começaram a me colocar dúvidas que eles [PUCRS] estavam me levando. Tu vai ver que no fundo tudo é falso. Eles falam que vão te dar alternativas, mas chega lá na hora termina o prazo do PROUNI e tu não te forma igual. Eu disse: Não, o professor não ia me dizer que eu posso fazer em outro horário se não existe essa possibilidade... Aí, fui na Secretaria e falei com a Diretora. Até que eles foram bem rápido, porque sempre há uma burocracia para falar com a direção, mas eles me atenderam rapidamente. Eu acho que foi, assim, porque é uma questão de inclusão e reverte negativo para eles, né. Eu disse: Eu quero uma resposta definitiva de vocês, se há a possibilidade de eu me formar sem abrir mão da minha consciência religiosa. Se vocês estão me ensinando que direito é direito. Começa por mim, se eu não conseguir assegurar meu direito eu me sinto uma assistente social despreparada para sair para o mercado de trabalho e incentivar as pessoas a procurarem seus direitos e a lutarem por seus direitos. Se eu não consigo garantir o meu como eu vou garantir o de alguém. E eu estou me sentindo desanimada, porque eu não vou conseguir garantir o meu direito, porque vai terminar o prazo e eu não vou me formar... [diretora responde] Olha, nós estamos pressionando a Reitoria, porque é uma demanda que existe e a gente não tinha se dado conta. A gente vai ter que ver até o final o que a gente vai fazer contigo, mas porque você está falando isso, se nós estamos procurando te encaixar. [aluna responde] Não, é porque os colegas estão me dizendo que vocês estão me levando para ver se eu cedo com o tempo e no final vocês dizem que eu não vou me formar....Aí ela disse [diretora]: Não, não eu te garanto te dou a minha palavra que nem que tenhamos que fazer cursos especiais ou à distância tu te forma junto com a tua turma (Aluna do Curso de Serviço Social, 32 anos).

A partir do discurso citado acima, é possível notar que, atualmente, alguns alunos estão conscientes dos seus direitos no âmbito da educação superior e, acima de tudo, buscam reivindicá-los nas instâncias responsáveis. Do mesmo modo, observa-se que a instituição vem buscando assumir a garantia da permanência justa dos estudantes, levando em consideração as mais diversas realidades. Porém, na pesquisa realizada junto aos estudantes, é possível perceber que estes, em muitos casos, apresentam resistência em aceitar os novos mecanismos de inclusão. Essa nova realidade lhes causa, muitas vezes, estranhamento o que gera discriminação e exclusão nas relações estabelecidas no cotidiano.

No caso dos bolsistas PROUNI, como foi apresentado acima, verifica-se que muitos estabelecem redes de relacionamento com seus pares, afastando-se dos demais colegas. Esse fato pode explicado não só pela uma união de interesses em comum, mas também por uma certa dificuldade dos demais alunos em aceitar a inclusão desses jovens, visto que todos os entrevistados relataram ter presenciado algum tipo situação discriminatória. Ao mesmo tempo, o caso da estudante adventista, também salienta a limitação dos universitários em lidar com realidades diversas e suas implicações no cotidiano da Universidade.

Entretanto, constata-se que todos os bolsistas entrevistados vêem o PROUNI como a principal oportunidade de ingressarem em um curso superior. O único ponto negativo apontado pelos alunos do Programa, em relação a PUCRS, é a não permissão de matrícula em disciplinas de forma ilimitada. De acordo com a instituição, são permitidas apenas três disciplinas, que não estejam na grade curricular do curso. Os alunos afirmam que tal medida cerceou a possibilidade de um aprendizado diferenciado. Conforme relata essa graduanda:

A gente tinha acesso a bolsa, ilimitada a cadeiras [disciplinas] eletivas. Tu podia fazer um curso de inglês fora e governo pagava. Eu queria fazer um curso de inglês que durava 4 anos. Tinha colegas que faziam inglês, francês, outros que iam fazer cadeiras no Direito, na Filosofia, para complementar e enriquecer o currículo e o governo pagava era ilimitado, podia fazer quantas quisesse. A PUC cortou. Não foi o governo. A PUC restringiu porque acho que estava havendo um excesso, o pessoal estava exagerando (Aluna do Curso de Serviço Social, 32 anos).

Já o outro programa desenvolvido, na PUCRS, com recursos externos a instituição, é o Programa Estadual de Crédito Educativo (PROCRED), disponibilizado pelo governo do Estado

do Rio Grande do Sul. O sistema de crédito foi criado em 1991 e tem como gestor a Secretaria da Educação do Governo do Estado. O objetivo deste é propiciar crédito educativo, aos alunos de instituições privadas selecionados, no valor de 50% do valor da matrícula e das mensalidades. As universidades devem cadastrar-se para que os estudantes tenham a possibilidade de solicitar o crédito. O programa ficou alguns anos sem receber novas inscrições devido aos problemas financeiros pelos quais o Estado vem passando nos últimos tempos. Entretanto, a Lei 10.713/96 obriga o Estado a repassar 0,5% da receita líquida para o PROCRED. Houve tentativas de reformular o crédito para garantir que os jovens com dificuldade financeira tenham a possibilidade de se inscrever no recurso. Nesse caso, os estudantes depois de formados pagariam com prestação de serviços à comunidade de acordo com a área de atuação.

Em novembro de 2009, foi realizada na Assembléia Legislativa, uma Audiência Pública para tratar de um dos problemas do Programa, ou seja, o número elevado de estudantes que não estão conseguindo honrar os contratos devido aos juros e taxas.⁶⁹ Segundo dados da Assembléia cerca de 14 mil pessoas em débito, correspondendo a 38% do número total de contratos. As taxas e juros podem chegar a 28% ao ano. Na PUCRS, nos últimos anos, há poucas bolsas desse gênero, entre os alunos de graduação. Esse fato pode estar relacionado à falta de subsídios destinados pelo governo do Estado para esse fim (ver tabela 7).

A outra modalidade de crédito, existente na PUCRS, está relacionada aos programas que se valem de recursos oriundos da própria Universidade para serem desenvolvidos. Sendo assim, destaca-se a Bolsa Familiar; a Bolsa Licenciatura; Programa de Bolsa para funcionários, professores e seus dependentes; a Bolsa Mérito; o CREDPUC e; o PEC-G.

Dentre os benefícios propostos pela Universidade aos alunos, a Bolsa Familiar é aquela em que o aluno pode solicitar um desconto de 12% na mensalidade escolar, com exceção na primeira parcela. Para tanto, é necessário ter irmão, pai, mãe, filho ou cônjuge matriculado em curso de graduação na PUCRS. Esse benefício não é acumulativo, com isso o aluno não pode possuir outro tipo de auxílio. Deve-se requerer no Setor Financeiro Acadêmico da Instituição o pedido de colaboração e este será concedido a partir da parcela subsequente ao mês de requerimento entregue no Setor Financeiro Acadêmico, não tendo efeito retroativo.

Já o Programa Bolsa Licenciatura é uma redução de 40% no valor das mensalidades, durante todo o curso de licenciatura, com exceção do curso de Educação Física com abatimento

⁶⁹ Informações disponíveis em: <http://www.camaracruzalta.rs.gov.br/noticias/vis/?v=320> Acesso em: 10.02.2010

de 30%. O Programa de Bolsa, destinado a funcionários, professores e seus dependentes, tem uma variação conforme o dissídio da categoria. Há ainda um desconto para os alunos que estão fazendo sua segunda graduação, independente desta ter sido realizada na instituição.

A Bolsa Mérito é concedida, anualmente, para os primeiros colocados de cada curso de graduação oferecidos pela PUCRS no concurso vestibular. As isenções nas taxas de matrícula e nas mensalidades são válidas para todo o curso. Na PUCRS, há um Programa de Benefícios PUCRS que disponibilizava benefícios para os graduandos. Este, todavia, será extinto, uma vez que na opinião da Universidade existem outras ações com a mesma função que este Programa. A data limite para usufruir o benefício está marcada para o dia 30 de junho de 2010, o período corresponde à formatura da última turma que foi beneficiada com o Programa.

A PUCRS tem um sistema de crédito denominado CREDPUC próprio da instituição que é dado em forma de financiamento parcial para as semestralidades dos alunos de graduação, concede-se 50% de crédito sobre as mensalidades, exceto na primeira. Até mesmo os alunos com matrícula trancada podem requerer. Para solicitar o benefício é necessário a apresentação de um fiador com renda aprovada de 3 vezes o valor integral da mensalidade do aluno. Dessa forma, o mínimo estipulado é de R\$1.500,00. O prazo de carência para reembolso é de 12 meses, contando a regulamentar para o término do curso. Para solicitar o benefício o aluno deve, primeiramente, preencher uma ficha de inscrição que comprova a carência do aluno, somente depois de aprovado o aluno apresenta a documentação solicitada para liberação do crédito. A renovação é feita semestralmente mediante solicitação em documentos. O Convênio Estrangeiro, ou seja, o PEC-G, é realizado em parceria com o MEC, com o objetivo de formar recursos humanos de alunos oriundos de países estrangeiros em desenvolvimento. A PUCRS afirma que esse convênio é feito por meio de recursos da própria instituição.

A instituição oferece a todos os alunos regularmente matriculados em cursos de graduação sem custo adicional um Seguro Educacional, que passa a vigorar a partir da primeira matrícula, onde o aluno preenche um formulário que é encaminhado para seguradora. Segundo a PRAC, as bolsas são divulgadas anualmente no *site* da instituição e através de informativos distribuídos nos Campi.

Conforme, a descrição de cada programa e dos dados, anteriormente mencionados, (ver tabela 7) é possível notar, que o objetivo da maior parte dos auxílios oferecidos pela Universidade é proporcionar descontos aos alunos em taxas de matrícula e mensalidades. O

restante dos custos fica a cargo dos alunos. De um modo geral, as únicas bolsas que garantem a isenção total das matrículas e das mensalidades são a Bolsa Mérito e o PROUNI.

Tabela 7: Benefícios concedidos aos alunos na PUCRS, segundo a origem dos recursos

Ano	Benefícios e Auxílios		
	Recursos PUCRS	Recursos Convênios	Total
2003	20.759	2.103	22.862
2004	24.621	1.830	26.451
2005	17.074	1.786	18.877
2006	16.497	3.465	19.976
2007	16.099	4.815	20.930
2008	22.268	10.143	32.411

Fonte: PUCRS/PRAC

Nesse segundo momento, serão analisados as modalidades de bolsas acadêmicas e os estágios oferecidos para que os alunos tenham dedicação exclusiva para desenvolver atividades relacionadas a sua área de atuação. O diferencial dessas bolsas está no fato de o aluno receber a compensação financeira em troca de seu trabalho. Isso pode atuar como uma importante ferramenta para garantir condições financeiras para que este venha a realizar atividades imprescindíveis do cotidiano na academia. Nesse caso, destacam-se os estágios, as bolsas de iniciação científica, as bolsas de monitoria e extensão.

A PUCRS possui a Central de Estágios Fundação Irmão José Otão (FIJO) que está vinculada a Fundação Irmão José Otão (FIJO)⁷⁰, constituindo o órgão institucional responsável pelos estágios curriculares dos alunos de graduação. A sua meta é incentivar a formação acadêmica e profissional dos alunos através de estágios e bolsas de estudo. A FIJO procura fazer uma interlocução entre as empresas e o candidato a um estágio, visando promover estratégias de aumento da oferta de oportunidades de estágios. Na Central de Estágios da FIJO são desenvolvidas as seguintes atividades: convênios com os locais de estágio; divulgação das vagas; acompanhar o aluno no local de estágio durante todo o tempo de atividade; avaliar as partes envolvidas no estágio; promover eventos relacionados ao mundo do trabalho em cada área de

⁷⁰ A FIJO, foi criada em 1981, pela União Sulbrasileira de Educação e Ensino em parceria com o Conselho Universitário da PUCRS. A Fundação é responsável por iniciativas nas áreas educacional, cultural e social, relacionadas a tendências no âmbito do Terceiro Setor. A sua postura é voltada para uma perspectiva acadêmica, principalmente, devido ao envolvimento dos integrantes dos Conselhos Deliberativos e Fiscal serem composto por docentes, garantindo articulação entre academia e sociedade.

formação e; participar de reuniões com os professores de cada Unidade Acadêmica responsáveis pelos estágios.⁷¹

A PUCRS possui um espaço, denominado Estágios-PUCRS, próprio para o aluno que deseja realizar estágios não obrigatórios. A Universidade entende que os estágios são uma das principais formas de extensão, pois aproxima o aluno do mundo do trabalho. Esta acredita que as trocas de experiências, na formação do profissional, são um diferencial para o aprimoramento e revelação de novos talentos.

No setor Estágios-PUCRS, há um grupo de profissionais que se responsabilizam por gerirem administrativamente os estágios. Cabe aos docentes de cada Faculdade se responsabilizarem pela supervisão acadêmica dos professores coordenadores de cada Faculdade. Sendo assim, há um esforço, neste setor, em planejar, acompanhar, avaliar os estágios, de modo seja satisfatório para o aproveitamento do estudante.

Os estágios não-obrigatórios não constituem condições essenciais para que o aluno conclua o curso de graduação. Todavia, segundo a PRAC, costuma haver grande procura dos alunos, pois se configura como uma forma de aplicar os conteúdos de sala de aula no cotidiano da atividade laboral, transformando-se, também em uma oportunidade de efetivação na empresa.

5.3.2.2 Assistência Médico-Odontológica

A PUCRS trabalha com o conceito de saúde a partir de uma perspectiva mais ampla, envolvendo temas como o acesso, a proteção, a prevenção, o tratamento de doenças e a mudança de hábitos que possam afetar o bem estar do indivíduo. Sendo assim, é relevante averiguar como a Universidade trabalha com essas questões ligadas a assistência estudantil. De um modo geral, destaca-se que a Universidade não possui um plano de saúde, uma assistência médica ou odontológica destinada aos alunos de graduação.

Quando se trata de saúde, a principal ação é o Programa Vida e Qualidade (PVQ), criado em 1995, com a finalidade de incentivar os funcionários e os alunos a buscar formas de garantir a sua qualidade de vida. A Universidade dispõe de uma equipe interdisciplinar que juntamente com as diversas Unidades procura promover ações a fim de conscientizar a comunidade acadêmica a

⁷¹ Informações disponíveis em: <http://www.fijo.org.br/estagios.php> Acesso em: 10.01.10

levar uma vida mais saudável. Dentro dessa perspectiva, a Universidade enfatiza seu ponto de vista, enquanto uma instituição com os preceitos da religião católica e marista. Por essa razão, os projetos buscam abranger as áreas da saúde e aspectos voltados à cultura. Além do mais, verifica-se que a qualidade de vida é entendida, nesse caso, como formas de viver de modo mais saudável física e psiquicamente (PUCRS/RELATÓRIO SOCIAL, 2010).

Na época em que foi criado o Programa, os atendimentos eram relacionados com uso de drogas e alcoolismo. No início, o projeto era voltado para a comunidade interna e externa da Universidade, depois se focou nos professores, funcionários e alunos. Segundo a professora responsável pelo Programa, integrante da equipe do PVQ, decidiu-se abandonar a temática dos entorpecentes, pois a Universidade não possuía condição de lidar de forma eficaz com a problemática no âmbito do Programa. Ela também destaca que não havia um suporte de infraestrutura para tratar do dependente químico. Nas palavras da professora: “Quando se identificava o infortúnio no estudante, muitas vezes, esse não possuía condições financeiras de realizar o tratamento adequado, ocasionando um mal estar para todas as partes envolvidas”.

A partir daí, o Programa começou a enfocar seu trabalho com as drogas permitidas legalmente, mas que causam incômodos e atuam como uma porta de entrada para as drogas ilegais. O foco passou a ser as campanhas contra o uso de álcool e o tabaco nas dependências da Universidade. Ao analisar o material das campanhas do Programa, constata-se que a cada ano, o PVQ aborda um tema específico para trabalhar na comunidade acadêmica. O foco das campanhas é o mesmo, mas cada edição usa um tema e imagens diferentes. No ano de 2009, adotou-se a problemática do tabaco com a campanha intitulada PUCRS – Livre de Tabaco. O Programa ainda oferece palestras e atividades que são demandadas pela comunidade acadêmica. É pertinente destacar ainda a iniciativa surgida em 2008, que começou a certificação de um ambiente livre tabaco, grande parte do Campus Central já está certificada sem o uso de tabaco.

Outro projeto realizado pelo Programa é o “Conversando com eles/elas” oferece cursos sobre assuntos com saúde, finanças, educação, lazer, cultura, espiritualidade, trabalho, família e etc. Também têm sido disponibilizados para os funcionários e os alunos cursos para capacitá-los a utilizar o computador, nas suas atividades diárias. Os módulos abrangem conhecimentos como o uso de editores de texto, internet, programas que utilizam planilhas e construção de slides.

O PVQ ainda possui um convênio com a Fundação Thiago de Moraes Gonzaga⁷², que visa proporcionar a valorização da vida através da campanha Vida Urgente. Os voluntários são oriundos da própria comunidade acadêmica e trabalham com a prevenção de risco. Segundo a equipe do PVQ, há uma certa dificuldade da equipe em desenvolver, com os jovens, ações relacionadas às questões das drogas lícitas, por isso a PUCRS vem utilizando como estratégia essa aproximação com a Fundação, uma vez que esta já possui algumas ferramentas para interagir com a juventude. É possível perceber a importância de um projeto ligado a essa temática pelo depoimento abaixo:

Eu já conhecia o Vida Urgente desde antes de entrar na PUC, participei inúmeras vezes como voluntária. Acho muito bom eles estarem presentes aqui, porque desperta no jovem uma conscientização com relação as pequenas atitudes que acabam fazendo uma grande diferença na tua vida. Até mesmo porque isso é feito de uma maneira leve. Quando o pessoal fala para não beber e dirigir, não é aquela coisa imposta, como um pai falando pro filho, ou numa campanha careta ou triste na TV. Entende? É como o teu amigo te dando um conselho. E eu acho fundamental tratar disso dentro da Universidade (Aluna do Curso de História, 22 anos).

Por fim salienta-se a iniciativa proposta por professores e estudantes da Faculdade de Enfermagem, Fisioterapia e Nutrição na promoção de atividades que detectam e previnem dores no pescoço e na cintura escapular. Nesse projeto, acontecem atividades de seções de massagens e de programas de reeducação alimentar. Cabe destacar que todas as ações realizadas pelo PVQ não possuem custo para os participantes.

5.3.2.3 Apoio Psicológico

Para tratar de questões de ordem psicológicas dos estudantes, a PUCRS destina um espaço aos assuntos relativos a fatores psicossocial e pedagógicos, com o objetivo de atender alunos e professores. A Universidade acredita que é fundamental para o desenvolvimento das competências acadêmicas, proporcionar maior atenção ao ser humano. Dessa forma, uma das

⁷² A Fundação está sediada na cidade de Porto Alegre e foi criada em 1996, tendo como objetivo, principal conscientizar os jovens nas suas atitudes no trânsito. O Programa Vida Urgente, desenvolvido por esta, atua em escolas, universidades e bares à noite.

principais preocupações desse auxílio é integrar dentro da academia os alunos na sua fase de adaptação. Conforme aponta a professora integrante da PRAC:

Nós entendemos que, grande parte dos alunos ingressantes na PUC, é de jovens recém saídos da fase da adolescência e, têm dificuldades para lidar com novas cobranças, que são próprias de uma Universidade. Por isso, nosso foco de atenção se volta para esse público em especial (Professora Integrante da CAP).

Neste sentido, a Universidade vem destinando um espaço para orientar os jovens com relação a essa nova realidade. Com base nesses pressupostos, a PUCRS destina o Centro de Atenção Psicossocial (CAP) para auxiliar a atenuar dificuldades que possam interferir no desempenho acadêmico, trabalhando a consciência da adoção de atitudes e habilidades para além da construção do conhecimento teórico. Esse Centro foi pensado e organizado ao longo de todo ano de 2005, mas teve seu funcionamento iniciado apenas em março de 2006.

O CAP pretende, sem ônus financeiro, atender e desenvolver um diálogo com alunos e professores da instituição que estejam passando por alguma adversidade. A equipe que compõe o Centro é formada por professores das áreas de psicologia, medicina, serviço social e educação, resgatando a interdisciplinaridade no desenvolvimento dos trabalhos. O CAP atua frente a problemas das mais diversas ordens como: dificuldades de aprendizagem; baixo rendimento acadêmico; uso freqüente de álcool e drogas; desmotivação com o curso; desadaptações no andamento dos cursos frente às aspirações de futuro; inadequações na conduta e nas reações frente a dificuldades de maior tensão; fragilidades emocionais, familiares, sociais e acadêmicas; atenção a estudantes com necessidades educativas especiais; facilitação na integração de alunos estrangeiros e provenientes do interior; dificuldades no relacionamento entre alunos e professores, alunos e colegas, turmas e grupos e; sentimentos de discriminação de qualquer natureza.⁷³

De acordo com o relato da Coordenadora do CAP, primeiramente, pensou-se que a maior parte do público atendido seria por meio de encaminhamento, uma vez que o Centro foi criado para atender uma demanda de alunos que tinham uma série de dificuldades. Contudo, ainda segundo ela, a procura aumentou de forma significativa, mas está relacionada a uma vontade espontânea ou por meio de indicações de colegas. A divulgação é pelo *site* da PUCRS e por meio

⁷³ Informações disponíveis em: <http://www.pucrs.br/prac/cap/aquem.php> Acesso em 10.01.2010.

de cartazes nas Unidades. Anteriormente a esta era maior, mas como a procura tem sido muito significativa foi necessário reduzi-la para que todos possam ser atendidos. Nas entrevistas com os alunos, foi possível observar que poucos mencionaram conhecer a existência de um Programa com as características do CAP na instituição. Esses, entretanto, não souberam responder a essência das atividades desenvolvidas pelo Programa. Como é possível constatar abaixo:

Eu sei pra essas questões psicológicas tem um Centro sim, que trata disso. Se não me engano é CAP o nome. Não faço a menor ideia do que significa a sigla e acho que eles ficam no prédio 15, que é onde tem várias coisas voltadas para aluno. ... Não me lembro se eu descobri isso, vendo no site ou em algum cartaz. É tanta informação, mas acho que não foi nenhum colega que comentou não (Aluna do Curso de Farmácia, 23 anos).

Segundo dados do CAP, até o primeiro semestre de 2009, foram recebidos 698 alunos. A previsão para 2010 é aumentar a carga horária dos professores, no CAP, e diminuir cada vez a interferência na perspectiva individual, de modo a atuar mais nas Unidades de Ensino. O Programa tem sua estrutura física localizada no quarto andar do Colégio Champagnat. Tal espaço foi cedido para a execução das atividades por tratar-se de local mais afastado no Campus. A Coordenadora salienta que isso faria com que os alunos procurassem os serviços prestados sem se sentirem estigmatizados.

O CAP enfoca suas atividades em problemas, que considera de primeira ordem como depressão, risco de suicídio e transtornos de ansiedade. Esses infortúnios acabam prejudicando o rendimento dos alunos, impossibilitando, muitas vezes, que consigam escrever seus trabalhos ou expressar oralmente em sala de aula. Para lidar com essas limitações, foi criado um grupo específico de Técnica Cognitiva Comportamental com o intuito de desenvolver técnicas voltadas para melhorar suas habilidades sociais. A equipe do Centro entende que não há como fazer um atendimento psicológico mais aprofundado, por isso vem fazendo contato com as Unidades para encontrar o melhor caminho para o desenvolvimento de um projeto conjunto que possa colaborar com os estudantes que estão enfrentando determinadas dificuldades.

Segundo dados do Centro, os alunos que mais se dirigem ao CAP são jovens que estão ingressando ou concluindo a graduação. Conforme aponta uma das professoras membros do CAP, a tarefa realizada por eles visa proporcionar uma interlocução entre o aluno e o curso, de

modo a garantir um diálogo entre ambas as partes. Há uma preocupação, em incentivar os jovens a adotarem uma postura mais adequada para resolver os seus conflitos. Por isso, o atendimento ocorre tanto no curso de graduação, em que pode estar havendo algum tipo de dificuldade, quanto no tratamento individualizado.

Outra preocupação do Centro é fazer um encaminhamento acadêmico e pessoal aos alunos que vem de outros lugares para estudar na PUCRS, pois muitos deles acabam não se adaptando a vida longe da sua cidade. Outro público que também é atendido pelo CAP é os alunos com necessidades especiais (Síndrome de Down, deficientes visual, auditiva e motora) que necessitam de um atendimento diferenciado.

Por fim, observou-se que por iniciativa do CAP, a PRAC organizou um encontro com outras IES para tratar de assuntos relacionados aos problemas de ordem psicossocial e inclusão de alunos com necessidades especiais. O evento realizado no mês de dezembro, de 2009, com Coordenadores de Recursos Humanos de diversas universidades do país, no qual foram discutidas propostas de avaliações diferenciadas e iniciação ao mercado de trabalho, buscando promover a troca de experiências sobre o assunto.

5.3.2.4 Apoio ao Aprendizado e Formação Universitária

Uma das preocupações da PUCRS está voltada ao ensino e no aprendizado, por esta razão a seguir apresentaremos os principais elementos relacionados com essas questões. A Biblioteca Central Irmão José Otão começou a funcionar ao Colégio Rosário em 1940, e era a principal ferramenta didática usada pelas Faculdades de Ciências Econômicas, Filosofia, Serviço Social e Direito. Em 1967, devido à mudança da Universidade para o atual Campus Universitário, foi transferido para o segundo andar da Reitoria, mais tarde mudou-se, novamente para o atual prédio. Atualmente, o espaço passou por uma reforma onde foi incorporada uma torre, com 14 pavimentos, à estrutura antiga (ver anexo 10, página 202).

A estrutura física é composta de espaços de estudo com micro computadores, 800 cadeiras e salas de estudos individuais e em grupos. A biblioteca oferece seus serviços para a formação da pesquisa, ensino e extensão. Na década de 1990, a Biblioteca passou a utilizar um sistema digital denominado ALEPH, com um catálogo das obras *on line* disponível na internet. A Biblioteca busca aprimorar seu acervo através da aquisição de livros, periódicos, além do intercâmbio de

dados e documentos. Os computadores da biblioteca podem ser utilizados, para realização de pesquisas e pela comunidade externa para acessar a internet.

Segundo os alunos entrevistados, as dependências da biblioteca foram identificadas como um ponto positivo pelos alunos. Por outro lado, esses apontam que as quantidades de exemplares de alguns livros, muito procuradas, são parcas e ocasionam alguns infortúnios. Em disciplinas que o professor adota um livro em especial, há dificuldade em acessar o material. Sendo assim, os estudantes recorrem a cópia ou, quando possuem recursos financeiros adquirem o livro. A aluna faz referência ao problema:

Como tem muitos alunos, principalmente no Direito, eu acho que deveria ter mais. Tem alguns livros que têm mais exemplares, vinte, trinta exemplares, mas como são só no turno da noite 60 alunos por turma, então acho que esses exemplares ainda é pouco, e é o máximo que eles tem de cada livro. Teve uma vez que a gente não encontrou então nós fomos conversar com o professor, dissemos que não tinha o livro na biblioteca e ele deixou fazer em dupla, tinha pra metade da turma, e ele deixou fazer em dupla (Aluna do Curso de Ciências Jurídicas e Sociais, 23 anos).

A PUCRS também possui diversos laboratórios de informática, no qual os alunos podem realizar seus estudos. Há uma média de um laboratório por prédio, alguns deles passaram por reforma nos últimos anos, tendo seus equipamentos trocados. Na opinião dos alunos entrevistados, os laboratórios de informática são cruciais para o desenvolvimento dos seus estudos.

Alguns alunos entrevistados, bolsistas do PROUNI, apontam que, não possuem condições financeiras para adquirir um computador em sua casa. Então, se dirigem para as faculdades a fim de solucionarem o problema. Como aponta a estudante de Direito dessa Universidade: “Para trabalhar utilizo o computador todos os dias, de segunda a sexta. Na PUC para estudar, em casa ainda não tenho” (Estudante do Curso de Ciências Jurídicas e Direito, 21 anos). Além disso, os alunos entrevistados que ingressaram na universidade com idade avançada, afirmaram encontrar na Universidade uma oportunidade junto à informática.

Também se destaca, nessa pesquisa, as bolsas de cunho acadêmico, ou seja, aquelas relacionadas à pesquisa, monitoria e extensão. Entende-se nesse estudo, compõem um dos mecanismos importantes no processo de aprendizado e formação acadêmica. A PUCRS entende

a importância da iniciação científica como um elemento que integra o aluno a métodos e procedimentos de pesquisa e o qualifica para seguir uma profissão.

Nesse sentido, a Universidade criou, no ano de 2009, o Espaço Iniciação Científica da PUCRS, vinculado Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. O ambiente é destinado a todos os alunos que queiram participar do Programa de Iniciação Científica na instituição. Este está localizado junto a Central de Atendimento ao Aluno, com o objetivo de informar ao aluno sobre possibilidades de atuação em projetos, bolsas e orientações para participar de eventos de iniciação científica. De acordo com a Coordenadora, o Programa planeja oferecer aos alunos palestras, oficinas sobre ética, redação científica, apresentações em eventos.

Segundo dados da Universidade (PUCRS/RELATÓRIO SOCIAL, 2008), o programa de Iniciação Científica conta com mais de mil bolsas oriundas de fomentos do CNPq, Fundação de Amparo a Pesquisa no Rio Grande do Sul (Fapergs), Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul/ Instituto Euvaldo Lodi (FIERGS/IEL), empresas localizadas no Parque Científico e Tecnológico -Tecnopuc e bolsas da própria Universidade. O Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação afirma que: “A Iniciação [Científica] prepara os estudantes para os maiores desafios que a sociedade apresenta aos nossos egressos: aprender a aprender, ou seja, pesquisar e resolver problemas em um ambiente complexo e integrado por meio de redes de conhecimento”.⁷⁴

A outra modalidade de bolsa está vinculada ao Programa de Educação Tutorial (PET), que serve como instrumentos no aperfeiçoamento da formação acadêmica do futuro pesquisador. Por esta razão, os núcleos e laboratórios de pesquisa investem em estimular as habilidades propiciadas pela participação em um projeto de pesquisa. O PET, na PUCRS, está inserido em diferentes áreas do conhecimento como, por exemplo, Biociências, Informática, Letras, Psicologia, ESEF, Biologia e Comunicação. Os resultados das pesquisas realizadas, nos grupos PET, são apresentados em oficinas, cursos de capacitação e eventos científicos.

A PUCRS adotou uma estratégia para amenizar os elevados índices de repetência nas disciplinas da matemática, sendo assim, investe em monitores acadêmicos para colaborar com os alunos em dificuldade de aprendizado. O foco dos trabalhos é o aluno de início do curso, pois são os que mais precisam se adaptar a nova realidade das exigências da academia. Os monitores suprem aqueles momentos em que os professores não têm tempo disponível para atender os

⁷⁴ Informações Disponíveis em: http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/pucrs/Capa/Noticias?p_itemid=1961471
Acesso em: 10.02.2010

alunos individualmente. Esta proposta permite que o aluno passe a ter um aprendizado mais autônomo com a utilização de ferramentas de trabalho diferentes daquelas utilizada em sala de aula.

Abaixo, segue o quadro que mostra o número de bolsas oferecidas, no ano de 2009, na Universidade. Ao analisa-lo, observa-se que a PUCRS investiu tanto em bolsas de acadêmicas com recursos próprios, quanto as que são oferecidas por órgão de fomento.

Quadro 4: Modalidade de Bolsas Acadêmicas para Graduação no ano de 2009

Modalidade de Bolsas	Ano de 2009
Programa Bolsa/Pesquisa para alunos da graduação – BPA (bolsas da própria PUCRS – Pró-Reitoria de Pesquisa e PG)	263
Iniciação Científica - CNPq/PIBIC e outras	198
Iniciação Científica/FAPERGS	95
Alunos nos Grupos PET/SESU (Letras, Biologia, Psicologia, Informática e Química)	60
Alunos graduação/Bolsa Empresas/AGT	26

Fonte: PUCRS/PRAC 2009

Os estágios, como já foi destacado nessa dissertação, são entendidos como uma forma de aperfeiçoar a formação profissional e, conseqüentemente, proporcionam maior aprendizado acadêmico. Todavia, também desempenham outra função relevante, na medida em que oferecem uma remuneração para os estudantes. Isso contribui para a realização de atividades importantes no cotidiano, como também colaboram no pagamento dos custos oriundos das mensalidades.

5.3.2.5 *Auxílio nas Necessidades Especiais*

Os alunos com necessidades especiais são acompanhados, principalmente, por dois setores, o CAP e o Laboratório Ensino Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – Braille (LEPNEE). Além disso, a PUCRS vem adotando, ao longo dos últimos anos, medidas para melhorar o acesso nos prédios e nas salas para alunos com necessidades físicas especiais. Para tanto, foram necessárias reformas na estrutura física de alguns espaços com a instalação de rampas acesso aos prédios, a ampliação de elevadores e de banheiros. Em alguns casos onde isso não foi possível adotou-se outras medidas como afirma a aluna:

Uma vez, em uma cadeira [disciplina], tínhamos um colega cadeirante. No prédio de aulas tem elevador, mas as portas são estreitas. Como não passava na porta a cadeira, trocamos de prédio. Lembro que foi uma situação bem tranquila. Logo nas primeiras aulas, foi feita troca, sem nenhum problema. Ninguém se opôs também, nem da parte da faculdade, nem os alunos (Aluna do Curso de História, 22 anos).

Segundo a PRAC, o Campus possui ambientes com acessibilidade para esse público, mas havia situações de cunho acadêmico que deveriam ser melhoradas, como por exemplo, as limitações que essas pessoas enfrentavam para realizar as provas e os trabalhos solicitados no decorrer das aulas. Diante dessa realidade, a PRAC vem procurando outros métodos para mapear esses alunos no Campus, para assim, poder fornecer subsídios adequados nos prédios onde realizam suas atividades.

Atualmente, a PRAC realizou uma pesquisa em todas as Unidades do Campus para averiguar o número e o nome desses alunos. O resultado do estudo mostrou que poucos diretores preencheram o material com tal identificação. Entretanto, a Pró-Reitoria admite que a não identificação não está relacionada ao fato desses indivíduos não existirem. Geralmente, o que ocorre é que esses estudantes não procuram ajuda específica nas Coordenadorias de Curso e por isso são dados como inexistente naquele espaço.

A partir de 2009, a PUCRS passou a adotar um havia atendimento especializado para esses alunos. Com isso o CAP foi muito importante, pois depois de sua criação essas medidas foram pensadas de forma mais efetiva. Conforme aponta a Coordenadora do Centro, quando se trata com um aluno portador de algum tipo de necessidade especial, é necessário criar um espaço de interlocução com as Unidades em que eles estão estudando. De acordo, com ela são os cursos que garantem as condições efetivas de aprendizagem, por esta razão o contato e a parcerias são cruciais para a inserção desses jovens.

O Centro ainda salienta que, a interlocução com as Unidades é dada de forma tranquila, mas a execução das propostas nem sempre se dá do mesmo modo. O processo de aproximação com as Faculdades e Cursos é sempre ágil, uma vez que está relacionada com a estrutura hierárquica da Universidade. O CAP aponta que os professores e os funcionários estão construindo uma consciência da relevância de integrar de forma justa os alunos com necessidades especiais; porém, isso ainda é um processo complicado, pois é algo novo na educação superior. É

possível notar que, há poucos anos não eram pensados mecanismos e ações voltadas para a adaptação desse tipo de aluno em sala de aula e no Campus. Na formação do docente universitário essa temática não era tratada. O exemplo citado pela Coordenadora do CAP exemplifica essa realidade:

Esses dias mesmo, um professor que já está há 30 anos na Universidade virou para mim e disse: Como é que eu leio isso? Ele estava referindo-se a um trabalho escrito em Braille. Aí eu disse: Olha professor o senhor não lê isso, leve no LEPNEE que eles vão traduzir para o senhor. LEPNEE? O que é isso?[disse o referido professor]. E veja que o LEPNEE é antigo. É anterior ao CAP, deve ser de 2001, mas é tanta coisa, que às vezes as pessoas não sabem dos recursos que possuem (Coordenadora do CAP).

O LEPNEE é um laboratório criado pela Universidade para auxiliar os alunos com necessidades especiais com uma série de atividades. O espaço possui um conjunto de materiais como bengala para orientação e mobilidade nas oficinas; livros em Braille para os alunos cegos; tapa-olho para simulação de deficiência visual; reglete que é a régua para escrita manual do Braille; sorobã utilizado nas operações matemáticas e; materiais para auxiliar o ensino de Libras para cegos. Também há o atendimento na Biblioteca Central com recursos e serviços e Tecnologia Assistida para alunas com deficiência visual. Por isso, dispõe para os usuários microcomputadores com softwares para leitura de tela, digitalização de textos, conversão de textos para áudio (.DOC para .MP3, em português), acervo de livros falados e fone ouvido para audição dos livros falados e de textos.

5.3.2.6 Apoio as Programas Especiais

A PUCRS possui uma série de programas que visam integrar o aluno na Universidade, para tanto desenvolve uma série de ações voltadas para atender os alunos estrangeiros, calouros, bolsistas PROUNI e os egressos. Dentre essas atividades destacam-se a recepção e o apoio dado para alunos estrangeiros, o stand calouros e os bolsistas PROUNI ; e o Programa Diplomados.

A recepção dos bolsistas PROUNI é feita de modo diferenciado dos demais alunos da instituição, uma vez que estes são recepcionados pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, em um local denominado Sala de Apoio Especial ao Estudante. Segundo relatos de funcionários da

PRAC, ligados a esta ação, os bolsistas PROUNI da Universidade são, na maior parte das vezes, oriundos de Porto Alegre, da Região Metropolitana e do interior do Estado. Poucos são os alunos que vêm de outros Estados. Além disso, uma característica comum, entre os bolsistas, é que quase sempre são os primeiros membros da família a ingressarem em uma Universidade. Ainda conforme o relato da funcionária, os alunos demonstram uma preocupação com relação às despesas diárias para se manter no curso. É importante salientar que, esse é o único atendimento diferenciado que os bolsistas recebem dentro da instituição, depois há um significativo trabalho da PUCRS para que os alunos sejam tratados de forma igual. Em nenhum momento é divulgada, para os professores, a condição do aluno na Universidade.

A PUCRS oferece aos alunos do primeiro semestre uma recepção como forma de inserção dentro da Universidade. O evento denominado “*Stand Calouros*” abrange uma série de atividades que promovem o envolvimento entre os alunos, através de arte, música, conversas, jogos e etc. (ver anexo 11, página 203) Geralmente, solicita-se aos professores dos alunos ingressantes que os conduzam até o local das atividades. Nesse primeiro contato do estudante com a Universidade, é frequente a participação da administração da Universidade, com isso é comum os Pró-Reitores e o Reitor utilizarem o evento para se apresentarem.

A PUCRS constituiu uma Assessoria de Assuntos Internacionais e Interinstitucionais (AAII) para promover a mobilidade acadêmica e auxiliar os alunos e os professores que se deslocam para o exterior ou vem para instituição realizar alguma atividade de cunho acadêmico. O Programa procura auxiliar o estudante que vem de outro país, indicando alojamentos próximos a Universidade, além de promover a adaptação cultural, oferecendo curso de língua portuguesa. Em alguns cursos, há equipes que acompanham o aprendizado e o processo de inclusão do aluno.

No ano de 2008, a Universidade promoveu uma atividade na Faculdade de Comunicação (FAMECOS) com o intuito de recepcionar um grupo de 19 chineses que vieram cursar disciplinas naquela unidade. O evento teve a participação de professores e alunos que fizeram as devidas apresentações, posteriormente, foi exibido um vídeo produzido por ex-alunos, daquele país, que estiveram na instituição em outro momento. A Diretora da Faculdade de Comunicação salientou que a troca de experiências culturais enriquece o aprendizado em todos os sentidos. Do mesmo modo, uma das alunas que estavam sendo recepcionada frisou que: “A integração entre as

partes facilita o aprendizado, enquanto que na China o professor é tratado com certo afastamento”⁷⁵ (REVISTA PUCRS, 2008).

No ano de 2010, a Faculdade de Comunicação Social decidiu realizar oficinas de verão para seus alunos. Essa iniciativa partiu da própria faculdade, que procura trazer nas atividades promovidas profissionais da área para fazer relatos de experiência do seu cotidiano na profissão. Outro propósito é debater as novas tendências e perspectivas do curso.

Outra ação desenvolvida pela PUCRS tem como objetivo aproximar os alunos formados pela instituição por esta razão criou o Programa Diplomados. Outra justificativa para a formação desse Programa se deve a fatores relacionados a tentativa de atender uma solicitação do MEC, que desejava saber onde estavam os alunos egressos da instituição. Segundo a Coordenadora do Programa de Relacionamento com os Diplomados esse Programa, que está vinculado a PRAC, iniciou sua atuação, no ano de 2002, e vem desenvolvendo e expandindo suas atividades ao longo dos anos. No ano de 2004, foram realizados eventos que contaram com a participação de egressos. Já no ano de 2008, foi conquistado um espaço físico localizado no prédio 15, sala 131, apropriado para realização de suas atividades. A partir de 2009, a equipe vem passando por um processo de ampliação. De acordo com a Coordenadora do Programa de Relacionamento com os Diplomados os objetivos do Programa são: estabelecer e implantar uma política de relacionamento com os Diplomados PUCRS; estruturar uma Unidade Organizacional dedicada ao relacionamento com esse público; e estreitar o contato com o egresso, como potenciais pretendentes dos cursos de educação continuada e como fonte de divulgação da marca PUCRS.⁷⁶

Como forma de divulgação do trabalho, pode-se também destacar o lançamento de seu *site*, um espaço virtual que procura mostrar mais sobre o Programa, oportunidades de emprego para recém formandos, eventos, depoimentos de egressos, *links* para Conselhos e Sindicatos de várias profissões. Há também o anúncio de alguns benefícios para o egresso, como a bolsa diplomado, que consiste em descontos de 25% nas mensalidades para diplomados na PUCRS e 10% para diplomados em outras instituições. O ingresso, nesses casos, se dá por meio de um processo extravestibular. Além disso, o aluno pode ter acesso nas dependências da biblioteca; descontos em algumas lojas na PUCRS, livraria e editora da universidade e no parque

⁷⁵ Relato de uma Aluna Intercambista da PUCRS

⁷⁶ Informações disponíveis em: www.pucrs.br/diplomados 10.10.2009

poliesportivo. Por fim, há a oportunidade dos egressos colocarem seus currículos no *site* do Programa para divulgar suas competências.

A Coordenadora, do Programa de Relacionamento com os Diplomados, salienta que há um cadastro único de egressos na PUCRS; porém, este é muito antigo e isso acarreta algumas dificuldades para contatar os alunos. Assim, juntamente, com a equipe organizaram ações que visam resgatar os egressos. Eles participam de reencontros de turmas, vestibulares, feira das profissões, oferecem acompanhamento nas recepções, oferecimentos de brindes para os egressos. Tudo isso na tentativa de resgatar o maior número de egressos para comporem o cadastro da instituição.

A Coordenadora do Programa afirma que os alunos que estão em fase de conclusão de curso também desconhecem a existência do mesmo. Para esse público, as atividades são realizadas nas reuniões de formatura, onde os alunos são convidados a participarem do Momento Formandos e a efetuarem seu registro no Programa. O Programa promove o evento denominado Momento Formandos que é uma festa realizada no Salão de Atos da PUCRS, para os alunos, de todos os cursos, que estão concluindo sua graduação. As formaturas também são momentos utilizados pelo Programa para resgatar egressos da PUCRS, que não estão cadastrados no banco de dados da instituição. A Coordenadora menciona que esses espaços costumam ter presente alguns familiares, amigos e etc que estudaram na PUCRS, que são atraídos pelo *stand* do Programa Diplomados.

De acordo com a Coordenadora do Programa de Relacionamento com os Diplomados, a PUCRS entende a importância de fazer um evento como esse para os formandos, pois é uma forma de valorizar perante o aluno a importância de ingressar em uma universidade e conseguir concluir um curso de graduação. Nesse evento, participam todo o Corpo Administrativo da Instituição. A Coordenadora aponta que essa é uma preocupação da PUCRS, fazendo com que os estudantes tenham um contato com a administração da instituição no momento do ingresso na instituição, através do stand de calouros, e quando concluem a graduação, através do Momento Formandos.

Como o Momento Formandos é uma atividade que faz parte da PRAC destinado aos alunos que estão em vias de concluir o curso, foi realizada uma observação do evento para melhor compreender a posição da PUCRS com relação aos seus egressos. O evento aconteceu no dia 21 de outubro de 2009, às 20 horas, no Salão de Atos da Instituição. O saguão do Salão de

Atos estava decorado com espaço para fotos, conversas e confraternizações. No fundo, do recinto, havia um grande estande confeccionado pelo Programa Diplomados, no qual todos se dirigiam para preencher uma ficha de inscrição ou para melhor conhecer a dinâmica das atividades por este é realizado.

Depois de um tempo de confraternização, ocorre o acesso ao interior do Salão de Atos onde todos puderam ocupar os lugares desejados. No interior, o clima de euforia continuava tomando conta dos estudantes e de alguns professores. O ambiente estava decorado para receber uma grande festa, dando espaço para música alta e fotos dos futuros formandos.

Quando as cortinas do palco se abriram, foi possível observar a presença orquestra da Universidade, dos responsáveis pela PRAC, Pró-Reitores, que possuem algum envolvimento com o corpo discente, e do Reitor da PUCRS. A Pró-Reitora de Graduação foi a primeira a falar e salientou a importância do evento como uma forma de mostrar que a instituição está presente na vida dos alunos desde o início da formação acadêmica e segue durante toda sua vida. Ela os parabeniza pela conclusão do curso de graduação e salienta a importância e as implicações de curso de graduação para a formação profissional de um indivíduo. Durante sua fala, agradece a todos profissionais e professores que foram responsáveis por ensinar e acompanhar os estudantes na sua trajetória acadêmica. O Reitor, por sua vez, agradeceu a todos pela presença e salientou que a PUCRS representa uma casa para os alunos e sempre continuará oferecendo as melhores oportunidades.

A PRAC também preparou uma mensagem de agradecimento, em formato de vídeo demonstrando que a instituição sempre estará aberta para recebê-los. No evento, também há um momento litúrgico, seguindo a concepção marista da Universidade. Segue-se uma apresentação musical preparada pela orquestra e pelos cantores líricos da Universidade. A platéia estava muito agitada e não fazia silêncio para ouvir o que estava sendo tocado, o maestro, por vezes, pedia aos estudantes que se acalmassem.

No final, outro vídeo foi transmitido com alguns dados da Universidade, mostrando sua relevância na educação superior, seguido de ex-alunos que são conhecidos por grande parte da sociedade rio-grandense, como por exemplo, cantores, jornalistas, escritores entre outros. Estes comentavam a importância da PUCRS em suas vidas e nos seus encaminhamentos profissionais. Nesse instante, foi o momento de máxima vibração dos que ali estavam presentes. O evento encerra-se com uma música do compositor Gonzaguinha, com balões caindo do teto e com uma

essência colocada no ambiente que foi desenvolvida, no laboratório da Universidade, especialmente para o evento.

Os alunos se encaminham para a saída do local e são recepcionados por funcionárias da PUCRS, que lhes distribuem sacolas com o “*Quite Diplomados*” (ver anexo 12, página 203) composto de brindes com o símbolo da Universidade. Dentre eles, um estojo para colocar cartões de apresentação do profissional e um recipiente com a essência que foi utilizada no evento como uma forma de lembrança daquele momento.

Neste evento, é possível perceber que o discurso feito pela Universidade aponta para um direcionamento na valorização da instituição, enquanto um ambiente de formação profissional. Apoiar e integrar o aluno, nesse momento de sua trajetória acadêmica revela que a PUCRS procura acima tudo demonstrar o quanto foi importante para sua formação, além de frisar que este poderá voltar a suas dependências ou indicá-la para outros que queiram realizar um curso superior.

Segundo dados do Programa Diplomados, o cadastro da PUCRS conta hoje com cerca de 30 mil egressos de um total de quase 123 mil formandos no âmbito da graduação e pós-graduação. Nesse sentido, a PUCRS afirma que ainda faltam muitas pessoas a serem contatadas. A tentativa de fazer um cadastro dos ex-alunos também procura atender a proposta de permitir que o aluno tenha uma educação continuada, podendo retornar à Universidade para realizar um curso de pós-graduação, com vistas a garantir um diferencial no mercado de trabalho.

O Programa tem alguns projetos que pretende realizar ao longo do ano de 2010, como a inclusão na Comissão de um aluno egresso e mais um funcionário. De acordo com a Coordenadora, a importância da colaboração de um aluno egresso nessa comissão está associada à tentativa de compreender o que os alunos esperam da instituição onde se formaram. Outro projeto é a confecção de um cartão para identificar o aluno egresso.

5.4 Assistência Estudantil na Percepção dos Atores

Nesse item serão analisadas as representações sobre a assistência estudantil, com base nos mesmos critérios utilizados na análise da universidade pública. Em um primeiro momento analisar-se-á o discurso dos Pró-Reitores ou funcionários, responsáveis pelas ações, com relação

ao que entendem sobre a temática. Depois, será analisado posicionamento dos alunos frente ao conceito de assistência estudantil.

5.4.1 Pró-Reitores e Funcionários

Nesse momento, a análise versará acerca do discurso dos profissionais envolvidos com assistência estudantil, de acordo com os critérios estabelecidos pela Universidade. Para tanto, serão averiguados discursos dos representantes da equipe da PRAC, órgão oficialmente ligado à assistência ao estudante, além de alguns depoimentos de representantes da reitoria disponíveis em jornais locais.

De modo geral, a Universidade não define de forma clara o termo assistência estudantil. Entretanto, observou-se a tentativa de alguns dos membros da equipe da PRAC de explicar em que circunstâncias as ações relacionadas à temática são direcionadas. A concepção Marista de educação adotada pela PUCRS foi apontada como um dos principais aspectos levantados pelos profissionais que exercem alguma atividade na PRAC como uma forma de orientação da assistência estudantil. Segundo eles, essa filosofia vê a pessoa como um todo e, por esta razão acreditam que se deva trabalhar de forma a integrar o aluno no espaço acadêmico não só sob os aspectos da informação e do conhecimento, mas também através de uma formação que agregue a perspectiva profissional aliada a construção de um cidadão consciente de suas responsabilidades. A professora integrante da equipe destaca que:

Desde o início dos trabalhos desenvolvidos pela Universidade, nós nos guiamos pelos preceitos maristas. Preceitos tais que norteiam toda e qualquer atividade desenvolvida dentro do espaço da Universidade. Como tu podes ver no nosso marco referencial, que está inclusive presente no nosso *site* [leitura do trecho]: ‘Reconhece e defende o direito universal à educação e à livre escolha do indivíduo quanto ao tipo de educação. Inserida numa sociedade pluralista, a Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul tem sua identidade própria, fundamentada na concepção cristã do homem, do mundo, de Deus e na Tradição da Pedagogia Marista.’ Então tu podes ver que não só a assistência estudantil, mas toda as atividades na Universidade percebem as necessidades de diversas ordens dos alunos (Professora integrante da PRAC).

Com base nesse depoimento, é possível constatar que a assistência estudantil, nessa Universidade, é guiada por um parâmetro estabelecido no âmbito institucional. A PRAC destaca que não se vale de nenhum programa ou orientação de órgão ou instituições de cunho nacional. Contudo cabe salientar que conforme destaca o Coordenador de Relacionamento Discente, da PRAC, a PUCRS realiza oficinas e encontros com outros dirigentes de universidades para tratar de assuntos específicos dos quais sente necessidade de trocar experiências. Todavia, essas atividades são iniciativas desenvolvidas pela própria instituição.

Nós realizamos alguns encontros com outras instituições de educação superior para debatermos em torno de temas que nos são caros. Participam desses encontros professores e até mesmo dirigentes dessas instituições, onde se tratam de questões importantes para nós. Situações novas que estamos tendo que lidar, como a inclusão de alunos com necessidades especiais, inclusão digital, e por aí vai. A Universidade também proporciona algumas oficinas para os seus professores. Nem todas, obviamente, coordenadas ou propostas pela PRAC (Coordenador de Relacionamento Discente).

Além disso, a PRAC destaca que na Universidade a assistência estudantil abrange questões de ordem sócio-econômicas, na medida em que percebe as diferenças sociais dentro do Campus e procura desenvolver mecanismo para atenuá-la. De acordo com a Coordenadora de Relacionamento Psicossocial, a PUCRS vem demonstrando uma preocupação com um público oriundo de camadas menos abastadas da sociedade, que vem cada vez mais está ingressando na instituição. Esses alunos de acordo com a profissional, não possuem algumas ferramentas básicas para conseguir alcançar um bom rendimento nos cursos de graduação. Nesse sentido, a instituição vem proporcionando oficinas que trabalham formas de melhorar a escrita e a compreensão do que está sendo solicitado. Essa dinâmica vem ocorrendo em cursos, como o de Letras e Matemática, onde o índice de reprovação era muito elevado. Assim, a Universidade cria mecanismos para lidar com essas dificuldades de aprendizagem.

5.4.2 Estudantes

Os estudantes de graduação da PUCRS entrevistados, nesse estudo, demonstraram pouca familiaridade com o termo assistência estudantil. A maior parte deles se baseia em uma concepção pré-estabelecida sobre o tema, usando por base as ações que vivenciam no seu dia a dia. Os alunos que ingressaram através do Concurso Vestibular apontaram que em termos de

apoio financeiro a Universidade não lhes proporciona nenhum tipo de benefício. Como é possível constatar no relato abaixo:

Eu acho que a estrutura da PUC é boa, com exceção a esse problema em relação aos livros, que é pontual, até, em tese, se justifica pelo excessivo número de aluno, mas também acho que o excessivo número de aluno também tem um excessivo pagamento de mensalidade e isso, conseqüentemente, teria dinheiro para adquirir livros. Mas fora isso, acho a estrutura excelente. A biblioteca tem instalações muito boas, o ambiente bom, as salas de aulas são boas, os professores, em regra, são qualificados, inclusive eu acho mais qualificados do que os das outras Universidades (Aluno do Curso de Ciências Jurídicas e Sociais, 22 anos).

Do mesmo modo, os alunos ingressantes por meio do PROUNI afirmam que recebem assistência estudantil por meio do Programa, e que este representa a principal forma de ingresso e permanência na educação superior. No caso da instituição acreditam não ser possível identificar uma forma de assistência estudantil que vise o apoio financeiro.

Eu acho que o PROUNI foi essencial para eu estar estudando em uma universidade como a PUC, e em um curso de Direito, que é muito concorrido, sem o Programa com certeza não teria condições nem sequer de ingressar em uma universidade, quanto mais na PUC. A Universidade em si como já te falei anteriormente não me dá nenhum tipo de apoio financeiro. Isso eu corro atrás com estágios e com a bolsa de extensão. Mas a Universidade me fornece uma grande infraestrutura para eu sair formado como um bom profissional e isso por si só, já compensa (Aluno do Curso de Ciências Jurídicas e Sociais, 25 anos).

Contudo, todos os alunos entrevistados declararam que em termos de assistência pedagógica e infra-estrutura organizacional a Universidade representa um grande diferencial na sua formação profissional.

Nesse capítulo, observou-se que a PUCRS, nos últimos anos, vem implementando ações de diversas ordens, que visam incluir os estudantes na Universidade. Há uma preocupação maior em implementar e aprimorar ações direcionadas aos aspectos psicológicos e pedagógicos da vida acadêmica. Todavia cabe destacar que a Universidade oferece bolsas de apoio financeiro tanto com recursos próprios da instituição, quanto com verbas oriundas do governo.

6 CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE ASSISTENCIA ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES ESTUDADAS

Nesse momento, é pertinente retomar os questionamentos a respeito do processo de implementação das políticas de assistência estudantil a partir da reflexão teórica proposta. Para tanto, far-se-á uma comparação entre a estrutura e organização das políticas de assistência estudantil nas universidades estudadas. Posteriormente, serão analisadas as concepções do termo a partir dos atores envolvidos, em cada uma das instituições. Por fim, será realizada uma discussão analisando os resultados, considerando o problema de pesquisa.

6.1 Estrutura e Organização das Políticas de Assistência Estudantil nas Universidades

Em primeiro lugar, cabe destacar que essa dissertação adota o entendimento de políticas públicas como um conjunto de decisões tomadas por atores institucionais e sociais, para buscar resolver alguma realidade ou problema social (IDHEAP, 2010; Muller, 2004). A partir desse pressuposto, será realizada a análise da estrutura e organização das políticas de assistência estudantil nas duas universidades estudadas, tendo como base a sua configuração no âmbito nacional.

No capítulo 3, verificou-se que a assistência estudantil, no Brasil, passou por duas fases distintas. A primeira fase ocorreu a partir da criação da Casa do Estudante Brasileiro, em 1928, e estendeu-se até o final da década de 1980 com o processo de redemocratização. Nesse momento, a assistência estudantil era marcada por ações isoladas, não se caracterizando por uma política pública. Já a segunda fase compreende da promulgação da Constituição Federal de 1988 até os dias atuais. Nesse período, a assistência estudantil, no setor público, passa a se consolidar como uma política pública governamental e no setor privado é desenvolvida através iniciativas de instituições isoladas, buscando compreender os mais variados aspectos da vida acadêmica do estudante universitário.

A partir das descrições apresentadas nos capítulos 4 e 5, é possível constatar que as duas instituições analisadas são o reflexo da situação nacional da educação superior, no que refere a assistência estudantil. Ao verificar a primeira fase das ações voltadas a assistência estudantil, no

Brasil, observou-se a existência de apenas um conjunto de ações isoladas e bastante pontuais, com ênfase em sanar problemas de ordem econômica; com poucos recursos para manutenção; forte tendência na organização da infra-estrutura das instituições; e com uma legislação que na prática foi pouco efetiva. A situação política do país contribuía para tal realidade, uma vez que o Brasil era governado por regimes de cunho autoritário e centralizadores, nos quais não havia espaço para discussões a respeito das ações tomadas pelo governo.

Da mesma maneira, no plano institucional, constatou-se que, as universidades estudadas, desde a sua criação, sempre se preocuparam com as ações voltadas a apoiar o estudante. Entretanto, assim como em âmbito nacional tais ações eram isoladas e não se configuravam, como uma política consolidada voltada à assistência estudantil. Como as ações eram realizadas de forma pontual, não se pode afirmar que se tratava de uma política pública, pois para tanto, deveriam pensar o problema a partir de um conjunto de medidas que abrangesse suas mais variadas dimensões.

Através dos dados apresentados nos capítulos 4 e 5, observou-se que as primeiras ações adotadas, nessas universidades, para apoiar a permanência dos alunos, na instituição, eram voltadas para atender, preferencialmente, aqueles que tivessem dificuldades financeiras emergenciais, que os impedissem de continuarem seus cursos de graduação. Além de focar somente uma dimensão do problema, se configuravam como medidas descontínuas e inexpressivas. No caso da Universidade pública, isso ocorria em decorrência da origem dos recursos para subsidiar o seu prosseguimento depender, exclusivamente, de verbas externas a instituição. Tal situação estava diretamente associada à condição da assistência estudantil, no Brasil, visto que durante muito tempo, o governo não repassava as verbas necessárias para manter programas voltados a auxiliar o estudante. Já no que se refere à assistência estudantil na Universidade privada, constatou-se que as ações também eram direcionadas para questões básicas de subsídios financeiros que permitissem a realização de atividades diárias da vida acadêmica. A manutenção dessas ações era garantida por meio de recursos internos da instituição; porém, com duração muito restrita.

Nos dois casos, portanto, verificou-se que as ações eram basicamente voltadas para atenuar os problemas primários dos estudantes, ou seja, a moradia e a alimentação. Durante toda a primeira fase da assistência estudantil, as principais medidas que foram tomadas com relação ao apoio estudantil visavam a construção de moradias estudantis e restaurantes universitários. De

modo que, não se encontrou nenhuma ação representativa voltada para outro interesse. Era uma época em que as instituições estavam em processo de consolidação.

Outro ponto a destacar, é a inexistência de uma política institucional voltada as questões estudantis. As ações eram disponibilizadas de forma isolada, de modo que não se pensava as demandas dos alunos sob um aspecto global. As propostas de auxílio serviam apenas como medidas paliativas e de cunho estritamente econômico. Assim como foi constatado, nessa fase, na perspectiva nacional, as universidades estudadas também estavam em um processo de formação e de consolidação. Então, os recursos eram voltados para a construção de campi, prédios, laboratórios e aquisição de equipamentos. Cabe destacar ainda que, a assistência estudantil não tinha uma posição de destaque nas questões relacionadas à educação superior. Isso fez com que, muitas vezes, os recursos disponibilizados para esse fim fossem desviados para outras questões internas de maior importância na projeção dessas instituições no âmbito do ensino superior no país.

A segunda fase da assistência estudantil, no Brasil, que corresponde à promulgação da Constituição Federal de 1988 até os dias atuais, mostra um novo cenário, no qual se destaca a ampliação dos debates com relação ao tema, a criação de uma política pública de assistência estudantil consistente, a diversificação na implementação de ações, e recursos para sua manutenção. Nesse cenário, a assistência estudantil passa a ser entendida como a principal forma de oferecer condições justas de permanência na educação superior como um direito de todos. Outro dado importante, observado na segunda fase das políticas, é o grande incentivo do governo por meio da liberação de recursos públicos para a implementação dessas políticas.

Como já foi destacado no capítulo 3, as primeiras discussões sobre o tema foram realizadas no âmbito do FONAPRACE, órgão relacionado às instituições de educação superior federais, e por algumas reivindicações dos movimentos estudantis. A partir de pesquisas realizadas por este Fórum, verificou-se a pertinência da criação de uma política pública voltada para assistência estudantil, nas IES públicas. Nesse sentido, foi criado o PNAES, no qual foram adotadas novas prioridades e estratégias para atender de forma eficaz as demandas observadas. Este passou a agregar novos elementos, que incidiram diretamente sobre a trajetória universitária, caracterizando-o como um plano de caráter mais plural.

Já no âmbito das IES privadas, todavia, não se observa nenhuma discussão ou plano relacionado ao tema nas associações e órgãos, como a ABMES e o CRUB que as representam.

De todo modo, ocasionalmente, verifica-se a realização de eventos com temáticas pontuais com o intuito de discutir e de orientar sobre questões que de certa forma perpassam aspectos da permanência do estudante no ensino superior. É importante destacar, que os organizadores dessas reuniões não entendem tais atividades como um debate relacionado à assistência estudantil.

No plano nacional, nos anos 2000, foram implementados programas como o PROUNI, o PNAES e o Incluir, que pretendem tornar mais democrático o direito de acesso, no caso do primeiro, e a garantir da permanência, no caso dos outros dois. Por esta razão, no âmbito institucional a UFRGS e a PUCRS tiveram que se adaptar para atender as novas demandas que surgiram, principalmente, em função da ampliação do debate sobre a importância da inclusão na educação superior e da implementação desses programas. Desse modo, nesse período, as duas universidades, estruturaram e organizaram as suas políticas de assistência estudantil de forma mais clara e efetiva. Ambas as instituições criaram um setor e designaram um espaço físico próprio para tratar da temática. Na UFRGS, foi criada a SAE; e na PUC, a PRAC foi destinada para tal função. Através do quadro 5 é possível vislumbrar a estrutura da assistência estudantil nas universidades estudadas.

Quadro 5: Origem e Estrutura das Ações de Assistência Estudantil na UFRGS e PUCRS

Universidade	Origem Institucional	Origem das Primeiras Ações	Principal objetivo das Ações Institucionais de Assistência Estudantil	Pró-Reitorias Responsáveis
UFRGS	Intelectuais e poder estatal	1939	Apoio a questões de ordem de econômica	SAE (Secretaria de Assistência Estudantil)
PUCRS	Congregação Marista	1964	Apoio a questões de pedagógicas e psicológica	PRAC (Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários)

Fonte: Elaboração Própria

6.2 Concepções sobre o Conceito de Assistência Estudantil

Nesse momento, é pertinente compreender como o termo assistência estudantil é entendido a partir do ponto de vista dos atores envolvidos com a temática nas duas instituições analisadas. Conforme se observou, a assistência estudantil, durante muito tempo, era tratada como um tema secundário, dentro dessas instituições, havendo pouco debate e escassez de dados estatísticos que mapeassem a situação. Para tentar conciliar, principalmente, o interesse e as demandas oriundas do ingresso de alunos através de políticas de inclusão nas universidades, foi preciso introduzir o tema da assistência estudantil nas discussões e nas dinâmicas das Universidades. Como esse debate é muito recente, verificou-se que tal fenômeno acaba refletindo diretamente na concepção do termo assistência estudantil. De modo que como se observou, nos capítulos 4 e 5, os representantes das Pró-Reitorias voltadas para tratar a temática têm dificuldade em definir claramente o termo.

Na UFRGS, a SAE utiliza as orientações do FONAPRACE como pressuposto para implementação de um programa de assistência estudantil. O Fórum adota critérios globais (moradia, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, creche, apoio pedagógico, inclusão de alunos com deficiência) para definir assistência ao estudante, enfocando o aluno de baixa renda das IES federais. Apesar de a instituição entender da mesma forma, na prática a maior parte das ações desenvolvidas pela Secretaria são de cunho econômico. A postura adotada pela SAE corresponde às orientações do FONAPRACE, na medida em que esta procura focar suas atividades para um público específico, que na maior parte das vezes são os alunos com carência de recursos econômicos.

Cabe destacar que as ações que visam tratar de outras questões, como por exemplo, de ordem psicológica, pedagógica e cultural não estão sob os cuidados da SAE. Além do mais, não são colocadas no conjunto das atividades tidas como assistência ao estudante. A SAE só apropria de ações de outra ordem, quando estas são destinadas a um público específico que necessita de uma interferência emergencial para não evadir do curso, como por exemplo, o apoio pedagógico oferecido aos alunos indígenas.

Na PUCRS, a Pró-Reitoria que trata das ações de assistência estudantil também é responsável por outros assuntos relacionados a toda a comunidade universitária, sendo assim o foco de seus trabalhos não é voltado somente para assistência ao aluno. Dada essa realidade, não

há uma preocupação da universidade em definir o termo. A Coordenadora de Relacionamento Discente, afirma que a Universidade segue a orientação marista em todas as suas ações, fazendo referência específica ao trabalho desenvolvido na PRAC, relacionado ao apoio estudantil.

As duas Pró-Reitorias salientam que a assistência estudantil não deve ser pensada a partir da perspectiva do assistencialismo. A preocupação destas universidades é a garantia dos direitos dos discentes através de medidas que viabilizem a permanência desses na graduação. Conforme é destacado por eles, não se trata de oferecer recursos por si só, através de uma doação, mas de dar condições que lhes permitam mudar sua condição dentro da universidade, contribuindo para a conclusão do curso.

É possível notar que tanto os administradores das ações voltadas a assistência estudantil, quanto os estudantes universitários não têm muito claro o significado do termo. A maioria dos estudantes entrevistados afirmaram nunca ter pensado em relação à temática, mas acreditam que a assistência estudantil deve ser voltada preferencialmente para alunos com dificuldades econômicas. Pode-se afirmar, então que os discentes, de um modo geral, não entendem a assistência estudantil como algo que deve abranger outras instâncias da vida acadêmica.

É possível perceber, através dos relatos dos estudantes, presente nos capítulos anteriores, que os de baixa renda têm uma opinião previamente formada sobre assistência estudantil. De modo que, seu argumento está baseado na sua realidade e no seu cotidiano e por essa razão vem ao encontro do que pensam os demais colegas. Os relatos ainda revelam que essa opinião se diferencia quando os entrevistados estão envolvidos com o movimento estudantil e com os diretórios acadêmicos. Estes têm mais claro o entendimento com relação à assistência voltada ao estudante, compreendendo o conceito de forma mais ampla, mas ao mesmo tempo defendem a preferência de medidas voltadas para os estudantes de baixa renda. Conforme se observou os movimentos estudantis assumem, para os alunos mais engajados, uma grande importância nas conquistas da política voltada para assistência ao estudante.

Ainda é possível verificar que nas duas instituições as ações entendidas como assistência estudantil são restritas a algumas temáticas e órgãos da Universidade, por isso o debate a respeito do tema acaba, em grande medida, sendo realizado apenas pelos sujeitos envolvidos diretamente com a questão. Como as políticas institucionais de apoio ao estudante são muito recentes e não estão consolidadas, percebe-se uma dificuldade no envolvimento de toda a comunidade acadêmica. Os docentes e os funcionários, de um modo geral, ficam alheios as estas discussões e

aos seus encaminhamentos. Nas universidades estudadas não há espaços de diálogo, em comum, entre os sujeitos envolvidos com a assistência estudantil e os demais órgãos da universidade. Pode-se inferir que tal fenômeno ocorre, pois a formação universitária ainda realizada de forma segmentada, em que o aluno não é pensado sob aspectos mais amplos.

A dificuldade em explicar o conceito de assistência estudantil, portanto, pode estar associada ao modo como o tema foi abordado ao longo do tempo, no Brasil. O entendimento de assistência estudantil era atrelado a ideia de apoio a moradia e a alimentação, destacando a pertinência do auxílio a fatores de ordem econômica. Atualmente, apesar de avanços, os debates ainda são muito restritos. Por esta razão, a definição da concepção de assistência estudantil ainda é muito nebulosa para todos os envolvidos.

6.3 Assistência Estudantil e Equidade

A igualdade é entendida como um dos direitos fundamentais do ser humano, no qual compreende-se que os indivíduos ou grupos sociais devem ser tratados de forma igual perante a lei. Em linhas gerais, a igualdade está relacionada às normas de distribuição de benefícios aos indivíduos. Cada sociedade procura estabelecer um conjunto de regras e políticas de distribuição com o objetivo de alcançar as diferentes formas de igualdade como: a formal, a material e a de oportunidades e de resultados (Bellintani, 2006). Conforme o objetivo estabelecido pela sociedade, é possível constatar se o tratamento conferido aos cidadãos é igual ou desigual. De acordo com Llamas e Garro (1999, p. 178), todo o tipo de desigualdade impõe barreiras ao desenvolvimento social, em especial aquelas relacionadas à educação, visto que resulta iniquidades que impedem o acesso a um bem comum da sociedade, limitando-os a determinados grupos.

Aumentar a diversidade na educação superior é dar condições de igualdade no acesso e na permanência para que todos possam desenvolver seus potenciais no ambiente acadêmico. É nesse sentido que, a igualdade deixa de ser apenas um princípio jurídico, a ser respeitado por todos, e se transforma em um objetivo a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade (Gomes, 2003). Quando se trata de igualdade, na educação superior, ela deve ser compreendida sob duas vertentes, ou seja, como igualdade de condições e igualdade de oportunidades, visando à garantia da equidade.

Por esta razão, a equidade pode ser compreendida de modo mais amplo que a igualdade, isto é, como uma forma de igualdade de oportunidades, uma vez que um tratamento igualitário nem sempre será justo. A garantia de permanência dos estudantes na educação superior, por exemplo, só será justa na medida em que cada indivíduo for tratado de acordo com suas necessidades, levando em conta a renda, as dificuldades socioeconômicas, e os aspectos de ordem psicológica e pedagógica. Nesse sentido, é possível afirmar que a equidade é uma forma de correção da lei, proporcionando que todos sejam tratados de modo igual, sem diferenças de acordo com suas características específicas.

Para tornar a educação superior mais justa, um dos mecanismos adotados é a implementação políticas de assistência ao estudante. Conforme foi mencionado anteriormente, verifica-se que no Brasil, esta apresenta um panorama muito diverso, com características específicas, de acordo com o status administrativo das instituições. Ao fazer uma alusão a teoria da justiça como equidade, de Rawls (2008), constata-se que as políticas de assistência estudantil vêm proporcionando condições de permanência mais equânimes para os estudantes, na medida em que pretendem garantir o maior número de vantagens para todos os indivíduos.

No plano nacional, há uma interferência significativa do governo na distribuição de recursos para ações voltadas a apoiar os estudantes. Nas IES públicas, como já foi destacado, o PNAES, direcionado para atender os alunos de baixa renda das IES federais, vem agregando uma série de ações destinadas a contemplar as mais variadas necessidades da vida acadêmica desses indivíduos. As ações pretendem dar condições justas de permanência desse público na educação superior, na medida que oferecem uma série de ações como esporte, cultura e lazer as quais não teriam acesso em outras condições. O Plano entende que a formação do aluno deve ser pensada nas suas mais variadas concepções e não só através do ensino em sala de aula. Nas IES privadas, o governo atua através do oferecimento de bolsas de ensino, pesquisa e extensão como uma forma de possibilitar que os alunos desenvolvam as atividades próprias do seu cotidiano.

A UFRGS adota as diretrizes do FONAPRACE como a critério para estabelecer de sua política de assistência estudantil. Já a PUCRS, adota os princípios da congregação maristas no entendimento das suas políticas de assistência estudantil, destacando ações voltadas para problemas psicológicos, bolsas acadêmicas com recursos financeiros próprios e do governo. Além disso, entendem o PROUNI, um programa de cunho estritamente voltado ao acesso, como

uma política de assistência estudantil. Há uma preocupação da UFRGS e da PUCRS em garantir a inclusão dos alunos, mas o teor dessas políticas segue critérios específicos de cada IES.

Ao mesmo tempo, percebe-se que ambas as instituições vêm, nos últimos anos, adotando uma série de ações que beneficiam os alunos de um modo mais global, apesar de, na maioria das vezes, não serem entendidas pelas universidades como ações assistência estudantil (ver quadro 6). Por esta razão pode-se afirmar que tais programas buscam promover maior equidade, contribuindo para atenuar as desigualdades existentes na educação superior, uma vez que as vantagens de ordem social ou econômica deixam ser um diferencial para a permanência na universidade. A garantia da equidade é uma maneira de oportunizar uma compensação social necessária para descentralizar os benefícios existentes no âmbito da educação superior, garantindo de fato a inclusão.

Quadro 6: Ações de Assistência Estudantil na UFRGS e na PUCRS

Modalidade do Auxílio Concedido	UFRGS		PUCRS
	Programa de Benefícios para Alunos de Baixa Renda	→ Programa de Benefícios da SAE (Restaurante Universitário, Bolsa Permanência, Programa Saúde, Auxílio Transporte, Auxílio Creche e Auxílio Material de Ensino)	-
	Auxílio Moradia	→ 03 Casas de Estudantes → Benefício de R\$300,00 para custear o aluguel de alunos com benefício SAE que não conseguiram vaga nas Casas.	-
	Auxílio Alimentação	→ 05 Restaurantes Universitários valor: R\$ 1,30 valor: R\$ 0,50 (alunos com benefício SAE)	→ 01 Restaurante Universitário valor: R\$ 4,75
Apoio Financeiro	Assistência Médico Odontológica	→ Assistência Médico-Odontológico para Alunos com benefício da SAE.	→ Programa Vida e Qualidade (PVQ): campanhas contra o uso de álcool, o tabaco, prevenção de dores e reeducação alimentar. → Programa Vida Urgente
	Auxílio Transporte	→ Auxílio Transporte para alunos com Benefício da SAE. Valor: R\$ 57,50	-
	Auxílio Creche	→ Auxílio Creche para alunos com Benefício da SAE. Valor: R\$ 75,00	
	Apoio Financeiro	→ Bolsa Permanência → Bolsa Reuni → Bolsa Treinamento → Estágios → Bolsas de Monitoria Acadêmica → Programa de Bolsas de Extensão → Programa de Bolsas de Extensão Conexões dos Saberes → PIBIC → PIBIC-AF → PET → AME (Auxílio a Materiais Didáticos) Valor: R\$120,00	→ Bolsa Familiar → Bolsa Funcionários e dependentes → Bolsa Licenciatura → Bolsa Professor e dependentes → Bolsa Professor EAD → CredPUC → Convênio Estrangeiro → Programa de Benefício → Bolsa Mérito → Crédito Educativo Federal → Crédito Educativo Estadual → FIES → PROUNI → Bolsas de Monitoria, Pesquisa e Extensão → FIJO (Estágios)

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 6: Ações de Assistência Estudantil na UFRGS e na PUCRS (continuação)

Apoio Psicológico	→ NAE (oficinas e atendimento individual)	→ CAP (atenuar dificuldades no desempenho acadêmico)
Apoio ao Aprendizado e Formação Universitária	→ Bibliotecas → Laboratórios de Informática → Estágio → Bolsas de Monitoria Acadêmica → Programa de Bolsas de Extensão → Programa de Bolsas de Extensão Conexões dos Saberes → PIBIC → PIBIC-AF → PET → Programa de Extensão Pró-Cálculo → Plano de Apoio à Graduação	→ Bibliotecas → Laboratórios de Informática, de análise e de pesquisa → FIJO (Estágios) → Bolsas de Monitoria, Pesquisa e Extensão
Auxílio a Necessidades Especiais	→ Programa Incluir	→ CAP atendimento os alunos com necessidades especiais (Síndrome de Down, deficientes visual, auditiva e motora) → LEPNEE
Apoio a Programas Especiais	→ Bolsas Permanência para alunos indígenas R\$ 430,00 → Acompanhamento de um professor tutor de seu curso e um colega monitor → Acompanhamento de Monitores para bolsistas PEC-G → Recepção para os alunos estrangeiros	→ Recepção aos bolsistas PROUNI e aos alunos estrangeiros → Programa Diplomados → Stand Calouros → Momento Formandos

Fonte: Elaboração Própria

Nas instituições estudadas observou-se que recentemente houve uma diversificação e ampliação na oferta de ações voltadas a auxiliar os alunos. A assistência estudantil além de agregar um maior número de indivíduos, passou a ser organizada e estruturada de modo mais amplo, buscando atender as mais diversas necessidades dos universitários. A maior parte das ações são direcionadas para alunos de baixa renda, de modo a garantir condições de permanência, entretanto percebe-se um crescimento de ações visando contemplar outras naturezas como culturais, esportivas, psicológicas para atingir outro tipo de aluno. A equidade, dentro desse processo, é pertinente para que todos se adaptem e, assim, se possa incluir na universidade pessoas diferentes, mas com as mesmas oportunidades. Na medida em que essas mudanças

ocorrem, elas contribuem na construção de um sistema educacional mais justo e permeado pela igualdade, cada vez mais, em consonância com a diversidade dos indivíduos.

Conforme se averiguou através das análises das políticas nacionais e institucionais no decorrer desse estudo, é imprescindível a definição de um conceito de equidade e a formação de parâmetros nacionais que promovam o direcionamento das políticas institucionais. As duas instituições têm ampliado as ações direcionadas a permanência do aluno na universidade, contudo a sua consolidação e continuidade dependerão de diretrizes que as orientem, pois muitas das ações ainda não são compreendidas institucionalmente como assistência ao estudante.

CONCLUSÃO

Essa dissertação revelou a importância das políticas de assistência estudantil para a educação superior, como um mecanismo para garantir condições justas de permanência nesse grau de ensino. Através da análise realizada, nesse estudo, constatou-se que essas políticas estão contribuindo cada vez mais para a equidade na educação superior, visto que possibilitam minimizar as diferenças de ordem socioeconômica, pedagógica, psicológica e cultural.

Por não haver um conceito pré-estabelecido sobre assistência estudantil, neste estudo a noção de assistência estudantil adotada tem por referência os aspectos socioeconômicos, apoio social (transporte, alimentação, saúde, moradia, creche, deficientes físicos), desempenho acadêmico (inclusão digital, bibliotecas, ensino de línguas, participação político-acadêmico, bolsas e estágios remunerados), acompanhamento psicopedagógico, materiais e equipamentos, acesso à cultura e lazer (manifestações artísticas, esporte e informações do cotidiano) e assuntos da juventude (prevenção de risco).

No Brasil foram identificadas duas fases na assistência estudantil. Na primeira fase, averiguou-se insuficiência de recursos e poucas ações com o objetivo de apoiar o estudante universitário. Já na segunda fase, há um maior investimento em políticas sobre o tema. Nesse sentido, verificou-se uma diferenciação significativa entre o setor público e o privado, de modo que no primeiro, a assistência estudantil tornou-se uma política pública governamental, enquanto que no segundo constatou-se que as universidades criaram seus próprios programas, com o objetivo de apoiar os discentes.

No plano institucional, as universidades estudadas se aproximam das orientações apresentadas no âmbito nacional. Na universidade pública, a assistência estudantil visa proporcionar, preferencialmente aos alunos de baixa renda condições adequadas para que estes concluam seus cursos e vivenciem a graduação de maneira equânime em relação aos demais alunos. Na universidade privada, os discentes com dificuldades socioeconômicas recebem diversos tipos de bolsa que auxiliam no custeio das mensalidades. Contudo, nas duas instituições, também foram observadas diversas ações voltadas para atender as necessidades dos alunos para além de questões socioeconômicas, abrangendo outros aspectos da vida acadêmica no âmbito pedagógico e psicológico.

No período correspondente a segunda fase da assistência estudantil no Brasil, as universidades continuaram seguindo os desdobramentos nacionais, mas diferenciaram-se entre si. A principal semelhança, nesse momento, entre as universidades estudadas é a designação da PRAC e da SAE, órgãos institucionais, com o objetivo de tratar da temática do apoio estudantil. A UFRGS passou a se orientar, predominantemente pelo FONAPRACE e investiu em ações que colaborassem para permanência dos alunos de baixa renda na vida universitária. Nos últimos anos, esta vem recebendo recursos oriundos do PNAES para realizar ações destinadas a assistência estudantil. Cabe salientar que a instituição tem outros programas voltados para apoiar os alunos em questões de ensino, pesquisa, extensão e de cunho psicológico, que oficialmente não são entendidas como assistência estudantil. No caso da PUCRS, não há uma orientação de um órgão ou uma associação nacional na qual a universidade se norteie para realizar ações de assistência estudantil. A Universidade se vale de preceitos pedagógicos próprios da instituição para adoção de suas políticas. Observam-se diversas ações voltadas para integrar o aluno na vida acadêmica, tendo como foco principal as questões de ordem psicológica e pedagógicas.

Na UFRGS, algumas ações importantes são definidas pelas verbas do governo federal e por isso ficam dependentes de projetos que são sustentados à custa de uma verba exterior a Universidade. Na PUCRS, as principais ações que necessitam de recursos financeiros, como por exemplo, as bolsas de ensino e pesquisa, dependem em grande parte de recursos oriundos do governo.

Ao longo do estudo, constatou-se que um dos pontos cruciais para a manutenção das ações relacionadas à assistência estudantil é a disponibilização de recursos financeiros para as instituições desenvolverem seus programas de assistência estudantil. A ausência de verbas faz com que os programas se limitem a ações pontuais voltadas, exclusivamente, a atender as necessidades básicas dos alunos, tais como moradia e alimentação. De acordo com os dados, apresentados nos capítulos anteriores, foi possível constatar que há uma demanda expressiva de alunos que dependem do apoio oriundo das políticas de assistência estudantil, para realizar atividades diárias nas universidades, a falta deste pode fazer com que esses jovens atrasem na conclusão dos cursos de graduação ou até mesmo os evadam.

Outro ponto que se verificou relevante para eficácia das políticas de assistência estudantil é necessidade de recursos humanos qualificados para desenvolvimento de ações das mais diversas ordens. Algumas destas dependem de modo especial do preparo e da disponibilidade de professores

e técnicos para lidar com os alunos, tanto no âmbito pedagógico, quanto psicológico. O estudo também verificou a pertinência da criação de espaços de interação entre os profissionais responsáveis pelos programas de assistência estudantil e o restante da comunidade acadêmica de modo a consolidar dentro das instituições a importância dos programas de apoio ao estudante universitário.

Devido à dificuldade dos atores envolvidos com os programas de assistência estudantil, nas universidades estudadas, afirmarem de forma clara o seu entendimento a respeito do termo, é fundamental a elaboração de políticas públicas, responsáveis por apontar diretrizes que norteiem as instituições para implementar seus programas de apoio ao estudante. Com base no Modelo dos Múltiplos Fluxos (*Multiple Streams Model*), desenvolvido por Kingdon (2003), verificou-se que o processo de formulação da política de assistência estudantil, no Brasil, se pautou no pressuposto de que uma política nacional de assistência estudantil também deve levar em conta as especificidades de cada instituição, respeitando a autonomia universitária e ao mesmo tempo atendendo as demandas locais.

É importante ainda destacar que a assistência estudantil, nas instituições estudadas, busca afastar-se de uma mera perspectiva assistencialista. Há uma preocupação por parte dos envolvidos com a política de assistência de que essa tenha por objetivo de promover a qualidade no ensino, permitindo que os graduandos possam ingressar e concluir seus cursos de graduação, com qualidade.

A partir da concepção de equidade proposta por Rawls (2008), é possível, pois, constatar que, os atuais direcionamentos das políticas de assistência estudantis vêm contribuindo para garantia da igualdade de oportunidades na educação superior. No plano institucional, as universidades estudadas recentemente vêm implementando políticas institucionais de modo a colaborar com condições justas de permanência na universidade, uma vez que há uma maior diversificação nas ações adotadas e ampliação dos números de alunos contemplados. Os programas e as ações adotadas cada vez mais vêm priorizando e reconhecendo a importância da inclusão de um público que, em geral, evadida da graduação em decorrência de dificuldades financeiras, pedagógicas, psicológicas ou por serem portadores de necessidades especiais de aprendizado.

A análise das políticas e ações de assistência ao estudante revela que cada vez mais, a assistência assume a função de minimizar as desigualdades sociais na educação superior, de modo a oferecer as mesmas condições de permanência para os alunos de baixa renda e para aqueles

oriundos de famílias mais abastadas. A assistência estudantil atua como um atenuante para equilibrar as desigualdades, visto que os alunos de baixa renda necessitam de uma ajuda diferenciada para acessar bens culturais, adquirir livros, materiais, arcar com os custos de transporte, alimentação e moradia.

O Brasil ocupa uma posição extremamente desfavorável no que se refere as condições de acesso à educação superior, com apenas 13,8%, dos jovens estudantes, entre 18 a 24, em um curso de superior. As condições sócio-econômicas da população são um dos fatores que interferem nas possibilidades de ingresso, nesse grau de ensino, de modo que a maior parte dos estudantes encontra-se nos 4º e 5º quintos mais ricos da população. Tal situação também é refletida nas condições de permanência, uma vez que muitos jovens, de baixa renda, enfrentam obstáculos para continuar seus cursos superiores. O debate a respeito da assistência estudantil, portanto, é extremamente pertinente e não se esgota nesse estudo. A assistência estudantil está passando por novos encaminhamentos que ainda necessitam de análises posteriores.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. T. C. **A evasão nos cursos de Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Cuiabá 1985/2 1995/2, um processo de Exclusão.** 2001, 193 p. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2001.

ALLAK, I.; SOARES, J. F. **Influência da Bolsa de Manutenção no Desempenho Acadêmico entre dois Grupos ‘Bolsista’ e ‘não Bolsista’.** Minas Gerais: UFMG, 1998.

ALVES, J. A. Assistência Estudantil no Âmbito da Política de Educação Superior Pública. **Serviço Social em Revista**, Paraná, vol 5. n. 1, jul/dez 2002.

ANDIFES. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**, Brasília: ANDIFES, 2008. Disponível em: http://www.sac.ufscar.br/assistencia_estudantil.pdf Acesso em: 24.05.2008.

ARAÚJO, M. P. **Memórias estudantis:** da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco.** Tradução: BINI, E. 2. ed. Bauru: EDIPRO, 2007.

ARISTÓTELES. **Retórica.** Tradução: Manuel Alexandre Jr. 2. ed. Lisboa: Imprensa nacional Casa da Moeda, 2005.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL/PUCRS. PUC Recepciona Chineses. **Revista da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.** PUCRS – Porto Alegre, ano XXXI. n.139, maio/junho de 2008.

AUDY, J. L. N., FRANCO, P. R. G. Modelo de Parque Tecnológico Induzido pelo Mercado: O caso do TECNOPUC In: **Biennial Congress WAITRO 2002** - Congresso das Instituições de Pesquisa Tecnológica FINEP/MCT/CNPq/FAPERGS, 2002, Porto Alegre. Proceedings of biennial congress WAITRO 2002. Porto Alegre: Editora CIENTEC, 2002. v.1. p.1 – 11.

BARRETO, P. **Apoio à permanência de estudantes de escolas públicas e negros em universidades públicas brasileiras:** as experiências dos projetos Tutoria e Brasil AfroAtitude na UFBA. Salvador: UFBA, 2006. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~observa/relatorios/permanenciaUFBA.pdf>. Acesso em: 10 de mar. de 2010.

BECKER, H., GEER, B. Participant observation and interviewing: a comparison, In: **Human Organization**, v. 16, n. 3, 1957. p. 28-34.

BELLINTANI, L. P. **“Ação Afirmativa” e os Princípios do Direito:** A questão das cotas raciais para Ingresso no Ensino Superior no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Lúmen Júris, 2006.

BITTAR, M. et al. **Educação Superior no Brasil** – 10 Anos Pós-LDB, Brasília: INEP, 2008.

BRASIL. Constituição Federal de 1934. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF de 16 de julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm>. Acesso em: 09 de junho de 2008.

_____. Decreto nº 20.302. Aprova os Regimentos das Diretorias do Ensino Superior, Ensino Secundário, Ensino Comercial e Ensino Industrial, do Ministério da Educação e Saúde. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF de 2 de janeiro de 1946. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20760-18-marco-1946-333436-publicacao-1-pe.html>>. Acesso em: 09 de junho de 2008.

_____. Constituição Federal de 1946. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF de 18 de setembro de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm>. Acesso em: 09 de junho de 2008.

_____. Constituição Federal de 1967. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF de 24 de janeiro de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm>. Acesso em: 09 de junho de 2008.

_____. Lei nº 5.540. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF de 28 de novembro de 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5540.htm>. Acesso em: 10 de agosto de 2010.

_____. Emenda Constitucional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, de 01 de outubro de 1969. Disponível em: <http://www.jurisciencia.com/download/brasil_constituicao_1967_EC-1969.pdf>. Acesso em: 12 de junho de 2008.

_____. Constituição Federal de 1988. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 13 de junho de 2008.

_____. Lei nº 9.394. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, de 20 de dezembro de 1996. v. 134, n. 248, Seção 1, p. 27834-27841. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm>. Acesso em: 10 de maio de 2008.

_____. Lei N. 10.172 Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF de 9 de janeiro de 2001.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.html>. Acesso em: 10 de maio de 2008.

_____. Portaria Normativa nº 39. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF de 12 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://web3.ufes.br/sis/sites/web3.ufes.br/sis/files/PNAES_portaria%5B1%5D.pdf> Acesso em: 11 de maio de 2008.

_____. Decreto nº 7.234. Estabelece o Programa Nacional de Assistência Estudantil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF de 19 de julho de 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/Link%20para:%20http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 10 de agosto de 2010.

CAMPOS, F. **Educação e Cultura**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

CANABARRO, C. et al. RU na ESEF Já: estudantes na luta por políticas para assistência estudantil. In: **III Simpósio de Lutas Sociais na América Latina**, 2008, Faxinal do Céu. Anais Eletrônicos, Paraná: UEL, 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/caroline_canabarro.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2009.

CAPELLA, A. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. In: **Políticas Públicas no Brasil**. HOCHMAN, G. et al. (Org.). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

CASTRO, M. Política Social no Brasil: Panorama nos Anos 1990. In: PORTO, M.; DWYER, T. (org.). **Sociologia e Realidade Pesquisa Social no Século XXI**. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

CLEMENTE, E.; JOÃO, F. **História da PUCRS I**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, v. 1.

_____. **História da PUCRS II**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997, v. 2.

_____. **História da PUCRS III**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, v. 3.

COHEN, J. For a Democratic Society. In: **The Cambridge Companion to Rawls**. New York: Cambridge University Press, 2003, p. 86–138.

CUNHA, L. A. C. **A Universidade Temporã - O Ensino Superior, da Colônia à Era Vargas**. 3 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CUNHA, L. A. Campus Universitário: Opções ou Destino? In: MORHY, L. (Org.). **Universidade em Questão**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2003, p. 225-240.

DEMBKOWSKI, S.; LLOYD, S. H. Computer applications – a new road of qualitative data analysis? In: **European Journal of Marketing**. v. 29, n. 11, 1995, p. 27-37.

DENSCOMBE, M.. **The Good Research Guide: For Small-scale Social Research 2. ed.** Buckingham: Open University Press, 2003.

DUNN, W. Apud FISCHER, F. et al. **Analysis Theory, Poitics and Methods**. New York: CRC Press, 2007.

ESPÍNDOLA, S. S. **Implantação Física da UFRGS: da Fundação ao Campus do Vale**. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 1979.

FÁVERO, M. L. **A UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

FINNATI, B; et al. O perfil sócio-econômico e cultural dos estudantes da Universidade Estadual de Londrina-PR. **Revista Libertas**. Juiz de Fora, v. 2, n.1, dez 2007, p.188 - 206.

FONAPRACE. **Fórum Nacional de Assuntos Comunitários Estudantis - Moradia Estudantis: histórico e realidade atual nas IFES**. Maceió, 1995.

_____. **I Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior**. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. Brasília: FONAPRACE, 1997.

_____. **II Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior**. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. Brasília: FONAPRACE, 2004.

FRANCO, M. E.; MOROSINI, M. Access of Higher Education in Brazil: Critical Issues and Perspectives. In: **30th Annual Eair Forum**. 24 a 27 de agosto de 2008, Copenhagen. Anais Eletrônicos, Copenhagen: Dinamarca, 2008. Disponível em: <<http://www.eair.nl/forum/copenhagen/programme/authors.asp?Tracknr=Track%207>>. Acesso em: 10 de agosto de 2010.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, v. 21, 2000. p. 211-59.

GAIOSO, N. P. **O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil**. Brasília: Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa – Universidade Católica de Brasília, 2005.

GOMES, J. B. B. As Ações Afirmativa e Processos de Promoção Igualdade Efetiva. In: **Seminário Internacional as Minorias e o Direito**. Brasília: Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários. Anais Eletrônicos, 2003. Disponível em <<http://www.cjf.jus.br/revista/seriecadernos/vol24/artigo04/expediente.pdf>>. Acesso em: 14.05.2010

GOMIDE, A. **Agenda Governamental e o Processo de Políticas**: O Projeto de Lei de Diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Brasília: IPEA, 2008.

HÖFFE, O. **Aristóteles**. Tradução: Pich, R. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2008.

KERSTING, W. **Filosofía Política del Contractualismo Moderno**. México: Biblioteca de Signos, 2001.

KINGDON, J. W. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**, 3. ed. New York: Harper Collins, 2003.

KINZO, M. G. **A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição**. São Paulo Perspec. [online]. v.15, n.4, 2001. p. 3-12. ISSN 0102-8839. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400002. Acesso em: 10 de abril de 2010.

LIMA, C. A Arte da Participação e a Participação pela Arte: uma experiência nas Casas de Estudantes Universitárias da UFPE. **Serviço Social em Revista**. Londrina: UEL, v. 5, n.1, jul/dez., 2002.

LLAMAS, I.; GARRO, N. Economía y política educativa: igualdad de oportunidades y equidad en la educación. In: ESTRADA, J. L. et al. (Org.). **Ética y economía: desafíos del mundo contemporáneo**. México: Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Iztapalapa, Centro Gramsci y Plaza y Valdés Editores, 1999.

LOBO e SILVA, R. et al. A Evasão no Ensino Superior Brasileiro. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, v. 37, n. 132, set./dez., 2007.

LONARDONI, E. et al. O Processo de Afirmação da Assistência Social como Política Social. **Serviço Social em Revista**. Paraná: UEL, v. 8, n. 2. jan/jun., 2006.

LOPES, M. (Org.). **Acesso e Permanência da População Negra no Ensino Brasileiro**. Brasília: MEC/UNESCO, 2007.

MASON, J. **Qualitative Researching**. London: Sage, 2002.

MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MCCOWAN, T. Expansion without equity: An analysis of current policy on access to higher education in Brazil. **Higher Education: The International Journal of Higher Education and Educational Planning**. New York: Ed. Springer, maio, 2007, p. 579 –598.

MENDES, A. F. **Evasão e integração em Universidades: um estudo sobre os cursos de Pedagogia da Universidade de Brasília e Universidade Católica de Brasília**. Brasília, 2002, 130 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília.

PAREDES, A. S. **A evasão do terceiro grau em Curitiba**. 23p. NUPES/USP, São Paulo, documento de trabalho n. 6, 1994.

MENEGHEL, S. M. A crise da universidade moderna no Brasil. In: **25ª Reunião Anual da ANPED**. Caxambu: ANPED. Anais Eletrônicos, 2002. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2008.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa no ensino superior: entre a excelência e a justiça racial. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, out. 2004, p. 757-776.

MORCHE, B. Equidade e Políticas de Inclusão Social no Brasil: uma Análise das Políticas Afirmativas. In: **XXI Salão de Iniciação Científica**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.propesq.ufrgs.br/sic2009/resumos/Salao2009/CH2009.pdf>>. Acesso em: 10 de agosto de 2010.

MORHY, L. **Universidade em Questão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

MOROSINI, M. C.; FRANCO, M. E. D. P.. Escola de Engenharia de Porto Alegre (1896- 1934): Hegemonia Política e Construção da Universidade. In: **19 Reunião Anual da ANPED**. Caxambu: Minas Gerais, 1996, p. 1 - 13. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/19/MOROSINI.htm>>. Acesso em: 12 de julho de 2008.

MULLER, P. Apud CARVALHO, L. Acerca do Papel do Conhecimento nas Políticas Públicas de Educação: Inquirindo Instâncias e Actores de Mediação In.: **Revista Contemporânea de Educação** v.2 n.4 jul./dez 2007. Disponível em: <http://www.educacao.ufrj.br/revista/indice/numero4/artigos/acerca_do_papel.pdf>. Acesso em: 15 de abril de 2009.

_____. **Les Politiques Publiques**. 5 ed. Paris: Presses Univerisitaires de France, 2004.

NAGELSTEIN, M. Abastecimento de água é normalizado na Casa do Estudante da UFRGS. **ZERO HORA**. Porto Alegre, 07 de abril de 2009.

NETTO, T.; SÁ, M. Ações afirmativas na universidade pública brasileira: (uma) resposta inclusiva às exclusões. In: **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais Coimbra**. Portugal, set. 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/TaniaNetto_MarciaSa.pdf>. Acesso em: 23 de maio de 2008.

NEVES, C. E. B. **Ensino Superior no RS: Interiorização e Modelos Regionais**. In: MOROSINI e LEITE (Orgs.) **Universidade e Integração no Cone Sul**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992, p. 95-112.

_____; et al. Educação Superior no Brasil: acesso, equidade e as políticas de inclusão social. In: **Congresso da Associação de Estudos Latino Americanos – LASA**, Brasil, junho de 2009. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/geu/BaetaNevesClarissa.pdf>>. Acesso em: 28 de novembro de 2009.

OLIVEIRA, A. J. B. Das Ilhas à Cidade – A Universidade Visível: A longa trajetória para a escolha do local a se construir a cidade universitária da Universidade do Brasil (1935 – 1955). **Revista Contemporânea de Educação**, v.1, 2006, p. 1-15.

OLIVEIRA, S. **Estágios para Universitários**: representações e implicações na inserção profissional dos jovens brasileiros e franceses. Porto Alegre, 2009, 408 p. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

OLIVEN, A. Histórico da Educação Superior no Brasil. In: **A Educação Superior no Brasil**. Brasília: CAPES, 2002, p.31-42.

PACHECO, R.; AMADO, L. As Políticas de Acesso e Permanência dos Indígenas ao Ensino Superior. In: **Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas**. Campo Grande: UCDB, 2007.

PUCRS. **Relatório Social 2008**. Porto Alegre: PUCRS, 2008.

_____.ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. PUC Recepciona Chineses. **Revista da PUCRS**. Porto Alegre: PUCRS, ano XXXI, n.139, maio/junho, 2008, p. 34.

_____. Universidade já teve Residência de Estudante. **Revista da PUCRS**. Porto Alegre: PUCRS, ano XXVII, n.122, nov./dez., 2004, p. 34.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L.V. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1995.

RAUCH, N. F. **A PUCRS nas Palavras do seu Reitor**. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 1994.

RAWLS, J. **Justiça como Equidade**: Uma Reformulação. Tradução: BERLINER, C. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Uma Teoria da Justiça**. Tradução: SIMÕES, J. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes. 2008.

REVISTA DA PUCRS. Universidade já teve residência de estudante. **Revista da PUCRS**. Porto Alegre: PUCRS, ano XXVII, n.122, nov/dez,2004, p. 34.

ROCHA, S. **As perspectivas de operacionalização da assistência estudantil na UFPE dos anos 90**: análise de uma experiência. Recife, 1997. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Pernambuco, 1997.

SCHWARTZMAN, S. **A Autonomia Universitária e a Constituição de 1988**. Folha de São Paulo, São Paulo, 12 dez 1988. Disponível em: < <http://www.schwartzman.org.br/simon/cont88.htm>>. Acesso em: 17.03.2010.

_____. A Revolução Silenciosa do Ensino Superior. In: DURHAM, E.; SAMPAIO, H. (Orgs.). **O Ensino Superior em Transformação**. São Paulo: USP/NUPES, 2001.

_____. **A expansão do ensino superior, a sociedade do conhecimento, e a educação tecnológica**. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Departamento Nacional. Janeiro de 2005.

SGANZERLA, N. M. Z. **Aspectos Relevantes da Estatística e a Evasão de Estudantes no Curso de Graduação em Estatística da UFPR**. Marília, 2001, 285p. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação. - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2001.

SGUISSARDI, V. A Universidade Neoprofissional Heterônoma e Competitiva. In: **Novo Governo. Novas Políticas? 26ª Reunião Anual da ANPED**. Caxambu: ANPED. Anais Eletrônicos, outubro de 2003. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/valdemarsguissardi.rtf>>. Acesso em: 10 junho de 2010.

SILVA, E. **As casas de Estudante da UFRGS**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SOARES, M. S. O acesso à educação superior e sua cobertura demográfica. In: **A Educação Superior no Brasil**. SOARES, M. S. (coord.) Brasília: CAPES, 2002. p.107-120.

SOARES, M. P.; SILVA, P. P. D. da. **Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul 1934 – 1964**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

SOUZA, S. et al. Promoção de Orientação e Acolhimento Discente (POAD). In: KULLMANN, G. et al. **Apoio Estudantil: Reflexões sobre o Ingresso e Permanência no Ensino Superior**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2008.

SPINK, M. J.; LIMA, H. Rigor e Visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção dos sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SVERDLICK, I. et al. **Desigualdad e inclusión en la educación superior**. Buenos Aires: Ford Foudation, 2005.

THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008.

UFRGS. **Informativo UFRGS 1992**. Ed.: Gráfica da UFRGS, 1992.

_____. De Olho no Futuro das Reservas. **Jornal da Universidade**. Porto Alegre, ano XIII, n. 121, Setembro de 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/comunicacaosocial/jornaldauniversidade/121/pagina8e9.htm>>. Acesso em: 19.01.2010.

_____. PROGRAD. Programa de Estudantes Convênio de Graduação PEC-G. Informativo PEC-G/UFRGS/PROGRAD, 2010. Disponível em: <<http://www.prograd.ufrgs.br/aluno/informativopec-g.pdf>>. Acesso em: 15.03.2010.

_____. PROLAN. **Relatório de Gestão 2008**, Porto Alegre, 2009 p. 389. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/a_ufrgs/relatorios/relatorio-gestao-2008.pdf>. Acesso em 19.01.2010.

_____. PROLAN. **Relatório de Gestão 2009**, Porto Alegre, 2010 p. 520. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/a_ufrgs/relatorios/relatorio-gestao-2009.pdf> Acesso em: 20.06.2010.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação superior**: declaração mundial sobre educação superior no século XXI: visão e ação; marco referencial de ação prioritária para a mudança e o desenvolvimento da educação superior. Tradução: Amós Nascimento. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 1998.

VICILI, M. Construindo a Universidade. **Revista da PUCRS**. Porto Alegre: PUCRS, maio/jun. de 2008, ano XXXI, n. 139, p. 34.

_____. A Expansão. **Revista da PUCRS**. Porto Alegre: PUCRS, julho/agosto de 2008, ano XXXI, n. 140, p. 34.

WEBER, B. T. **As artes de curar: Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense - 1889-1928**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1999.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: ANPED, v.11, n.32, maio/ago. 2006.

ZAHARIADIS, N. The multiple streams framework: structure, limitations prospects. In: SABATIER, P. (Org.). **Theories of the policy process**. Cambridge, MA: Westview Press. 2007. p. 65-92.

Lista de Sites:

<http://www.andes.org.br/> Acesso em: 07.07.2010.

<http://www.crub.org.br/> Acesso em: 07.07.2010.

<http://dcedetodoschapa2.blogspot.com/2009/11/os-moradores-das-casas-de-estudantes.html>
Acesso em: 29.07.2010.

<http://dceufrgs.files.wordpress.com/2010/01/edital-monitoria-pec-g-2010.doc> Acesso em: 19.03.2010

<http://dceufrgs.wordpress.com/2009/02/> Acesso em: 10.01.2010.

<http://sindivarios-sarandi.blogspot.com/2009/06/greve-do-ru-ufrgs-19812.html> Acesso em: 17.01.2010

<http://www.acoesafirmativas.ufrgs.br/> Acesso em: 20.01.2010

<http://www.andifes.org.br/> Acesso em: 14.05.2010

<http://www.camaracruzalta.rs.gov.br/noticias/vis/?v=320> Acesso em: 10.02.2010

<http://www.ceuaca.com.br/index.htm> Acesso em: 04.12.2010

<http://www.ciup.fr/> Acesso em: 20.03.2009

<http://www.ciup.fr/> Acesso em: 30.07.2009

<http://www.depeco.econo.unlp.edu.ar/sedlac/eng/index.php>. Acesso em: 25.07.2010

<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/esclifarqupa.htm#historico> Acesso em: 17.06.2010.

<http://www.ed.gov/> Acesso em 24.07.2010

<http://www.fijo.org.br/estagios.php> Acesso em: 10.01.2010

<http://www.ibge.gov.br> Acesso em: 02.07.2010.

<http://www.idheap.ch/idheap.nsf/vwBaseDocuments/IdMpa01?OpenDocument&lng=fr> Acesso em: 20.02.2010

<http://www.inep.gov.br> Acesso: 02.07.2010.

<http://www.mec.gov.br> Acesso em 10 de abril de 2010

<http://www.mineduc.cl/> Acesso em: 24.07.2010

<http://www.oecd.org> Acesso em: 19.11.2009.

<http://www.ove-national.education.fr/> Acesso em: 24.07.2010

<http://www.prograd.ufrgs.br> Acesso em: 10.08.2009

<http://www.prorext.ufrgs.br/deds/> Acesso em: 10.03.2010

<http://www.pucrs.br/prac/cap/aquem.php> Acesso em 10.01.2010.

<http://www.pucrs.br/diplomados> Acesso em: 10.10.2009

<http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/pucrs/Capa/AUniversidade/OsCampi> Acesso em: 10.02.2010.

<http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/pucrs/Capa/AUniversidade/HistoriadaUniversidade>
Acesso: 20.01.2010

http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/pucrs/Capa/Noticias?p_itemid=1961471 Acesso em: 10.02.2010

<http://www.semesp.org.br/rsoro.php> Acesso 26.07.2010

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=127967> Acesso em: 20.06.2008

<http://www.sorbonne.fr/Sorbonne-renovation.htm> Acesso em: 24.07.2010.

<http://www.ufrgs.br/nae/menu.htm> Acesso em: 12.01.2010

http://www.ufrgs.br/sae/editais/edital_02_09.htm Acesso em: 12.01.2010

http://www.ufrgs.br/sae/Editais/EdItal_Beneficios_02-10_final.pdf Acesso em 18.01.2010
Acesso em: 10.03.2010

<http://www.ufrgs.br/sae/ru/cardapio.htm> Acesso: 17.01.2010

<http://www.une.org.br/> Acesso em: 20. 08.2010

ANEXOS

ANEXO 1: Moradores em frente ao Ed. Almeida



Fonte: <http://www.ceuaca.com.br/historico.htm>

ANEXO 2: Antigo Restaurante Universitário



Fonte: <http://www.ceuaca.com.br/historico.htm>

ANEXO 3: Fachada da CEU



Fonte: <http://www.flickr.com/photos/8790378@N05/>

ANEXO 4: Sala da CEU



Fonte: <http://www.flickr.com/photos/8790378@N05/>

ANEXO 5: Cardápio dos R.U.s da UFRGS

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
11.01.2010	12.01.2010	13.01.2010	14.01.2010	15.01.2010
Chicória Bife Cless Arroz Feijão Mariola	Rúcula Frango Couve-Flor com Molho Branco Arroz Feijão Melancia	Couve Chinesa Carne Assada Chuchu com Bacon Arroz Feijão Gelatina	Radite Hambúguer Massa com Molho Arroz Feijão Uva	Alface Strogonoff Batata Corada Arroz Feijão Abacaxi com Canela

Fonte: Disponível em: <http://www.ufrgs.br/sae/ru/cardapio.htm>

ANEXO 6: Fila no RU do Campus do Vale



Fonte: Cadinho Andrade/ Jornal da Universidade

ANEXO 7: Campus Central PUCRS, 1970



Fonte: www.pucrs.br

ANEXO 8: Prédio onde abrigava a antiga Casa de Estudante da PUCRS



Fonte: www.pucrs.br

ANEXO 9: Restaurante Universitário PUCRS



Fonte: www.pucrs.br

ANEXO 10: Biblioteca José Otão depois da Reforma



Fonte: www.pucrs.br

ANEXO 11: Stand Calouros 2009/2



Fonte: www.pucrs.br

ANEXO 12: Kit Momento Diplomados 2009/2



Fonte: elaboração própria